FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA

MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1960-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. **Alexander Zhebit**

Linha de Pesquisa: **Poder e Instituições**

Rio de Janeiro

2018

P 372m Pedrosa, Fernando Velôzo Gomes
Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980) / Fernando Velôzo Gomes Pedrosa. – 2018.

305 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Alexander Zhebit.
Tese (Doutorado em História Comparada) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 238 a 273

1. História Militar. 2. Brasil. 3. Doutrina Militar. 4 Inovação Militar. I. Zhebit, Alexander. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. III. Título.

CDD 355.6

FERNANDO VELÔZO GOMES PEDROSA

"Modernização e Reestruturação do Exército Brasileiro (1960-1980)".

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada no Instituto de História da UFRJ, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Comparada.

Data da provação: 14 de março de 2018

Banca examinadora

Orientador(a): Prof. Dr. Alexander Zhebit

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro (PPGHC)

Profa. Dra. Débora El Jaick Andrade (PPGHC)

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO)

Prof. Dr. Tássio Franchi (ECEME)

Suplentes

Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior (PPGHC)

Prof. Dr. Bruno de Melo Oliveira (UNIFA)

Para Larissa, a mais tenra flor deste velho tronco.
Seja bem vinda!

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao meu estimado orientador, o professor Alexander Zhebit, pela acolhida que deu ao meu projeto e a confiança demonstrada ao longo de todo o processo desta pesquisa. Sua orientação segura, seriedade, erudição e energia inesgotável, aliadas à cordialidade e ao seu peculiar bom humor, despertaram em mim um sentimento que só posso expressar com duas palavras: respeito e admiração.

Também devo agradecer a ajuda recebida da equipe administrativa do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ, particularmente na pessoa da Sra. Márcia Aparecida dos S. Ramos, secretária do Programa.

Desejo reconhecer publicamente o apoio que recebi do Comando da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, nas pessoas dos generais Elias Rodrigues Martins Filho e Richard Fernandez Nunes, meus comandantes durante o período desta pesquisa, e que me permitiram períodos de afastamento da tarefa para a qual fui contratado por aquela Escola, em benefício da pesquisa que teve como resultado esta tese. Também reconheço a compreensão e o apoio recebido dos coronéis Duílio Paulo Silva de Miranda, subcomandante da ECEME, e Valtir de Souza, meu chefe direto no Instituto Meira Mattos.

Dentre as instituições detentoras dos acervos utilizados nesta pesquisa, devo reconhecer as facilidades que me foram oferecidas pelas seguintes instituições: Arquivo Histórico do Exército, nas pessoas do seu Diretor, o coronel Ricardo Quadros, do major Alcemar Ferreira Júnior e do subtenente Álvaro Alves; Biblioteca do Exército, onde contei com o apoio do tenente-coronel Wagner Alcides de Souza e da tenente Kelly Leal Vianna; Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, detentora do arquivo pessoal do Marechal Castello Branco, na pessoa de seu bibliotecário, tenente Carlos Shigueki Oki; Estado-Maior do Exército, onde contei com o irrestrito apoio do general José Fernando Soares Cunha Mattos, seu 7º Subchefe, dos coronéis Helio Fernando Rosa de Araújo, Chefe de Gabinete do EME, Denison Correia, Adilson Giovani Quint, e Luis Carlos Almeida Santos, do major Pedro Marcelo Araújo de Oliveira e do capitão Adailton Guardiano Guimarães; Comando de Operações Terrestres, na pessoa do coronel Ário da Silva Toledo, da 1ª Subchefia daquele órgão; e Secretaria Geral do Exército, onde me foi extremamente proveitosa a ajuda do tenente Edmilson L. Souza.

Também recebi ajuda inestimável de pesquisadores e colegas, que faço questão de deixar registrada: Daniel Acyoli, pela indicação de documentos de interesse da minha pesquisa no

acervo do Marechal Castello Branco; Hélio Higuchi, Paulo Kasseb e tenente-coronel Fábio Ribeiro Gonçalves, pela assessoria que me proporcionaram nas áreas em que são especialistas, respectivamente, veículos blindados, equipamentos militares de comunicações e artilharia antiaérea; tenente-coronel Fernando Augusto Valentini da Silva, pela contribuição em relação ao Plano Diretor de Organização do Exército de 1970, objeto de sua pesquisa de mestrado; coronel Marcelo de Oliveira Serrano, pelas conversas nos idos de 1998 que inspiraram a realização desta pesquisa e pela ajuda com as unidades de cavalaria da década de 1980; coronel Rafael Almeida, Comandante do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado, e tenente Adalmir Dalmagro, daquela unidade, pelas imagens de blindados antigos de seu acervo.

Dedico meu agradecimento mais carinhoso a Stella, minha mulher, melhor amiga e companheira de toda a vida. Sem seu apoio e seu carinho teria sido impossível chegar ao fim desta pesquisa. Muito obrigado pela paciência e pela compreensão.

Finalmente e acima de tudo, agradeço a Deus por me haver permitido chegar até aqui, pela família que meu permitiu constituir e pelas bênçãos abundantes com que iluminou nossas vidas. Obrigado, Senhor!

As bases principais de todos os Estados [...] são as boas leis e os bons exércitos. E porque não pode haver boas leis onde não há bons exércitos e onde há bons exércitos convém haver boas leis, deixarei de lado a discussão das leis e falarei dos exércitos.

Maquiavel, (O Príncipe, capítulo XII)

RESUMO

O tema deste trabalho é o processo de modernização e reestruturação ocorrido no âmbito do Exército Brasileiro entre o início da década de 1960 e o fim de 1980. A pesquisa leva em conta a conjuntura política vivida pelo País, as ameaças militares por ele percebidas e a relação entre autonomia militar – ou, inversamente, controle civil das forças armadas – e as iniciativas modernizadoras da Instituição. Também busca identificar se o projeto de modernização e reestruturação militar em estudo foi capaz de ampliar o poder de combate do Exército Brasileiro e de desenvolver uma doutrina militar própria. O objetivo geral do trabalho é analisar o processo de modernização e reestruturação ocorrido no âmbito do Exército Brasileiro entre 1960 e 1980. A proposta metodológica da pesquisa é a da História Comparada. Para a realização do estudo comparativo foram estabelecidos os seguintes parâmetros que permitiram a comparação entre o estado inicial e o estado final do objeto da pesquisa: a amplitude das mudanças na concepção estratégica das Forças; a profundidade das medidas de reestruturação da instituição militar e do desdobramento das forças no território nacional; e a amplitude e profundidade das mudanças doutrinárias e as referentes ao treinamento da tropa. O trabalho conclui que, nas condições vigentes durante o regime militar brasileiro, o Exército desfrutou de ampla autonomia para conceber e executar o processo de mudanças em estudo nesta pesquisa. Também foi possível concluir que estas mudanças resultaram em aumento do poder de combate das forças terrestres e implicou na adoção de uma nova doutrina militar terrestre.

Palavras-chave: História Militar. Brasil. Doutrina Militar. Inovação Militar.

ABSTRACT

This thesis is the result of a research on the modernization and restructuring process undertaken by the Brazilian Army from the beginning of the 1960s through the end of 1980. The research takes into account the country political environment, the perceived military threats and the interconnection between military autonomy – or, inversely, the civil control of the military – and the modernizing initiatives of the Brazilian Army. It aims to check if that modernizing process was able to improve the Army combat power and to develop an original Brazilian military doctrine. Its overall objective is analyzing the process of modernization and restructuring driven by the Brazilian Army from 1960 to 1980. The methodological approach of this research is that of Comparative History. In order to carry out the comparative study the following parameters have been established: the extent of change in the land forces strategic concept; the depth of changes in the structure of forces and its deployment throughout national territory; and the extent and depth of changes on doctrine and on training of troops. The thesis concludes that, under the current condition during the Brazilian military regime, the Army took advantage of its wide autonomy to conceive and carry out the changing process which is the subject of this research. It was also possible to find out that those changes were able to improve the combat power of Brazilian land forces, and implied the establishment of an original Brazilian land military doctrine.

Key-words: Military History. Brazil. Military Doctrine. Military Innovation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Figuras

Número	Descrição	Página
Figura 01	Tipos de mudanças militares, segundo Jaime García Covarrubias.	46
Figura 02	Tipos de mudanças militares, segundo Sten Rynning.	47
Figura 03	Os níveis da doutrina, segundo o Exército Britânico.	59
Figura 04	Hierarquia das publicações doutrinárias do Exército Brasileiro.	59
Figura 05	Organização das Divisões de Infantaria do Exército Alemão em 1914	65
Figura 06	Organização das Divisões de Infantaria do Exército Francês em 1914	65
Figura 07	Organização da Divisão de Infantaria do Exército Britânico em 1914	66
Figura 08	Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Alemão em 1914	67
Figura 09	Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Francês em 1914	67
Figura 10	Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Britânico em 1914	67
Figura 11	Os três níveis da cultura, segundo o modelo de Schein.	71
Figura 12	Recursos, Eficácia e Poder.	76
Figura 13	Eficácia Militar segundo Risa Brooks: seus fatores causais (variáveis independentes) e seus atributos.	81
Figura 14	Questão Itaipu – Corpus.	100
Figura 15	Carro de combate leve M3 Stuart, do 1º Batalhão de Carros de Combate Leves, em desfile. Campinas, SP, c. 1970.	107
Figura 16	Pelotão de carros de combate médios M4A1 Sherman, do Exército Brasileiro, em exercício. Rio de Janeiro, 1957.	107
Figura 17	Carro blindado de reconhecimento M8 Greyhound, do acervo histórico do 1º Esquadrão de Cavalaria Leve. Valença, RJ.	107
Figura 18	Viatura blindada de transporte de pessoal de meia-lagarta M3, do acervo histórico do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Bagé, RS.	107
Figura 19	Carro de combate médio M3 Lee, em exibição na 12ª Circunscrição de Serviço Militar, Juiz de Fora, MG.	139
Figura 20	Organização da Divisão de Infantaria do Exército Brasileiro, 1957.	142
Figura 21	Organização da Divisão de Infantaria do Exército dos EUA no pós Segunda Guerra Mundial.	142
Figura 22	Organização da Divisão Blindada do Exército Brasileiro, 1957.	143
Figura 23	Organização da Divisão Blindada do Exército dos EUA, ao final da Segunda Guerra Mundial.	143
Figura 24	Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Brasileiro, 1957.	144
Figura 25	Organização proposta pelo Maj. Alexandre M. C. Amêndola para a DI Tipo I Pentagonal.	150
Figura 26	Organização da "Divisão Pentômica" do Exército dos EUA.	150

Número	Descrição	Página
Figura 27	Organização proposta pelo Maj. Alexandre M. C. Amêndola para a DI Tipo II Ternária.	151
Figura 28	Organização proposta pelo Maj. Alexandre M. C. Amêndola para a DC.	152
Figura 29	Organização da Brigada de Cavalaria Blindada proposta pelos instrutores da ECEME em 1966.	157
Figura 30	Organização da Brigada de Cavalaria Mecanizada proposta pelos instrutores da ECEME em 1966.	158
Figura 31	Organização da Brigada de Cavalaria Hipomóvel proposta pelos instrutores da ECEME em 1966.	159
Figura 32	Organização da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, quando de sua criação em 1968.	164
Figura 33	Organização da Brigada Aeroterrestre, quando de sua criação em 1968.	165
Figura 34	Organização da Divisão de Exército.	171
Figura 35	Organização da Brigada de Infantaria e da Brigada de Infantaria Motorizada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.	172
Figura 36	Organização da Brigada de Infantaria Blindada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.	173
Figura 37	Obuseiro M-108 autopropulsado de 105 mm, de fabricação norte-americana, adquirido pelo Exército Brasileiro para equipar os Grupos de Artilharia de Campanha Autopropulsados das suas Brigadas Blindadas.	174
Figura 38	Organização da Brigada Paraquedista, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.	175
Figura 39	Organização da Brigada de Cavalaria Mecanizada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.	176
Figura 40	Organização da Brigada de Cavalaria Blindada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.	176
Figura 41	Carro de combate leve M41 no acesso ao Palácio das Laranjeiras, 31 de março de 1964.	191
Figura 42	Viatura blindada de transporte de pessoal M113A1 do Exército Sul-Vietnamita.	191
Figura 43	Caminhão militar Mercedes Benz MBB 1113 4x4.	192
Figura 44	Picape militar Willys 4x4, modelo ambulância (exemplar de colecionador).	192
Figura 45	VETE T1A1 Cutia sendo testado. Observar a logomarca da FNM na frente da viatura.	193
Figura 46	Protótipo da viatura blindada de reconhecimento 4x4 VBB-1.	193
Figura 47	Viatura Blindada de Reconhecimento EE9 Cascavel em foto recente.	195
Figura 48	Viatura Blindada de Transporte de Pessoal EE11 Urutu em foto recente.	195
Figura 49	Carro de combate X1 em exposição no Museu Militar Conde de Linhares, Rio de Janeiro, RJ.	195
Figura 50	Carros de combate X1A2 Carcará em exercício no campo.	195
Figura 51	Capa das Instruções Provisórias IP 2-80 Brigada de Cavalaria Mecanizada.	198
Figura 52	Capa do Caderno de Instrução CI 7-21/1 O PEL FZO BLD.	198

Número	Descrição	Página
Figura 53	Página do PP 21-1 Programa-Padrão de Instrução comum a todas unidades do Exército – 3a. Parte – Instrução Básica Militar do Período de Formação, edição 1949.	199
Figura 54	Capa do Programa-Padrão PP 21-1 Contextura dos Programas-Padrão de Instrução (1ª Parte). Edição de 1961.	202
Figura 55	Capa do Programa-Padrão PPB/1 Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar. Edição 1981.	202
Figura 56	Página do Programa Padrão de Instrução PPB/2 Preparação do Combatente Básico, edição 1979.	203
Figura 57	Desdobramento dos Grandes Comandos e Grandes Unidades do Exército Brasileiro em 1960.	229
Figura 58	Desdobramento dos Grandes Comandos e Grandes Unidades do Exército Brasileiro em 1980.	230

2. Quadros

Número	Descrição	Página
Quadro 1	Unidades operacionais do Exército Brasileiro 1960-1980 – de combate, de apoio ao combate e logísticas.	209
Quadro 2	Organização real das divisões do Exército Brasileiro em 1960, em comparação com a organização doutrinária então vigente.	212
Quadro 3	Organização real das brigadas do Exército Brasileiro em 1980, em comparação com a organização doutrinária vigente na ocasião.	215
Quadro 4	Situação das brigadas do Exército Brasileiro quanto às subunidades de cavalaria mecanizada e de apoio ao combate em 1986.	216
Quadro 5	Comparação da estrutura das grandes unidades do Exército Brasileiro em relação à organização doutrinária.	217
Quadro 6	Comparação dos principais equipamentos militares em uso no Exército Brasileiro em 1960 e 1980.	219
Quadro 7	Desdobramento das Grandes Unidades do Exército Brasileiro em 1960 e 1980.	227

LISTA DE ABREVIATURAS

ACB	Arquivo Castello Branco
AD	Artilharia Divisionária
Aet.	Aeroterrestre
AHEx	Arquivo Histórico do Exército
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AI-5	Ato Institucional Número 5
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AOC	Área Operacional do Continente
Art.	Artilharia
BC	Batalhão(ões) de Caçadores
BCC	Batalhão(ões) de Carros de Combate
BCCL	Batalhão(ões) de Carros de Combate Leves
B. Com. Div.	Batalhão(ões) de Comunicações Divisionário
B. Com. Ex.	Batalhão(ões) de Comunicações de Exército
Bda.	Brigada(s)
Bda. C. Mec.	Brigada(s) de Cavalaria Mecanizada
Bda. C. Bld.	Brigada de Cavalaria Blindada
Bda. Inf. Bld.	Brigada(s) de Infantaria Blindada
Bda. Inf. Mtz.	Brigada(s) de Infantaria Motorizada
Bda. Inf. Pqdt.	Brigada de Infantaria Paraquedista
BE Cmb.	Batalhão(ões) de Engenharia de Combate
BEF	Batalhão Especial de Fronteira
BEsE	Batalhão Escola de Engenharia
BEsI	Batalhão Escola de Infantaria
BEsMnt	Batalhão Escola de Manutenção
B. Fron.	Batalhão(ões) de Fronteira
BI	Batalhão(ões) de Infantaria
BI Aet.	Batalhão de Infantaria Aeroterrestre
Bia.	Bateria(s)
Bia. AAAé	Bateria(s) de Artilharia Antiaérea
BIB	Batalhão(ões) de Infantaria Blindado
BI Mtz.	Batalhão(ões) de Infantaria Motorizado
BI Mtz. (Es)	Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola)
BI / Nu Div Aet	Batalhão de Infantaria do Núcleo da Divisão Aeroterrestre

BIS	Batalhão(ões) de Infantaria de Selva
Bld.	Blindado(a)(s)
B Log.	Batalhão(ões) Logístico(s)
B. Log. Pqdt.	Batalhão Logístico Paraquedista
B. Log. Sl.	Batalhão(ões) Logístico(s) de Selva
B Mnt.	Batalhão de Manutenção
BRE	Boletim Reservado do Exército
BS	Batalhão(ões) de Saúde
Btl.	Batalhão(ões)
Cav.	Cavalaria
CC	Carro(s) de Combate
CCL	Carro(s) de Combate Leve(s)
Cia. Ap. Mat. Bel.	Companhia de Apoio de Material Bélico
Cia. Com.	Companhia de Comunicações
Cia. Com. Bld.	Companhia de Comunicações Blindada
Cia. Eng.	Companhia de Engenharia
Cia. E. Cmb.	Companhia de Engenharia de Combate
Cia. E. Cmb. Bld.	Companhia de Engenharia de Combate Blindada
Cia. Int.	Companhia de Intendência
Cia. L. Mnt.	Companhia Leve de Manutenção
Cia. MB	Companhia de Material Bélico
Cia. Me. Mnt.	Companhia Média de Manutenção
Cia. PE	Companhia de Polícia do Exército
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMB	Comando Militar de Brasília
CMP	Comando Militar do Planalto
Cmb.	Combate
CMP	Comando Militar do Planalto
Com.	Comunicações
DB	Divisão(ões) Blindada(s)
DC	Divisão(ões) de Cavalaria
DF	Distrito Federal
DGMB	Diretoria Geral de Material Bélico
DI	Divisão(ões) de Infantaria
Div. Aet.	Divisão Aeroterrestre
DMM	Divisão Motomecanizada

ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
Es.	Escola
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
Esqd.	Esquadrão
Esqd. C. Mec.	Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
Esqd. C. Pqdt.	Esquadrão de Cavalaria Paraquedista
Esqd. Ind. Cav.	Esquadrão Independente de Cavalaria
Esqd. Rec. Mec.	Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado
EUA	Estados Unidos da América (Estados Unidos)
Ex.	Exército(s)
Ex. Cmp.	Exército(s) de Campanha
FAB	Força Aérea Brasileira
FAL	Fuzil automático leve
FAP	Fuzil automático pesado
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FNM	Fábrica Nacional de Motores
GAAAé	Grupo(s) de Artilharia Antiaérea (pronuncia-se gae)
GA 75 Cav	Grupo(s) de Artilharia de 75 mm a Cavalo
GA 75 Do	Grupo(s) de Artilharia de 75 mm de Dorso
GA 75 T	Grupo de Artilharia de 75 mm Transportado
GA Aet	Grupo de Artilharia Aeroterrestre
GAC	Grupo(s) de Artilharia de Campanha
GAC AP	Grupo(s) de Artilharia de Campanha Autopropulsado
GAC Pqdt	Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista
GAC Sl.	Grupo(s) de Artilharia de Campanha de Selva
GB	Sigla do estado da Guanabara, que substituiu o Distrito Federal, quando da sua transferência da Capital para Brasília. Foi extinto em 15 de março de 1975, por fusão com o estado do Rio de Janeiro.
G Can 75 Cav	Grupo(s) de Canhões de 75 mm a Cavalo
G Can 75 AR	Grupo(s) de Canhões de 75 mm Autorrebocado
G Can 88 AAe	Grupo(s) de Canhões de 88 mm Antiaéreo
G Can 90 AAe	Grupo(s) de Canhões de 90 mm Antiaéreo
G Can Au AAe 40	Grupo(s) de Canhões Automáticos Antiaéreos de 40 mm
GEsA	Grupo Escola de Artilharia

GO 105 Aet	Grupo de Obuses de 105 mm Aeroterrestre
GO 155	Grupo(s) de Obuses de 155 mm
GU	Grande(s) Unidade(s)
GUEs	Grupamento de Unidades-Escola
HG	Hipótese(s) de Guerra
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
Inf	Infantaria
I Ex	1º Exército
II Ex	2º Exército
III Ex	3º Exército
IV Ex	4º Exército
Log.	Logístico(a)(s)
MAG	*Mitrailleuse d'Appui General* (metralhadora de apoio geral)
Mat. Bel.	Material Bélico
Mtz.	Motorizado(a)(s)
Mec.	Mecanizado(a)(s)
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDOE-70	Plano Diretor de Organização do Exército de 1970
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PP	Programa(s)-Padrão
PqRMM	Parque Regional de Moto-Mecanização
Pqdt	Paraquedista(s)
QG	Quartel-general
RC	Regimento(s) de Cavalaria
RCC	Regimento(s) de Carros de Combate
RCB	Regimento(s) de Cavalaria Blindado
RCM	Regimento(s) de Cavalaria Motorizado
RC Mec.	Regimento(s) de Cavalaria Mecanizado
REsA	Regimento Escola de Artilharia
REsC	Regimento Escola de Cavalaria
REsI	Regimento Escola de Infantaria (pronuncia-se rei)
Rgt.	Regimento(s)
Rgt. Rec. Mec.	Regimento(s) de Reconhecimento Mecanizado

RI	Regimento(s) de Infantaria
RA	Regimento(s) de Artilharia
Rec.	Reconhecimento
RO 105	Regimento(s) de Obuses de 105 mm
UNE	União Nacional dos Estudantes
Vtr.	Viatura(s)
VBTP	Viatura(s) Blindada(s) de Transporte de Pessoal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 21

Apresentação do objeto da pesquisa 21

Problema da pesquisa 23

Recorte da pesquisa 24

Objeto da pesquisa 24

Hipótese da pesquisa 24

Ligação com alinha de pesquisa Poder e Instituições 25

Discussão do referencial historiográfico 25

Corpus documental 33

Originalidade da pesquisa 36

Referencial metodológico 37

Estrutura da tese 40

Capítulo 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE MUDANÇAS EM INSTITUIÇÕES MILITARES 42

1.1 Profundidade e abrangência dos processos de mudança em instituições militares 43

1.2 Origens das mudanças militares 52

1.3 Doutrina militar 55

1.3.1 Definição de doutrina militar 56

1.3.2 Níveis de profundidade e de abrangência das doutrinas militares 59

1.3.3 A formalização da doutrina militar 60

1.3.4 A organização divisionária e regimental 63

1.4 Cultura estratégica e cultura organizacional 69

1.5 Eficácia militar 76

1.6 Níveis de controle político dos processos de mudanças em instituições militares 82

1.7 Sumário sobre mudanças em instituições militares 83

Capítulo 2 O BRASIL E AS DEMANDAS DE MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970 86

2.1 Conjuntura política internacional 86

2.2 Conjuntura política nacional 89

2.3 Política externa brasileira 97

2.4 Tensões militares no entorno brasileiro 99

2.5 Percepção das capacidades militares adversas 104
2.6 Percepção das capacidades militares próprias 104
2.7 Cultura estratégica brasileira 113
2.8 Cultura organizacional do Exército Brasileiro 120
2.9 Sumário das demandas de modernização do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 124

Capítulo 3 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO 128
3.1 Controle político versus autonomia militar no Brasil durante o regime militar 128
3.1.1 Estrutura do governo brasileiro 128
3.1.2 Defesa e sociedade 129
3.1.3 Iniciativas de reestruturação do Exército Brasileiro 131
3.2 Uma nova doutrina militar para o Exército Brasileiro 132
3.2.1 Nova organização 135
3.2.1.1 A organização do Exército Brasileiro na primeira metade do Século XX 135
3.2.1.2 As propostas de reorganização do Exército Brasileiro na década de 1960 146
3.2.1.3 A reorganização do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 162
3.2.1.4 Alterações do dispositivo militar terrestre 186
3.2.1.5 Reequipamento e nacionalização do equipamento militar 189
3.2.2 Novas formas de emprego 196
3.2.3 Novo sistema de preparo das forças 198
3.3 Sumário sobre o processo de modernização do Exército Brasileiro 204

Capítulo 4 Resultados Alcançados 208
4.1 Resultados alcançados em termos poder de combate 208
4.1.1 Estrutura das forças militares 208
4.1.2 Equipamentos militares 219
4.1.3 Nível de eficiência operacional 222
4.1.4 Resumo dos resultados alcançados em termos do poder de combate 224
4.2 Resultados alcançados em termos de desdobramento das unidades no território nacional 224
4.2.1 Mudanças no dispositivo militar 224
4.2.2 Resumo das mudanças no desdobramento de forças do Exército Brasileiro 230
4.3 Resultados alcançados em termos de treinamento da tropa 231
4.4 Resultados alcançados em termos de desenvolvimento da doutrina militar 232
4.5 Sumário dos resultados alcançados 232

CONSIDERAÇÕES FINAIS 235

REFERÊNCIAS 240
1 Fontes 240
1.1 Arquivos 240
1.2 Documentos oficiais brasileiros 240
1.3 Documentos oficiais diversos 248
1.4 Artigos em jornais e revistas 249
1.5 Livros e publicações de época e memórias 257
1.6 Documento e arquivos disponíveis na Rede Mundial de Computadores (Internet) 258
1.7 Entrevistas 258
2 Bibliografia geral 259

GLOSSÁRIO 277

Apêndice 1 Quadro de Graus Hierárquicos Militares do Exército Brasileiro (Oficiais) 283
Apêndice 2 Artigos publicados na revista A Defesa Nacional na primeira metade da década de 1960, versando sobre guerras revolucionárias e insurrecionais, guerra de guerrilha, movimento comunista internacional e sua ameaça aos países da América Latina 284
Apêndice 3 Organização do Exército Brasileiro em 1960 288
Apêndice 4 Organização do Exército Brasileiro em 1980 292
Apêndice 5 Produção Doutrinária Referente ao Processo de Modernização do Exército Brasileiro 297
Apêndice 6 Programas-Padrão de Instrução Publicados pelo Estado-Maior do Exército durante a implantação do SIMEB até 1981 303
Apêndice 7 Chave de Símbolos Militares 304

INTRODUÇÃO

Apresentação do objeto da pesquisa

Na metade da década de 1960, o Exército Brasileiro era uma mistura da força militar que fora reorganizada nos moldes propostos pela Missão Francesa entre 1920 e 1940 com a que, tendo participado da Campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial, havia absorvido substancialmente a doutrina militar norte-americana (HAINES, 1989, p. 41). Em plena era dos exércitos motorizados e mecanizados, a força terrestre brasileira ainda contava com um grande número unidades a pé e a cavalo, e dependia substancialmente da força animal para o transporte de equipamentos pesados das suas unidades. A guisa de exemplo, de um total de 27 regimentos de cavalaria, 17 eram unidades hipomóveis, ou seja, montadas a cavalo, e apenas sete regimentos eram dotados com veículos blindados (JUNQUEIRA, 1967, p. 57).[1]

Àquela altura o Exército adotava a organização divisionária,[2] mas a maioria de suas divisões eram incompletas e compostas por unidades também incompletas e mal equipadas.[3] Devido às vantagens oferecidas pelo Acordo de Assistência Militar firmado com os Estados Unidos em 1952, a maior parte dos equipamentos militares mais modernos era de procedência norte-americana (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1952).

No campo da política externa, depois de um breve interregno de alinhamento com os Estado Unidos durante o governo Castello Branco (1964-1967), o Brasil voltara a trilhar o caminho da busca de autonomia, tendo como guia de sua ação diplomática o desenvolvimento e o pragmatismo (CERVO; BUENO, 2010, p. 397). O momento era de forte acirramento ideológico no plano político interno em todos os países da América Latina.

Formalmente, o Exército Brasileiro seguia a doutrina militar norte-americana, fruto do estreito contato decorrente da participação brasileira na Campanha da Itália em 1944-45 e dos esforços do Governo dos Estados Unidos para persuadir as forças armadas latino-americanas

---

[1] Havia ainda três regimentos de cavalaria motorizados, ou seja, não passavam de unidades de infantaria transportadas em caminhões.

[2] Os exércitos que adotam a organização divisionária têm a divisão como sua grande unidade básica de emprego em operações. Uma divisão é uma formação militar composta por dois ou três regimentos ou brigadas de combate e outras unidades de apoio, somando efetivos entre 10 mil e 15 mil homens.

[3] Este trabalho adota a terminologia militar brasileira, quando aplicável. Segundo esse jargão, uma "unidade" é uma organização militar de uma única arma – infantaria, cavalaria, artilharia etc. – comandada por um oficial superior – normalmente um coronel ou tenente-coronel – e composta por cerca de 500 a 900 homens. São designadas como "batalhões". No caso brasileiro, as unidades de cavalaria são chamadas "regimentos" e as de artilharia são chamadas "grupos". Ver Glossário.

a adotar conceitos doutrinários, técnicas e equipamentos norte-americanos (HAINES, 1989. p. 42-43). Entretanto, a doutrina norte-americana de então fora concebida para as forças militares de uma superpotência industrial e destinava-se a prepará-las para conflitos de grandes proporções, como os que haviam ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra da Coreia e o que se temia que pudesse acontecer na Europa contra as forças do Pacto de Varsóvia. Não se aplicava, pois, à realidade sul-americana, na qual predominava certa rivalidade militar, mas não a ameaça de guerra iminente entre os Estados da região. Tampouco era adequada para dar resposta à possibilidade de que as forças armadas tivessem que ser empregadas na supressão de focos de guerrilha, que eram uma crescente realidade na América Latina.[4]

A partir do início da década de 1960, desencadeara-se, no âmbito da oficialidade do Exército Brasileiro, um intenso debate a respeito da modernização e reestruturação da força terrestre.[5] As propostas reivindicavam uma nova organização das unidades militares e um novo desdobramento das forças no território nacional,[6] assim como o reequipamento da tropa, adquirindo prioritariamente equipamentos e viaturas produzidos no Brasil, além da adoção de uma nova doutrina militar que correspondesse à estrutura organizacional modificada, ao ambiente operacional do continente sul-americano e às efetivas capacidades das unidades militares. Esse debate refletia antigos anseios de modernização, mas também era motivado pelo desejo de adequar o Exército às reais possibilidades e necessidades de um país que se transformava, em um movimento sem precedentes de industrialização da sua economia e de urbanização de sua população. Também denotava uma crescente preocupação com o desenvolvimento, a integração e a segurança da Amazônia, bem como a necessidade de preparação da Força para fazer frente à eventualidade de uma guerra insurrecional,[7] no quadro de expansão revolucionária em andamento na América Latina desde a vitória da Revolução Cubana.

---

[4] Ver GUEVARA, Ernesto (Che). **Obras Escogidas 1957-1967**. Habana: Ediciones Políticas, 2001, textos Cuba: ¿Excepción histórica o vanguardia de la lucha anticolonialista? pp. 403-419; La influencia de la Revolución Cubana en la América Latina, pp. 469-492; e Táctica y estrategia de la Revolución Latinoamericana, pp. 493-506. Ver também ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. pp. 8 e 18; e GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 5ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Ática, 1998. pp. 51-52.

[5] Este debate ficou registrado nas páginas das revistas **A Defesa Nacional** e **Revista Militar Brasileira** das décadas de 1960 e 1970, como se verá mais adiante.

[6] Desdobramento - Ato de dispor os elementos de uma força de acordo com um plano previamente elaborado, a fim de aumentar seu grau de prontidão para o cumprimento de uma missão. Ministério da Defesa. **MD35-G-01 – Glossário das Forças Armadas**. 4ª Ed. Brasília: Estado-Maior de Defesa, 2007. p. 80.

[7] Usam-se, neste trabalho, indiferentemente, as expressões guerra insurrecional e guerra revolucionária. Embora se possa identificar uma clara motivação ideológica na guerra revolucionária, em ambos os casos tratam-se de formas de guerra conduzida por forças irregulares contra forças regulares estatais.

Como consequência desse debate, em meados da década de 1960 teve início um processo de reforma militar que daria ao Exército Brasileiro as feições básicas que, passados mais de 40 anos e embora tenha sofrido reajustes e adaptações pontuais, continuam em vigor. O impulso inovador também teve como uma de suas consequências a implantação de uma indústria de equipamentos militares que floresceria nas décadas de 1970 e 1980. O processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro esgotou-se no final da década de 1970, em consequência da crise econômica no Brasil, que começara em meados daquela década e chegaria ao auge no governo João Figueiredo (1979-1984).

O objeto desta pesquisa foi o processo de modernização e reestruturação ocorrido no âmbito do Exército Brasileiro entre o início da década de 1960 e o fim de 1980. Com este fim, levou-se em conta a conjuntura política vivida pelo País, as ameaças militares por ele percebidas e a relação entre autonomia militar – ou, inversamente, controle civil das forças armadas – e as iniciativas modernizadoras da Instituição. Buscou-se, finalmente, identificar se o projeto de modernização e reestruturação militar em estudo nesta pesquisa foi capaz de ampliar o poder de combate do Exército Brasileiro e de desenvolver uma doutrina militar própria.

Problema da pesquisa

A pesquisa buscou responder ao problema que foi estabelecido pelas seguintes questões:

- Em que medida e de que forma a conjuntura política interna, o ambiente político internacional e a percepção de ameaças militares influenciaram o processo de modernização e reestruturação militar em estudo nesta pesquisa?

- Em que medida a reestruturação ocorrida no Exército Brasileiro esteve submetida ao controle político das autoridades civis do País? E qual o grau de autonomia desfrutado pela instituição armada para conceber e pôr em execução o processo acima referido?

- Como essas inovações se refletiram na capacidade operacional das forças terrestres brasileiras, em termos de: poder de combate das unidades e seu desdobramento no território nacional; treinamento da tropa; e desenvolvimento da doutrina militar?

Recorte da pesquisa

O recorte temporal abarcou o período entre 1960 e 1980. Este período define os marcos do processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro, que se iniciou em 1960 e se esgotou no final da década de 1970.

Em relação aos atores analisados, o foco desta pesquisa ficou restrito às instituições do Governo e do Exército brasileiros.

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar, em suas vertentes política, estratégica, doutrinária e tecnológica, o processo de modernização e reestruturação ocorrido no âmbito do Exército Brasileiro entre 1960 e 1980.

Seus objetivos específicos foram:

- Avaliar em que medida e de que forma a conjuntura política interna, o ambiente político internacional e a percepção de ameaças militares influenciaram o processo de modernização e reestruturação militar em estudo neste projeto.

- Avaliar em que medida a reestruturação ocorrida no Exército Brasileiro esteve submetida ao controle político das autoridades civis do País e qual o grau de autonomia desfrutado pelo Exército Brasileiro para conceber e desencadear o processo acima referido.

- Analisar o processo de modernização militar em questão e avaliar como essas inovações se refletiram na capacidade operacional das forças terrestres brasileiras, em termos de poder de combate e desdobramento das suas unidades no território nacional; de recrutamento, treinamento da tropa; e de desenvolvimento da doutrina militar.

Hipóteses da pesquisa

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram adotadas as seguintes hipóteses, que visavam a oferecer respostas tentativas às questões que caracterizam o problema de investigação:

- No que tange à influência que a conjuntura política interna, o ambiente político internacional e a percepção de ameaças militares exerceram sobre os processos de modernização e reestruturação militar, embora houvesse certa rivalidade militar em relação à

Argentina, a sociedade brasileira e suas Forças Armadas não tinham a percepção de uma clara ameaça militar.

- Neste caso, a modernização e reestruturação do Exército foram uma parte do processo de modernização do Estado brasileiro desencadeado durante os governos militares.

- As iniciativas de concepção e execução das medidas modernizadoras partiram de dentro da instituição armada, que desfrutou de ampla autonomia para estabelecer modelos de organização, desdobramento, estratégia e doutrina militar.

- O caso estudado resultou na melhoria da capacidade operacional do Exército Brasileiro, seja em termos de poder de combate das unidades, seja no que se refere ao desdobramento no território nacional, treinamento da tropa e desenvolvimento da doutrina militar.

Ligação com a linha de pesquisa Poder e Instituições

A linha de pesquisa Poder e Instituições, do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reúne estudos sobre instituições e organizações, principalmente militares, além de políticas, econômicas, culturais, sociais, abordando temas relacionados a governos, órgãos da justiça, forças armadas e outros grupos militares, partidos, religiões, escolas, sindicatos, diplomacia, organizações e atores internacionais e imprensa, dentre outros. Sendo as forças armadas as principais organizações de que dispõe o Estado para o exercício do monopólio da coação física legítima que o caracteriza (WEBER, 1999, p. 525), o estudo das instituições militares e de sua atuação está diretamente ligado à linha de pesquisa Poder e Instituições.

Discussão do referencial historiográfico

A historiografia latino-americana carece de estudos referentes às Forças Armadas dessa região como instituições combatentes. Desde meados da década de 1970, têm surgido estudos sobre a história das instituições militares da América Latina, mas, em sua maioria, estão focados no pensamento político dos militares e nas intervenções das forças armadas na vida política dos países,[8] ou em temas como recrutamento, composição social dos quadros de oficiais e o cotidiano dos soldados e das guarnições militares.[9] Como admitem os

[8] Ver STEPAN, 1975; ROUQUIÉ, 1984 (Edição original francesa de 1982); ARRIAGADA HERRERA, 1986 (Edição original de 1981); KEITH, 1989; HAYES, 1991; NUNN, 1992; COELHO, 2000 (edição original de 1976); CARVALHO, 2005.

[9] Ver SOUZA, 1999; CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004; e BEATTIE, 2009.

organizadores do volume intitulado **Nova História Militar Brasileira**, "talvez os historiadores sociais das organizações militares, às vezes fascinados com a vida cotidiana, tenham negligenciado a proposta principal da vida militar: travar a batalha com o inimigo" (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 28). O problema deste tipo de obra, como observou Michael Howard, "é que perdem de vista aquilo *para* que servem os exércitos" (Apud KEEGAN, 2000, p. 30, grifo do autor).

Dentre as obras que tratam da história institucional do Exército Brasileiro, tem lugar de destaque o livro **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**, de Frank McCann, publicado no Brasil em 2007 (MCCANN, 2007). Trata-se de uma obra de história geral do Exército, cobrindo o período que vai da Proclamação da República ao Golpe de 1937 e a implantação do Estado Novo. Embora seja fruto de uma pesquisada profunda e extensiva, o trabalho foca o crescente papel do Exército na cena política brasileira e não se atém aos aspectos militares da Instituição. Também lhe falta a percepção de aspectos da cultura institucional, difíceis de serem percebidos por historiadores estrangeiros, além de não cobrir o período abrangido por esta pesquisa.

Também tratando da história institucional, **A Evolução Militar do Brasil**, de J. B. Magalhães (1998), apresenta uma perspectiva interna das transformações e reestruturações sofridas pela força terrestre desde o período colonial até a década de 1950. O livro oferece um retrato organizacional sumário de cada momento da história do Exército, mas, tendo em vista sua extensa abrangência cronológica, peca pela superficialidade das informações e pela carência de considerações críticas. Trata-se de uma obra escrita para os profissionais militares, com o uso excessivo de abreviaturas e agregando poucos esclarecimentos sobre as diversas configurações organizacionais adotadas pelo Exército. O recorte temporal do livro tampouco abarca a o período abordado nesta pesquisa.

Outra obra significativa sobre a história institucional do Exército Brasileiro é a **História do Estado Maior do Exército**, elaborada por um grupo de oficiais do Estado-Maior do Exército (EME), em meados da década de 1980, sob a coordenação do coronel Paulo da Motta Banha (HISTÓRIA..., 1984). É uma contribuição que apresenta uma visão de dentro do EME sem levar em conta a conjuntura política e social da época. Sendo um trabalho relevante, mas sem o devido aparelho acadêmico, omite notas explicativas, referências bibliográficas e às fontes da pesquisa.

Mais recentemente, duas teses trataram do pensamento militar brasileiro na segunda metade do século XX. A primeira delas, com o título **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político 1984-2007**, foi apresentada por Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann ao

Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo em 2007. O objeto desse trabalho é a reestruturação ocorrida no Exército Brasileiro na segunda metade da década de 1980, durante a gestão do general Leonidas Pires Gonçalves como Ministro do Exército no governo do Presidente José Sarney. No entanto, a pesquisa não aborda as questões da doutrina militar e da estrutura e equipamentos das unidades e grandes unidades da força terrestre. Ademais, a reestruturação promovida pelo general Leonidas não foi senão a retomada daquela que havia sido iniciada no final da década de 1960, mas que havia perdido impulso em consequência da crise econômica vivida durante o governo do Presidente João Batista Figueiredo – as estruturas básicas do Exército continuaram as mesmas desenhadas no durante a década de 1960 e implantadas na década de 1970, acrescentando-se apenas a recriação da aviação do Exército. A segunda tese, de autoria de Marcio Teixeira de Campos, foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense em 2011, tratando sobre **A Guerra das Falklands/Malvinas e Suas Repercussões no Exército Brasileiro**. Seu propósito é avaliar em que medida o Exército Brasileiro implantou mudanças organizacionais e/ou doutrinárias, em consequência da Guerra das Falklands/Malvinas. Da mesma forma como a anterior, o trabalho de Campos trata do Exército Brasileiro na década de 1980 e tampouco se aprofunda nos aspectos doutrinários organizacionais, instrucionais e procedimentais.

Sobre o envolvimento das Forças Armadas brasileiras na política, **Os Militares na Política**, de Alfred Stepan (1975), apresenta uma visão na qual os militares, como grupo social, são moldados pelo sistema político. No caso brasileiro, ele identifica um "padrão moderador" nas relações entre civis e militares, num arranjo tacitamente aceito pelos atores políticos, no qual as Forças Armadas funcionavam com árbitros do sistema político. Nesse modelo moderador, cabia aos militares eventuais intervenções para garantir o funcionamento do sistema, mas sem assumir diretamente o poder político. A ameaça do uso da força que emergiu no discurso político brasileiro no início da década de 1960 teria transferido a disputa política da "arena cívica" para a "arena militar" (STEPAN, 1975, p. 149), assinalando o risco de uma guerra civil. Naquele quadro, lideranças políticas, empresariais e da sociedade civil haviam apoiado a posse de um presidente militar, numa guinada que mudava o papel puramente estabilizador que os militares vinham desempenhando historicamente no Brasil.

Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira, de Edmundo Campos Coelho (2000), apresenta o envolvimento dos militares na política e a tomada do poder em 1964 como uma reação dos militares ao processo de "alienação do Exército" (COELHO, 2000, p. 135), caracterizado pela erosão orçamentária da Instituição desde o início

da década de 1950. Este quadro teria levado o Exército a uma crise de identidade, que desaguara no regime militar instalado em 1964, no qual o Exército passara "de um estado de total dependência com relação à sociedade civil para um estado de quase total controle sobre ela" (COELHO, 2000, p. 168). O trabalho de Coelho, entretanto, é principalmente focado na questão da fatia orçamentária do Exército, e não leva em conta aspectos cuidadosamente pesquisados por Stepan, como origem social e geográfica da oficialidade, estrutura do sistema de recrutamento, efetivos militares em relação à população e estrutura de carreira. Tampouco faz uso extensivo de fontes documentais e entrevistas.

Nação Armada: A Mística Militar Brasileira, de Robert A. Hayes (1991), aborda a participação do Exército Brasileiro na vida política do País sob a perspectiva de uma mística do cidadão fardado, corporificação da honra nacional e que dá à Instituição a imagem de estar acima das ambições pessoais e das lutas partidárias. Esta mística teria feito com que o poder moderador, anteriormente exercido pelo Imperador, tivesse ficado associado ao Exército após a proclamação da República.

Finalmente, o livro **Forças Armadas e Política no Brasil**, de José Murilo de Carvalho (2005), interpreta o aumento da participação política dos militares na política, começando com a proclamação da República e chegando ao projeto de "modernização pelo alto" implantado pelo regime militar de 1964. Os elementos centrais desse projeto seriam a "nacionalização da política", reduzindo o poder das oligarquias estaduais; o "antiliberalismo", com a maior participação do Estado na regulação da vida econômica e social; o "anti-representativismo", que pregava o direito e dever das forças armadas para agir como "vingadora da nação contra os abusos do poder constituído"; e o "reformismo", nos campos econômico, político e social (CARVALHO, 2005, p. 127-129).

A literatura que trata da crise política brasileira da década de 1960 e da Revolução de 1964[10] inclui os já clássicos: **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**, Argelina Cehibub Figueiredo (1993); **1964: Golpe ou Contragolpe?**, de Hélio Silva (2014 [1975]); e **A Ditadura Envergonhada**, de Helio Gaspari (2002). Também merecem atenção os trabalhos de Paulo Markun e Duda Hamilton (2011), **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**, que trata da crise decorrente da renúncia do Presidente Jânio Quadros e da tentativa dos ministros militares de impedir a posse do Vice-Presidente João Goulart; e **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**, de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes.

[10] Uso a expressão "revolução" no mesmo sentido que Alfred Stepan (1975, p. 10, nota 1), por entender que do movimento de 1964 resultou uma "mudança radical" (grifo do autor).

Para entender a postura militar que levou à Revolução de 1964, é incontornável estudar a índole anticomunista da maioria da oficialidade do Exército. Sobre este fenômeno, deve-se recorrer aos livros **Em Guarda contra o "Perigo Vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), e **Organização e Poder: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro**, de Roberto Martins Ferreira (2005).

Tendo em vista que o processo de modernização do Exército Brasileiro em estudo nesta pesquisa foi posto em execução durante o período dos governos militares, é conveniente estudar a implantação e funcionamento daquele regime de exceção. Sobre esse período, consideram-se relevantes o volume 11 da **História Geral da Civilização Brasileira**, cuja direção coube a Boris Fausto (2007); a coleção "**Ditadura**", de Élio Gaspari, em cinco volumes; o livro **Ditadura à Brasileira: 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita**, de Marco Antonio Villa; e **As Universidades e o Regime Militar**, Rodrigo Patto Sá Motta.

O regime militar brasileiro enfrentou irrupções insurrecionais em seus primeiros dez anos. A essas ações armadas o governo respondeu com dura repressão, a partir da montagem de um eficiente aparelho de inteligência civil e militar. Sobre a luta armada, recorreu-se às seguintes obras: **Combate nas Trevas**, de Jacob Gorender, que dá uma ampla visão dos grupos da esquerda armada e da ação repressiva do Estado; **A Revolução Impossível: A Esquerda e a Luta Armada no Brasil**, de Luís Mir, que tem seu foco nas ações da guerrilha urbanas e não trata da Guerrilha do Araguaia. Em relação ao aparelho repressivo do governo, destacam-se o livro **Casa da Vovó: Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**, do jornalista Marcelo Godoy, que trata da criação e funcionamento da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, e sua posterior transformação no Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, experiência que seria replicada em outros grandes comandos do Exército em todo a País. Para uma visão de dentro da OBAN/DOI-CODI de São Paulo, a principal referência é **A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**, de autoria de Carlos Alberto Brilhante Ustra, um de seus comandantes no período mais duro da repressão. Também como visão de dentro do sistema repressivo, deve-se destacar o livro **ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder**, organizado por Licio Maciel e José Conegundes do Nascimento (2012). O livro foi originalmente redigido por uma equipe de oficiais do então Centro de Informações do Exército (CIE) em meados da década de 1980, sob a coordenação do então coronel Agnaldo Del Nero Augusto, que foi um dos redatores. Como era um projeto sigiloso do CIE, cuja publicação ficaria condicionada à

aprovação do Ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, o texto original recebeu o codinome ORVIL – a palavra livro escrita ao contrário. Depois de escrito, Leonidas preferiu não publicá-lo, tendo em vista favorecer o clima de reconciliação do primeiro governo da redemocratização. Na década de 2000, o texto datilografado foi divulgado na Internet e, em 2012, foi organizado e publicado por um grupo de militares reformados.

Sobre a política externa brasileira e a conjuntura política internacional, a principal referência é a obra consagrada de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2010), **História da Política Exterior do Brasil**. Sua leitura permite situar o processo de reestruturação do Exército iniciado no início da década de 1960 no quadro da política externa brasileira. Também merece atenção o recente livro do Embaixador Rubens Ricupero **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Para avaliar a política externa brasileira em relação a dois de seus principais parceiros continentais tem-se o livro **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)**, de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2003). No que se refere à relação entre a política externa brasileira e as questões de segurança e defesa, o artigo **Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984**, de Williams da Silva Gonçalves e Shiguenoli Miyamoto (1993), traz uma valiosa contribuição.

Com referência às relações entre o Brasil e os Estados Unidos, **A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**, de Frank McCann (1995), trata do início do relacionamento militar entre os dois países, e da consequente influência doutrinária norte-americana sobre o Exército Brasileiro. Mais recentemente, o livro **Relação Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**, organizado por Sidnei Munhoz e Francisco Carlos Teixeira da Silva (2011), oferece uma perspectiva mais ampla do tema e traz dois capítulos de particular interesse para esta pesquisa: o Capítulo 6, **As relações Brasil-EUA durante o regime militar (1964-1985)**, de Paulo Visentini; e o Capítulo 9, **As Relações Militares entre o Brasil e os Estados Unidos no Século XX**, de Sonny Davis. Ainda sobre o relacionamento militar entre o Brasil e os Estados Unidos, **The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954**, de Gerald K. Haines (1989), oferece uma rica perspectiva da influência doutrinária norte-americana sobre o Exército Brasileiro após a Segunda Guerra Mundial e das frustrações que o relacionamento militar trouxe para ambas as partes e que acabariam levando ao rompimento do acordo militar entre ambos os países em 1977.

Sobre a cultura estratégica brasileira, foram considerados a já citada coleção História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto (2001-2007), e a História da Política Exterior do Brasil, de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno

(2010). Sobre a historia da política brasileira e seus conflitos na Bacia do Prata, foram tomados em conta **O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**, de Moniz Bandeira (1998) e os já citados Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003), do mesmo autor (2003). Sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, foram tomados como referência: **Aliança Brasil-Estados Unidos 1937/1945**, de Frank D. McCann Jr. Sobre a organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e seu desempenho em combate, foi usado o livro **Barbudos, Sujos e Fatigados**, de Cesar Campiani Maximiano, cuja pesquisa utilizou como fontes grande quantidade de diários e entrevistas com veteranos da FEB. Sobre o retorno da FEB e sua desmobilização, a referência escolhida foi o livro **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**, de Francisco Ferraz. Sobre a autoimagem brasileira como uma nação pacífica e alegre, as principais referências são **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda (1993), e **A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**, de Fernando de Azevedo (1944). Sobre o antimilitarismo e a aversão brasileira ao caudilhismo, **Nação e Exército**, de Gilberto Freyre (1949).

Para avaliar a cultura organizacional do Exército Brasileiro, além das obras já citadas, que abordam a história da Instituição e suas participações em ações militares, buscou-se compreender o pensamento militar brasileiro a partir de seu sistema de educação, encarregado de dar formação profissional e cultural à oficialidade. Para isto, as referências mais consistentes são **Formação do Oficial do Exército: Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944**, de Jehovah Motta (1998), e **Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político brasileiro**, de Leonardo Trevisan (2011).

Para uma visão geral da influência das instituições militares europeias nas forças armadas sul-americanas – inclusive no Exército Brasileiro –, vale destacar o clássico **Yesterday's Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940**, de Frederick Nunn (1983). Esse trabalho aborda a significativa contribuição do profissionalismo militar europeu para o desenvolvimento do que o autor chamou de "militarismo profissional" sul-americano. A obra descreve a influência das missões militares francesas contratadas pelo Brasil e Peru e das missões alemãs no Chile e Argentina. A obra, entretanto, se equivoca na interpretação dos fatos, quando o autor atribui o surgimento do militarismo nos países Sul-americanos às influências trazidas por missões militares europeias. A consistência do estudo comparado dos quatro países, neste trabalho, fica posta em dúvida, quando as evidentes diferenças entre as influências de missões são preteridas para fazer prevalecer suas

semelhanças. Também se percebe na obra a tendência de alguns acadêmicos norte-americanos a verem a América Latina e os latino-americanos, em geral, como uma entidade única e sem nuances culturais e históricas (SELCHER, 1977, p. 1; FERES JR., 2005). Nunn também exibe uma visão tendenciosa sobre os militares e as forças armadas latino-americanas, vendo-os como únicos responsáveis pelo autoritarismo e pelas intervenções ilegais na vida política dos países da região, não sendo capaz de perceber o contexto mais amplo no qual tais episódios ocorreram, a participação das lideranças políticas e o respaldo social desfrutado pelos militares em muitas ocasiões. Em relação ao que ele chama de "militarismo profissional", supostamente trazido pelas missões militares europeias, pode-se apontar que golpes de estado e governos militares acontecem na América Latina desde os processos de independência dos países da região – muito antes, portanto, da chegada dos instrutores alemães e franceses –; e continuaram a acontecer muito depois de os Estados Unidos haverem assumido o papel de modelo militar na região, enviando missões e assessores militares. Muitos desses golpes foram apoiados e mesmo promovidos pelo governo norte-americano (BLUM, 2004). Nesta mesma linha de visão das forças armadas latino-americanas como intrinsecamente autoritárias e militaristas estão as obras **O Estado Militar na América Latina**, de Alain Rouquié (1984), e **El Pensamiento Político de los Militares**, de Genaro Arriagada Herrera (1986). Uma visão mais equilibrada é apresentada por Samuel Finer (1969) em **The Man on Horseback**. Finer elenca os motivos alegados para as intervenções militares, mas também aponta uma série de motivos inibidores da intervenção. Também identifica uma escala de níveis de intervenção militar, relacionando o nível intervenção com o nível de cultura política do país. Ou seja, países de "cultura política madura" não teriam espaço para a intervenção direta dos militares na política, e sua intervenção se limitaria ao nível da "influência", podendo chegar ao da "chantagem" (FINER, 1969, p. 90). No extremo oposto da escala de cultura política estariam os países de "mínima cultura política", nos quais os modos de intervenção militar seriam a derrubada violenta das autoridades civis e a tomada do governo sem a busca de qualquer apoio de autoridades ou instituições civis (FINER, 1969, p. 130).

Também tratando da influência das instituições militares europeias nas forças armadas sul-americanas, merece destaque o livro mais recente **Neorealism, States, and the Modern Mass Army** (2007). Seu autor, João Resende-Santos, constrói uma teoria neorrealista de emulação militar transnacional, principalmente a partir do estudo de caso de três países latino-americanos – Argentina, Brasil e Chile – que imitaram a doutrina militar alemã entre o final do século XIX e o começo do século XX. O estudo de Resende-Santos também discute diversos outros casos de emulação militar baseada em modelos europeus no mesmo período, nominalmente os modelos alemão e francês, que foram copiados direta ou indiretamente por

países tão díspares como Rússia, Império Otomano, China, Egito, Estados Unidos e Japão (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 21). Em relação ao Brasil, o livro de Resende-Santos delineia um quadro muito preciso da situação militar do País e do processo de emulação de modelos militares europeus entre o final da Guerra do Paraguai (1870) e o final da Primeira República (1930) (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 240-294).

Em relação ao papel das instituições militares nos países em desenvolvimento, Morris Janowitz (1977) deu uma significativa contribuição com o livro **Military Institutions and Coercion in the Developing Countries**, cuja 2ª parte – **The Military in the Political Development of New Nations** – discute as questões da organização interna das forças armadas e do seu papel na sociedade. Ainda sobre esse tema, outra obra consolidada é **Militares y Sociedad en América Latina**, de John J. Johnson (1966). Mais recentemente, tratando especificamente de países que passaram por períodos de governos militares, convém assinalar o livro **The Soldier and the Changing State: Building Democratic Armies in Africa, Asia, Europe, and the Americas**, de Zoltan Barany (2012).

Sobre o fenômeno da modernização militar, a bibliografia em língua inglesa é vastíssima, abrangendo desde relatos históricos de casos paradigmáticos de inovação e transformação de instituições armadas, ao debate teórico sobre modelos de interpretação das inovações militares. A discussão sobre modernização de instituições militares será apresentada a seguir, no 1º capítulo.

Corpus documental

Em relação ao debate sobre as políticas de segurança e de desenvolvimento nacional, que predominava no âmbito do Governo e das Forças Armadas brasileiras no período em estudo, foram consultados arquivo privado do Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (Arquivo Castello Branco – ACB), disponível na Biblioteca da ECEME, e o acervo de conferências e monografias da Biblioteca da Escola Superior de Guerra - ESG (Rio de Janeiro, RJ). O Arquivo Castello Branco contém documentos e publicações referentes aos temas doutrina militar e modernização do Exército, dentre os quais se destacam os textos de duas de suas conferências proferidas na ESG: **A Doutrina Militar Brasileira**, de 1957, e **A Estratégia**, de 1962; o estudo de estado-maior **Subsídios Para a Formulação das Bases de uma Doutrina do Exército**, de autoria do coronel Waldir dos Santos Lima (1962); e o texto **Reorganização do Exército**, um rascunho ou minuta de documento parcialmente datilografado e parcialmente manuscrito. O acervo da ESG reflete, não apenas a produção dos

alunos daquela Escola, mas também do seu corpo docente e dos conferencistas visitantes. Tendo em vista o seu caráter de escola conjunta, destinada a atender as três Forças Armadas, o acervo da ESG não trata diretamente do tema modernização do Exército. Do acervo da Biblioteca da ESG, são do interesse desta pesquisa os textos: **A Estratégia Nacional**, de autoria de Herick Marques Caminha, Ismael da Motta Paes e Paulo Emilio Souto (1965); **A Estratégia Militar**, de Hildebrando de Assis Duque-Estrada e Sylvio Caielli de Siqueira (1965); **Elementos Militares do Poder Nacional**, de José Britto da Silveira, Sylvio Caielli de Siqueira e Alzir Benjamin Chaloub (1965); e **Doutrina Militar**, de autoria da "Equipe da DAM" (1969).

As principais fontes referentes ao debate sobre a reestruturação do Exército Brasileiro e sobre a modernização de sua doutrina foram a produção intelectual dos oficiais alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME (Rio de Janeiro, RJ), disponível no acervo de monografias produzidas naquela escola, e as coleções dos periódicos **A Defesa Nacional** e **Revista Militar Brasileira**. Uma discussão sobre esses periódicos será apresentada no 2º capítulo desta tese. Havendo a discussão sobre a necessidade de modernização do Exército tido relevo nas páginas da revista A Defesa Nacional, a pesquisa recorreu à entrevista do coronel reformado Amerino Raposo Filho, criador e redator da seção Doutrina Militar Brasileira da citada revista.

Para a busca das origens dos impulsos modernizadores vividos pelo Exército Brasileiro e para situar o processo de reestruturação em estudo nesta pesquisa em relação à realidade contemporânea da Instituição, foi utilizado o acervo do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), particularmente o acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro (CHEB), recebido pelo AHEx em 2012, quando o Centro de Documentação do Exército foi extinto em Brasília. Este acervo contém os seguintes documentos de interesse desta pesquisa: **Relatórios Sucintos do Estado-Maior do Exército** dos anos de 1962, 1963 e 1964; **Reorganização do Ministério da Guerra** (Proposta) (MINISTÉRIO DA GUERRA, (1963b); **Reorganização do Ministério da Guerra** (Emendas) (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1963c; minuta do documento **Reorganização do Ministério da Guerra** (tachado e corrigido a caneta para "Organização Básica do Exército"), datado de janeiro 1963 (tachado e corrigido a caneta para "Julho 1964"); **Relatório Sintético 1973**, do Estado-Maior do Exército, abrangendo os anos de 1969 a 1973 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1973); **Sistema IV-B - Série 3 - Atividade 3A: Planejamento do Emprêgo da FT na Segurança Coletiva - Condições de Aprestamento dos Meios Mínimos Iniciais** (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [1971]), tratando das condições de aprestamento dos meios mínimos iniciais de uma força brasileira

terrestre que participe de uma Força de Paz e Segurança Internacional. O acervo da CHEB inclui também uma coleção de documentos referentes à guerra revolucionária, como apostilas da Escola Nacional de Informações e da ECEME, tratando de temas como guerra irregular, expansão comunista na América Latina e a lavagem cerebral como arma psicológica.

Passando do nível da apresentação e discussão de ideias modernizadoras para a sua efetiva adoção e implantação, recorreu-se aos arquivos do Estado-Maior do Exercito (1ª Subchefia, 7ª Subchefia e Seção de Gabinete - SG/1), Brasília, DF. Do arquivo da 1ª Subchefia do EME, foram obtidos os **Anuários Estatísticos do Exército** dos anos de 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1977, 1978, 1979 e 1980. No arquivo da 7ª Subchefia do EME, foram consultados documentos normativos sobre a estruturação da Força Terrestre da década de 1970 e a **Diretriz Para o Estabelecimento da "Estrutura Militar de Guerra" no Exército**, de 1980. No arquivo da SG/1, foi consultada a coleção de **Boletins Reservados do Exército**, nos quais ficaram registrados os atos de criação, extinção, reorganização e transformação de unidades ao longo do período estudado, bem como as publicações dos quadros de organização (QO) das unidades criadas, reorganizadas e transformadas. Também foi utilizada a coleção dos Boletins Reservados do Exército das décadas de 1960 d 1970, disponíveis no Arquivo Histórico do Exército. Nesses boletins foram publicados os atos oficiais de criação, extinção, transformação, renomeação e transferência de unidades, bem como a estrutura detalhada do Exército ano após ano. Sobre o ordenamento legal do Brasil e também sobre a criação e transferência de unidades do Exército, recorreu-se amplamente aos portais de legislação das casas do Congresso Nacional disponíveis na rede mundial de computadores (Internet).

Para a consulta aos documentos do Sistema de Instrução Militar adotado pelo Exército Brasileiro no final da década de 1970 e início da de 1980, recorreu-se aos acervos da 1ª Subchefia do Comando de Operações Terrestres - COTER (Brasília, DF), do AHEx, da Biblioteca Franklin Dória, localizada no Palácio Duque de Caxias (Rio de Janeiro, RJ) e da ECEME. O corpo doutrinário implantado no período estudado nesta pesquisa foi encontrado na coleção de manuais doutrinários, regulamentos militares e cadernos de instrução, disponíveis na Biblioteca Franklin Dória e na Biblioteca da ECEME.

Sobre dados estatísticos no Brasil das décadas de 1960 e 1970, foram utilizados os volumes **Estatísticas do Século XX**, a 2ª edição de **Estatísticas Históricas do Brasil**, 3º volume da Séries Estatísticas Retrospectivas, e o **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-9179)**, todos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os efeitos da violência política durante os governos militares no Brasil foram avaliados a partir dos relatórios originais do **Projeto Brasil Nunca Mais** (1985), elaborados pela Arquidiocese de São Paulo, e o **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** (2014).

A pesquisa também incluiu a consulta a periódicos indexados no Brasil e no exterior, com foco nos modelos explicativos dos processos de modernização e mudanças em forças armadas, em casos históricos desses processos, em doutrina militar, cultura estratégica e cultura organizacional. Foram consultados os seguintes periódicos: **Journal of Strategic Studies**, publicado pelo grupo editorial Taylor & Francis; **Foreign Policy Analysis**, publicado pela Oxford University Press; **International Studies Quarterly**, publicado pela International Studies Association; **International Security**, publicado pela MIT Press; **Military Review**, publicada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos da América; **Revista de Estudios en Seguridad Internacional**, de Granada, Espanha; **The International History Review**, publicado pelo grupo editorial Taylor & Francis; **The American Journal of Sociology**, publicado pela The University of Chicago Press; **American Political Science Review**, publicado pela American Political Science Association; **Foreign Affairs**, publicada pelo Council on Foreign Relations; **American Sociological Review**, publicado pela Sage Publications em nome da American Sociological Association; **Revista de Sociologia e Política**, publicada pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Paraná; **Journal of Conflict Resolution**, publicado pela Peace Science Society (International); e a Revista **Estudos Históricos**, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Também foram consultados *research briefs* e *working papers* de instituições como o **Institute for Defense Analyses**, a **RAND Coporation**, o **United States Institute of Peace** (de Washington, DC), e o **Combat Studies Institute** (do Exército dos Estados Unidos da América).

Originalidade da Pesquisa

Conforme foi apontada acima, a historiografia latino-americana carece de estudos sobre as forças armadas da região, tomadas como instituições combatentes destinadas ao emprego da violência legal. A originalidade desta pesquisa fica demonstrada por ser a primeira sistematização geral de estudos sobre a modernização das Forças Armadas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970, contribuindo para os estudos sobre a História Militar do Brasil. Também é original a abordagem adotada, que leva em conta aspectos pouco presentes na historiografia brasileira, como doutrinas militares, cultura estratégica, cultura organizacional de instituições militares, e questões estruturais dessas instituições, como organização das

forças, seus equipamentos e de treinamento da tropa. A pesquisa também aborda questões pouco visitadas na historiografia brasileira, como a capacidade operacional de forças militares, em termos de eficácia militar.

A abordagem teórica, embora não seja de todo original, baseia-se em autores pouco explorados no Brasil, conforme será mostrado no primeiro capítulo. Neste sentido, esta pesquisa representa uma contribuição significativa para o debate historiográfico sobre as instituições militares brasileiras e, indiretamente, latino-americanas.

Referencial metodológico

A pesquisa desenvolvida neste trabalho se insere no campo da História Militar, em sua vertente de História Institucional. Tradicionalmente, a História Militar tem sido a história das guerras, campanhas e batalhas, bem como o registro de todas as atividades das forças militares na guerra e na paz. De forma ampla, é "a história das forças armadas e da conduta da Guerra", nas palavras do historiador militar britânico Sir Michael Howard (1984, p. 4). Seu campo é vasto, abrangendo: o estudo da participação de forças armadas em operações militares; a evolução do pensamento e da doutrina militar, dos armamentos e sistemas de armas; e a organização, composição, mobilização e treinamento das instituições militares. A partir da segunda metade do século XX, muitos historiadores passaram a incluir temas sociais no estudo da História Militar, como questões de recrutamento e composição dos quadros de oficiais e praças das forças armadas, relações civis-militares e papel dos militares na sociedade, naquilo que passou a ser conhecido como uma "nova história militar" (CASTRO; IZECKSOHN, KRAAY, 2004). Entretanto, Sir John Keegan, antigo professor da Real Academia Militar de Sandhurst, no Reino Unido, ele próprio um dos precursores da Nova História Militar, considera que a História Militar tem, "em última análise, de tratar da batalha", embora entenda que ela inclui, como um dos seus sub-ramos, o estudo das instituições militares (KEEGAN, 2000, p. 30).

A História das Instituições é uma perspectiva que abre novos campos de investigação na História Militar, como constatou o professor Paulo Parente (2010, p. 7). A proposta desta pesquisa se encaixa na esfera da História das instituições militares, buscando reconstituí-la:

> a partir dos aspectos jurídicos formais encontrados em documentos fundadores, reguladores, normativos, disciplinadores e organizadores das instituições em sua estrutura interna. Através destes documentos [podem-se] reconstruir, também, os aspectos ideológicos que nortearam a criação e motivaram a atuação das instituições (PARENTE, p. 7).

A proposta metodológica desta pesquisa foi a da História Comparada. A precisa definição do problema e as semelhanças e diferenças diacrônicas do caso em estudo permitiram um fértil campo de comparação, buscando peculiaridades, traços comuns, permanências e mudanças no Exército Brasileiro, decorrentes do processo de modernização e reestruturação em estudo.

Tendo uma instituição armada como seu principal objeto de estudo, esta pesquisa incursionou no campo da História Militar. Assim sendo, seu autor procurou atentar para as três regras gerais que, de acordo com Michael Howard, devem ser tidas em mente no estudo da História Militar: estudar em amplitude, em profundidade e em contexto (HOWARD, 2003, p. 22). O estudo em profundidade exigiu a atenção a muitos detalhes, nos níveis da técnica e da doutrina militar, que pareceriam irrelevantes à primeira vista, mas que podem resultar em desastre e em perda de vidas humanas caso as forças militares não sejam capazes de lhes dar a devida atenção. O estudo em amplitude obrigou a que a pesquisa não se restringisse aos registros e documentos oficiais, mas que recorresse às memórias, depoimentos, entrevistas, artigos em periódicos e trabalhos acadêmicos. O estudo contextualizado, por sua vez, exigiu que fossem levados em conta os ambientes políticos doméstico e internacional e a inserção almejada pelo governo brasileiro no entorno regional e internacional, bem como as circunstâncias estratégicas e operacionais que condicionaram o processo de modernização que é o objeto desta pesquisa.

A abordagem metodológica desta pesquisa foi empírica, uma vez que ela não se propôs a estabelecer modelos explicativos de caráter geral para processos de inovação de instituições militares, mas unicamente a descrever e lançar luz sobre o caso em estudo, buscando responder as questões que definiram o problema proposto (Cf. MARTINS; THEÓPHILO, 2009. p. 39). Embora o 1º capítulo apresente uma discussão teórica referente aos modelos interpretativos de processos de mudanças em instituições militares, o que se buscou nesta pesquisa foi apresentar uma "descrição densa" (GEERTZ, 2008, p. 4) da concepção e execução do projeto de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro durante as décadas de 1960 e 1970. Paul Veyne já nos advertiu de que fazer história em busca de uma "ordem dos fatos" é uma quimera, e que "a história e a sociologia estão condenadas a permanecer descrições compreensivas" (VEYNE, 2008, p. 216). Para ele, é impossível "explicar cientificamente os acontecimentos pelas diferentes leis de que resultam" (VEYNE, 2008, p. 217). Neste mesmo sentido, Julio Aróstegui (2001) constata, que dentre as maiores dificuldades para a pesquisa científica no campo da historiografia está o fato de que a História estuda processos únicos ou singulares, nos quais não há regularidade. Em consequência, o

comportamento temporal da realidade humana é muito difícil de ser enquadrado em explicações teóricas de validade universal (ARÓSTEGUI, 2001, p. 351). Por esta razão o método historiográfico tem como um de seus aspectos distintivos o fato de que a descrição ocupa um lugar de relevo, embora não seja exclusivo (ARÓSTEGUI, 2001, p. 353). Em busca da explicação de "*como* as coisas aconteceram" (VEYNE, 2008, p. 134, grifo do autor), o autor da pesquisa procurou manter certa tensão no relato histórico, criando-a pelo confronto entre as fontes oficiais, aquelas que caracterizam as propostas modernizadoras apresentadas de forma pessoal e as críticas e debates em torno do tema.

Na busca da compreensão ideográfica – não generalizável – sobre o desenvolvimento do processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, optou-se pelo estudo "de dentro de um caso"[11] (LANGE, 2013, p. 7-11). Para tanto, adotou-se a metodologia do estudo de caso, que é focada tipicamente na "variação dentro de um caso"[12] (GERRING, 2013, p. 21). O método de estudo de dentro de um caso aplica-se ao fenômeno espacial delimitado, observado em um ponto de tempo ou durante um certo período de tempo. Usa-se a "comparação interna"[13] (WICKHAM-CROWLEY, 1993) em análises históricas comparativas para incrementar o entendimento, em um caso específico, de mudanças de variáveis independentes em comparação com variáveis dependentes. O "acompanhamento do processo"[14] visa a análise de mecanismos, instrumentos e instituições no âmbito causal de comparação histórica (GEORGE; BENNETT, 2005, p. 7).

No caso específico desta pesquisa, a modernização do Exército Brasileiro é estudada como um fenômeno, um caso em evolução, cujos resultados são comparados diacronicamente a partir de parâmetros que permitem uma clara comparação entre o estado inicial e o estado final do objeto da pesquisa. Os parâmetros selecionados são os seguintes:

1º) A amplitude das mudanças na concepção estratégica das Forças;

2º) A profundidade das medidas de reestruturação da instituição militar e do desdobramento das forças no território nacional; e

3º) A amplitude e profundidade das mudanças doutrinárias e as referentes ao treinamento da tropa.

[11] *Within-case methodology*.

[12] *Within-case variation.*

[13] *Internal comparison.*

[14] *Process tracing*.

Para a efetiva execução do trabalho, foram adotadas as estratégias de pesquisa bibliográfica e documental, bem como o uso limitado e complementar de memórias e história oral. Tal estratégia partiu de uma fase de seleção de fontes, levando em conta sua pertinência e relevância para o objeto do estudo. Como critério de seleção, as fontes foram enquadradas em duas categorias básicas: as que dão testemunho do debate modernizador; e as que caracterizam a transformação do debate em realidade, a partir da implantação de medidas de modernização e reestruturação militar. No primeiro caso, foram selecionados textos não oficiais – mesmo que produzidos sob o auspício de instituições oficiais –, como monografias, artigos em revistas militares, memórias e depoimentos. No segundo caso, têm-se os atos e documentos oficiais, como Diários Oficiais, Boletins do Exército, Quadros de Organização, manuais e regulamentos militares, programas de instrução e outros documentos doutrinários oficiais.

Em seguida, foi procedido o tratamento discursivo das fontes, por meio de uma rigorosa análise de seu conteúdo, segundo o método crítico proposto por Marc Bloch (2001, p. 89-109). Esse processo visou a verificar a autenticidade e proveniência das fontes, bem como a sua crítica interna, buscando identificar não apenas eventuais falseamentos, manipulações e contaminação por mitos, mas também identificar situações de autoengano ou de exageros provocados pelo envolvimento emocional ou outras perturbações na percepção das pessoas que produziram os registros.

Estrutura da Tese

Apresenta-se a seguir o relatório desta pesquisa, composto de quatro capítulos. O primeiro capítulo traz uma discussão teórica e conceitual sobre a modernização e reestruturação de instituições militares. Nele são examinadas a profundidade, a abrangência e as origens dos processos de mudanças militares. Sendo a doutrina um aspecto central do funcionamento das forças armadas, esse capítulo inicial define doutrina militar, seus níveis de profundidade e de abrangência e seus aspectos formais. Também aborda os conceitos de cultura estratégica, cultura organizacional e eficácia militar, além de examinar os níveis de controle político ou de autonomia dos processos de mudanças em instituições militares.

O segundo capítulo avalia em que medida e de que forma o processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 foi influenciado por fatores como a conjuntura política interna, o ambiente político internacional, as tensões militares na América do Sul e a percepção brasileira sobre possíveis ameaças militares. Também avalia

como a oficialidade do Exército Brasileiro percebia as capacidades militares brasileiras e de seus possíveis adversários. Avalia, finalmente, a cultura estratégica brasileira e a cultura organizacional do Exército.

O terceiro capítulo avalia em que medida o processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro esteve submetido ao controle político das autoridades civis do País, bem como o grau de autonomia desfrutado pela instituição armada para conceber e desencadear o referido processo. Em seguida, analisa a concepção e execução do projeto modernizador, sob a perspectiva da criação de uma nova doutrina militar, em suas vertentes organizacional, instrucional e procedimental. Em relação à vertente organizacional da nova doutrina, examina a reestruturação e a criação de unidades e grandes unidades e as medidas de reequipamento das forças terrestres. Quanto à vertente procedimental, avalia a produção do corpo doutrinário formal, constituído pelos manuais militares que orientam o emprego tático das unidades recém-criadas ou reestruturadas. No que se refere à vertente instrucional, examina como foi concebido e implantado o novo sistema de instrução militar no Exército Brasileiro na fase final do período abarcado por esta pesquisa.

O quarto capítulo avalia como essas inovações se refletiram na capacidade operacional do Exército Brasileiro, em termos de poder de combate e desdobramento das suas unidades no território nacional; de treinamento da tropa; e de desenvolvimento da doutrina militar. Para a avaliação do poder de combate do Exército e de suas unidades, lança-se mão do conceito de eficácia militar e de seus atributos e critérios de avaliação.

As considerações finais fazem uma síntese dos resultados da pesquisa, apresentando suas principais conclusões.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE MUDANÇAS EM INSTITUIÇÕES MILITARES

As instituições militares tendem a serem conservadoras. Isso decorre, em grande medida, da índole conservadora dos militares (HUNTINGTON, 1996, p. 112),[1] resultante do exercício da profissão e da educação militar. A guerra é a mais arriscada das atividades humanas. Para os soldados, a guerra representa o risco de sofrimento físico, mutilação, morte e a possibilidade de deixar seus dependentes ao abandono. Para a sociedade como um todo, significa a destruição de vidas e patrimônio e a incerteza no futuro. A conduta da guerra e a preparação das forças militares não são, portanto, atividades que admitam decisões precipitadas e experimentos levianos. Os riscos extremos envolvidos na atividade militar moldam e reforçam a postura conservadora dos militares. Embora para a maioria das forças armadas a guerra seja uma experiência eventual, a educação militar e a instrução das tropas enfatizam permanentemente a assustadora realidade dos conflitos armados. Como corolário, a educação da oficialidade e o treinamento da tropa incentivam a reprodução de comportamentos e práticas militares consagradas, por meio de doutrinas formais, expressas em manuais e regulamentos militares, e pelo estudo da História Militar nas academias militares e escolas de estado-maior, buscando extrair lições das experiências militares do passado (PEDROSA, 2012, p.2).

O conservadorismo das instituições armadas também decorre de seu caráter burocrático e do fato de que as organizações burocráticas são avessas às mudanças. Como observa Stephen Rosen,[2] grandes organizações burocráticas não são apenas difíceis de mudar, mas elas são "desenhadas para não mudar". E as burocracias militares são particularmente resistentes às mudanças (ROSEN, 1991, p. 2), em função das formas de recrutamento e da educação e desenvolvimento das carreiras da oficialidade, como já constatara em 1834 o tenente-coronel John Mitchell, do Exército Britânico, ao discorrer sobre as "causas do lento desenvolvimento da ciência militar" (MITCHELL, 1838, p. 1). Para Mitchell, "em nenhuma outra profissão o temor da inovação é tão grande como no exército" (MITCHELL, 1838, p. 14).

Não obstante seu caráter conservador, o fato é que as instituições militares mudam. Essas mudanças e inovações militares são inevitáveis, em função, não apenas do desenvolvimento

[1] Huntington (1996, p. 112) considera que "em suas teorias do homem, da sociedade e da História, em seu reconhecimento do papel do poder nas relações humanas, em sua aceitação das instituições existentes, em suas metas limitadas e em sua desconfiança de projetos faraônicos, o conservadorismo identifica-se à perfeição com a ética militar".

[2] Professor do Departamento de Governo, da Universidade Harvard, Estados Unidos.

tecnológico que ocorre no setor civil e afeta a atividade militar (MURRAY, 1998, p. 301), mas também de mudanças políticas e culturais que ocorrem nas sociedades (FARRELL; TERRIFF, 2002). Desde o final do século XIX, as forças militares do mundo ocidental mudaram radicalmente suas doutrinas de emprego, passando das táticas em ordem unida para o combate em ordem dispersa (ENGLISH; GUDMUNDSSON, 1994); após a Primeira Guerra Mundial, o mundo assistiu a mecanização dos exércitos, que marcou a Segunda Guerra Mundial e as guerras que se seguiram (MURRAY, 1998; GUDERIAN, 2009); também ocorreram mudanças de paradigmas doutrinários, como a que foi implantada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, com a adoção da doutrina militar norte-americana, em substituição à doutrina francesa, que havia sido introduzida com a contratação da Missão Militar Francesa em 1919 (MALAN, 1998).

1.1 Profundidade e abrangência dos processos de mudança em instituições militares

Desde meados do século XX, historiadores ingleses e norte-americanos têm publicado trabalhos sobre mudanças consideradas revolucionárias nas forças armadas europeias. Esses estudos abordam mudanças de grande impacto sobre o desempenho das forças armadas e sobre as suas relações com os Estados e as sociedades nas quais são constituídas e aos quais prestam serviço. O termo usado para definir essas mudanças foi "revolução militar" (ROGERS, 1995). Na década de 1970, a ideia de revolução militar foi apropriada por escritores militares soviéticos, que começaram a se referir a uma "revolução tecnológica militar" que estaria ocorrendo no Ocidente. Após o fim da Guerra Fria, o estabelecimento de defesa dos Estados Unidos começou a propor uma "revolução em assuntos militares", e, mais recentemente, desde o início do século XXI, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos passou a promover o que pretendia ser uma "transformação" das forças armadas norte-americanas, provocando intenso debate no meio acadêmico anglo-saxão (SLOAN, 2008, p. 2-4).

O conceito de "revolução militar" foi lançado pelo historiador britânico Michael Roberts, em uma conferência proferida em janeiro de 1955 na Queen's University de Belfast, depois publicada com o título ***The Military Revolution, 1560-1660*** em 1967 como parte de seu livro ***Essays on Swedish History*** e republicada na coletânea ***The Military Revolution Debate***, editada por Clifford J. Rogers (ROBERTS, 1995). O argumento central da tese de Roberts é o de que as reformas militares introduzidas pelo Príncipe Maurício de Orange no exército das Províncias Unidas dos Países Baixos, e depois reproduzidas pelo Rei Gustavo Adolfo nos exércitos da Suécia, haviam revolucionado a maneira de conduzir as guerras no século XVII.

A fim de fazer frente aos terços espanhóis na guerra que as Províncias Unidas travavam contra Império Habsburgo, Maurício de Orange fora buscar inspiração nas legiões romanas, para criar unidades menores e mais flexíveis, capazes de combater em formações menos profundas, de apenas três fileiras, que lhes permitiam obter o máximo efeito das armas de fogo. O sucesso das tropas holandesas levou o Rei Gustavo Adolfo a introduzir as novas formações no exército sueco no decorrer da fase sueca da Guerra dos Trinta Anos. Dentre as novidades surgidas a partir das reformas de Maurício de Orange e Gustavo Adolfo, estariam a padronização dos tipos de unidades militares e suas denominações, correntes até os dias atuais – brigadas, regimentos, batalhões e companhias –; os uniformes padronizados das unidades; a disciplina das tropas; e os exercícios de ordem unida, para as manobras das unidades em combate e para o desenvolvimento da disciplina. De acordo com Roberts, embora essas mudanças fossem de cunho tático, elas teriam tido um caráter tão revolucionário que haviam mudado definitivamente a forma como os exércitos se organizavam, treinavam e combatiam. A revolução tática teria desencadeado uma revolução no campo da estratégia e da administração militar, como a manutenção de exércitos permanentes e de caráter nacional, a expansão dos exércitos e, em decorrência, o crescimento das burocracias dos Estados, particularmente em suas capacidades de arrecadar impostos e de recrutar soldados (ROBERTS, 1995).

O conceito de revolução militar consolidou-se ao longo da segunda metade do século XX entre historiadores militares, bem como provocou um aceso debate sobre a verdadeira natureza da revolução militar da Idade Moderna, suas causas, sua abrangência e seu início (ROGERS, 1995).

A década de 1970 assistiu ao rápido avanço tecnológico das forças armadas dos Estados Unidos da América. O Exército norte-americano se propunha a "expandir o campo de batalha", pelo uso de novos meios eletrônicos de comunicações, de vigilância à distância e do uso de armas capazes de atacar alvos em grande profundidade. As demais forças armadas norte-americanas também iniciaram programas de desenvolvimento de novas capacidades de vigilância, obtenção de inteligência e armas de precisão, com a utilização de novas tecnologias de informação, capazes de garantir o controle do campo de batalha e a aplicação da força a grande distância. Sempre atentos aos seus oponentes, os soviéticos foram os primeiros a perceber que algo de fundamental na atividade militar estava mudando drasticamente. Alusões a uma "Revolução Técnica Militar" começaram a aparecer nos periódicos militares soviéticos em meados da década de 1970 (OWEN, 2002, p. 207). Do ponto de vista soviético, essa revolução estaria capacitando as potências ocidentais a superar a

superioridade numérica das forças soviéticas em capacidades de guerra convencional, fazendo pender a balança em favor da OTAN.[3]

O termo MTR[4] acabou sendo absorvido pelo círculo de política de defesa norte-americano. No começo da década de 1990, diante da desintegração da União Soviética e da esmagadora e rápida vitória da coalizão liderada pelos EUA na Guerra do Golfo (1990-1991), o Departamento de Defesa dos Estados Unidos propôs que as Forças Armadas norte-americanas deveriam ir além da simples MTR, promovendo uma ampla e profunda inovação organizacional e doutrinária. Esse processo acabaria se transformando no que seria entendido como uma "Revolução em Assuntos Militares" (RMA na sigla em Inglês)[5] (SLOAN, 2008, p. 1-3). A RMA englobava mudanças tecnológicas, doutrinárias e organizacionais. As mudanças tecnológicas incluíam o desenvolvimento de munições guiadas de precisão (PGM na sigla em Inglês);[6] coleta de inteligência, vigilância e reconhecimento (ISR na sigla em Inglês);[7] e comando, controle, comunicações, computação e processamento de inteligência (C4I). No que se refere às mudanças doutrinárias e organizacionais, a RMA implicava na redução das forças massivas mantidas na Europa durante a Guerra Fria, substituindo-as por forças compostas por unidades menores e mais fáceis de serem desdobradas no exterior. A RMA também implicava em pessoal militar altamente qualificado, treinado e dotado de maior nível de educação e de conhecimentos tecnológicos (SLOAN, 2008, p. 3-7).

No final da década de 1990, a comunidade de Defesa dos EUA começou a falar em "Transformação Militar", abandonando aos poucos a expressão RMA, num movimento que caracterizava mais uma mudança retórica do que um novo conceito. O uso da palavra transformação ganhou força na administração do presidente George W. Bush, sob as demandas do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld por redução de efetivos e aumento de desempenho das forças militares norte-americanas (SLOAN, 2008, p. 2, 7-9).

Em termos de instituições militares, os conceitos de revolução e transformação referem-se a mudanças marcantes, capazes de representar inovações e estabelecer novos paradigmas nas instituições militares onde ocorressem. Entretanto, nem todas as mudanças em instituições militares podem ser consideradas como revolucionárias ou transformadoras. Os processos de mudança em instituições militares variam amplamente em termos de profundidade, abrangência e impacto.

[3] Organização do Tratado do Atlântico Norte.

[4] *Military Technical Revolution*, na sigla em Inglês. Em Português Revolução Técnica Militar.

[5] *Revolution in Military Affairs*.

[6] *Precision-guided munitions*.

[7] *Intelligence gathering, surveillance, and reconnaissance*.

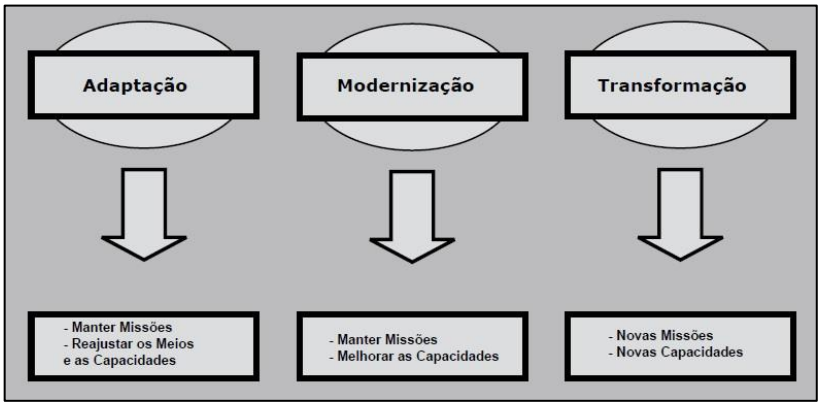
Para Theo Farrell[8] e Terry Terriff,[9] a dimensão e o alcance de uma mudança militar são determinados pelos seus resultados. Grandes mudanças em instituições militares nem sempre caracterizam inovação (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 6). Inovação seria um dos três caminhos por meio dos quais acontecem mudanças em forças armadas. Os outros seriam a adaptação e a emulação. A inovação implicaria no desenvolvimento de novas tecnologias, táticas, estratégias e estruturas. A adaptação significaria o ajustamento dos meios e métodos militares já existentes. Sucessivos ajustamentos poderiam levar ao surgimento de novos meios e métodos, caracterizando uma inovação. A emulação, ou imitação, implicaria na importação de novas ferramentas e formas de fazer a guerra por intermédio da imitação de outras organizações militares (FARRELL; TERRIFF, 2002, p. 6).

O professor Jaime García Covarrubias,[10] por sua vez, destaca que as mudanças militares ocorrem em três níveis de profundidade (Figura 01):

> **adaptação —** que consiste em adaptar as estruturas existentes para continuar cumprindo com as tarefas previstas; **modernização —** otimização das capacidades para cumprir a missão de uma melhor forma e **transformação —** desenvolvimento das novas capacidades para cumprir novas missões ou desempenhar novas funções em combate. Em poucas palavras, a transformação implica numa mudança muito mais radical já que envolve mudanças nas missões e tem um alcance não somente técnico, mas também político (GARCÍA COVARRUBIAS, 2007, p. 18).

García Covarrubias entende que uma transformação não significa apenas mudança tecnológica – que estaria mais relacionada à modernização –, mas também incluiria mudanças na doutrina e na estrutura das forças (GARCÍA COVARRUBIAS, [s.d.], p.8).

Figura 01 – Tipos de mudanças militares, segundo Jaime García Covarrubias



Fonte: GARCIA COVARRUBIA, 2007, p. 18

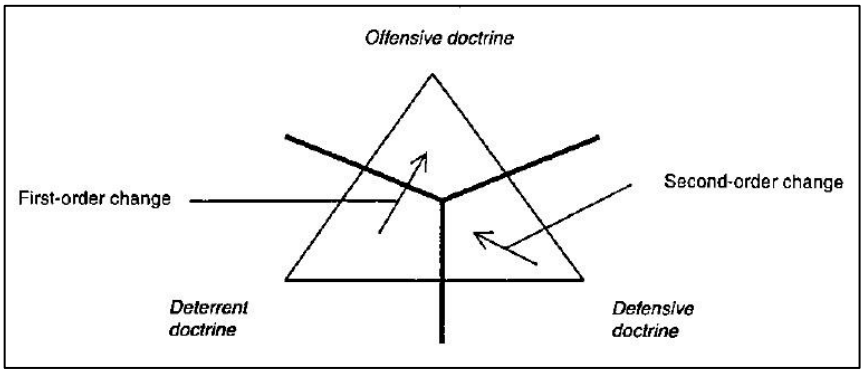
[8] Chefe do Departamento de Estudos da Guerra e professor de Guerra no Mundo Moderno no *King's College, London*. Presidente do Conselho Editorial Internacional do *European Journal of International Security*.

[9] Professor do Departamento de Ciência Política, da Universidade de Calgary, Alberta, Canadá.

[10] *Brigadier* (na reserva) do Exército do Chile e antigo professor do Centro de Estudos Hemisféricos da Defesa, Estados Unidos.

Sten Rynning[11] classifica as mudanças militares em dois níveis de profundidade ou complexidade. Mudanças mais profundas seriam descritas como "de primeira ordem", enquanto outras mudanças, de menor profundidade, seriam "de segunda ordem". Segundo essa perspectiva, mudanças "de primeira ordem" implicariam em mudanças de um "tipo ideal de doutrina" para outro. As mudanças "de segunda ordem", por sua vez, implicariam em novas combinações de poder de fogo e manobra dentro de um tipo ideal de doutrina (RYNNING, 2002, p. 5-6) (Figura 02).

Figura 02 – Tipos de mudanças militares, segundo Sten Rynning



Fonte: RYNNING, 2002, p. 6.

A percepção de que mudanças militares acontecem em distintos níveis de profundidade ou complexidade parece bastante razoável e não vai além do senso comum, pois o mesmo se aplica a qualquer campo da atividade humana. A opção por dois níveis também é bastante adequada, pois permite separar as mudanças fundamentais das acessórias, sem apelar a uma escala de muitos níveis, que exigiria julgamentos mais detalhados e técnicos a respeito das mudanças.

O problema com essa classificação é o entendimento de Rynnig sobre o que significa doutrina militar. Embora seu livro **Changing Military Doctrine** trate especificamente sobre doutrina, Rynning não define, ele mesmo, o que significa doutrina Em vez disso, utiliza o conceito estabelecido por Barry R. Posen,[12] em seu livro **The Sources of Military Doctrine**, de 1986 (POSEN, 1986). Entretanto, embora essa obra também trate explicitamente desse objeto, Posen não tem um claro entendimento do que seja uma doutrina militar. Sua definição apresentada nesse livro contém alguns equívocos fundamentais. Segundo seu entendimento, doutrina militar "é o subcomponente da grande estratégia que lida explicitamente com meios

[11] Professor de Relações Internacionais no Departamento de Ciência Política, da Universidade do Sul da Dinamarca.

[12] Diretor do Programa de Estudos de Segurança, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Estados Unidos.

militares. Duas questões são importantes: que meios devem ser empregados? e como devem ser empregados?" (POSEN, 1986, p. 13). Essa definição de doutrina, entretanto, se aproxima muito mais da consagrada definição de estratégia estabelecida por Sir Basil Liddell Hart: "a arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da política" (LIDDELL HART, 1982. p. 406), ficando subordinada à grande estratégia. Para Liddel Hart, "embora seja praticamente sinônimo de política, que tem a seu cargo a direção da guerra, a grande estratégia se diferencia da política que define seu objetivo. O termo 'grande estratégia' serve para dar um sentido de 'execução de uma política' [...]" (1982, p. 406). Essa confusão conceitual fica evidente quando Posen usa indistintamente os termos doutrina e estratégia com o mesmo sentido ao longo de seu texto, demonstrando que não percebe uma clara diferença entre ambos.[13]

A ideia de que existem três "tipos ideais" de doutrina militar – ofensivo, defensivo e dissuasão (RYNNING, 2002, p. 5.) – tampouco é teoricamente correta. Posen não fala em tipos ideais de doutrina. Afirma que "as operações militares podem ser divididas em três diferentes categorias: ofensivas, defensivas e dissuasivas". E prossegue:

> Doutrinas *ofensivas* visam a *desarmar* um adversário – destruir suas forças. Doutrinas *defensivas* visam a *negar* a um adversário o objetivo que ele busca. Doutrinas *dissuasivas* visam a *punir* um agressor – elevar seus custos, sem levar em conta a redução dos custos dos próprios defensores (POSEN, 1986, p. 14, ênfase no original).[14]

Há dois equívocos nesta afirmação de Posen. O primeiro é que não existem operações dissuasivas. A dissuasão é uma postura ou opção estratégica, não acontece no nível das operações.[15] Em segundo lugar, o autor fala em categorias de operações militares, para, logo em seguida, descrevê-las como doutrinas, mostrando que entende "operação militar" como sinônimo de "doutrina". É certo que as doutrinas militares definem os tipos de operações militares que uma força armada pode realizar e determinam como esses tipos de operações devem ser executadas. Mas doutrinas militares tratam de uma infinidade de outros aspectos

[13] Cf. Posen, 1986, p. 102, 103, 183, 207, 208, 226.

[14] No original: *Military operations can be broken into three different categories: offensive, defensive and deterrent. "Offensive" doctrines aim to "disarm" an adversary – to destroy his armed force. "Defensive" doctrines aim to "deny" an adversary the objective that he seeks. "Deterrent" doctrines aim to "punish" an aggressor – to raise his costs without reference to reducing one's own.*

[15] Cf. BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.103. Operações**. 4ª Ed. Brasília: Centro de Doutrina do Exército, 2014. Cap. IV – Operações Básicas; REINO UNIDO. Army. Army Doctrine Publication. **Operations**. Shrivenham, UK: Development, Concepts and Doctrine Centre, 2010. Chap. 8 - Executing Operations; ESTADOS UNIDOS. Headquarters. Department of the Army. **Field Manual 3-0, C1. Operations**. Washington, DC: U.S. Army Training and Doctrine Command, 2011. Chap. 3 - Full Spectrum Operations; BRASIL. Ministério da Defesa. **MD51-M-04. Doutrina Militar de Defesa**. 2ª Ed. Brasília: Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, 2007. p. 17/48.

referentes à organização, à preparação e ao emprego das forças militares; além, especificamente, da execução das operações.[16] Definitivamente, doutrina não é sinônimo de operação militar.

O mais relevante na argumentação de Rynning – e que parece muito adequada ao presente trabalho – é a sua ideia de que mudanças militares de primeira ordem implicariam em radical mudança da doutrina militar.

Stephen Rosen, tem uma concepção semelhante à de Rynning, no que se refere à relação entre o grau de inovação das mudanças militares e as mudanças doutrinárias. Para Rosen, uma "grande inovação" seria definida como "uma mudança em um das armas primárias de combate de uma força armada, na maneira como ela combate ou, alternativamente, como a criação de uma nova arma de combate" (ROSEN, 1991, p. 7),[17] entendendo-se arma de combate como uma das divisões funcionais de uma força armada, como a infantaria, a cavalaria, a artilharia etc.

> Uma grande inovação envolve uma mudança nos conceitos de operação daquela arma de combate, ou seja, as ideias que determinam as maneiras como ela usa suas forças para vencer uma campanha [...]. Uma grande inovação também envolve uma mudança na relação daquela arma de combate com outras armas de combate e a perda de importância ou o abandono de velhos conceitos de operação e, possivelmente, de um tipo de armamento que havia sido dominante anteriormente (ROSEN, 1991, p. 7-8).

Em oposição às "grandes inovações", Rosen identifica as "inovações táticas", que seriam mudanças na maneira como certos armamentos são empregados em combate e as mudanças na doutrina formal que não alteram os trabalhos essenciais da instituição militar, não podendo ser contadas como inovação (ROSEN, 1991, p. 7-8).

Também tratando de mudanças de grande profundidade em instituições militares, John Lynn[18] fala em mudança de estilo dos exércitos ocidentais (LYNN, 1996), focando principalmente em características institucionais – recrutamento, composição social, motivação, comando, administração, com precedência sobre tecnologia e aspectos tácticos.

---

[16] Um conceito claro de doutrina militar será apresentado mais adiante, na seção 1.3 deste capítulo.

[17] Esta definição difere ligeiramente daquela estabelecida por Rosen em seu artigo de 1988 New Ways of War: Understanding Military Innovation. **International Security**, Vol. 13, No. 1 (Summer, 1988). Naquele artigo, Rosen (p. 134) definiu "grande Inovação militar" como "uma mudança que força uma das armas de combate primárias de uma força armada a mudar seus conceitos de operação e seu relacionamento com outras armas de combate e a abandonar ou rebaixar missões tradicionais". Percebendo a estreiteza dessa definição – que podia excluir mudanças dramáticas na tecnologia militar, como o surgimento das armas atômicas -, o autor ampliou sua definição inicial, para incluir a criação de novas armas de combate e o abandono de armamentos tradicionais.

[18] Professor emérito de História, do Centro para Estudos Globais, da Universidade de Illinois.

Para ele, em termos históricos mais amplos, o desenvolvimento institucional é mais importante do que as inovações técnicas. Ele entende que a mudança de estilo dos exércitos é um processo mais evolucionário do que revolucionário e é marcada por transições que incluem, simultaneamente, a preservação de aspectos remanescentes do passado e sementes do futuro (LYNN, 1996, p. 507). Segundo este entendimento, como em qualquer processo evolucionário, a continuidade tem sido a principal característica do desenvolvimento dos exércitos ocidentais, em oposição às teorias das revoluções militares. Ele argumenta que mudanças militares estão sempre em andamento. O que muda é seu ritmo (LYNN, 1996, p. 512).

Lynn identifica que, historicamente, as mudanças de estilo dos exércitos ocidentais têm ocorrido em três velocidades: a primeira, gradual e evolucionária, por imitação ou por inovação limitada. A segunda, por meio de mudanças mais rápidas, quando a inabilidade de imitar exige inovações substanciais para reformar o sistema. A terceira, na forma de mudanças estruturais radicais, quando transformações na estrutura do Estado exigem a reconstrução do sistema militar (LYNN, 1996, p. 513).

Em 2006, Allan Grissom[19] sumarizou os estudos até então desenvolvidos sobre mudanças em instituições militares nos 20 anos anteriores, constatando o surgimento de um campo que ficou conhecido como "estudos de inovação militar". Entretanto, a despeito dos esforços de dezenas de pesquisadores, o campo não havia sido capaz de encontrar uma definição clara do que se deveria entender como inovação militar. A fim de fechar essa lacuna, Grissom propôs que inovação militar deveria ser entendida como "uma mudança na prática operacional que produz um significativo aumento na eficácia militar" (GRISSOM, 2006, p. 907). Grissom destaca que a inovação militar tem, obrigatoriamente, três componentes ou características. Em primeiro lugar, a inovação militar deve mudar a maneira como as formações militares funcionam em campanha.[20] Mudanças de natureza puramente administrativas e burocráticas não poderiam ser consideradas inovações. Em segundo lugar, uma inovação deve ser significativa em escopo e impacto. Isto exclui reformas menores ou aquelas que tenham efeitos ambíguos na instituição militar, implicando que inovação militar tem um sentido de consequência. Finalmente, inovação militar é tacitamente equivalente a uma maior eficácia

[19] Cientista politico sênior na RAND Corporation, instituição sem fins lucrativos, dedicada à pesquisa e à análise de temas políticos, econômicos, sociais e militares.

[20] Segundo esse entendimento, a expressão "formação militar" refere-se às unidades que conduzem diretamente as operações militares, correspondendo aos escalões táticos e operacionais das organizações militares ocidentais (exércitos, corpos de exército, divisões, brigadas, batalhões, companhias etc).

militar.[21] Apenas reformas que produzam maior eficácia militar podem ser consideradas como inovações militares (GRISSOM, 2006, p. 907).

Pode-se observar que, há uma clara equivalência entre a definição de Grissom para "inovação" e a ideia de Rynning de "mudança de primeira ordem", pois falar em "mudança na prática operacional que produz um significativo aumento na eficácia militar" é o mesmo que falar em mudança da doutrina.

Convém aqui consolidar o entendimento de que há mudanças mais profundas e de maior impacto nas instituições militares, e que têm sido chamadas, dependendo do entendimento de quem as descreveu, de "revolução", "transformação", "inovação" ou "mudanças de primeira ordem". O termo "revolução" tem, entretanto, conotações radicais e está muito ligado ao conceito de revolução militar forjado por Michael Roberts, referindo-se à expansão das forças militares na idade moderna, decorrente da introdução das armas de fogo e de mudanças táticas decorrentes. O termo "transformação", por sua vez, está marcado pelas mudanças introduzidas nas Forças Armadas Norte-Americanas no começo do século XXI, por iniciativa do Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, visando a tirar o máximo de vantagens da alta tecnologia para dar maior flexibilidade e agilidade às forças militares. Ademais, os termos "Revolução em Assuntos Militares" e "transformação" são jargões de moda, que, usados indiscriminadamente e sem rigor conceitual, perderam seus significados (GRACIA COVARRUBIAS, 2007, p. 18; SLOAN, 2008, p. vii). Sobre o uso de jargão aparentemente sofisticado na literatura militar, Jim Storr[22] constata a tendência ao pedantismo, como decorrência da superficialidade do pensamento militar. Decorre daí a tendência ao uso de termos técnicos que parecem modernos e "na moda" – como "guerra de quarta geração", "operações baseadas em efeitos", "guerras centradas em redes", ou "revolução em assuntos militares" –, capazes de causar boa impressão nas escolas de estado-maior e em revistas especializadas (STORR, 2009, p. 12-16).[23]

Optamos, pois, pelo uso dos termos "inovação" ou "mudanças de primeira ordem" para designar mudanças mais profundas e de maior impacto nas instituições militares, uma vez que são termos neutros e isentos de qualquer conotação tecnológica ou de moda. Para designar mudanças superficiais e de menor impacto, usaremos o termo "mudanças de segunda ordem".

[21] Entende-se eficácia militar como o processo por meio do qual as forças armadas transformam recursos em poder de combate.

[22] Oficial retirado do Exército Britânico. Professor de Estudos da Guerra na Academia Militar da Noruega. Membro do Departamento de Historia Moderna da Universidade de Birmingham. Consultor independente de Defesa.

[23] Ver também: OWEN, William. Essay: The war of new words. Why military history trumps buzzwords. **Armed Forces Journal**. November 1, 2009.

1.2 Origens das mudanças militares

Da mesma forma como em relação à definição de inovação militar, os estudiosos têm diferentes abordagens sobre as fontes das mudanças em instituições militares. Theo Farrell e Terry Terriff identificam três fontes básicas das mudanças militares: normas culturais, panorama político e estratégico e mudanças tecnológicas (FARRELL; TERRIFF, 2002. p. 6-7). Segundo esses autores, "normas culturais são crenças intersubjetivas sobre o mundo social e natural que definem atores, suas situações e possibilidades de ação" (FARRELL; TERRIFF, 2002. p. 7). As normas regulam a ação, definindo o que é apropriado e o que é eficaz. As normas culturais produzem persistentes padrões de comportamento, tornando-se institucionalizadas nas regras e rotinas da comunidade, e impostas por meio de fortes sanções. Embora as normas culturais sejam de natureza conservadora, elas podem dar lugar a mudanças nas instituições armadas, seja quando a mudança do quadro político e estratégico parece não mais se ajustar às normas culturais vigentes, exigindo mudanças que permitam à instituição ajustar-se à nova realidade, seja em decorrência de mudanças culturais ocorridas ao longo do tempo. Farrell e Terrif identificam dois tipos de mudança cultural: a mudança planejada e a decorrente de um choque externo. Mudanças culturais planejadas decorrem do surgimento de novas crenças a respeito de identidade e de comportamento adequado. Choques externos profundos no sistema cultural local, por sua vez, podem abalar as normas de legitimidade vigentes e os padrões de comportamento a elas associados (FARRELL; TERRIFF, 2002. p. 7-9).

A causa mais óbvia das mudanças em instituições militares são as mudanças no quadro político-estratégico, particularmente o surgimento de novas ameaças militares ou mudanças na postura estratégica das ameaças existentes (FARRELL; TERRIFF, 2002. p. 10). Novas tecnologias criadas pelas indústrias de equipamentos de defesa ou decorrentes do uso militar de desenvolvimentos tecnológicos de origem civil também podem provocar profundas mudanças nas instituições militares, como demonstra o impacto do transporte ferroviário, motorizado e aéreo na conduta das guerras e nas forças armadas. Mas novas tecnologias militares também podem ser resultado do atendimento de demandas das próprias forças armadas (FARRELL; TERRIFF, 2002. p. 12-14), como foi o caso do desenvolvimento dos radares no final da década de 1930 (BEYERCHEN, 1988) e da computação eletrônica durante a Segunda Guerra Mundial, a fim de atender a enorme demanda de cálculos para a confecção de tabelas de tiro de novas munições de artilharia (HOGG, 1977).

Emily O. Goldman[24] entende que uma via primária para mudanças em organizações militares é a difusão de inovações originadas em um Estado para outros (GOLDMAN, 2002, p. 41), e identifica duas fontes principais de motivações para a difusão de inovações militares: a competição, oriunda da percepção de ameaças no ambiente internacional, e a busca por legitimidade dentro de um sistema social (GOLDMAN, 2002, p. 42-43). Sua análise sugere que pressões competitivas no campo da segurança internacional influenciam a conscientização da necessidade de mudanças nas instituições militares, mas que são considerações normativas, como a obtenção de legitimidade interna e externa, que determinam a extensão e a adesão às mudanças, particularmente quando se trata de emulação a partir de modelos estrangeiros (GOLDMAN, 2002, p. 43, 61).

Goldman também constata a tendência de os estados promoverem mudanças militares a partir de imitação de inovações implantadas em países de maior capacidade militar e de engenhosidade, naquilo que se caracteriza como uma forma de "isomorfismo institucional". As instituições armadas se copiam porque é a maneira mais fácil de adotar as melhores práticas militares demonstradas nas grandes guerras do período, mas também em busca da legitimidade que lhes pode ser conferida pela emulação de práticas e aspectos formais de forças militares exitosas (GOLDMAN, 2002, p. 42-43).

Segundo a definição adotada por defensores do neo-institucionalismo, "isomorfismo é um processo compulsório que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais" (HAWLEY, 1968 apud DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 149). Segundo John Meyer e Brian Rowan, as organizações mudam a fim de obter legitimidade, e o isomorfismo garante legitimidade às organizações. O sucesso e sobrevivência das organizações dependem, em parte, da sua capacidade de se conformarem e de serem legitimadas pelas instituições do seu ambiente. Emular práticas consagradas é uma demonstração de responsabilidade, e evita que a organização seja vista como negligente (MEYER; ROWAN, 1977, p. 349-352). Para Meyer e Rowan, o sucesso de organizações burocráticas institucionalizadas depende da confiança e da estabilidade oferecidas pelo isomorfismo (MEYER; ROWAN, 1977, p. 354). Deve-se, neste ponto, observar que este é, precisamente, o caso de forças armadas em tempo de paz, quando seu êxito só pode ser avaliado a partir da conformidade com normas institucionais e doutrinárias.

Paul DiMaggio e Walter Powell identificam três mecanismos por meio dos quais ocorrem mudanças isomórficas institucionais: o "coercitivo", o "mimético" e o "normativo"

[24] Professora Associada de Ciência Politica e diretora do Programa de Relações Internacionais da Universidade da Califórnia, Davis.

(DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 150). Desses três mecanismos, os dois primeiros são aplicáveis aos casos de mudanças em instituições militares. O “isomorfismo coercitivo” resulta de pressões formais e informais exercidas por organizações superiores, das quais a organização depende. Esse tipo de pressão por conformidade institucional também decorre das expectativas culturais da sociedade (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 150). Deve-se notar que esse tipo de isomorfismo é típico das forças armadas, que são instituições hierárquicas, dependentes da autoridade política e do suporte legitimador da sociedade. O “isomorfismo mimético” decorre da ambiguidade dos objetivos da instituição e do ambiente de incerteza. Nessas situações, as organizações tendem tomar outras organizações como modelo, pois copiar é mais fácil e menos dispendioso do que pesquisar e compreender com clareza o ambiente institucional e os objetivos da organização. DiMaggio e Powell ressaltam que a adoção de "inovações" miméticas tem um forte componente ritual, destinado a aumentar a legitimidade da instituição que as adota, pois as organizações tomadas como modelos são percebidas como as mais legítimas ou de sucesso. Também destacam que as nações periféricas são as mais isomórficas (DIMAGGIO; POWELL, 1983, p. 151-152). Cabe observar que o isomorfismo mimético também é típico de instituições militares, cujos objetivos são difíceis de quantificar, mesmo em situação de guerra, e que atuam em ambiente de total incerteza quando são empregadas.

Em relação à emulação, John Lynn identifica uma tendência para a imitação e a similaridade entre as forças armadas de países ocidentais, uma vez que seus estilos estão diretamente relacionados com a infraestrutura dos Estados. Assim, na medida em que os Estados ocidentais compartilham características políticas, econômicas e sociais comuns, há uma tendência à congruência entre os estilos de suas forças militares. De forma similar, os avanços tecnológicos também são motivos de congruência nos modelos adotados pelas instituições armadas, pois, embora a tecnologia não imponha mudanças, a incapacidade de adotar e tirar vantagem de novas armas ou sistemas de armas tem consequências fatais na guerra (LYNN, 1996, p. 508-509). Lynn observa que

> Mais do que qualquer outra instituição, forças armadas tendem a copiar umas às outras através das fronteiras dos Estados, e por uma boa razão. A guerra é um assunto darwiniano de dominância ou sobrevivência para os Estados e de vida ou morte para os indivíduos. Quando um exército confronta armamentos ou práticas de campo de batalha novos ou diferentes, ele tem que se adaptar a eles, e, com frequência a adaptação toma a forma de imitação (LYNN, 1996, p. 509).

A tendência à imitação estaria relacionada ao conceito de paradigma militar (LYNN, 1996, p. 510). Segundo esse entendimento, de tempos em tempos, um exército em particular serve

de paradigma em sua época, definindo o núcleo de características de um estágio da evolução militar. Lynn (1996, p. 514-524) identificou sete estilos nos exércitos ocidentais e seus paradigmas. O 1º estilo foi o dos exércitos feudais dos séculos VIII ao XII, baseados nos deveres de vassalagem dos senhores de terras e seus servos e dependentes. O 2º estilo foi o dos exércitos medievais estipendiários, que surgiram na Europa do século XII até meados do século XV, compostos por tropas pagas pelos reis e pelos grandes senhores. Estes dois primeiros estilos não tiveram exércitos paradigmáticos. O 3º estilo foi o dos exércitos de contrato agregado, que floresceram na Europa do século XV até meados do século XVII. Eram compostos por unidades regulares mercenárias, contratadas como um todo, a cargo de seus chefes. Os exércitos paradigmáticos desse estilo foram o francês e depois o espanhol. O 4º estilo foi o dos exércitos comissionados pelo Estado entre meados do século XVII até fins do século XVIII. Esses exércitos eram recrutados entre os súditos de cada reino e eram mais uniformes, sendo compostos por regimentos padronizados. O exército francês foi o paradigma desse estilo, papel depois assumido pelo exército prussiano. O 5º estilo foi o do exército de conscrição popular, que surgiu com a Revolução Francesa e foi dominante até a Guerra Franco-Prussiana. Seu paradigma foi o Exército Francês. O 6º estilo foi o dos exércitos de reserva massiva, que surgiram em 1871 e estavam baseados em reservistas formados em curtos períodos de serviço militar obrigatório. Os paradigmas foram os exércitos da Alemanha até 1918, da França de 1919 a 1940 e, depois da Segunda Guerra Mundial, os exércitos dos EUA e da URSS como paradigmas concorrentes. O 7º estilo surgiu com o fim da conscrição nos EUA no começo da década de 1970, dando lugar ao exército profissional voluntário, tendo o exército norte-americano como paradigma. Michael Howard apresenta uma classificação parecida de modelos de exércitos europeus em **A Guerra na História da Europa** (HOWARD, 1997). Os exércitos paradigmáticos teriam agido como imãs, forçando os exércitos ocidentais a adotar padrões comuns de desenvolvimento militar. A imitação dos exércitos paradigmáticos teria influenciado a reprodução desde as táticas e estruturas institucionais, até a cópia de uniformes militares (LYNN, 1996, p. 510).

1.3 Doutrina Militar

Neste ponto, convém estabelecer com clareza uma definição para doutrina militar. Este é um ponto fulcral deste trabalho, tendo em vista que mudanças em instituições militares estão sempre condicionadas por mudanças doutrinárias ou estabelecem mudanças doutrinárias. Convém ainda compreender a natureza das doutrinas militares e sua estrutura, em termos de níveis de profundidade e abrangência.

1.3.1 Definição de Doutrina Militar

Há muito pouco consenso a respeito do que são as doutrinas militares. Diversos estudiosos e instituições militares têm oferecido diferentes definições para doutrina militar.

De acordo com o entendimento corrente nas Forças Armadas brasileiras, doutrina militar é

> O conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas. Englobam, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares (BRASIL, 2015, p. 94).

Para o Exército Norte-americano, o termo doutrina militar deve ser entendido como os "princípios fundamentais pelos quais as forças militares ou seus elementos guiam suas ações em apoio aos objetivos nacionais. Ela é prescritiva, mas requer julgamento na aplicação" (ESTADOS UNIDOS, 2015, p. 71).

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) segue a definição norte-americana, mas excluindo o caráter nacional dos objetivos visados pela doutrina. Para a OTAN, portanto, a doutrina militar é entendida como os "princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam suas ações em apoio aos objetivos" (NATO, 2015, p. 2-D-8).

Para o Exército Britânico,

> Doutrina é um conjunto de crenças ou princípios mantidos e ensinados. A Doutrina militar contém os princípios fundamentais que definem como as forças militares conduzem suas ações, e proporcionam aos profissionais militares seu corpo de conhecimentos profissionais. Ela proporciona às forças armadas uma base comum para a compreensão da natureza e condução do conflito armado. Em outras palavras, ela provê os fundamentos necessários para a aplicação prática e efetiva da força (REINO UNIDO, 2011, p. 11).

O Ministério da Defesa da França, por sua vez, entende que "a doutrina serve para organizar a conduta da guerra". Ela traduz a complexidade das operações militares "em princípios de ação simples e operativos", sustentada pelo princípio da eficácia, e "capitaliza os ganhos da experiência e os ensinamentos da história" com vistas ao futuro. "A doutrina abrange um campo muito vasto, que vai desde o uso de forças conjuntas até particularidades e procedimentos específicos de execução das unidades e de operação de sistemas de armas" (FRANÇA, 2014, p. 13).

Buscando ir além das definições oficiais adotadas pelas próprias instituições militares, acadêmicos têm elaborado definições mais amplas e precisas. Para Aaron P. Jackson,[25] doutrina é

> a expressão de um "sistema de crenças" institucional de uma força armada, [...]. [...] é este sistema de crenças que determina a maneira como uma força armada luta, o relacionamento que ela terá com o Estado e a sociedade que a mantém, e sua cultura institucional (JACKSON, [2013], p. 1, ênfase no original).

Para Harald Høiback,[26] de maneira mais simples, "doutrina é 'crença institucionalizada sobre o que funciona na guerra'". De forma mais elaborada, doutrina é uma teoria mandatória da guerra que leva em conta idiossincrasias culturais (HØIBACK, 2011, p. 897, ênfase no original).

Para Dennis M. Drew e Donald M. Snow,[27] "doutrina militar é o que acreditamos sobre a melhor maneira para conduzir assuntos militares". A partir dessa definição sintética, Drew e Snow dirigem seu foco para duas palavras específicas: "acreditar e melhor", destacando que o uso da palavra "acreditar" sugere que doutrina é o resultado de um exame e interpretação das evidências disponíveis. Por sua vez, "a palavra 'melhor' conota um padrão – um guia para aqueles que conduzem assuntos militares" (DREW; SNOW, 1988, p. 163-164, ênfase no original).

Deve-se observar que as três definições propostas por acadêmicos relacionam doutrina militar com a ideia de *crença*. Da mesma forma, as três definições trazem, explicita ou implicitamente, a ideia de melhor desempenho das forças armadas no cumprimento de suas missões, ou, como observaram Drew e Snow, a ideia de que a doutrina militar serve de guia para a condução das atividades militares.

Em síntese, pode-se afirmar que doutrina militar é a crença consolidada e compartilhada por uma instituição militar a respeito da melhor maneira de conduzir a guerra. A doutrina militar se desdobra em três vertentes:

[25] Oficial da carteira de doutrina do Centro de Doutrina Conjunta, da Força de Defesa da Austrália, e professor visitante nas Universidades Griffith, New South Wales e Flinders, todas na Austrália.

[26] Na ocasião da publicação do artigo citado, Harald Høiback era tenente-coronel e conferencista da Universidade de Defesa da Noruega, em Oslo.

[27] À época da publicação desse livro, o coronel Dennis M. Drew e o Dr. Donald M. Snow eram, respectivamente, diretor do Instituto de Pesquisa do Poder Aéreo, no Centro para Doutrina Aeroespacial, Pesquisa e Educação, da Universidade do Ar (Alabama), e professor de Ciência Política e diretor do Programa de Estudos Internacionais da Universidade do Alabama.

- Organizacional: Trata da organização das forças, em termos de estrutura organizacional, efetivos e equipamentos. No que diz respeito aos efetivos, implica em aspectos como: nível hierárquico e qualificação do pessoal a ser alocado para a ocupação de cada cargo na estrutura organizacional; condições de acesso à carreira na instituição; e de progressão funcional e hierárquica nessa carreira.
- Instrucional: Trata do preparo das forças, em termos de: sistema de educação da oficialidade e dos quadros de nível médio; sistema instrução e treinamento da tropa, e de adestramento coletivo das forças militares.
- Procedimental: Trata do emprego das forças em combate, em termos de: opções estratégicas básicas – postura ofensiva, defensiva ou dissuasiva –; métodos de movimentação das tropas em direção e no interior do teatro ou área de operações e métodos de concentração dessas tropas; desdobramento das tropas no campo de batalha; métodos de planejamento militar e emissão de ordens; táticas de combate nos diversos escalões das forças militares; técnicas para o emprego de equipamentos à disposição das forças; logística, em suas diversas vertentes; e atividades de comando e controle das forças em operações.

A doutrina militar também inclui o uso de uma linguagem técnica comum em todos esses aspectos, a fim de dar especificidade e precisão à comunicação no âmbito da Instituição, facilitando a emissão de ordens precisas e evitando mal-entendidos em momentos de forte estresse emocional dos combates.

Deve-se, enfim, destacar que a doutrina militar é prescritiva, mas não tem caráter ideológico, no sentido de dado por Giovani Sartori, para quem "ideologia é a fatia ou parte política de um sistema de crenças" (SARTORI, 1969, p. 400). Sartori apresenta a ideologia e o pragmatismo como modelos opostos de sistemas de crenças, cujos tipos ideais seriam caracterizados como se segue:

> Sempre que ideologia e pragmatismo são confrontados dicotomicamente, e, desta forma, conceituados como tipos polares, ideologia é um sistema de crenças baseado em: i) elementos fixos, caracterizados por ii) forte apelo emocional e iii) estrutura cognitiva fechada. Pragmatismo é, de modo oposto, um sistema de crenças baseado em: i) elementos flexíveis caracterizados por ii) fraco apelo emocional e iii) estrutura cognitiva aberta (SARTORI, 1969, p. 405).

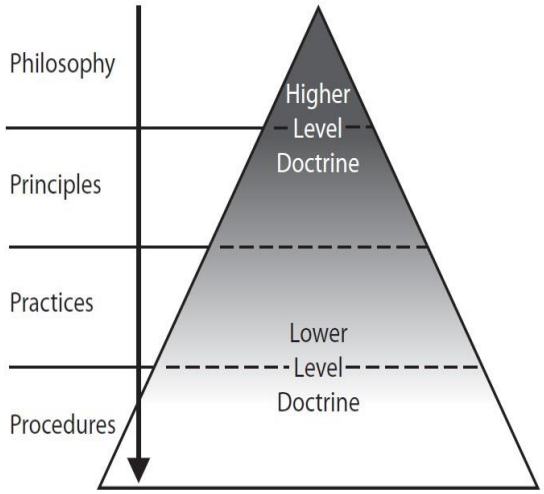
Segundo este entendimento, a doutrina militar tem um caráter mais pragmático do que ideológico. Como observa Sartori (1969, p. 400), "a presença de crenças não é suficiente para qualificar, per se, a natureza ideológica de tais crenças". O caráter pragmático da doutrina militar permite que as instituições militares, promovam mudanças doutrinárias ou adoção de novas doutrinas, em decorrência de mudanças tecnológicas, culturais ou do panorama estratégico, ou para emular instituições militares estrangeiras paradigmáticas. A doutrina

militar está fundada na ação, não em conceitos e valores subjetivos, embora tenha um componente cultural, que fica evidente quando se observa que forças armadas dotadas com os mesmo tipos de equipamentos, e desfrutando do mesmo nível de acesso à tecnologia militar, têm suas próprias peculiaridades doutrinárias, decorrentes de suas idiossincrasias culturais. Em relação ao caráter pragmático da doutrina militar em contraste com outras doutrinas, Castello Branco (1957, p. 4) enfatiza que "se há corpos de doutrina que colocam as ideias como o primeiro motor, o de uma DOUTRINA MILITAR só pode ser elaborado na base da relação inversa, ou seja, o efeito de condições e circunstancias existentes sobre as ideias" (ênfase no original).

1.3.2 Níveis de profundidade e de abrangência das doutrinas militares

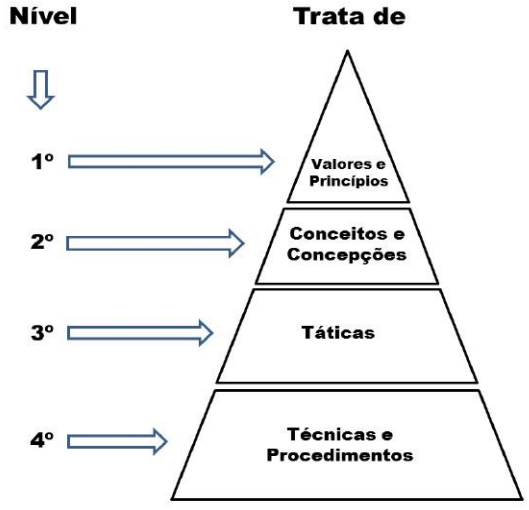
Refletindo as dimensões horizontal e vertical das atividades militares (MILLET; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 2), as doutrinas militares são estruturadas em níveis de profundidade e abrangência, tendo nos níveis superiores os aspectos filosóficos e conceituais, e nos níveis inferiores, os aspectos procedimentais, como a tática e a técnica. As figuras 03 e 04 ilustram como duas forças terrestres contemplam este escalonamento da estrutura doutrinária na segunda década do Século XXI, embora sejam oriundas de países distintos e com pouca interação militar entre seus exércitos.

Figura 03 – Os níveis da doutrina, segundo o Exército Britânico



Fonte: Army Doctrine Primer (REINO UNIDO, 2011, p. 3-2)

Figura 04 – Hierarquia das publicações doutrinárias do Exército Brasileiro



Fonte: Sistema de Doutrina Militar Terrestre (BRASIL, 2012, p. 11)

Este escalonamento em profundidade também é percebido em perspectiva teórica por Dew e Snow, que identificam o que chamam de três tipos de doutrina:

- Doutrina Fundamental, que é a fundação dos outros tipos de doutrina. Seu escopo é amplo e seus conceitos, abstratos. Suas características fundamentais são a natureza atemporal e o fato de que raramente muda. É relativamente insensível à filosofia política e às mudanças tecnológicas (DREW; SNOW, 1988, p. 168).

- Doutrina Ambiental,[28] formada pela compilação de crenças sobre o emprego de forças militares em um meio operacional específico (terra, mar, ar e espaço). Seu escopo é mais estreito do que a doutrina fundamental. É significativamente influenciada por fatores como geografia e tecnologia (DREW; SNOW, 1988, p. 169).

- Doutrina Organizacional, que é um conjunto de crenças básicas sobre a operação de uma organização militar específica ou grupo de organizações militares intimamente ligadas. Doutrina organizacional trata dos papeis e missões de uma organização; objetivos correntes; princípios de emprego da força, dependendo da influência da situação vivida; e tática. Seu escopo é muito estreito. Ocupa-se do uso de uma força em particular, em um ambiente particular, em um tempo específico. É uma doutrina corrente e deve mudar para se manter atualizada. A Doutrina Organizacional forma o grosso das publicações doutrinárias (DREW; SNOW, 1988, p. 169-170).

1.3.3 A Formalização da Doutrina Militar

No que diz respeito aos seus aspectos formais, o corpo doutrinário é composto por um conjunto de manuais e outros documentos normativos que orientam: a organização da força; os métodos de instrução e adestramento; os sistemas de recrutamento de pessoal e da mobilização de material; os métodos de tomada de decisão e de planejamento; o emprego das formações de combate nos campos estratégico, tático e logístico; e as especificações para o desenvolvimento ou a aquisição de equipamentos (HISTÓRIA..., 1984, p. 285).

A formalização da doutrina por meio da publicação de manuais surgiu na Idade Moderna e evoluiu, segundo Aaron Jackson, em quatro escolas da ontologia doutrinária. De acordo com essa abordagem, a primeira escola teria sido a do manual técnico, surgida com os primeiros manuais de ordem unida modernos no início do Século XVII. Essas primeiras publicações doutrinárias ensinavam ao soldado o manejo e o emprego sua arma, mas não davam qualquer orientação sobre quando seria adequado fazê-lo. Esse tipo de decisão era deixado a critério dos comandantes, numa forma não escrita de doutrina informal (JACKSON, [2013], p. 12-14).

[28] *Environmental doctrine*.

A segunda escola teria sido a do manual tático, surgida no final do Século XVIII e que evoluiu ao longo do Século XIX, mudando o foco do simples manejo de armas e exercícios de ordem unida, para os aspectos táticos do emprego das unidades. Diferentemente dos manuais da primeira escola, os manuais táticos davam espaço para flexibilidade na aplicação da doutrina. Os manuais táticos dominaram a produção doutrinária formal até a segunda metade do Século XX. Deve-se observar que o foco dos manuais da segunda escola era exclusivamente tático, ocasionando dissonâncias entre os meios táticos e os fins estratégicos (JACKSON, [2013], p. 15-19).

A terceira escola teria sido a do manual operacional, surgida com a publicação da edição de 1982 do manual **FM 100-5 Operations** do Exército dos Estados Unidos. A novidade desse manual teria sido o reconhecimento do nível operacional da guerra e o entendimento de que a tática é um componente das operações, que, por sua vez, é um componente da estratégia militar. Os novos manuais operacionais não mais se limitavam a disseminar instruções técnicas e táticas, mas traziam conceitos operacionais derivados de consistentes considerações teóricas e analíticas (JACKSON, [2013], p. 19-24).

A última década do Século XX teria visto o surgimento de uma quarta escola ontológica da doutrina formal, consequência das incertezas estratégicas pós Guerra Fria, da incorporação de novas e revolucionárias tecnologias aos equipamentos militares e de profundas mudanças socioculturais no seio das forças armadas, como a aceitação de mulheres e homossexuais. Os manuais estratégicos militares passariam a formar o ápice do edifício doutrinário, ficando conhecidos, nos países anglo-saxões, como *capstone manuals* ou *keystone manuals*. Seus conteúdos tenderiam a ser mais de natureza filosófica, estabelecendo princípios fundamentais ou um quadro conceitual capaz de descrever, categorizar e justificar as atividades militares, bem como de orientar a aplicação da força militar na consecução dos objetivos estratégicos nacionais (JACKSON, [2013], p. 28-29).

Nessa classificação ontológica da doutrina militar, verifica-se que a formalização da doutrina por meio da publicação de manuais começou nos níveis mais simples e menos sofisticados da atividade militar. Os primeiros manuais militares – aqueles caracterizados por Jackson como da escola técnica e os primeiros manuais da escola tática – abordavam aspectos estritamente técnicos, como o manejo das armas, os exercícios de tiro, as formaturas da tropa em parada e as formações de combate em campo raso. Muito pouca ou nenhuma consideração era feita sobre a ação adversa do inimigo e sobre os obstáculos e as irregularidades do terreno. Todas essas considerações eram deixadas ao talento e discrição dos comandantes, que como membros da nobreza, eram vistos como sendo dotados de um talento militar natural (LYNN,

2011, p. 99-101). Esses manuais eram concebidos mais para a instrução da tropa, do que para a orientação dos oficiais em suas decisões táticas diante do inimigo e das incertezas do combate. Estavam centrados no nível do regimento ou do batalhão, unidades de algumas centenas de homens e compostas por tropas de uma arma específica – infantaria, cavalaria ou artilharia. Não havia manuais sobre as grandes unidades, ou seja, brigadas, divisões e corpos de exército. Os manuais dos regimentos e batalhões traziam, eventualmente, breves instruções sobre a composição e as manobras das brigadas e divisões.[29]

Evidentemente, a despeito da não existência de doutrina escrita a esse respeito, os exércitos organizavam-se em corpos de exército, divisões e brigadas; os generais planejavam e executavam grandes movimentos de forças, e operações envolvendo grandes formações; havia práticas logísticas para o forrageamento dos animais, a alimentação da tropa, o transporte das bagagens e dos suprimentos e o atendimento médico-sanitário das tropas. Mas essas atividades eram realizadas a partir de regras não escritas, oriundas do estudo da História Militar, da tradição e da cultura organizacional de cada força, naquilo que pode ser entendido como uma doutrina informal.

A modernização dos Estados e de suas forças militares ao longo dos Séculos XIX e XX resultou na ampliação do corpo doutrinário dos principais exércitos, com a publicação de manuais que abordavam desde aspectos puramente técnicos, como a operação de equipamentos e sistemas de armas, ao emprego de unidades e grandes unidades em combate, consolidando o que Jackson chamou de Escola do Manual Tático, ou segunda escola da ontologia doutrinária. Mas apenas as últimas décadas do Século XX assistiram ao surgimento de uma doutrina no nível operacional, e a virada para o Século XXI, o surgimento de uma doutrina estratégica militar. Isto não significa que não existissem conceitos doutrinários nos níveis operacional e estratégico, mas esses conceitos não constituíam uma doutrina formal, e eram resultado da cultura estratégica de cada Estado e da cultura organizacional de cada força militar.

Convém ressaltar que as sucessivas escolas doutrinárias não são excludentes. Ao contrário, elas compõem uma estrutura doutrinária que tem na sua base os manuais técnicos e de procedimentos, seguidos acima por um conjunto de manuais táticos – conhecidos, nos EUA,

[29] Ver, como exemplos: FRANÇA. **Ordonnance du Roy, pour Régler l'Exercice de ses Troupes d'Infanterie**. Toulon: J. L. R. Mallard, 1776; STUBEN, Baron de. **Regulations for the Order and Discipline of the Troops of the United States**. Philadelphia, PA: Styner and Cist, 1779; ESPANHA. **Reglamento para el Exercicio y Maniobras de la Infantería**. Madrid: Imprenta Real, 1808; REINO UNIDO. **Rules and regulations for the manual and Platoon Exercises, Formations, Field-Exercise and Movements of His Majesty's Forces**. [Londres]: War Office, 1807; PORTUGAL. **Instrucções para o Exercicio dos Regimentos de Infanteria**. 2ª Ed. Lisboa: 1810. Todos estão disponíveis na Internet.

como *field manuals*, e, no Brasil, como manuais de campanha. Nos níveis superiores da doutrina, são encontrados os manuais descritos por Jackson como operacionais, e classificados atualmente como conceituais ou de princípios, e, mais acima, os manuais descritos por Jackson como estratégicos militares, e classificados correntemente como manuais de fundamentos, filosóficos ou *capstone*.

1.3.4 A Organização Divisionária e Regimental

Sendo a organização das forças militares um dos aspectos fulcrais das doutrinas militares, convém que se faça uma breve discussão sobre como se organizavam e se estruturavam as forças militares nos períodos em estudo nesta pesquisa, em termos de unidade e grandes unidades de combate.

A organização divisionária e regimental era um modelo adotado pela maioria dos exércitos do mundo na primeira metade do século XX. Em linhas gerais, os exércitos eram compostos por "divisões de infantaria" e "divisões de cavalaria", que eram reunidas em "corpos de exército", para emprego em operações de grande vulto. Durante a Primeira Guerra Mundial, nos principais exércitos envolvidos no conflito, as divisões de infantaria eram organizadas com duas ou três brigadas de infantaria, cada uma composta por cerca de 4.000 a 6.000 homens, e outros elementos complementares e de apoio. Nos exércitos europeus continentais e no norte-americano, cada brigada era subdividida em dois regimentos de cerca de 3.000 homens; cada um desses regimentos, composto por três ou quatro Batalhões de 800 a mil homens. O Exército Britânico não empregava regimentos como unidades operacionais. Segundo o "sistema regimental britânico", os batalhões eram reunidos em brigadas, sem um escalão intermediário. Além das unidades de infantaria – regimentos e batalhões –, as divisões de infantaria contavam com unidades de apoio ao combate – artilharia, engenharia e, eventualmente, elementos de comunicações – e de apoio logístico – como colunas de suprimentos e elementos de apoio médico (BANKS, 2013, p. 34-37, 190). Essa estrutura de apoio permitia à divisão operar de forma autônoma, e fazia dela a "grande unidade" (GU) básica dos exércitos. Deve-se observar que a Brigada também era uma "grande unidade", pois reunia certo número de unidades – regimentos ou batalhões –, mas todas da mesma arma, e não contava com unidades de apoio ao combate. A brigada não era, portanto, uma grande unidade autônoma e capaz de ser empregada de forma independente. Dependia da divisão para receber apoio de fogo, de engenharia e logístico.

O uso do termo regimento tem variado entre os exércitos e ao longo do tempo. Convém, pois, uma pequena digressão para esclarecer seu emprego e significado em cada contexto.

Segundo John Keegan (1994, p. 12),[30] "um regimento é uma unidade de força militar, tipicamente um corpo de soldados com cerca de mil homens" (tradução livre). Mas Keegan se referia ao regimento dos exércitos europeu da época napoleônica. Na maioria dos exércitos europeus do início do século XX, a infantaria era organizada com unidades de dois níveis: o regimento e o batalhão. O regimento de infantaria era composto por três a quatro batalhões de infantaria, mas os exércitos também contavam batalhões de infantaria não subordinados a regimentos. Esses batalhões independentes eram normalmente unidades de infantaria leve ou de caçadores.[31] Esta era a organização "continental", pois diferia do "sistema regimental britânico", no qual o regimento era uma unidade administrativa e territorial, encarregado de recrutar e treinar seu pessoal, organizando certo número de batalhões, que eram subordinados a brigadas e divisões para adestramento coletivo e emprego em operações. Ou seja, no sistema regimental britânico – vigente até o presente –, o regimento não é desdobrado no teatro de guerra e não faz parte da cadeia de comando das forças em operações. Durante uma guerra, o comando do regimento permanece na sua base territorial de origem, recrutando e preparando pessoal para recompletamento das unidades desdobradas ou organizando novos batalhões, a serem enviados ao teatro de guerra. O sistema regimental britânico torna-se ainda mais confuso no que diz respeito às unidades de cavalaria e artilharia. Nestas armas, o regimento é a unidade administrativa, mas também é a unidade tática equivalente ao batalhão. Assim, cada regimento administrativo de cavalaria desdobra um único regimento tático da arma, normalmente com o mesmo nome. No que se refere à artilharia, o Exército Britânico e muitos países da Comunidade Britânica, têm apenas um regimento administrativo de artilharia, normalmente chamado *Royal Regiment of Artillery* ou *Royal Regiment of Canadian Artillery*, por exemplo, ao qual todos os demais regimentos táticos de artilharia estão subordinados. Variações deste sistema regimental são usadas por muitos países da Comunidade Britânica e outros de forte influência britânica, como Portugal.

Há também muitos exércitos que usam o termo regimento para designarem as unidades do tamanho de batalhão, ou seja, subdivididas em subunidades do tamanho de companhia e com efetivos que variam de 500 a mil homens. É o caso dos Exércitos Argentino e Francês (desde a reforma militar de 1951), que designam como regimentos as unidades de infantaria normalmente chamadas de batalhão – os regimentos franceses tem quatro a cinco subunidades de manobra; maiores, portanto, do que os batalhões, normalmente compostos por três

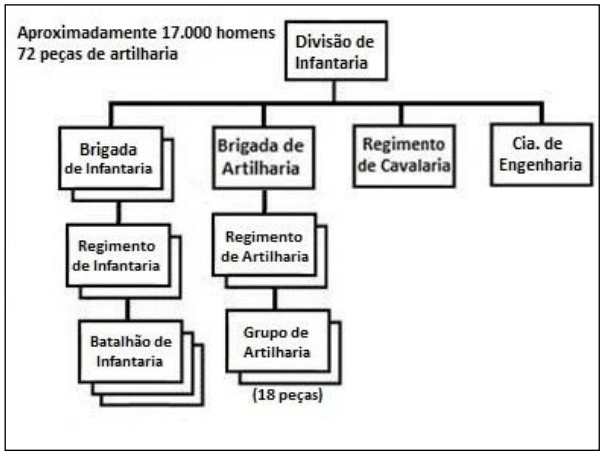
[30] Usa-se a edição em Inglês de **A History of Warfare**, da Vintage Books, tendo em vista que a edição em Português da Companhia das Letras trás uma grave incorreção neste trecho, quando traduz *a body of soldiers about a thousand strong* por *um corpo de cerca de duzentos soldados* (grifo nosso).

[31] No Exército Alemão *Jägerbataillons*, no Francês, *Bataillon de Chasseurs*.

subunidades de manobra. O Exército Brasileiro, por uma questão de tradição, também chama de regimentos as unidades de nível de batalhão da arma de cavalaria.

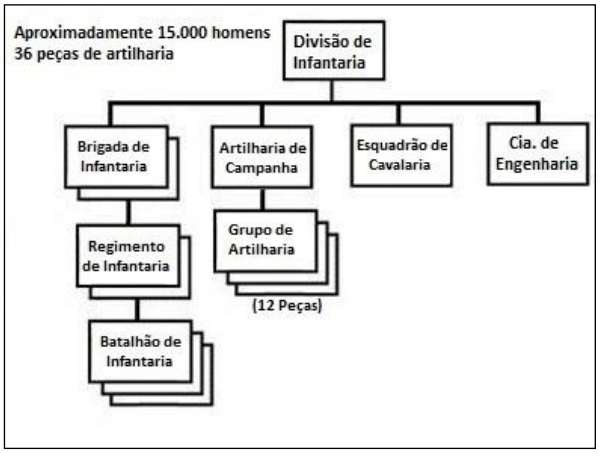
Voltando à organização das grandes unidades, no início da Primeira Guerra Mundial, cada divisão de infantaria dos principais exércitos europeus estava organizada com um número de batalhões de infantaria que variava de 12 nos exércitos alemão, britânico e francês, a 16 nos exércitos russo e austríaco (a Força Expedicionária Norte Americana enviada à França em 1918 também estava organizada com 12 batalhões por divisão de infantaria). Cada divisão também era dotada de um regimento ou esquadrão de cavalaria, para missões de reconhecimento e segurança, e de unidades de artilharia e de apoios diversos. Os efetivos de uma divisão variavam de cerca de 15.000 homens, nas divisões de infantaria dos exércitos francês e austríaco no início da Guerra em 1914, a aproximadamente 27.200 homens nas divisões de infantaria norte-americanas enviadas à Europa em 1918 (BANKS, 2013, p. 34-35, 190). Como exemplos, as figuras 05, 06 e 07 mostram, respectivamente, a organização das divisões de infantaria dos exércitos alemão, francês e britânico em 1914.

Figura 05 – Organização das Divisões de Infantaria do Exército Alemão em 1914



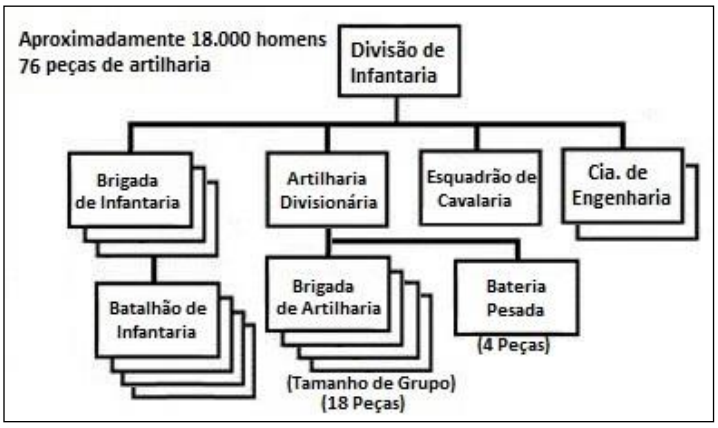
Fonte: Desenho do autor, a partir de Banks, 2013, p. 34.

Figura 06 – Organização das Divisões de Infantaria do Exército Francês em 1914



Fonte: Desenho do autor, a partir de Banks, 2013, p. 34.

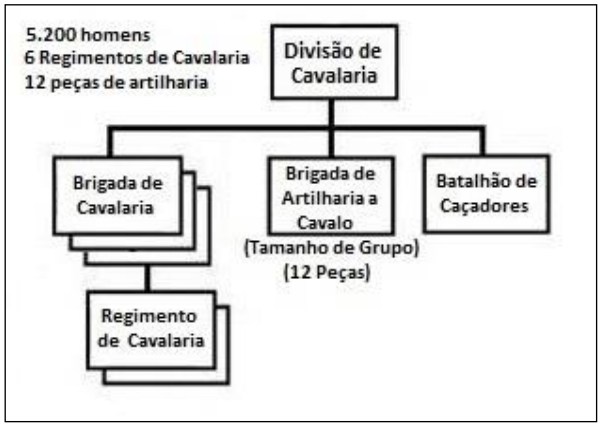
Figura 07 – Organização da Divisão de Infantaria do Exército Britânico em 1914



Fonte: Desenho do autor, a partir de Banks, 2013, p. 35.

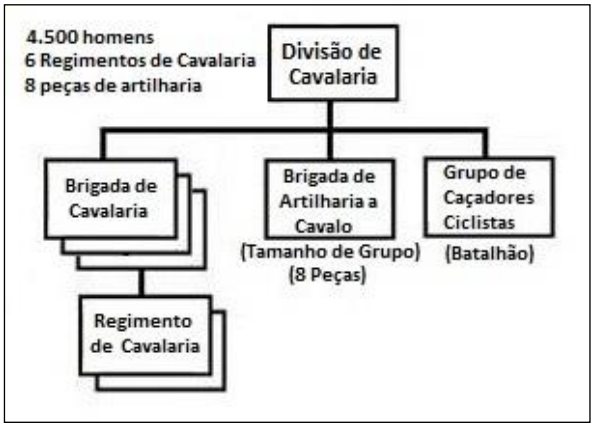
No mesmo período a que nos estamos referindo – primeira metade do século XX –, as Divisões de Cavalaria eram muito menores que as de infantaria. No início da Primeira Guerra Mundial os efetivos das divisões de cavalaria dos exércitos europeus variavam de cerca de 4.500 homens, nos Exércitos Francês e Russo, a 9.269 homens no Exército Britânico (BANKS, 2013, p. 36-37). Ou seja, uma divisão de cavalaria tinha cerca de metade a um terço do efetivo de uma divisão de infantaria. Diferentemente do regimento de infantaria, que se subdividia em três a quatro unidades básicas de combate – os batalhões –, o regimento de cavalaria constituía uma unidade de combate correspondente ao batalhão, em termos de estrutura e efetivos, embora ligeiramente menor do que nos batalhões de infantaria. Quando na infantaria um regimento tinha cerca de 3.000 homens, organizados em batalhões de 800 a 1.000 soldados, um regimento de cavalaria tinha de 500 a 800 homens. A grande diferença de efetivos decorria dos papéis que essas grandes unidades deveriam desempenhar em combate: enquanto as divisões de infantaria deveriam derrotar o inimigo no combate aproximado e ocupar o terreno, às divisões de cavalaria cabiam as missões de segurança, exploração do terreno e aproveitamento do êxito sobre um inimigo desbaratado. Esse tipo de missão dispensava efetivos massivos e favorecia o emprego de forças dispersas, operando com grande liberdade. Para comparação com os organogramas das divisões de infantaria acima exibidas, as figuras 08, 09 e 10 mostram a organização das divisões de cavalaria dos mesmos exércitos no mesmo ano.

Figura 08 – Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Alemão em 1914



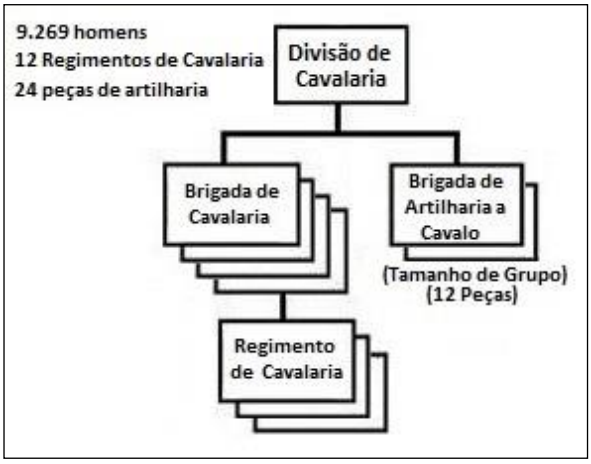
Fonte: Desenho do autor, a partir de Banks, 2013, p. 36.

Figura 09 – Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Francês em 1914



Fonte: Desenho do autor, a partir de Banks, 2013, p. 36.

Figura 10 – Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Britânico em 1914



Fonte: Desenho do autor, a partir de Banks, 2013, p. 37.

As mudanças doutrinárias do período entre as duas grandes guerras levaram à supressão do escalão brigada na organização da maioria dos exércitos que participaram da Segunda Guerra Mundial. No novo modelo divisionário, os regimentos se subordinavam diretamente ao comando das divisões. Normalmente, cada divisão era composta por três regimentos de três batalhões, num total de nove batalhões por divisão, como no caso dos exércitos francês, alemão e britânico no início da guerra na Europa e nos exércitos norte-americano e japonês em 1944. A exceção era o Exército britânico, que nunca teve o regimento de infantaria como escalão de comando em operações, tendo seus batalhões reunidos em brigadas. Os efetivos de uma divisão de infantaria variavam de cerca de 10 mil a 20 mil homens dependendo do exército (Cf. GLANTZ; HOUSE, 2009; THOMAS; ANDREW, 2000; SAYEN, 2007; ROTMAN, 2005; JOWETT; ANDREW, 2000)

A divisão ternária, organizada à base de três regimentos de infantaria – ou brigadas –, cada um deles com três batalhões, era o modelo adotado pela maioria dos exércitos ao fim da Segunda Guerra Mundial. Mas o pós-guerra assistiu à adoção de novas organizações dos exércitos em todo o mundo, como resultado de um quadro no qual não se percebia a possibilidade de uma guerra convencional de grandes proporções, envolvendo enormes efetivos como a anterior. As maiores hipóteses de guerra eram a guerra revolucionária comunista e a guerra nuclear, que ninguém sabia como seria conduzida em meio ao caos provocado pela explosão de artefatos atômicos. A tendência foi a diminuição dos efetivos das grandes unidades.

Em meados da década de 1950, surgiu nos EUA a ideia da "divisão pentômica", uma grande unidade com apenas cinco "grupos de batalha" pouco maiores que os batalhões, mas bem menores que os regimentos. Essa reorganização eliminava o escalão regimento. A "divisão pentômica" teria cerca de 13.700 homens, em vez dos mais de 17 mil do modelo anterior (WILSON, 1998, p. 283). Pensava-se que essa estrutura seria mais flexível para o emprego descentralizado no ambiente caótico do campo de batalha nuclear. Na virada da década de 1950 para 1960, três divisões chegaram a ser transformadas para a estrutura "pentômica", mas os testes em campanha desmontaram que essas grandes unidades eram desequilibradas, em termos de capacidade para operar em ambiente nuclear e não-nuclear, e eram menos flexíveis do que as de modelo anterior. Além disso, o grande número de elementos subordinados representava um sério problema de comando e controle (NEY, 1969, p. 73-74). Em 1961, a mudança da estratégia de "retaliação massiva"[32] para a de "resposta flexível",[33] em caso de um ataque soviético, ensejou o fim da breve "era pentômica" (BACEVICH, 1986) e o desenho de um novo modelo de divisão, a qual seria composta por nove a onze batalhões, conforme a natureza da divisão, subordinados diretamente ao comando da divisão. Os efetivos dessas divisões variariam de cerca de 13.550 a 16.000 homens, dependendo da natureza da divisão (WILSON, 1998, p. 308). Permanecia suprimido o escalão regimento, mas a divisão teria três comandos de brigada, capazes de enquadrar um conjunto de batalhões e empregá-los em combate (NEY, 1969, p. 75-76). A França também reduziu os efetivos de suas grandes unidades, extinguindo o escalão batalhão das suas divisões de infantaria e blindadas. A divisão teria quatro regimentos, mas estes seriam pouco maiores que

[32] Estratégia adotada durante o governo do Presidente Dwight D. Eisenhower, no início da Guerra Fria, a partir de uma proposta do Secretario de Estado John Foster Dulles, no sentido de que qualquer ataque soviético seria respondido por uma retaliação nuclear massiva (DULLES, 1954).

[33] Segundo a estratégia de resposta flexível, estabelecida em 1961 pelo Presidente J. F. Kennedy, a expansão das capacidades militares dos EUA em todo o espectro de opções não-nucleares, permitiria ao País ajustar sua resposta a cada tipo e nível de ameaça, reduzindo a possibilidade de uma guerra nuclear (MCMAHON, 2010, p. 304).

batalhões (BEAUGENDRE, 1981). Esta mudança eliminava os escalões brigada e batalhão nas divisões do Exército Francês.

1.4 Cultura estratégica e cultura organizacional

Como apontado acima por Farrell e Terriff (2002, p. 7-10), os aspectos culturais têm um papel determinante nos processos de mudanças em instituições militares. Normas culturais podem restringir ou facilitar mudanças nas organizações, seja atuando desde fora da organização, como parte da cultura dominante no ambiente no qual ela está inserida, seja atuando internamente, como parte do sistema de crenças, valores e tradições adotados e defendidos pela organização. No caso de instituições armadas – dedicadas à preparação e ao emprego em guerras e conflitos violentos – a cultura externa é caracterizada como a cultura estratégica do país, no nível que pode ser entendido como um tipo de macrocultura (SCHEIN, 2010, p. 2). Na esfera interna à instituição militar cabe levar em conta sua cultura organizacional, que pode ser um dos fatores mais importante não apenas no desempenho em combate, mas também nos processos de inovação militar em tempo de paz (MURRAY, 1999).

O conceito de cultura estratégica surgiu na década de 1980 a partir da constatação, no campo de Estudos Estratégicos e de Segurança Internacional, de que as opções estratégicas referentes à defesa e à segurança nacional dependiam não apenas de fatores objetivos, como o desenvolvimento tecnológico, a economia e as capacidades materiais relativas, mas tinham suas raízes fincadas nas experiências formativas do Estado, e eram influenciadas, em alguma medida, pelas características filosóficas, políticas, culturais e cognitivas do Estado e de suas elites. Neste sentido, é a cultura estratégica que dá sentido às variáveis objetivas (JOHNSTON, 1995, p. 34).

Segundo esse entendimento, a cultura estratégica é um sistema de símbolos, composto por duas partes: a primeira delas consistindo um conjunto de hipóteses básicas sobre o ambiente estratégico, incluindo o papel da guerra nos assuntos humanos; sobre a natureza do adversário e das ameaças que ele representa; e sobre a eficácia do uso da força. A segunda parte é formada por pressupostos mais no nível operacional sobre quais opções estratégicas são mais eficazes para lidar com as ameaças do ambiente, a partir das respostas às três primeiras questões (JOHNSTON, 1995, p. 46).

No plano interno das organizações, cultura pode ser definida como um conjunto de pressupostos básicos compartilhados por um grupo, pressupostos que foram aprendidos à

medida que o grupo resolvia seus problemas de adaptação externa e integração interna, e que tem funcionado suficientemente bem para ser considerado válido, e assim ser ensinado aos novos membros, como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas (SCHEIN, 2010, p. 18). A cultura de um grupo conduz, portanto, a padronização e a integração, por meio de um processo de acumulação de aprendizados, capaz de permitir ao grupo lidar com os dois maiores desafios de qualquer organização: sobrevivência, crescimento e adaptação ao meio ambiente; e integração interna que permita o funcionamento diário e a capacidade de adaptar-se aprender (SCHEIN, 2010, p. 18).

O acesso a um grupo consolidado implica um processo de socialização e aculturação, que permita a transmissão dos elementos da sua cultura organizacional às novas gerações, a fim de assegurar a sobrevivência do grupo (SCHEIN, 2010, p. 19). Um exemplo desse processo de aculturação e incorporação dos valores da instituição militar é a obrigação de todos os cadetes do 1º ano da Academia Militar dos Estados Unidos, West Point, decorarem a "Opinião Fixa de Scott" – um famoso elogio do general Winfield Scott aos oficiais oriundos de Wets Point que combateram na Guerra contra o México (1846-1848) –, a fim de inculcar essa tradição nas sucessivas gerações de oficiais. Em seu elogio, o general Winfield Scott declarou: "Eu dou como minha opinião fixa que, se não fossem os cadetes graduados, a guerra entre os Estados Unidos e o México poderia e provavelmente teria durado quatro ou cinco anos, com mais derrotas do que vitórias caindo na nossa conta em sua primeira metade; enquanto, em menos de duas campanhas, nós conquistamos um grande território e uma paz, sem perdermos uma só batalha ou entrevero" (COFFMAN, 2014. p. 30-31). Um processo semelhante pode ser encontrado na Academia Militar das Agulhas Negras, onde os cadetes formam três vezes por dia para as refeições, durante os quatro anos do curso, diante de uma enorme inscrição gravada em bronze sobre a entrada do refeitório, dizendo: "Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer", como uma lembrança permanente de que o exercício do comando implica, antes de tudo, na obediência ao escalão superior, às leis e aos regulamentos militares.[34]

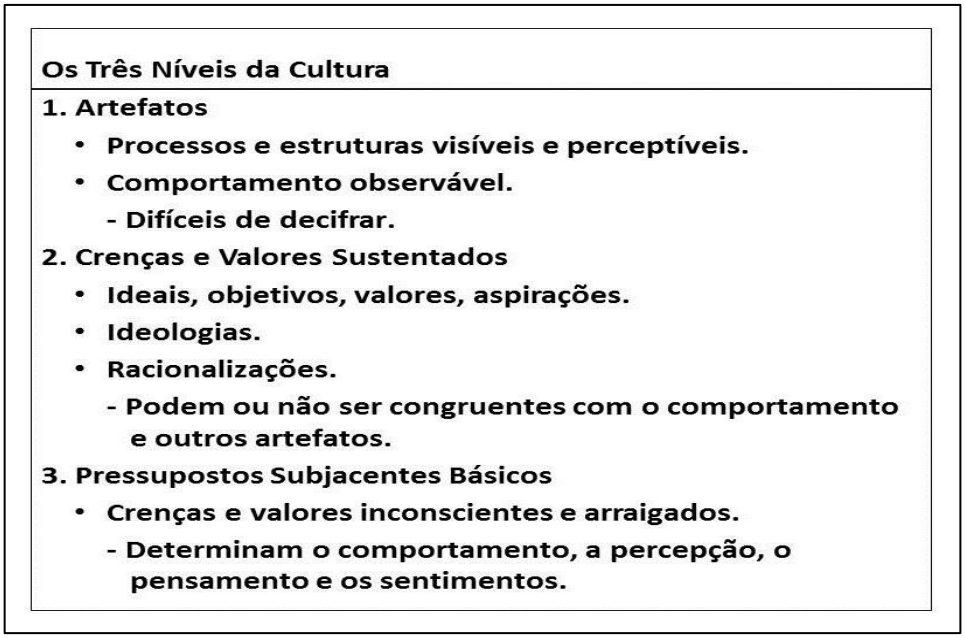
Segundo o consagrado modelo de Edgar Schein,[35] a cultura de um grupo pode ser analisada a partir de três níveis de profundidade (Figura 5). No nível mais superficial, encontram-se o que Schein chamou de "artefatos", ou seja, os aspectos mais visíveis da

[34] Na entrada dos alojamentos do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras também se pode ver uma placa cujo texto fica para sempre na memória de todos os oficiais formados naquela instituição. É um trecho de Os Lusíadas, de Luís de Camões (Canto X, CLIII), que diz: "A disciplina militar prestante não se aprende, Senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando". É uma alerta para a importância da prática guerreira na educação militar.

[35] Professor emérito da Escola Sloan de Administração, do Massachusetts Institute of Technology. Doutor em Psicologia Social pela Universidade Harvard.

cultura, como a arquitetura dos seus ambientes; sua linguagem; sua tecnologia e produtos; suas criações artísticas; suas maneiras de vestir, de se comunicar e de se comportar; seus mitos e histórias contadas sobre a organização; as listas publicadas de seus valores; e seus ritos, e cerimônias. Schein observa que os artefatos desse nível superficial da cultura são fáceis de observar, mas difíceis de decifrar por um observador externo que não tenha experimentado os níveis mais profundos da cultura em questão (SCHEIN, 2010, p. 23-24).

Figura 11 – Os três níveis da cultura, segundo o modelo de Schein


Os Três Níveis da Cultura
1. Artefatos
• Processos e estruturas visíveis e perceptíveis.
• Comportamento observável.
- Difíceis de decifrar.
2. Crenças e Valores Sustentados
• Ideais, objetivos, valores, aspirações.
• Ideologias.
• Racionalizações.
- Podem ou não ser congruentes com o comportamento e outros artefatos.
3. Pressupostos Subjacentes Básicos
• Crenças e valores inconscientes e arraigados.
- Determinam o comportamento, a percepção, o pensamento e os sentimentos.

Fonte: SCHEIN, 2010, p. 24 (Tradução livre)

Em um nível intermediário, estão as "crenças e valores sustentados" formalmente pela organização. Essas crenças e valores são expressos na forma de regras explicitamente articuladas para servir de normativa de comportamento e guia moral, a fim de orientar os membros do grupo em como lidar com o ambiente e as situações que se apresentem. Servem também para orientar o treinamento dos novos membros. Esses valores e crenças acabam formando uma ideologia ou filosofia organizacional que serve para orientar os membros do grupo sobre como lidar com a incerteza de eventos difíceis ou não controláveis. Eventualmente, entretanto, essas crenças e valores explícitos podem não se refletir no comportamento da liderança da instituição ou de seus membros (SCHEIN, 2010, p. 25-27).

No nível mais profundo da cultura de um grupo estão seus "pressupostos subjacentes básicos", constituídos por crenças inconscientes, aprendidas pelas sucessivas gerações da organização, e que são tidas como verdadeiras. São percepções, pensamentos e sentimentos, que representam a origem dos valores e da ação dos membros do grupo. Os pressupostos básicos funcionam como um "mapa mental", que permite que nos sintamos extremamente

confortáveis em meio àqueles que compartilham o mesmo conjunto de pressupostos. Por outro lado, fazem com que nos sintamos muito desconfortáveis e vulneráveis diante de pressupostos diferentes. Schein destaca que os pressupostos básicos dão estabilidade cognitiva às pessoas e funcionam como um tipo de mecanismo de defesa cognitivo do grupo. Por isso, devem ser levados em conta quando se pretende mudar aspectos da cultura de um grupo (SCHEIN, 2010, p. 27-29).

Dada sua peculiaridade dentre todas as organizações humanas, as instituições militares compartilham certa cultura comum – um tipo de macrocultura militar. Samuel Huntington[36] reconhece a existência de uma profissão militar, representada pela oficialidade militar, e caracterizada por sua "especialização", por sua "responsabilidade" social e por sua "corporatividade". A especialização dos oficiais militares é a de "administradores da violência", e seus deveres são "a direção, a operação e o controle de uma organização humana cuja principal função consiste na aplicação da violência" (HUNTINGTON, 1996, p. 29-30). A responsabilidade social da oficialidade é a de prover a segurança militar da sociedade, representada pelo Estado; e o caráter corporativo do corpo de oficiais é caracterizado pelos restritos critérios de acesso ao grupo, com estritas exigências de educação e instrução indispensáveis e, em geral, começando pelos níveis mais baixos da profissão. A estrutura corporativa da oficialidade não se restringe à burocracia oficial, mas também inclui clubes, instituições culturais, um sistema educativo próprio, vilas militares, uso de uniformes e de insígnias, costumes e tradições (HUNTINGTON, 1996, p. 32-33).

Huntington também identifica uma mentalidade militar, que está associada a uma ética profissional própria, "não datada" e "não-localizada", e cujas expressões indicam o grau de profissionalismo da oficialidade em qualquer tempo ou lugar (HUNTINGTON, 1996, p. 77-80). Segundo esse ponto de vista, a ética militar é realista e conservadora, sendo sumarizada por Huntington como se segue:

> A ética militar enfatiza a imutabilidade, a irracionalidade, a fraqueza e a maldade humana. Proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções. Salienta a continuidade e o valor da história. Aceita o Estado-nação como a forma mais alta de organização política e reconhece a constante probabilidade de guerra entre países. Destaca a importância do poder nas relações internacionais e adverte contra os perigos à segurança do Estado. Sustenta que a segurança do Estado depende da criação e da manutenção de Forças Armadas fortes.

[36] Cientista politico e acadêmico norte-americano. Foi professor da Universidade Harvard por mais de 50 anos, até seu falecimento em 2008. Foi membro do Conselho de Segurança nacional durante o governo do Presidente Jimmy Carter. Embora suas posições em política doméstica o vinculem aos liberais do Partido Democrata (Esquerda norte-americana), suas teses a respeito de imigração e choque de civilizações o aproximam da Direita.

> Preconiza a limitação da ação estatal com relação aos interesses imediatos do Estado, a restrição de compromissos exagerados e taxa de indesejáveis políticas belicosas e aventureiras. Considera a guerra como um instrumento da política, que os militares são servidores do governante e que o controle civil é essencial ao profissionalismo militar (HUNTINGTON, 1996, p. 96-97).

Embora Huntington haja construído sua proposta teórica a partir de um campo de observação anglo-saxão e europeu, suas ideias sobre uma mentalidade militar e uma ética profissional militar são amplas o suficiente para servirem como instrumento de análise de forças armadas latino-americanas, integradas à civilização ocidental e fortemente influenciadas por exércitos europeus e dos Estados Unidos. O único ponto do sumário acima apresentado que não faz parte de uma mentalidade militar universal é a questão do controle civil como condição essencial ao profissionalismo militar. Este é um ponto de permanente tensão entre a tendência de autonomia das instituições militares e a necessidade de controle do braço armado dos Estados. A própria escrita da obra **O Soldado e o Estado** foi motivada por essa tensão, que é objeto de ampla atenção nos meios acadêmicos e políticos. Huntington aborda esse conflito, ao analisar quais seriam os limites da suprema virtude militar da obediência diante da sua liderança política, e encontra quatro pontos de fricção. O primeiro é entre o dever de obediência militar e a sabedoria política do líder civil, quando o comandante militar avalia que "o governante está seguindo uma linha de ação que é pura loucura política" (HUNTINGTIN, 1996, p. 94); o segundo é entre o dever de obediência e a competência militar do governante, quando este pretende interferir diretamente na condução das operações militares; o terceiro, entre a obediência militar e a legalidade da ordem emitida pelo governante, quando esta ordem é flagrantemente ilegal; e a quarta, entre a obediência e a moralidade da ordem do líder civil, quando essa ordem afronta princípios éticos básicos do comandante militar (HUNTINGTIN, 1996, p. 95-96).

Sobre a delicada questão das relações entre o Estado e suas instituições militares, Huntington encontra duas formas básicas do exercício do controle civil sobre as forças armadas. A primeira, que ele denomina "controle civil subjetivo", busca "maximizar o poder dos grupos civis em relação aos militares" (HUNTINGTIN, 1996, p. 99); a segunda seria o "controle civil objetivo", que atinge seus fins por meio da maximização do profissionalismo militar. "A essência do controle civil objetivo é o reconhecimento do profissionalismo militar autônomo; a essência do controle civil subjetivo é a negação de uma esfera militar independente". Se o controle civil subjetivo atinge seu fim fazendo os militares mais civis, o controle civil objetivo atinge seu fim militarizando os militares (HUNTINGTIN, 1996, p. 102).

A mentalidade militar, identificada por Huntington como sendo atemporal e "não localizada", é parte de uma macrocultura organizacional militar, cujas raízes estão fincadas nas origens da atividade guerreira nas comunidades humanas. João Manoel Simch Brochado[37] identifica a origem do que ele chama o "caráter dos soldados" no "desafio primitivo que manava do âmago de sua profissão e encerrava um antagonismo perturbador: *vencer coletivamente com suas armas e sobreviver individualmente*" (BROCHADO, 2001, p. 101, itálicos no original).

Esta peculiaridade da atividade marcial impeliu os guerreiros a desenvolverem, no nível individual, uma espécie de disposição à renúncia – ou "ânimo de sacrifício" –, e no plano coletivo, o sentido de "coesão". A coesão é fundamental para a sobrevivência das organizações armadas, e gera três sentimentos característicos dessas organizações: a "união", a "solidariedade", e o "orgulho profissional", além de uma forte atitude de "resistência à degradação". O sentimento de união promove a consciência coletiva, que funciona como uma força centrípeta, e resulta no que é chamado de "espírito de corpo". A solidariedade é o resultado da empatia em relação aos dramas individuais dos camaradas, e faz surgir a "camaradagem". O orgulho profissional resulta dos sentimentos de admiração dos feitos perpetrados e os sacrifícios aceitos, resultando no "culto à glória militar" (BROCHADO, 2001, p. 101-102).

Brochado também destaca os fatores autoridade, hierarquia e disciplina como fundamentos da eficácia das instituições militares, dando-lhes sentido de coesão. Para cumprirem sua função e serem vitoriosas, as forças militares "precisam manter o desempenho semelhante ao de uma ferramenta que adquire sólida unidade com a reunião de seus componentes, tornando-se uma realidade nova, indissociável, indiscutível e previsível [...]" (BROCHADO, 2001, p. 105-106). Esse efeito só pode ser obtido por meio de três "fatores ativantes". O primeiro é a *"autoridade militar"*, exercida pelos comandantes; o segundo é a *"disciplina militar",* que gera obediência sem discussão em momentos de crise ou grave perigo; em terceiro lugar, a *"hierarquia militar"* funciona como uma "ordem impessoal que estabelece níveis de *autoridade* e de subordinação, transformando essa *obediência* reativa no ligamento capaz de resguardar a *indissociabilidade* do instrumento [...]" (BROCHADO, 2001, p. 106, ênfase no original).

[37] Coronel reformado do Exército Brasileiro. Antigo instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Da perspectiva de um assistente social que lida com veteranos militares norte-americanos, T. Scott Martin[38] constata que

> As forças armadas são diferentes de qualquer outra carreira, e as demandas da vida militar criam um conjunto único de pressões sobre os militares e suas famílias. Para a maioria das pessoas, seu emprego significa o que eles fazem; o emprego não define tão profundamente quem eles são. Para as famílias, a vida militar oferece um senso de comunidade com regras e expectativas claramente definidas. Os membros das Forças Armadas e suas famílias compartilham laços, ética militar, ethos e sistema de valores únicos. As Forças Armadas oferecem um senso de comunidade e camaradagem diferente de qualquer outra profissão. Mas elas forjam um ethos guerreiro que recompensa a intrepidez e as proezas físicas e emocionais, em detrimento da fraqueza e do temor (MARTIN, 2014).

Para além dessa cultura militar compartilhada amplamente, em suas linhas gerais, pelas forças armadas dos países cujas instituições funcionam regularmente, cada força armada de cada país tem uma cultura organizacional específica, marcada por suas experiências históricas e pelas lideranças que a criaram e consolidaram. Um caso exemplar é o do Exército da República Federal Alemã, posterior à Segunda Guerra Mundial. Em função das derrotas sofridas nas duas guerras mundiais e do envolvimento do Exército Alemão com o militarismo que desencadeou a primeira delas e com os crimes cometidos pelo nazismo na segunda, quando o novo Exército Federal Alemão foi criado no começo da década de 1950, houve a preocupação de desvesti-lo de qualquer traço das tradições militaristas do passado. As novas Forças Armadas da República Federal Alemão foram fundadas sobre princípio do *Innere Führung*,[39] de difícil tradução em outros idiomas, mas que pode ser entendido como desenvolvimento de liderança e educação cívica (ALEMANHA, 2008). Esse princípio tinha como corolário o cidadão fardado, dotado de todos os direitos democráticos de qualquer outro cidadão (KOLTERMANN, 2012, p. 3), inclusive o de queixar-se de seus comandantes ao Comitê Parlamentar das Forças Armadas (ALEMANHA, 2008, Anexo 2, p. 2-4). As novas Forças Armadas da República Federal da Alemanha foram criadas sobre quatro fundamentos: deveriam ser integradas dentro de uma aliança voltada para a defesa comum da Europa; deveriam ter apenas missões defensivas; deveriam ser organizadas como forças conjuntas, para evitar a independências de cada força armada singular; e deveriam observar a Lei Básica (Constituição) (ALEMANHA, 2015) e submeter-se à primazia da autoridade civil (KOLTERMANN, 2012, p. 3). O novo Exército Federal, em particular, propunha o estabelecimento da democracia dentro do Exército (KOLTERMANN, 2012).

[38] Chefe do Serviço de Assistência Social do Tuscaloosa VA Medical Center, pertencente ao Departamento de Assuntos de Veteranos do Governo dos EUA.

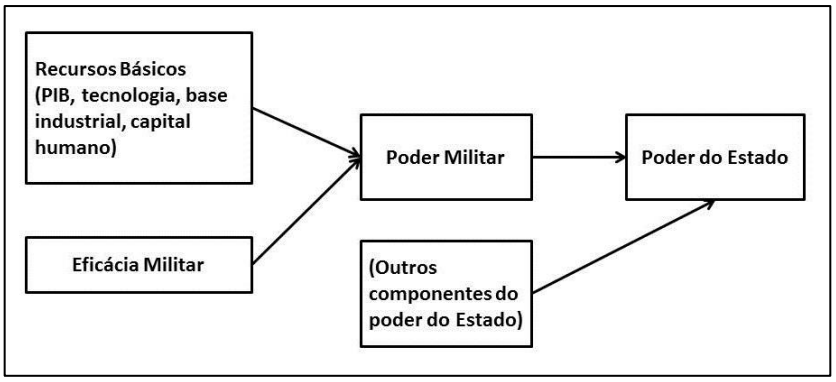
[39] Em tradução literal: Liderança interior.

1.5 Eficácia militar

Por tratar este trabalho sobre mudanças em instituições militares como forças de combate, é necessário abordar a questão da eficácia militar. Para fazê-lo, utilizamos a contribuição teórica de Allan Millett, Williamson Murray e Kenneth Watman (1988), ampliada por Risa Brooks (2007a).

Examinando as fontes do poder militar, Risa Brooks constata que a avaliação do poder militar nos estudos estratégicos e de segurança internacional vem-se focando exclusivamente nos recursos básicos do Estado, como o produto interno bruto (PIB), tecnologia, base industrial, população, forças militares etc, mas não leva em conta a capacidade do Estado de usar esses recursos. Segundo a perspectiva de Brooks, a criação de poder militar depende não apenas dos recursos básicos de que dispõe o Estado, mas da capacidade de usá-los adequadamente, ou seja, eficácia militar (Figura 4) (BROOKS, 2007a, p. 2-4). A História está repleta de casos nos quais países dotados de grande aparato militar, em termos de efetivos e equipamentos, fracassam desastrosamente quando têm que empregá-los em combate. Em junho de 1967, a Força Aérea de Israel, contando com cerca de 300 aviões de combate, conseguiu destruir em poucas horas a maioria das quase mil aeronaves de combate da coalizão árabe liderada pelo Egito. No solo, o Exército Israelense, destruiu em seis dias, sucessivamente, forças muito superiores em homens e carros de combate da coalizão formada pelo Egito, Síria, Jordânia, Líbano e Iraque. As perdas humanas e materiais também foram amplamente desproporcionais. Só o Egito teve dez mil soldados mortos, vinte mil feridos e 5.500 aprisionados, enquanto Israel teve apenas 776 mortos e cerca de 4.500 feridos (SCALERCIO, 2003, p. 145-169). A acachapante derrota egípcia foi uma demonstração da incapacidade de transformar os avultados recursos militares em pessoal, tecnologia e material, disponíveis pelo Egito, em efetivo poder de combate.

Figura 12 – Recursos, Eficácia e Poder


Recursos Básicos (PIB, tecnologia, base industrial, capital humano)
Poder Militar
Poder do Estado
Eficácia Militar
(Outros componentes do poder do Estado)

Fonte: Brooks, 2007a, p. 4

Para comprovar que metodologias para a quantificação de poder baseadas exclusivamente em recursos têm uma utilidade bastante limitada, Brooks aponta a análise empírica conduzida por Stephen Biddle, para explicar o resultado dos conflitos armados (BROOKS, 2007a, p. 3). Biddle constata que esforços para estimar as possibilidades de vitória na guerra, com base no índice composto de capacidade nacional (CINC, na sigla em Inglês), que leva em conta seis recursos considerados como de importância militar – efetivos militares, gastos militares, produção de ferro e aço, consumo de energia, população total e população urbana – só foram capazes de explicar 56% dos resultados, em um universo de 45 casos estudados (BIDDLE, 2004, p. 21).

Millett, Murray e Watman, definem eficácia militar como "o processo por meio do qual as forças armadas transformam recursos em poder de combate", este último entendido como "a capacidade de destruir o inimigo, ao mesmo tempo em que limita os danos que podem ser causados por ele" (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 2).[40] Em sua visão, "a atividade militar é extraordinariamente heterogênea, e as medidas de eficácia existentes falham em capturar toda a complexidade das organizações militares e de suas missões" (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 2). Eles destacam que a atividade militar se desenvolve tanto em uma dimensão vertical, como em uma horizontal. Em termos de dimensão vertical, a preparação e a conduta da atividade militar estrutura-se em quatro níveis: político, estratégico, operacional e tático. A dimensão horizontal, por sua vez, consiste nas inúmeras tarefas que as organizações militares têm que executar de forma simultânea e interdependente em cada um dos níveis verticais (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 2-3).

Em função dessa peculiaridade, Millett, Murray e Watman (1988, p. 3) propõem que qualquer avaliação de eficácia deve examinar separadamente cada nível da atividade militar.

No *nível político*, a organização militar deve ser capaz de assegurar os recursos necessários para manter-se, expandir-se e reconstituir-se. Esses recursos significam acesso a apoio financeiro, base industrial militar adequada, recursos humanos suficientes em quantidade e qualidade. Quase sempre isso requer que a instituição seja capaz de obter a cooperação da elite política nacional. No nível político, a eficácia militar deve ser avaliada a partir de critérios como: em que medida a organização militar é capaz de assegurar uma fatia regular do orçamento nacional, que lhe permita fazer frente a suas necessidades; em que medida a

[40] Mais tarde, Risa Brooks definiria eficácia militar, em termos parecidos, como "a capacidade de criar poder militar a partir dos recursos básicos de um Estado em economia, tecnologia, população, tamanho e capital humano" (BROOKS, 2007a, p. 9).

organização militar tem acesso aos recursos industriais e tecnológicos necessários para produzir os equipamentos de que necessita; em que medida a organização militar tem acesso aos recursos humanos requeridos em termos de quantidade e qualidade (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 4-6).

No *nível estratégico*, a eficácia militar refere-se ao emprego da organização militar para assegurar pela força os objetivos definidos pela liderança política nacional. A atividade estratégica consiste no planejamento do emprego da força, incluindo considerações de tempo, geografia, missão e objetivos a serem alcançados. No nível estratégico, a eficácia militar pode ser avaliada segundo critérios como: em que medida a conquista dos objetivos estratégicos da organização militar assegurariam a consecução dos objetivos políticos da nação; em que medida os líderes militares são capazes de se comunicar e influenciar os líderes políticos a fim de fazê-los buscar objetivos nacionais razoáveis do ponto de vista militar; em que medida os objetivos e opções estratégicas são compatíveis com a estrutura das forças militares; em que medida os objetivos estratégicos da força armada são coerentes com sua infraestrutura logística e com a base industrial e tecnológica do país; em que medida a organização militar é capaz de integrar seus objetivos estratégicos como os de seus aliados e de persuadi-los a adotar objetivos estratégicos coerentes; em que medida os planos e objetivos estratégicos empregam os pontos fortes da organização militar contra as deficiências do inimigo (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 6-11).

No *nível operacional*, a eficácia militar refere-se à análise, seleção e desenvolvimento de uma doutrina para o emprego de forças de grandes efetivos para alcançar os objetivos estratégicos dentro do teatro da guerra. A atividade militar operacional envolve a análise, o planejamento, a preparação e a conduta das várias facetas de uma campanha militar específica. Dentro desse escopo estão incluídas a disposição e o controle das unidades militares, a seleção dos objetivos no teatro de operações, a organização e condução do apoio logístico e a direção das forças terrestres, aéreas e navais. Alguns critérios de avaliação da eficácia militar operacional são: em que medida a organização militar possui *ethos* e integridade que lhe permitam lidar com os problemas operacionais de forma realista; em que medida a doutrina operacional da organização é bem integrada; em que medida a organização busca combinar as armas de combate para tirar o máximo de vantagem de seus pontos fortes, ao mesmo tempo em que protege suas deficiências; em que medida a organização é móvel e flexível no nível operacional, seja no sentido físico, seja no intelectual; em que medida a doutrina e as decisões operacionais são compatíveis com a tecnologia disponível; em que medida as atividades de apoio são bem integradas à doutrina operacional da organização; em

que medida a doutrina operacional da organização é coerente com os objetivos estratégicos a ela atribuídos; em que medida a doutrina operacional da organização emprega seus pontos fortes contra os pontos fracos do inimigo (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 12-19).

No *nível tático*, a eficácia refere-se às técnicas específicas usadas pelas unidades de combate para lutar nos engajamentos, a fim de conquistar os objetivos operacionais. A atividade tática envolve a movimentação de forças no campo de batalha contra o inimigo, o emprego de fogo destrutivo contra forças inimigas e alvos, e a organização e condução do apoio logístico diretamente aplicável aos engajamentos. Alguns critérios de avaliação da eficácia militar táticas são: em que medida a doutrina tática de uma força armada é compatível com seus objetivos estratégicos; em que medida a doutrina tática é compatível com as capacidades operacionais da organização; em que medida o sistema tático da organização enfatiza a integração de todas as armas; em que medida a doutrina tática da organização enfatiza a surpresa e a rápida exploração das oportunidades; em que medida o sistema tático da organização é coerente com sua postura em relação às questões de moral, coesão das unidades e relacionamento entre oficiais e praças; em que medida o modelo de treinamento da organização militar é compatível com seu sistema tático; em que medida o sistema tático da organização militar é compatível com suas capacidades de apoio; em que medida o sistema tático da organização emprega seus pontos fortes contra as deficiências do inimigo (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 19-25).

Mais recentemente, Risa Brooks propõe uma nova abordagem para avaliar a eficácia das organizações militares, a partir de uma moldura comum baseada em quatro atributos centrais: "integração", entendida como a capacidade de garantir consistência nas atividades militares, criar sinergia dentro e através dos níveis da atividade militar e evitar ações contra-produtivas; "capacidade de resposta", ou seja o grau segundo o qual um Estado acomoda restrições e oportunidades internas e externas ao se preparar para conflitos armados; "destreza", incluindo a capacidade para garantir que o pessoal militar esteja motivado e preparado para executar tarefas no campo de batalha; e "qualidade", ou seja, a capacidade do Estado para se prover de armas e equipamentos fundamentais (BROOKS, 2007a, p. 9-10).

Segundo essa perspectiva, "integração" é o grau segundo o qual as diferentes atividades militares são internamente consistentes e se reforçam mutuamente. Uma força armada integrada é aquela na qual as atividades no nível tático são consistentes com aquelas do nível operacional e que dão suporte aos objetivos estratégicos mais amplos. A integração também implica na manutenção do alinhamento entre a estratégia, as operações e a tática, com as

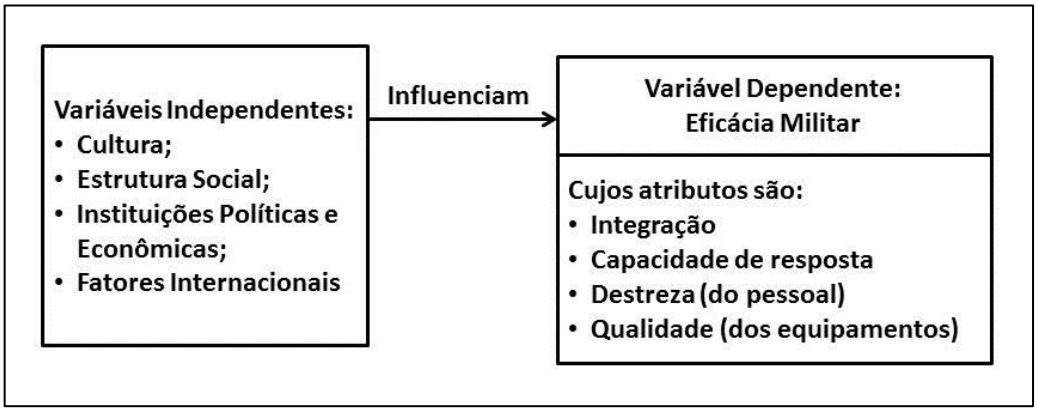
atividades de desenvolvimento da força, tais como aquisições de equipamentos, educação, treinamento (BROOKS, 2007a, p. 10).

A "capacidade de resposta" é definida por Brooks como "a capacidade de ajustar a atividade militar às capacidades do próprio Estado, às capacidades dos seus adversários, e às restrições e imposições externas" (BROOKS, 2007a, p. 11). Ela se refere à capacidade de uma força armada dar resposta a novas informações sobre ela própria, seus adversários ao ambiente. Uma força armada responsiva é capaz de ajustar sua doutrina operacional e suas táticas para tirar vantagem das debilidades do inimigo e de suas próprias capacidades superiores, ao mesmo tempo em que se ajusta e contrabalança restrições externas, como limitações materiais, geográficas, tecnológicas, sócio-estruturais, políticas e culturais (BROOKS, 2007a, p. 11).

O terceiro atributo central da eficácia militar, a "destreza", é definido por Brooks como "a capacidade de executar tarefas específicas e cumprir ordens" (BROOKS, 2007a, p. 12), incluindo a capacidade de absorver novas tecnologias ou de se adaptar a doutrinas sofisticadas e a formas exigentes de organização militar. O atributo de destreza também inclui a capacidade de uma força armada de motivar os soldados de forma a garantir que eles cumpram as ordens, combatam com denodo e mantenham a iniciativa do combate. A "destreza" reflete, pois, o grau segundo o qual que o pessoal militar tem a capacidade e a determinação de executar tarefas difíceis, complexas e perigosas, que são essenciais para a preparação e a condução da guerra (BROOKS, 2007a, p. 12).

Brooks também identifica um conjunto de variáveis independentes causais para eficácia militar (Figura 5). Dentre estas, a autora assinala quatro causas mais relevantes: "cultura"; "estrutura social"; "instituições políticas e econômicas"; e "fatores internacionais", incluindo as normas globais, a competição, e as organizações internacionais (BROOKS, 2007a, p. 16-17). Por cultura, Brooks entende as visões de mundo dominantes em um Estado ou sociedade, que definem como as forças armadas se preparam e conduzem a guerra. A cultura pode ser expressa por padrões avaliativos – valores e crenças sobre quais ações são apropriadas – e padrões cognitivos – tais como os métodos para empreender a ação, uma vez que ambas definem os atores em uma sociedade e moldam seu comportamento. A autora entende que suas concepções de cultura como uma das causas potenciais da eficácia militar são compatíveis com a noção de cultura estratégica de Ian Johnston (1995) e com a ideia de cultura das organizações militares (BROOKS, 2007a, p. 16).

Figura 13 – Eficácia Militar segundo Risa Brooks: seus fatores causais (variáveis independentes) e seus atributos



Fonte: Desenho do autor, a partir de BROOKS, 2007a.

O segundo fator causal da eficácia estratégica – estrutura social – se refere à maneira como uma sociedade se divide internamente e como distribui recursos e poder entre os diferentes grupos. As formas de clivagem social – por classes sociais, por laços familiares ou tribais, por grupos étnicos –, a profundidade dessas divisões e a conflitividade entre os grupos que formam a sociedade são fatores que afetam o desempenho das forças armadas (BROOKS, 2007a, p. 16-17).

As instituições políticas e econômicas, por sua vez, são a terceira variável independente como causa da eficácia militar, influindo na maneira como as estruturas políticas e a organização da economia dos Estados afeta o desempenho das forças armadas (BROOKS, 2007a, p. 17). Questões como forma de governo, estrutura administrativa do Estado, sistema econômico, nível de intervenção do governo na economia e controle político das instituições militares têm impacto direto nas formas como as forças armadas comunicam suas demandas ao governo e à sociedade e seus representantes; no seu acesso a recursos orçamentários; e no alinhamento entre a política do governo, as estratégias militares e, em última instância, na execução das operações militares, ou seja, na integração das atividades militares com os objetivos políticos do governo.

Finalmente, a quarta variável independente que pode dar causa à eficácia militar são os fatores internacionais, como as normas globais, a pressão da competição entre os Estados e as organizações internacionais. As normas globais são crenças a respeito das formas apropriadas de comportamento e são expressas na lei internacional, mas também nas redes militares transnacionais e em comunidades epistêmicas. As organizações internacionais incluem as Nações Unidas, organismos regionais ou outras formas de organizações multinacionais

formais que possam impor restrições à ação dos Estados. Também podem incluir grandes organizações não governamentais, capazes de representar óbices à liberdade de ação estatal (BROOKS, 2007a, p. 17-18).

1.6 Níveis de controle político dos processos de mudanças em instituições militares

No que diz respeito ao nível de controle exercido pelas autoridades políticas sobre os processos de mudanças em instituições militares, é possível identificar três modelos de interpretação. O primeiro deles, proposto por Barry Posen, entende que, em função de suas características de grandes organizações burocráticas, as instituições militares estão entre as mais difíceis de serem controladas pelas autoridades políticas. "Elas são paroquiais, fechadas, grandes, dotadas de muitos recursos, e dominam uma tecnologia peculiar e enigmática" (POSEN, 1984, p. 39). Em função dessas características, as forças armadas seriam avessas às inovações doutrinárias e propensas a preservar certo grau de autonomia em relação às autoridades civis (POSEN, 1984, p. 52-53). De acordo com o modelo de Posen, a inovação militar dependeria de um componente externo, na forma de uma intervenção das autoridades civis a fim de romper a inércia dos militares profissionais. Isso aconteceria porque as organizações abominam a incerteza e temem as mudanças nos padrões tradicionais. Também decorreria do fato de que as instituições militares são hierárquicas, o que dificulta o fluxo de ideias dos níveis mais baixos para os superiores. Além disso, aqueles que estão no topo da hierarquia e que conquistaram seus postos e posições por dominar a doutrina antiga, não têm qualquer interesse em encorajar a introdução de uma nova doutrina (POSEN, 1984, p. 224). Este modelo proposto por Posen ficou conhecido como o "modelo externo de inovação militar" (NAGL, 2005, p. 3-4).[41]

Uma vez que a atividade militar é técnica e especializada, Posen reconhecia que as autoridades civis teriam grande dificuldade em promover inovações em suas estruturas e doutrinas. Entretanto, os civis não precisariam necessariamente ter o conhecimento técnico necessário para fazer diretamente mudanças que levassem as forças armadas a se adequar ao desenho da grande estratégia. "Eles deveriam confiar em *mavericks* de dentro da organização militar para os detalhes da inovação doutrinária e operacional" (POSEN, 1984, p. 174).[42]

[41] Grissom apresenta outra taxonomia das escolas de estudos de inovação militar: *modelo civil-militar*, *modelo inter-forças*, *modelo intra-força* e *modelo cultural* (GRISSOM, 2006, p. 908-916). Este trabalho opta pela classificação proposta por Nagl, por entendê-lo como ontologicamente mais consistente.

[42] A palavra *maverick* foi mantida no idioma Inglês, em função de sua difícil tradução para o Português. Seu sentido é de uma pessoa que não se comporta ou pensa como as demais, e que tem opiniões independentes e pouco usuais. (OXFORD Advanced Learner's Dictionary. 7th Ed.)

O segundo modelo de interpretação da inovação de instituições militares foi proposto por Stephen Rosen (1991). De acordo com Rosen, não seria necessário que as instituições sofressem derrotas militares ou que fossem submetidas à intervenção de autoridades civis para produzirem inovações militares (ROSEN, 1991, p. 9-10). Segundo esse entendimento, que ficou conhecido como "modelo interno de inovação militar" (NAGL, 2005, p. 3-4), é muito difícil ao comando civil impor um processo de inovação militar, em função da especialização e complexidade da atividade militar (ROSEN, 1991, p. 11). Os civis teriam mais impacto se fossem capazes de criar uma estratégia que reforçasse a ação dos oficiais mais graduados que já detinham o poder "legítimo" nas forças armadas (ROSEN, 1991, p. 21).

Posteriormente, a partir das concepções propostas por Posen e Rosen, outros acadêmicos desenvolveram um modelo integrado de mudança doutrinária. Barry Watts e Williamson Murray, adeptos dessa perspectiva integrada, entendem que as inovações militares em tempo de paz seriam inevitavelmente não-lineares, contingenciais e marcadas pela casualidade. Por essa razão, preferiram evitar generalizações teóricas em torno de explicações para os processos de inovação militar. Em vez disso, optaram por concentrar-se em um objetivo mais modesto e factível, que foi o de identificar as ações específicas que haviam sido adotadas por oficiais e funcionários civis de alto nível para facilitar a inovação em suas instituições militares (WATTS; MURRAY, 1998, p. 375-381). Em relação ao alcance da intervenção de autoridades civis para induzir inovação nas instituições militares, ambos entendem que seria muito pouco provável que "um punhado de visionários", por mais dedicados e loquazes que fossem, teriam alguma chance de forçar a instituição a aceitar novas doutrinas sem a aquiescência ou colaboração da sua burocracia.

> Sem a emergência da aceitação burocrática da alta liderança militar, incluindo o adequado financiamento para os novos empreendimentos e boas perspectivas de carreira para atrair oficiais brilhantes, é difícil, se não impossível, implantar novas formas de combate dentro de instituições militares já existentes (WATTS; MURRAY, 1998, p. 409).

1.7 Sumário sobre mudanças em instituições militares

Este capítulo apresentou uma discussão teórica e conceitual sobre modernização e reestruturação de instituições militares. Nele foram examinadas a profundidade, a abrangência e as origens dos processos de mudanças militares, chegando ao entendimento de que as mudanças nas instituições militares podem ocorrer em nível mais profundo e de maior impacto ou em nível superficial e de menor impacto. Para designar as mudanças mais profundas e de maior impacto nas instituições militares, optamos por usar os termos

“inovação” ou “mudança de primeira ordem”. Para designar mudanças superficiais e de menor impacto, optamos pelo termo “mudanças de segunda ordem”.

Também foram discutidas as origens das mudanças militares, identificando-se duas principais fontes de impulsos por mudanças nas forças armadas: as pressões competitivas no campo da segurança internacional e a busca de prestígio da instituição armada e sua legitimidade, nos campos interno e externo. Em ambos os casos, uma das principais formas de mudanças é a emulação de modelos estrangeiros considerados exitosos ou paradigmáticos.

Levando-se em conta que a doutrina é um aspecto central do funcionamento das forças armadas e que mudanças mais profundas nessas instituições incluem ou partem de mudanças doutrinárias, este capítulo incluiu uma discussão sobre a definição de doutrina militar, seus níveis de profundidade e de abrangência e seus aspectos formais. Ficou estabelecido que doutrina militar é a crença consolidada e compartilhada por uma instituição militar a respeito da melhor maneira de conduzir a guerra, e que as doutrinas militares se desdobram em três vertentes: a organização das forças, seus sistemas de preparação e suas formas de emprego. Observou-se que as doutrinas militares são estruturadas em níveis de profundidade e abrangência, dos quais os níveis superiores tratam dos aspectos filosóficos e conceituais, e os níveis inferiores focam nos aspectos procedimentais, como a tática e a técnica.

Considerando que os aspectos culturais têm um papel determinante nos processos de mudanças em instituições militares, foram abordados os conceitos de cultura estratégica e de cultura organizacional. Em relação à primeira, optou-se pelo conceito proposto por Ian Johnston, segundo o qual cultura estratégica é um sistema de símbolos, que abrange um conjunto de hipóteses básicas sobre o ambiente estratégico, incluindo o papel da guerra nos assuntos humanos; sobre a natureza do adversário e das ameaças que ele representa; e sobre a eficácia do uso da força. Também inclui pressupostos mais no nível operacional sobre quais opções estratégicas são as mais eficazes para lidar com as ameaças. No que se refere à cultura organizacional das instituições armadas, verificou-se que, embora elas tenham peculiaridades decorrentes de seu desenvolvimento histórico e de especificidades culturais, as instituições militares compartilham uma macrocultura militar que inclui uma mentalidade militar atemporal e “não localizada” –, cujas origens podem ser encontradas nas origens da atividade guerreira das comunidades humanas.

Tendo em vista que mudanças em instituições militares incidem em sua capacitação como forças de combate, foi necessário abordar a questão da eficácia militar, adotando-se a definição elaborada por Allan Millett, Williamson Murray e Kenneth Watman. Para eles, eficácia militar é o processo por meio do qual as forças armadas transformam recursos em

poder de combate. Em relação à avaliação da eficácia das organizações militares, destacou-se a abordagem proposta por Risa Brooks, a partir de quatro atributos centrais: "integração" e coerência das atividades militares desenvolvidas em todos os níveis; "capacidade de resposta", diante das dificuldades causadas pelo adversário e pelo ambiente; "destreza" do pessoal e "qualidade" dos equipamentos.

Finalmente, foi discutido o nível de controle político ou de autonomia das forças armadas nos processos de mudanças militares, identificando-se três modelos explicativos: o modelo externo de inovação militar; o modelo interno de inovação militar, e o modelo integrado. O modelo externo argumenta que a inovação militar dependeria de uma intervenção externa das autoridades civis, a fim de romper a aversão dos militares profissionais às mudanças. Segundo o modelo interno, seria muito difícil aos políticos civis imporem um processo de inovação militar, tendo em vista a especialização e complexidade da atividade militar. O modelo integrado, por sua vez, procura evitar generalizações teóricas capazes de explicar os processos de inovação militar, preferindo examinar casos concretos de mudanças em instituições militares. O exame destes casos concretos também leva a concluir que seria muito pouco provável que as lideranças civis teriam alguma chance de forçar as instituições militares a aceitar novas doutrinas sem a aquiescência ou colaboração da sua burocracia.

Concluída esta discussão teórica e conceitual sobre modernização e reestruturação de instituições militares, o próximo capítulo trata do caso concreto em estudo nesta pesquisa, examinando os impulsos por mudanças no Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970.

2. O BRASIL E AS DEMANDAS DE MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO NAS DÉCADAS DE 1960 E 1970

A década de 1960 foi dramática no Brasil. Embora tenha começado com muita esperança no futuro, caracterizada pela inauguração da nova capital no Planalto Central, logo foi abalada pela crise decorrente da renúncia do Presidente Jânio Quadros e a resistência dos ministros militares contra a posse do Vice-Presidente João Goulart. O compromisso que permitiu a posse de João Goulart e evitou uma possível guerra civil não trouxe tranquilidade ao País (MARKUN; HAMILTON, 2011). A crise vivida pelo País não se limitava a disputas em torno da legitimidade de que desfrutavam determinados políticos para exercer a presidência da república (STEPAN, 1975); era uma crise do sistema político vigente e de sua capacidade de dar respostas às demandas de uma sociedade em rápida transformação (STEPAN, 1975). Nesse quadro de crise aguda, a radicalização de posições e as conspirações promovidas por atores políticos de variadas posições ideológicas (SILVA, H., 2014) acabaram provocando a deposição do presidente Goulart em 1964 e a instalação de um regime militar que duraria 21 anos, com graus variáveis de autoritarismo (VILLA, 2014).

O governo instalado em 1964 foi capaz de dar início a um processo de modernização administrativa, econômica e da infraestrutura do País, gerando prosperidade e um período de forte crescimento da economia. Mas, à medida que o final da década se aproximava, o regime foi desafiado pela luta armada desencadeada por grupos de esquerda revolucionária. No processo de combate aos movimentos revolucionários armados, o governo militar endureceu o regime, tomando medidas que fizeram o País mergulhar em uma verdadeira ditadura (GASPARI, 2002b).

No âmbito interno do Exército Brasileiro, era patente a percepção da necessidade de reformas e de atualização doutrinária e tecnológica. Além das deficiências de organização e da obsolescência dos equipamentos, a Instituição ressentia-se do envolvimento de oficiais em atividades políticas, inclusive exercendo cargos nas diversas esferas de governo, afastando-se por períodos prolongados de suas atividades profissionais. O anacronismo também atingia as práticas administrativas adotadas pela instituição e por suas unidades.

2.1 Conjuntura política internacional

No plano internacional, o mundo vivia os momentos mais tensos da Guerra Fria. Desde o começo da década de 1960 os Estados Unidos haviam ampliado seu envolvimento na Guerra do Vietnã, inicialmente enviando conselheiros militares para assessorar o Exército da

República do Vietnã (do Sul) em sua luta contra o movimento insurgente Vietcongue, que era apoiado pelo Exército Popular do Vietnã (do Norte). A administração Kennedy ampliou consideravelmente o envolvimento militar norte-americano, com o envio de tropas das Forças Especiais (CLARKE, 1988, p. 70). Em agosto de 1965, já no governo Lyndon B. Johnson, os Estados Unidos haviam desdobrado no Vietnã duas divisões de combate completas, iniciando seu envolvimento direto na guerra terrestre. Até dezembro daquele ano, o equivalente a quatro divisões de combate norte-americanas estavam em território vietnamita, levando junto com elas um sem-número de unidades de apoio. No fim de 1965, os efetivos norte-americanos alcançariam cerca de 184 mil soldados (CLARKE, 1988, p. 109), enredando os Estados Unidos em um atoleiro militar do qual sairia moral e politicamente derrotados uma década depois.

No Hemisfério Ocidental, a vitória da Revolução Cubana em janeiro de 1959 trouxera esperança de um modelo autônomo de desenvolvimento para os países da América Latina, livres da dependência dos Estados Unidos da América, mas sob um regime de liberdade e de democracia. Em poucos meses, no entanto, o novo governo de Cuba submeteu o país a um regime autoritário, suprimindo as liberdades democráticas, encarcerando e fuzilando seus adversários (ANDERSON, 2012, p. 423-426). Sem contar com o apoio dos Estados Unidos, aos quais acusava de imperialista, o governo estabelecido por Fidel Castro aderiu abertamente ao modelo comunista soviético (MARTINS; LIEBEL, 2015). Castro e seu ministro Ernesto ‘Che’ Guevara propunham a revolução continental pela via armada, como solução para os problemas políticos e sociais dos países latino-americanos (GUEVARA, 2001, p. 497-498), e o governo cubano passou a agir como exportador da revolução (ROLLEMBERG, 2001, p. 8). Desde o início da década de 1960, sob a inspiração cubana e seu apoio humano, material e financeiro, espocaram focos e movimentos revolucionários na maioria dos países da América Latina. A postura agressiva de Cuba em relação aos demais governos latino-americanos não aderentes aos seus impulsos revolucionários provocou duas percepções nos demais países do continente. Para o governo dos Estados Unidos, Cuba era vista como uma ameaça à hegemonia norte-americana no hemisfério ocidental e uma possível base física da União Soviética no Caribe. Os governos latino-americanos, por sua vez, viam Cuba como um Estado que adotava uma política de ingerência armada nos assuntos internos dos demais países do continente, insuflando movimentos revolucionários.

A campanha de subversão provocada pelos agentes e aliados da Revolução Cubana na América Latina e Caribe levou o governo da Colômbia a convocar uma Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores dos países americanos em novembro de 1961. A Reunião foi levada a cabo em Punta del Este, Uruguai, em janeiro do ano seguinte. Embora a

proposta norte-americana de uma intervenção em Cuba tenha sido rejeitada pela maioria dos países – inclusive o Brasil –, a Ata Final da Reunião reconheceu que o Continente Americano estava enfrentando uma ofensiva comunista, e tomou a decisão de excluir o governo vigente em Cuba do Sistema Interamericano (ORGANIZAÇÃO..., 1962). Para avaliar até que ponto os países do continente americano percebiam Cuba como ameaça, deve-se observar que, embora seis países – incluindo o Brasil – tenham se abstido de votar pela expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, nenhum dos países do continente, exceto a própria Cuba, votou contra (BUENO, 2010, p. 356).

O papel de Cuba como Estado perturbador da ordem internacional atingiu seu ápice na Crise dos Mísseis de outubro de 1962, quando os Estados Unidos descobriram a instalação de bases de lançamento de mísseis soviéticos na ilha caribenha. O governo norte-americano entendeu a instalação dessas bases como uma provocação e uma intromissão do governo soviético sobre a esfera ocidental e como uma clara ameaça à estabilidade da ordem internacional bipolar de esferas de influência então vigente (FINNEMORE, 2004, p. 124-125). A crise instalada entre o governo dos Estados Unidos, de Cuba e da União Soviética quase levou o mundo a uma hecatombe nuclear.

Na América do Sul, o impulso revolucionário se espalhava pelo continente, com o surgimento de grupos de guerrilhas na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela. O radicalismo se refletiu em sucessivos golpes militares e no estabelecimento de uma série de governos militares na região, todos autoritários e alguns claramente ditatoriais. Esses governos conduziram campanhas de implacável repressão aos movimentos revolucionários de esquerda, particularmente na Argentina e no Chile, resultando em milhares de mortos e desaparecidos entre os insurgentes, as forças legais e civis (BRASIL, 2014a; IN MEMORIAN, [s.d.]).

As relações entre os Estados sul-americanos tampouco eram as mais cordiais. Havia fortes tensões geopolíticas no Cone Sul – principalmente entre a Argentina e o Chile em torno da disputa pela posse de ilhas no Canal de Beagle – e na costa do Pacífico, entre o Chile, o Peru e a Bolívia, em consequência do contencioso de fronteira resultante da conquista de províncias peruanas e bolivianas na Guerra do Pacífico (1879-1883), vencida pelo Chile. As tensões entre o Chile e o Peru tiveram uma forte escalada nos anos de 1974-1975, durante o governo de Velasco Alvarado no Peru. A crise entre o Chile e a Argentina, por sua vez, esteve a ponto fazer estalar uma guerra em 1978, que só foi evitada pela intervenção do Papa João Paulo II como árbitro da disputa.

No que se referia especificamente ao Brasil, embora não houvesse qualquer pendência geopolítica ou tensão territorial, o País nutria uma antiga rivalidade política e militar com a Argentina, que remontava às rivalidades das metrópoles coloniais ibéricas e às lutas pela ocupação da margem norte da foz do Rio da Prata e pelo controle da navegação daquela via fluvial (BANDEIRA, 1998). Esta rivalidade ampliou-se na segunda metade da década de 1970, em função da disputa pelo uso do potencial hidrelétrico do Rio Paraná nos projetos de construção das hidrelétricas binacionais de Itaipu – condomínio entre o Brasil e o Paraguai – e de Corpus – condomínio entre a Argentina e o Paraguai (BANDEIRA, 2003).

2.2 Conjuntura política nacional

No início da década de 1960, os partidos e grupos de esquerda brasileiros propugnavam por "reformas de base" (SILVA, H., 2014, p. 125) – agrária, urbana, bancária, tributária etc. –, mas diante da difícil aprovação das reformas propostas, por um Congresso Nacional que era considerado "reacionário" (FIGUEIREDO, 1993, p. 127), algumas correntes se dispunham a impor as reformas "na marra" (FAUSTO, 2013, p. 390), ou seja, pela força. Para tanto iniciaram a criação de grupos paramilitares, enviaram militantes para treinamento militar no exterior e começaram a instalar campos de treinamento de guerrilha no interior do País (GORENDER, 1998, p. 51-52; ROLLENBERG, 2001; FERREIRA; GOMES, 2014. p. 129-133; 140). A ação das esquerdas incluiu a infiltração política das Forças Armadas (GORENDER, 1998, p. 53-54), levando à ocorrência de casos de grave indisciplina e motim armado – como a rebelião de sargentos e fuzileiros navais desencadeada em Brasília em 12 de agosto de 1962, e que aprisionou os presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados. A rebelião foi suprimida por forças do Exército na tarde do mesmo dia, com a ocorrência de duas mortes – de um dos insurgentes e de um funcionário público que nada tinha com o conflito (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 179-186).

No campo da direita conservadora, a conspiração contra o governo começou tão logo João Goulart tomou posse em setembro de 1961. Assustados com a desenvoltura com a qual os grupos mais radicais de esquerda se moviam e se articulavam, oficiais das Forças Armadas, líderes políticos e empresariais passaram a se organizar para se contrapor ao que percebiam como um processo de desestabilização política e a uma possível tentativa de tomada de poder (SILVA, H., 2014, p. 157-237). A radicalização de algumas das reformas propostas pelo governo – percebida pelos grupos mais conservadores como claramente inconstitucionais – e a leniência do Presidente para com atos de indisciplina e de insubordinação, como a rebelião dos marinheiros ocorrida no Rio de Janeiro em 25 de março de 1964 (CAPITANI, 1997),

acabaram tirando do Presidente Goulart o apoio da classe média e dos mesmos órgãos da grande imprensa que haviam apoiado energicamente sua posse em 1961 (FERREIRA; GOMES, 2014). Isolado politicamente, João Goulart acabou sendo deposto por um levante militar iniciado na madrugada de 31 de março em Minas Gerais por tropas da 4ª Região Militar, com respaldo do governador do Estado, Magalhães Pinto. A adesão das tropas do II Exército (São Paulo) ao levante e seu deslocamento para o Rio, em convergência com as tropas mineiras fez João Goulart voar para Brasília em 1º de Abril. No mesmo dia, viajou com sua família para Porto Alegre, onde o Deputado Leonel Brizola tentava garantir-lhe o mandato com o respaldo das tropas gaúchas do III Exército. Na madrugada de 2 de abril, em sessão extraordinária, o Congresso declarou vago o cargo de presidente da república. Decidido a evitar derramamento de sangue, Goulart deixou o País, com destino ao Uruguai, onde buscou exílio. Assumiu a presidência o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, mas o poder agora estava nas mãos dos militares (FAUSTO, 2013, p. 392). Tinha início um ciclo de 21 anos de governos militares.

Os governos militares obtiveram alguns êxitos iniciais na estabilização política do País pela via autoritária. As três primeiras administrações lograram paulatinamente a recuperação da economia e o avanço da industrialização, e favoreceram a consolidação e a ampliação da indústria automobilística e de bens duráveis. O projeto de modernização adotado pelo Regime de 1964 incluiu uma ampla modernização administrativa, econômica e de infraestrutura do País, em um modelo que viria a ser classificado como um processo de "modernização conservadora" (PERLATTO, [s.d.]; KLIASS, 2014). Embora o primeiro governo militar, sob a presidência do marechal Castello Branco, tivesse optado por uma política econômica liberal de abertura ao capital externo, os governos que o sucederam seguiram, em linhas gerais, o modelo nacional-desenvolvimentista proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), criado no final dos anos 1940 – e pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A concepção nacional-desenvolvimentista compartilhada pela CEPAL e pelo ISEB entendia a industrialização como uma condição básica para o crescimento dos países subdesenvolvidos, e recomendava a industrialização a partir da indução do Estado, secundado pela classe empresarial nacional. A ação estatal deveria ser baseada no planejamento centralizado da economia e contar com políticas de protecionismo e de substituição de importações, como mecanismos para a constituição de um mercado interno capaz de absorver a produção industrial (BRESSER-PEREIRA, 2011). Esta concepção desenvolvimentista – também presente nas formulações de grupos de esquerda que haviam sido alijados da política pelo Regime Militar, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a intelectualidade vinculada ao

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – viria a ser adotada, em suas linhas gerais, pelos governos militares a partir do Presidente Costa e Silva.

No plano normativo, o governo militar reestruturou o sistema financeiro nacional, criando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central (BRASIL, 1964a). No campo da administração pública, estabeleceu uma reforma administrativa, disparada pelo Decreto-Lei 200, de 1967 e seguida por outras legislações decorrentes, que modernizaram a administração pública e criaram instituições fundamentais para o funcionamento do País, como a Polícia Federal e a Receita Federal (BRASIL, 1967b; BRASIL, 1968a).

Na área social criou o Estatuto da Terra, estabelecendo critérios para a execução de uma reforma agrária e para o desenvolvimento da agricultura (BRASIL, 1964b). Também criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), como alternativa ao regime de estabilidade no emprego, assegurado pela Constituição de 1946, mas muito criticado e escamoteado pelos empregadores. Como proteção ao trabalhador, o FGTS criava um pecúlio a ser pago ao empregado por ocasião de sua aposentadoria ou da eventual dispensa de trabalho sem justa causa (BRASIL, 1966). No campo da educação, o governo militar investiu na expansão da rede de universidades federais – com a criação de 12 novas universidades entre 1964 e 1979 e a correspondente grande ampliação do número de docentes e de alunos no ensino superior público (MOTTA, 2014, p. 247-249). O período também foi marcado pela forte expansão da pós-graduação e da infraestrutura de pesquisa. Em pouco mais de uma década, os cursos de pós-graduação em funcionamento no Brasil passaram de apenas 16 em 1963 para 403 em 1974 (MOTTA, 2014, p. 257).

Em termos de infraestrutura, os governos militares desenvolveram um amplo programa de construção e pavimentação de rodovias, de ampliação da rede de telecomunicações e de geração e distribuição de energia elétrica. No campo da energia, a capacidade instalada de geração de energia saltou de 22.618 GWh em 1963 para 157.128 GWh em 1984 (ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS..., 1990, p. 494). O número de telefones instalados, por sua vez, aumentou de pouco mais de um milhão e 200 mil linhas em 1963, para quase 11 milhões em 1984 (ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS..., 1990, p. 478). A rede de rodovias pavimentadas cresceu de 17.364 Km em 1963, para 110.558 Km em 1984 (ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS..., 1990, p. 465).

Iniciando sua ação em 1964 de forma tentativa e exploratória, o Regime Militar foi adquirindo segurança na sua ação sobre a economia e na sua capacidade de gerar desenvolvimento não apenas no campo econômico, mas também no social. O governo Castello Branco (1964-1967) focou sua política econômica no controle da inflação,

entendendo que a retomada de uma trajetória de desenvolvimento sustentado dependia do êxito na reversão firme do processo inflacionário (MACARINI, 2000, p. 2). No final da década de 1960, o governo Emílio Médici (1969-1974) lançou a proposta de um "Projeto Brasil Grande Potência" (PLANO É PARA 30 ANOS, 1969, p. 1), que aspirava dobrar a renda per-capita brasileira em dez anos e colocar o Brasil na categoria das nações desenvolvidas no espaço de uma geração, ou seja, no final do século XX (BRASIL, 1971, p. 14-15). O "Projeto Brasil Grande Potência" não era apenas um rompante de megalomania dos generais que haviam assumido o poder em abril de 1964. Como constatou Luiz Alberto Moniz Bandeira (2003, p. 410), "o que o Brasil sempre pretendeu, efetivamente, foi superar o 'status' de poder regional e atingir o patamar de grande potência, de acordo com o destino que julgava manifesto em suas dimensões territoriais, demográficas, econômicas e geopolíticas". Nesta mesma direção, Geraldo Cavagnari Filho (1987, p. 58) entende que "embora a intenção de realizar a potência seja anterior a 1964, é durante o autoritarismo que se vai explicitando a concepção militar a respeito de sua construção". Em termos militares, a pretensão seria tornar o Brasil parceiro privilegiado no sistema de segurança comandado pelos Estados Unidos, tomando como exemplo as principais potencias integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (CAVAGNARI FILHO, 1987, p. 59).

Este projeto de desenvolvimento teve suas fundações assentadas nos estudos sobre planejamento estratégico desenvolvidos na Escola Superior de Guerra (ESG) desde a década de 1950 (ARRUDA, 1983, p. 108-114), cujos resultados começaram a ser implantados no governo brasileiro com a criação de um ministério extraordinário do planejamento em 1962. Em fevereiro de 1967, o decreto-lei de reforma administrativa criou definitivamente o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (BRASIL, 1967b). Apoiado sobre esta estrutura de planejamento e em condições internacionais favoráveis, o governo Médici foi capaz de gerar o período de maior crescimento desfrutado pela economia brasileira em sua história. Em dez anos, entre 1963 e 1973, o Produto Interno Bruto do País cresceu 110% (BRASIL, [1974], p. 23). O processo de desenvolvimento acelerado que ficou conhecido como o "milagre brasileiro" (FAUSTO, 2013, p. 413) perdeu impulsão, entretanto, a partir do primeiro choque do petróleo em 1973.

Paralelamente aos esforços de crescimento econômico e desenvolvimento, o governo foi implacável com todas as formas de oposição. Interveio nas confederações de trabalhadores, destituiu as diretorias de centenas de sindicatos, fechou a União Nacional dos Estudantes (UNE) e reprimiu movimentos grevistas contra as perdas salariais resultantes da política anti-inflacionária adotada. Editado em outubro de 1965, o Ato Institucional No. 2 (AI-2) acabou com as eleições diretas para a escolha do presidente da república; extinguiu os partidos

políticos existentes; autorizou a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão de direitos políticos; facilitou a intervenção federal nos estados da Federação; acabou com o foro especial por prerrogativa de função; permitiu a decretação do recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais por ato do presidente da república; e tornou mais fácil a decretação do estado de sítio (BRASIL, 1965a). Em relação aos partidos políticos, o Ato Complementar Número 4, publicado um mês depois, estabeleceu regras tão restritivas para a formação de novos partidos que, na prática, impôs o bipartidarismo ao País (BRASIL, 1965b).

Embora no início o Regime Militar tenha sido moderado no uso da censura, aos poucos foi estabelecendo instrumentos de censura à imprensa e às atividades culturais e de entretenimento. Em fevereiro de 1967 editou uma nova lei para "regular a liberdade de manifestação de pensamento e de informação". Conhecida como a Lei de Imprensa, o novo instrumento legal restringia a liberdade de expressão, estabelecendo penas e multas para "abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação" (BRASIL, 1967c, cap. III). No ano seguinte, a publicação do Ato Institucional Número 5 (AI-5) tornou a censura implacável e facilitou as demissões do serviço público e as cassações de direitos políticos, dada a discricionariedade que assegurava ao Poder Executivo (BRASIL, 1968c). Em janeiro de 1970, com a publicação de um decreto-lei, o governo estabeleceu a censura prévia de jornais, revistas, livros, programas de rádio e televisão, diversões e espetáculos públicos (BRASIL, 1970). A partir daí, equipes de censores foram instaladas permanentemente nas redações dos principais jornais e revistas, para decidir o que poderia ou não ser publicado. Os veículos menores eram obrigados a enviar antecipadamente à Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal o que pretendiam publicar.

A despeito do endurecimento do regime, a reação da oposição fez-se evidente a partir de 1968, na forma de manifestações públicas, greves não autorizadas e passeatas gigantescas. As ações violentas dos grupos revolucionários haviam iniciado desde março de 1965, com uma tentativa fracassada de levantamento popular a partir de um pequeno grupo armado que invadiu o Sul do País, partindo do Uruguai, sob a inspiração de Leonel Brizola e a comando do coronel cassado Jefferson Cardin (GORENDER, 1998, p. 134-135). Em 1966, uma série de atentados a bomba no Recife agregou o componente terrorista às táticas dos grupos revolucionários armados (ORVIL, 2012, p. 41-43). A partir daquele ano, e particularmente a partir de 1968, intensificam-se as ações de grupos revolucionários armados, incluindo explosão de bombas, assaltos a bancos, sequestros de diplomatas e assassinatos de empresários e militares (GORENDER, 1998). Entre 1966 e 1968 calcula-se que os grupos revolucionários armados teriam praticado pelo menos 50 ações armadas, entre atentados

pessoais, explosões de bombas, assaltos a bancos, lojas de armas e depósitos de explosivos (GASPARI, 2002a, p. 306). A onda de violência levou a um fechamento ainda maior do regime, com a edição, em dezembro de 1968, do Ato Institucional Número 5 (AI-5), cujos poderes excepcionais atribuídos ao presidente da república davam ao regime as feições de uma ditadura (BRASIL, 1968c).

Para fazer frente à luta armada, a partir de 1967 o governo promoveu a montagem de um amplo aparelho repressivo baseado nos órgãos de inteligência militar e com ramificações nos órgãos públicos, universidades e nas grandes empresas privadas. Antes disso, a repressão à oposição ao Regime Militar havia ficado a cargo dos órgãos policiais dos estados, contando principalmente com os departamentos ou delegacias de ordem política e social (DOPS), como era a prática consagrada no Brasil desde a década de 1920. No início da década de 1960, o Estado brasileiro estava completamente despreparado para lidar com uma insurreição armada. Não havia sequer uma polícia federal com jurisdição em todo o território nacional, e, dentre as Forças Armadas, apenas a Marinha dispunha de um Centro de Informações.[1] Em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), mas sua função era primordialmente o de órgão de assessoramento ao presidente da república, não o de órgão de repressão e segurança (BRASIL, 1964c). Em maio de 1967, o Exército criou seu Centro de Informações (BRASIL, 1967d); em julho daquele ano, foram criadas Divisões de Segurança e Informações nos ministérios civis, com a missão de colaborar com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o SNI, prestando-lhes as informações que lhes fossem solicitadas (BRASIL, 1967e).[2]

Aparelhado com esta nova estrutura, o governo militar deu início ao período mais duro da repressão à Luta Armada e aos grupos clandestinos de oposição. O auge da repressão se estenderia até 1974, quando o último foco guerrilheiro instalado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) às margens do Rio Araguaia foi eliminado pelo Exército (STUDART, 2006). Cerca de 500 pessoas perderam a vida em decorrência da Luta Armada e das ações repressivas dos órgãos de segurança. Isto inclui 386 membros de organizações revolucionárias armadas e organizações políticas clandestinas, mas também sindicalistas e ativistas políticos de esquerda (BRASIL, 2014b),[3] e pelo menos 114 militares, policiais e civis mortos pelos

[1] Nas décadas de 1960 a 1980, as Forças Armadas brasileiras utilizavam o termo "Informações" para aquilo que atualmente é chamado "Inteligência", ou seja, o ramo da atividade de defesa responsável pela produção de conhecimentos relativos a fatos e situações atuais ou potenciais que afetem o processo decisório (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 149). Ver também ARRUDA, 1983, p. 100-101.

[2] Ver também: GODOY, 2014; e MOTA, 2014, p. 194.

[3] O Vol. III do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) relaciona 434 opositores do regime mortos por agentes do Estado. Um exame cuidadoso do Relatório mostra, entretanto, que este número inclui 48 pessoas cujas mortes não estão relacionadas com a ação de agentes do Estado na repressão a grupos de

grupos revolucionários armados.[4] Além das pessoas mortas ou desaparecidas na Luta Armada, houve um grande número de vítimas de outros tipos de violência, como prisões arbitrárias, torturas e maus-tratos. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), publicado em 2010, faz uma estimativa de que pelo menos 50 mil pessoas teriam sido presas somente nos primeiros meses de 1964, e cerca de 20 mil brasileiros teriam sido submetidos a torturas ao longo dos governos militares. Entretanto, devido às dificuldades de realizar um levantamento dessa natureza, estes números foram obtidos com base apenas em estimativas.[5]

Para um período de 21 anos de Regime Militar, em um país que contava, na época, com entre 70 milhões e 130 milhões de habitantes (ESTATÍSTICAS DO..., 2006),[6] pode-se considerar que o nível de violência de ambas as partes foi relativamente baixo, principalmente quando comparado com outros países do Cone Sul que viveram sob regimes militares entre as décadas de 1960 e 1980.[7]

---

oposição ao Regime Militar. Dentre estes casos estão: 12 pessoas mortas antes de 31 de março de 1964, e duas pessoas que morreram após o encerramento do Regime Militar em março de 1985; onze suicídios cometidos por pessoas que estavam em liberdade e sem qualquer participação de agentes do Estado – estes casos de suicídio foram considerados como consequentes de sequelas de violências cometidas por agentes do Estado, mas essa relação de causa e efeito está no campo das possibilidades, não da certeza; duas mortes acidentais não claramente relacionadas à ação de agentes do Estado; 20 pessoas mortas no exterior em guerrilhas ou por ação da repressão política local, nas quais não foi identificada qualquer participação de agentes do Estado brasileiro; e um caso de morte por violência policial comum, sem qualquer conotação política (BRASIL, 2014b). Chega-se, assim, ao número de 386 pessoas mortas pela repressão aos movimentos revolucionários armados e a grupos de oposição ao Regime Militar.

[4] Em março de 2009, os clubes militares sediados no Rio de Janeiro divulgaram uma lista de 126 "brasileiros que perderam suas vidas pela irracionalidade do terror, nas décadas de 1960 e 1970". Esta lista não dá detalhes sobre as condições em que as pessoas relacionadas foram mortas, ficando impossível verificar a precisão da informação (IN MEMORIAN, 2009). A página do "Grupo Terrorismo Nunca Mais" na Internet, por sua vez, apresenta uma lista de 120 nomes de vítimas dos grupos revolucionários de esquerda (MEMORIAL, [s.d.]). Esta lista traz uma breve descrição das condições em que as pessoas listadas foram mortas. Do exame desta lista, é lícito excluir seis casos, cuja descrição não permite caracterizar claramente a responsabilidade dos grupos revolucionários armados. Chega-se, assim, ao número de 114 vítimas da esquerda revolucionária armada.

[5] Na década de 1980, no quadro da redemocratização do País, a Arquidiocese de São Paulo procedeu a uma meticulosa pesquisa sobre os abusos contra os Direitos Humanos cometidos pelo Regime Militar. O resultado apresentado no relatório do Projeto Brasil Nunca Mais (Projeto "A", do qual o livro Brasil Nunca Mais – Projeto "B" – é o resumo), publicado em 1985, contabilizou 1.843 pessoas que denunciaram haverem sido torturadas e 6.016 denúncias de torturas (PROJETO..., 1985b), o que indica uma média de mais de três denúncias por pessoa. Embora metodologicamente muito meticulosa, essa pesquisa levou em conta apenas as denúncias apresentadas à Justiça Militar, as informadas por meio de cartas firmadas pelas vítimas ou denúncias feitas por advogados.

[6] Gráfico I - População residente - Brasil - 1900/2000 (o volume não tem as páginas numeradas).

[7] Na Argentina, o governo reconheceu 8.368 mortos, desaparecidos e sequestrados – estes últimos sobreviveram – em menos de oito anos de ditadura militar (DYNIEWICZ; CARNEIRO, 2016); no Chile, o governo de Sebastián Piñera contabilizou mais de 40 mil vítimas de abusos, sendo 3.065 mortos e desaparecidos durante os 17 anos da ditadura Pinochet (DÉLANO, 2011); no Uruguai, o governo de José Mujica reconheceu 465 vítimas fatais durante os 12 anos de ditadura militar (DELICADO, 2011), e se calcula que 20 mil uruguaios passaram pelas prisões da ditadura (MARTÍNEZ, 2015). Nestes três casos, estão contabilizadas apenas as vítimas da ação do Estado.

Um aspecto relevante para esta pesquisa é o pouco envolvimento da estrutura operativa do Exército na repressão à Luta Armada. Nunca houve no Brasil, durante o período da Luta Armada, uma guerra insurrecional que demandasse o emprego generalizado de unidades regulares do Exército no combate aos grupos revolucionários armados. Nas poucas vezes em que isso aconteceu – como no Vale do Ribeira (estado de São Paulo), e no Araguaia –, os resultados foram ineficazes (ORVIL, 2012, p. 547-555; 739-740). A luta contra-subversiva no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 foi conduzida basicamente pelos órgãos de inteligência dos níveis de comando mais elevados do Exército – o Centro de Informações do Exército (CIE), e os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) dos grandes comandos militares então existentes.[8] Os CODI eram órgãos de assessoramento aos comandantes militares, no planejamento e na execução das medidas de defesa interna. Sua função era a de um centro de coordenação de todos os órgãos de segurança envolvidos nas atividades de combate à subversão – no nível do Governo Federal, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e a recém-criada Polícia Federal; no nível estadual, as Secretarias de Segurança Pública, as polícias civil e militar (ORVIL, 2012, p. 462, 473). Na estrutura de cada CODI, as atividades de coleta e análise de informações e de combate aos grupos armados ficavam a cargo de seu Destacamento de Operações de Informações (DOI),[9] sobre o qual recaiu o peso da repressão (ORVIL, 2012, p. 475). Ao longo do período da Luta Armada, o Exército organizou e colocou em ação dez DOI-CODI. No segundo semestre de 1970, foram criados os DOI-CODI dos seguintes grandes comandos: I Exército (Rio de Janeiro-RJ); II Exército (São Paulo-SP) – anteriormente organizado como Operação Bandeirante (OBAN); IV Exército (Recife-PE); e Comando Militar do Planalto (Brasília-DF). No ano seguinte, o Exército criou os DOI-CODI das 5ª, 6ª, 8ª e 10ª Regiões Militares (Curitiba-PR, Salvador-BA, Belém-PA e Fortaleza-CE, respectivamente); e da 4ª Divisão de Exército (Belo Horizonte-MG). Finalmente, em 1972, foi criado o DOI-CODI do III Exército (Porto Alegre-RS) (USTRA, 2006, p. 281-282).

Dada à natureza interagências dos CODI, o pessoal dos DOI era constituído majoritariamente por policiais civis e militares, ficando com oficiais do Exército os cargos de comando e de chefia de equipes. Examinando o caso do DOI-CODI do II Exército, com sede em São Paulo, o jornalista Marcelo Godoy constatou que 70% do efetivo daquela organização

[8] No período abrangido por esta pesquisa, o Exército Brasileiro estava organizado em seis grandes comandos de área: quatro Exércitos – com sedes em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife – e dois Comandos Militares de Área – com sedes em Brasília e Belém (depois em Manaus). Em um nível organizacional abaixo dos quatro Exércitos e dos dois Comandos Militares de Área, o Exército Brasileiro contava com 12 Regiões Militares, que tinham encargos administrativos e territoriais. Ver Brasil, 1956a; Brasil, 1956b; e Brasil, 1960.

[9] Tornou-se corrente a sigla DOI-CODI, para se referir aos órgãos ativos da repressão aos grupos revolucionários armados no Brasil. Em termos de abreviatura militar, a sigla significava Destacamento de Operações de Informações, do Centro de Operações de Defesa Interna.

era composto por policiais militares, que representavam "a coluna vertebral do órgão". De um efetivo que chegou a ter 250 homens (incluindo algumas mulheres), o Exército entrava com apenas 40 militares (GODOY, 2014, p. 133). Segundo a estimativa de um oficial participante do aparelho repressivo, apenas 500 militares do Exército, entre oficiais e praças, participaram da luta contra-subversiva, de um efetivo total de 150 mil homens que integravam a Força na época (USTRA, 2006, p. 282). Por esta razão, as unidades operacionais do Exército tiveram pouca ou nenhuma participação na luta contra a esquerda armada durante os governos militares, poupando seu pessoal das consequências deletérias de uma guerra que, em muitas ocasiões, foi travada sem respeitar limites legais e os costumes da guerra. O afastamento entre o grosso do Exército e as forças incumbidas da repressão à Luta Armada permitiu à Força Terrestre manter o foco de suas unidades convencionais na doutrina de guerra convencional e nas missões tradicionais da Instituição.

2.3 Política externa brasileira

Na esfera da política externa, o Regime Militar se iniciou com um claro alinhamento aos Estados Unidos e o abandono da política externa independente que vinha sendo adotada desde o governo Jânio Quadros em 1961, numa postura que Amado Luiz Cervo (2010. p. 368) definiu como *um passo fora da cadência*. Apoiado na "fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental", Castello Branco (1964. p. 110) optou por uma política externa na qual a independência era vista como um "valor terminal", mas admitia que, "instrumentalmente, [era] necessário reconhecer certo grau de interdependência" (CASTELLO BRANCO, 1964. p. 110). A partir do governo Costa e Silva, o Brasil voltou a adotar uma linha de política externa mais independente e pragmática, com foco na retomada do desenvolvimento. À "diplomacia da prosperidade" de Costa e Silva (CERVO, 2010, p. 381), seguiram-se a política externa guiada "pelo exclusivo interesse nacional" de Emílio Médici, chegando ao "pragmatismo responsável" de Ernesto Geisel (CERVO, 2010, p. 384-386).

Mas a despeito dessa postura de independência, permanecia inalterada a dependência militar do Brasil em relação aos Estados Unidos. Embora durante a primeira metade do século XX o Exército Brasileiro houvesse buscado modelos de desenvolvimento doutrinário e equipamentos na Alemanha e na França, a partir da Segunda Guerra Mundial, sua oficialidade passou a experimentar uma forte aproximação com os Estados Unidos, de onde buscava inspiração e modelos para o treinamento, a organização de suas forças, as táticas e técnicas de combate, bem como a obtenção de equipamentos militares modernos. Esta postura alinhava-se

com o interesse dos Estados Unidos em promover a adoção de seu modelo militar pelas forças armadas dos demais estados americanos, como forma de exercer a liderança no Continente. Do ponto de vista norte-americano, seu modelo militar deveria ser amplamente difundido no Continente, a fim de que os demais países do Hemisfério Ocidental adotassem doutrinas, equipamentos e armamentos norte-americanos (HAINES, 1989).

No caso do Brasil, a aproximação com as forças armadas norte-americanas estava consubstanciada no Acordo de Assistência Militar Brasil - Estados Unidos, assinado entre os dois países em 1952. Segundo esse Acordo, o Brasil e os Estados Unidos se comprometiam a "proporcionar ou continuar a proporcionar ao outro [...], os equipamentos, materiais, serviços ou outra espécie de assistência militar que seja autorizada pelo governo prestante de conformidade com os termos e condições a serem ajustados" (BRASIL; ESTADOS UNIDOS..., 1952, Art. I). Do ponto de vista dos Estados Unidos, havia um duplo interesse em seus programas de ajuda militar aos países da América Latina. Em primeiro lugar, garantir a influência dos EUA no Continente; em segundo, prevenir a infiltração comunista na região (HAINES, 1989, p. 45). Os programas de ajuda militar norte-americanos focavam seus esforços na padronização do equipamento e da organização das forças armadas da região e em seu treinamento (HAINES, 1989, p. 42-44).

O Acordo de Assistência Militar Brasil - Estados Unidos teria grande impacto no Exército Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, seja em termos de equipamento como de doutrina. Nesse período, todos os veículos blindados em uso no Exército Brasileiro e todos os seus equipamentos de comunicações táticas eram de origem norte-americana. Ao longo do período, o Exército consolidou a transição da doutrina militar trazida pela Missão Militar Francesa nas décadas anteriores, para a doutrina norte-americana, favorecida pelo papel preponderante dos Estados Unidos na vitória aliada na Segunda Guerra Mundial e pela participação da Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália, integrando o V Exército norte-americano. Como resultado deste esforço, durante a década de 1950, o Estado-Maior do Exército (EME) publicou grande quantidade de manuais doutrinários baseados na doutrina norte-americana.[10]

[10] Como exemplos da produção doutrinária do Estado-Maior do Exército na década de 1950, temos os seguintes manuais de campanha: C 17-22 – O Pelotão e o Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, 1ª Ed. 1956; C 17-30 – O Pelotão de Carros de Combate, 1ª. Ed. 1951; C 17-35 – O Regimento de Reconhecimento Mecanizado, 1ª Ed. 1956; C 17-33 – O Batalhão de Carros de Combate, 1ª Ed. 1952; C 5-6 Emprego da Engenharia, 1950; C 21-105 Manual do Soldado de Engenharia, 1957; C 5-15 Fortificação de Campanha, 1950; C 7-5 Maneabilidade – Exercícios Para a Infantaria – Primeira Parte, 1950; C 7-5 – Exercícios Para a Infantaria – 2ª Parte – Instrução Tática Individual, 1ª Ed. 1951; C 7-15 A Companhia de Petrechos Pesados do Batalhão de Infantaria, 1952; C 7-20 O Batalhão de Infantaria, 1953; C 7-25 A Companhia de Comando do RI, 1954; C 7-30 A Companhia de Serviços do Regimento de Infantaria, 1952; C 7-37 A Companhia de Morteiros Pesados do Regimento de Infantaria, 1952; C 7-40 O Regimento de Infantaria, 1952; C 19-15 Distúrbios Civis e Calamidades Públicas, 1ª Ed. [195?]; C 23-90 O Morteiro 81mm, volumes 1 e 2, 1957/1958. Deve-se registrar

O Acordo Militar com os EUA acabaria sendo denunciado unilateralmente pelo Brasil em março de 1977, por considerar inaceitável a exigência do Congresso dos Estados Unidos de que o governo daquele país lhe enviasse uma avaliação crítica sobre os Direitos Humanos no Brasil, como condição para liberar U$ 50 milhões em ajuda militar ao governo brasileiro (BRASIL RECUSA..., 1977, p. 18; BRASIL, 1977). Àquela altura, com uma indústria automotora instalada e consolidada,[11] e já contando com indústrias de armas, munições e equipamentos militares, a denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos não deixava o Brasil desprovido de meios militares. Ao contrário, representava um passo decisivo para a nacionalização dos equipamentos militares do Exército Brasileiro e para a consolidação de uma base industrial de defesa no País.

2.4 Tensões militares no entorno brasileiro

Ao longo da década de 1960 o Estado brasileiro tinha uma baixa percepção de ameaças em seu entorno. No começo da década, um estudo realizado por um oficial do Estado-Maior do Exército – Anexo (Secreto) ao documento **Subsídios Para a Formulação das Bases de uma Doutrina do Exército**[12] – avalia que uma guerra localizada contra a Argentina ou, como era mais provável, contra uma coalizão daquele país com o Uruguai e o Paraguai, era uma hipótese remota, em função das condições políticas, econômicas, psicossociais e militares daqueles países (LIMA, 1962, p. 1). A despeito da classificação sigilosa do documento, a ideia de que uma guerra continental era remota tornava-se pública na década de 1960, como se vê em artigo publicado na revista "A Defesa Nacional" em sua edição de julho-agosto de 1967 (REIS, 1967, p. 77). A baixa percepção de ameaça interestatal na América do Sul tampouco era nova. Em 1957, o então general-de-brigada Castello Branco, já alertava para a necessidade de uma reavaliação do poder militar argentino, pois, a seu ver, vinha sendo atribuído às Forças Armadas do país vizinho "um aparelhamento material exagerado, uma estratégia vigorosa sem se saber porquê (sic), mesmo depois do justicialismo e da corrupção do governo Perón" (CASTELLO BRANCO, 1957, p. 25).

---

que a publicação de traduções e adaptações de manuais e regulamentos norte-americanos havia começado durante a Segunda Guerra Mundial.

[11] Na segunda metade da década de 1970, operavam no Brasil as seguintes grandes montadoras de veículos motorizados e máquinas agrícolas: Ford (1919), General Motors (1924), FNM/Alfa Romeo (1951), Volkswagen (1953), Caterpillar (1954), Mercedes-Benz (1956), Scania (1957), Toyota (1959), Massey Ferguson (1961), Agrale (1964), CNH - Case, New Holland (1975) e Fiat (1976) (PEREIRA, 2016; ANFAVEA, [2006]). Em 1976, o Brasil produziu 986,7 mil veículos, entre automóveis e veículos comerciais, dos quais 80,4 mil foram destinados à exportação (GUIMARÃES, 1989, p. 353).

[12] ACB, Caixa F45/1 - F45/14. O documento tem a inscrição "Gen Castello Branco" manuscrita a lápis de cor azul na sua borda superior. A letra não corresponde à daquele oficial general. Tudo indica que é uma cópia a ele destinada quando era Chefe do Estado-Maior do Exército.

No começo da década de 1970, entretanto, as relações do Brasil com a Argentina tornaram-se tensas. Os bons resultados da economia brasileira e a estabilidade brindada por um claro projeto de desenvolvimento contrastavam com a estagnação da economia argentina e a desindustrialização provocada pelos equívocos da política econômica adotada pelos governos militares instalados com o golpe de 1966. O agravamento da crise econômica levara o País a uma série de levantes operários e ao desencadeamento de ações de guerrilha urbana e rural por grupos de esquerda radical. O governo argentino percebia com clareza que havia um desequilíbrio de poder cada vez mais marcado em favor do Brasil, e passou a assumir uma postura extremamente defensiva em relação ao seu vizinho do Norte (BANDEIRA, 2003, p. 413-414). O apoio oferecido pelos Estados Unidos ao regime militar brasileiro desde sua instalação em 1964, o seu caráter claramente anticomunista – a despeito da postura independente adotada a partir do governo Costa e Silva –, e a abertura aos investimentos estrangeiros levavam o governo argentino a perceber o Brasil como um "satélite privilegiado" dos Estados Unidos. Agravavam este quadro de desconfianças declarações como a do Presidente Richard Nixon em 1971, quando afirmou que "para onde fosse o Brasil, iria o resto do continente latino-americano" (Apud. BANDEIRA, 2003, p. 418). Da visão de suas fragilidades, diante dos êxitos econômicos e políticos brasileiros, surgia uma "teoria do subimperialismo" brasileiro e a recusa argentina de aceitar o papel de "satélite do satélite" (BANDEIRA, 2003, p. 410-411).

Figura 14 – Questão Itaipu - Corpus

Fonte: Desenho do autor sobre imagem obtida pelo aplicativo Google Maps.

A iniciativa brasileira de construção de uma usina hidroelétrica no Rio Paraná, abaixo do Salto das Sete Quedas, em condomínio com o Paraguai, despertou protestos do governo argentino, alegando que a cota[13] da barragem projetada inviabilizaria um projeto semelhante argentino-paraguaio previsto para ser construído a jusante, próximo à localidade de Corpus, na Província de Misiones, Argentina (ARGENTINA DESCOBRE..., 1973) (Figura 14). A disputa em torno das hidroelétricas se alongou até 1979 e invadiu o campo da segurança nacional, pois a Argentina via a hidroelétrica de Itaipu como uma ameaça à sua soberania. Segundo este ponto de vista, o projeto brasileiro-paraguaio era parte de uma manobra brasileira para prejudicar a capacidade argentina de usar seu potencial hidroelétrico e para isolar a Argentina no Cone Sul, de acordo com o projeto geopolítico proposto por Golbery do Couto e Silva (BRASIL CERCA..., 1973). A questão foi, finalmente, resolvida pela via negocial, com a assinatura do Tratado Tripartite Brasil-Argentina-Paraguai em outubro de 1979 (MINISTROS ASSINAM..., 1979), mas tornou tensas as relações brasileiro-argentinas ao longo da década de 1970.

A maior preocupação do Governo Militar no campo da segurança e defesa no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 era a possibilidade de uma revolução comunista no Brasil. Desde a vitória da Revolução Cubana em 1959 e diante do discurso cubano de exportação da revolução (GUEVARA, 2001), as Forças Armadas brasileiras estavam alertas para a ameaça que se poderia configurar no País. Já em 1959, a Escola Superior de Guerra (ESG) iniciou estudos sobre a guerra revolucionária, promovendo uma conferência com o tema "introdução ao estudo da guerra revolucionária" (FRAGOSO, 1959).[14] No início da década de 1960, a revista **A Defesa Nacional** publicou dezenas de artigos sobre guerras revolucionárias e insurrecionais, guerra de guerrilha, movimento comunista internacional e sua ameaça aos países da América Latina.[15] Deve ser destacada a relativa independência de "A Defesa Nacional" em relação ao Exército. Esta revista era publicada por uma cooperativa de direito civil, que, embora tivesse sua diretoria composta inteiramente por oficiais do Exército e sua

[13] Altura topográfica de um ponto.

[14] Alfred Stepan já havia constatado que os militares brasileiros haviam dado atenção à ameaça das insurreições antes dos militares norte-americanos, que haviam mantido seu foco na possibilidade de uma guerra nuclear até o início da década de 1960. Uma pesquisa nos artigos publicados em 72 periódicos militares norte-americanos demonstrou que no período 1959-1961 não aparece qualquer entrada para "contra-insurreição" e "ação cívica"; já no período 1962-1964 Stepan encontrou mais de 200 entradas referentes a estes temas e correlatos (STEPAN, 1975, p. 95, 98).

[15] Somente na primeira metade da década de 1960, a revista **A Defesa Nacional** publicou pelo menos 58 artigos versando sobre guerras revolucionárias e insurrecionais, guerra de guerrilha, movimento comunista internacional e sua ameaça aos países da América Latina. Ver Apêndice 2. Diversos outros artigos publicados no mesmo período também abordavam a questão das insurreições e da guerra revolucionária de forma lateral.

redação estivesse instalada no quartel-general (QG) do Ministério da Guerra, tinha muito mais liberdade editorial do que a **Revista Militar Brasileira**,[16] publicada pelo Estado-Maior do Exército (EME). Deve-se observar que esta última revista não publicou qualquer artigo sobre os temas citados no mesmo período, só o fazendo na segunda metade daquela década, já sob o Regime Militar.[17] Mas internamente o Exército iniciava esforços de preparação para se contrapor a insurreições de orientação comunista em território nacional. Desde 1961 o EME vinha realizando cursos de curta duração – ou "estágios", como eram chamados no Exército – sobre guerra contrarrevolucionária. Esses estágios, embora breves, eram dirigidos a oficiais generais e oficiais superiores, e tinham entre seus conferencistas professores universitários, juristas, parlamentares e sacerdotes católicos, além de oficiais superiores do Exército.[18]

Da leitura dos diversos artigos publicados nas revistas "A Defesa Nacional" e "Revista Militar Brasileira" ao longo da década de 1960, percebe-se que a oficialidade do Exército tinha presente que a Instituição deveria preparar-se para enfrentar insurreições de inspiração comunista, mas que esta preparação não deveria desfigurar a Força, reduzindo suas capacidades para enfrentar forças armadas regulares. Em geral esses artigos tratavam da natureza da guerra revolucionária ou insurrecional[19] e de suas características, e propunham formas de preparação para enfrentá-la no campo político, psicossocial e militar, incluindo aspectos doutrinários. Entretanto, mesmo as formulações doutrinárias para a guerra contra-insurrecional limitavam-se a processos de emprego das forças militares e de sua preparação, mas não apresentavam propostas de mudanças doutrinárias radicais, que implicassem em reestruturação das forças ou mudanças na organização das unidades regulares. Em artigo publicado na "Revista Militar Brasileira" no primeiro semestre de 1963, o tenente-coronel

[16] Atualmente, **Revista do Exército Brasileiro**.

[17] Podem ser citados: **A Guerra Revolucionária e a Subversão Comunista Internacional**, de Oswaldo de Araújo Souza (Abr./Jun. 1966); **A Crise Dominicana**, de Tácito T. G. de Oliveira (Jul./Set. 1966); e **Hospitais Portáteis na Guerra de Guerrilha**, de Américo Pereira, Vasco José Vieira dos Reis e Danilo Teixeira Starling (Jul./Set. 1966). Deve-se observar que, destes três artigos, apenas o primeiro tem caráter de proselitismo anticomunista.

[18] As conferências do estágio promovido em 1962 foram publicadas pelo EME em um volume de 442 páginas com o título **Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo** (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1962). Este estágio constava de 22 sessões realizadas a partir do final de agosto de 1962, à razão de três sessões por semana. As conferências do estágio de 1963 foram publicadas em um livro de 454 páginas, sob o título **Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária**. Nas "Palavras Iniciais" desse volume, o general Emílio Maurell Filho ressalta que aquele "estágio" não era uma novidade, pois já era a terceira vez que se o realizava. De suas palavras, pode-se também situar o início do "estágio" entre o final do mês de setembro e o começo de outubro, pois o oficial faz referência ao *movimento insurrecional em Brasília, no dia 12 último* – a revolta dos sargentos de 12 de setembro de 1963 (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1965, p. 7).

[19] Uso indiferentemente as expressões guerra insurrecional e guerra revolucionária. Embora se possa identificar uma clara motivação ideológica na guerra revolucionária, em ambos os casos tratam-se de formas de guerra conduzida por forças irregulares contra forças regulares estatais.

Ferdinando de Carvalho (1963, p. 94-95) chamou a atenção para os riscos da infiltração ideológica no Exército e da debilitação dos valores profissionais imprescindíveis à preservação da força militar. Mas foi explícito quanto aos riscos de que a ameaça da guerra insurrecional poderia ocasionar deturpações doutrinárias, induzindo o Exército a abandonar suas técnicas convencionais e seu aparelhamento clássico para se tornar uma força de guerrilhas, apta ao combate de forma descentralizada. E alertava: "Um exército profissional deve aprender a combater as guerrilhas, mas não se pode desorganizar para combater como guerrilhas" (CARVALHO, 1963, p. 95). Está implícita neste argumento a ideia de que há uma escala de complexidade militar entre as guerras convencionais e as insurrecionais, estando as primeiras entre as que demandam capacidades mais complexas em termos de organização, sistemas de armas, comando e controle, logística e mobilidade; e as segundas entre as militarmente menos complexas, a despeito de sua eventual complexidade política. Como corolário desta ideia, tem-se que forças armadas capacitadas a conduzir operações contra forças regulares são mais capazes de adaptar-se para combater forças irregulares – que, por natureza, são frágeis. Por outro lado, forças armadas que abandonem suas capacidades militares convencionais para dedicarem-se fundamentalmente à contra-insurreição teriam enorme dificuldade para fazer face à ameaça de uma força regular. Qualquer envolvimento das forças armadas em uma guerra contra-insurrecional deveria, pois, preservar suas capacidades para enfrentar conflitos mais complexos contra forças regulares.

No caso brasileiro, a debilidade das organizações armadas que se levantaram contra o governo entre as décadas de 1960 e 1970, sua falta de unidade e de apoio popular permitiram que as ações empreendidas pelo Exército para sua supressão fossem conduzidas por uma estrutura mínima de forças militares, baseadas na recém-criada comunidade de informações e com significativa participação dos órgãos policiais, preservando a estrutura regular da Força Terrestre. Ou seja, as unidades regulares do Exército não tiveram participação – a não ser muito eventual[20] – na repressão à luta armada.

[20] Cita-se nessas exceções o breve emprego de unidades do II Exército (São Paulo) em operação contra o grupo guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) liderado pelo ex-capitão Carlos Lamarca, no Vale do Ribeira entre abril e maio de 1970, num período de pouco mais de um mês (ORVIL, 2012, p. 548-555); e duas operações realizadas em 1972 contra o foco guerrilheiro estabelecido pelo PC do B na região do Araguaia, entre o Sudeste do Pará e o Norte de Goiás (região hoje pertencente ao estado de Tocantins): a primeira delas reuniu cerca de 400 homens de unidades da 8ª Região Militar (8ª RM) (Pará), do Comando Militar do Planalto (CMP) e da Brigada Paraquedista (Rio de Janeiro), e durou quatro meses (ORVIL, 2012, p. 709-716); a segunda foi uma "manobra" de duas semanas, e que reuniu cerca de 3.000 homens de unidades do CMP, Comando Militar da Amazônia (Manaus), IV Exército (Nordeste) e Brigada Paraquedista. Nos três casos citados, os resultados obtidos foram muito limitados ou decisivamente negativos, como foi o caso do Vale do Ribeira, onde a presença da tropa não impediu que o grupo guerrilheiro se evadisse da região (GORENDER, 1998, p. 211, 235-237).

2.5 Percepção das capacidades militares adversas

Não havendo uma clara percepção de ameaças militares ao Brasil no início da década de 1960, tampouco havia, no seio do Exército, a preocupação com as capacidades militares dos agentes das possíveis ameaças. Nenhum dos artigos publicados nas revistas militares do período faz menção às capacidades das forças armadas de países vizinhos. Mesmo havendo no período uma grande preocupação da oficialidade do Exército em relação à possibilidade da irrupção de movimentos insurgentes de inspiração comunista, a percepção dessas ameaças aparece como remota e abstrata, não sendo caracterizada em termos de identificação dos grupos hostis e suas capacidades militares.[21]

Os relatórios do EME nos primeiros anos da década de 1960 tratam de temas basicamente voltados para a administração e a organização da Força Terrestre, a educação dos quadros e a instrução da tropa.[22] Embora apresentem a situação de mapeamento do território nacional, incluindo as fronteiras, o andamento de estudos para a reestruturação das forças terrestres e a realização de estágios sobre guerra revolucionária, não trazem qualquer preocupação referente a possíveis e claras ameaças externas ou internas.

2.6 Percepção das capacidades militares próprias

No começo da década de 1960 era evidente na oficialidade do Exército Brasileiro a percepção da fragilidade militar brasileira, incompatível com a estatura político-estratégica do País e com suas aspirações de liderança regional (MATTOS, 1965, p. 19). Os militares sabiam das limitações da indústria nacional para prover armamentos e equipamentos sofisticados à tropa, mas percebiam que o País se modernizava e consolidava um parque industrial capaz de produzir bens duráveis como automóveis e equipamentos eletroeletrônicos. Esta perspectiva permitiria aumentar, progressivamente, a nacionalização dos equipamentos usados pelas unidades militares, garantindo a autonomia do País e não dependência de importações e de possíveis embargos e restrições decorrentes da política internacional.

O Exército estava dotado, entretanto, de uma estrutura militar arcaica e inadequada para as necessidades e condições brasileiras. O esforço de adaptação à doutrina militar norte-americana havia trazido alguma modernização à instituição após a Segunda Guerra Mundial,

[21] Cf. os artigos relacionados na nota 15.

[22] Foram examinados os Relatórios Sucintos referentes aos anos de 1962, 1963 e 1964, apresentados pelo Chefe do EME ao Ministro da Guerra (ESTADO-MAIOR..., 1962; ESTADO-MAIOR..., 1963a; ESTADO-MAIOR..., 1964).

mas a simples cópia e tradução de manuais de uma força armada de elevada capacidade operacional não significava verdadeira inovação doutrinária. Adotavam-se organização, equipamentos, métodos e manuais norte-americanos em uma verdadeira *fúria copiadora* (MENEZES, 1966, p. 132). Copiava-se porque era mais fácil copiar do que criar ou mesmo adaptar; porque era relativamente fácil conseguir algum equipamento norte-americano em função do Acordo de Assistência Militar; e porque se visualizava a possibilidade de emprego de uma força expedicionária brasileira em um teatro de operações extracontinental, em atendimento a compromissos internacionais (MENEZES, 1966, p. 133-134). Mas não se levava em conta os fatores políticos, geográficos, militares e materiais do Brasil, e tampouco a mentalidade do povo brasileiro, como destacou o general Castello Branco, em conferência na ESG em 1957 (CASTELLO BRANCO, 1957, p. 7).

A doutrina norte-americana havia sido concebida por uma superpotência com interesses globais, e se destinava a enfrentar ameaças de caráter global, especificamente uma guerra de grandes proporções no teatro de operações europeu contra massivos exércitos soviéticos e de seus aliados do Pacto de Varsóvia. Os meios militares à disposição de suas unidades eram abundantes e resultantes dos últimos desenvolvimentos tecnológico. Os custos exorbitantes desses equipamentos os faziam proibitivos mesmo para exércitos de potências europeias. Além de economicamente inalcançáveis, esses equipamentos eram desnecessários para as reais necessidades brasileiras.

A simples adoção de manuais, regulamentos e quadros de organização norte-americanos tinha também um caráter deletério para os militares brasileiros, que confrontavam a pobre realidade material das suas unidades com aquilo que estava previsto na doutrina adotada formalmente. A situação paradoxal alcançava as escolas militares, que ensinavam a doutrina norte-americana quase que integralmente, chegando ao ponto de ministrar o emprego de unidades que o Exército Brasileiro não possuía na realidade (MEYER, 1964, p. 20).

A realidade do Exército Brasileiro era bem outra. A motorização das unidades ainda era muito limitada. Grande número de suas unidades não dispunha de viaturas para o transporte de pessoal, e contavam com escassos veículos motorizados para o transporte de equipamentos. As unidades de infantaria deveriam mover-se a pé na área de operações; de um total de 27 regimentos de cavalaria, 17 eram unidades hipomóveis, ou seja, montadas a cavalo, e apenas sete regimentos eram dotados com veículos blindados. Havia ainda três regimentos de cavalaria motorizados, ou seja, não passavam de unidades de infantaria transportadas em caminhões (JUNQUEIRA, 1967, p. 57). As unidades a cavalo dependiam substancialmente da força animal para o transporte de seus equipamentos pesados.

Os equipamentos eram fundamentalmente importados, implicando grande dependência para a reposição de peças e para a realização de procedimentos de manutenção mais profundos e sofisticados. No começo da década de 1960, todos os veículos blindados em uso no Exército Brasileiro eram norte-americanos: 437 carros de combate (CC) leves Stuart (figura 15), nas versões M3 e M3A1 (HIGUSHI, 2015, p. 34); 50 CC leves Walker Bulldog M41– estes últimos incorporados a partir de 1960;[23] 83 CC médios Sherman (figura 16), nos modelos M4, M4A1 e M4 Composite Hull (HIGUCHI; BASTOS JR., 2009); cerca de 150 carros blindados de reconhecimento M8 Greyhound (figura 17) e 20 carros comando blindados M20 Deerhound (BASTOS, E. C. S., 2016, p. 7); cerca de quatro centenas de viaturas blindadas de transporte de pessoal de meia-lagarta M2, M2A1, M3, M3A1 (figura 18) e M5 (BASTOS, E. C. S., [s.d.]); 20 viaturas blindadas de transporte de pessoal sobre lagartas inteiras M59, recebidas a partir de 1960; e 84 viaturas blindadas sobre rodas Scout Car M3A1 (BASTOS, 2011; ALVES, 1964; ROCHA, 1968).

No que se refere ao material de comunicações, o Exército Brasileiro usava os rádios de origem norte-americana BC-611 e AN/PRC-6 para o escalão pelotão; e os rádios GRC-9 para os níveis companhia e batalhão em versões portátil e veicular; além desses, todos os equipamentos de comunicações dos veículos blindados que eram norte-americanos.[24] Ao longo das décadas de 1950 e 1960, o material de artilharia de origem europeia foi pouco a pouco substituído por material de origem norte-americana. Na década de 1950, a maioria das unidades de artilharia de campanha do Exército Brasileiro ainda estavam dotadas com canhões alemães Krupp de 75mm, mas ao longo da década de 1960 esse material foi sendo substituído pelos obuseiros de fabricação norte-americana M2A1 de 105mm;[25] a artilharia média usava os obuseiros norte-americanos M1 de 155mm;[26] e as unidades antiaéreas substituíam os canhões de 88mm alemães pelos canhões norte-americanos de 40mm e de 90mm (ESPÍRITO SANTO, 1966). As unidades de artilharia de costa móveis brasileiras estavam equipadas com canhões britânicos Vickers-Armstrong de 152,4mm. Embora já fosse obsoleto e não se enquadrasse no padrão norte-americano, este material seguia em uso, pois na década de 1960 já se discutia a obsolescência doutrinária da artilharia de costa. Diante da

[23] Informação fornecida, em 05/07/2016, por Hélio Higuchi, especialista em armamentos, colaborador da revista **Tecnologia & Defesa** e coautor dos livros **M4 Sherman no Brasil** e **O Stuart no Brasil**: M3 / M3A1 e Derivados.

[24] Informações sobre os equipamentos de comunicações em uso no Exército Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 prestadas por Paulo Kasseb, especialista em equipamentos antigos de comunicações militares e colecionador.

[25] Os obuseiros M2A1 de 105 mm foram redesignados como obuseiros M101 em 1962.

[26] Os obuseiros M1 de 155 mm foram redesignados como obuseiros M114 em 1962.

possibilidade da extinção deste ramo da arma de artilharia, não havia sentido em substituir seu material (ESPÍRITO SANTO, 1966).

Figura 15 – Carro de combate leve M3 Stuart, do 1º Batalhão de Carros de Combate Leves, em desfile. Campinas, SP, c. 1970

Fonte: Armas On-Line [s.d.]

Figura 16 – Pelotão de carros de combate médios M4A1 Sherman, do Exército Brasileiro, em exercício. Rio de Janeiro, 1957.

Fonte: Kessel, 1957.

Figura 17 – Carro blindado de reconhecimento M8 Greyhound, do acervo histórico do 1º Esquadrão de Cavalaria Leve. Valença, RJ.

Fonte: M-8 GREYHOUND, 2017.

Figura 18 – Viatura blindada de transporte de pessoal de meia-lagarta M3, do acervo histórico do 3º Regimento de Cavalaria Mecanizado. Bagé, RS.

Fonte: Acervo histórico do 3º RC Mec.

A organização do Exército era divisionária, ou seja, suas grandes unidades[27] de combate eram Divisões de Infantaria e de Cavalaria, uma Divisão Blindada e uma Divisão

[27] No jargão militar brasileiro, "grande unidade" é uma formação militar com capacidade de atuação operacional independente básica, e que compreende uma combinação de unidades de diversas armas e serviços. Na doutrina do Exército Brasileiro do início da década de 1960, a grande unidade básica era a "divisão". Uma divisão era composta por diversas unidades de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. O termo militar "unidade", por sua vez, significa uma formação militar composta por várias centenas de soldados e comandada por um oficial superior (major, tenente-coronel ou coronel). No Exército Brasileiro, na década de 60, havia unidades de dois níveis: regimentos e batalhões. A Divisão de Infantaria de modelo norte-americano da década de 1960 tinha um efetivo entre 15 mil e 18 mil homens.

Aeroterrestre.[28] Cada divisão de infantaria e a aeroterrestre deveria ser composta por três regimentos de infantaria, cada um com três batalhões. Deveriam ser apoiadas por quatro grupos de artilharia de campanha e um de artilharia antiaérea. A divisão blindada contaria com batalhões de infantaria blindados e de carros de combate médios e pesados, apoiados por grupos de artilharia blindados e um de artilharia antiaérea autopropulsado. As divisões de cavalaria eram uma mescla de regimentos a cavalo com outros mecanizados e motorizados.

Mas essa organização era apenas teórica. Na prática, as divisões eram incompletas e compostas por unidades também incompletas e mal equipadas. A maioria dos regimentos de infantaria era composta por apenas um ou dois batalhões, também incompletos. A Divisão Blindada não contava com unidades de carros de combate pesados, nem de artilharia blindada, nem de canhões antiaéreos autopropulsados. A Divisão Aeroterrestre não passava de um núcleo, e nunca teve mais que um regimento de infantaria aeroterrestre incompleto, um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e um pelotão de comunicações (HISTÓRICO [s.d.]; ARAUJO, 1969).

A organização doutrinária das divisões de cavalaria era disfuncional, pois mesclava, sob um mesmo comando operacional, unidades cujas velocidades de movimento eram absolutamente incompatíveis. Os regimentos mecanizados e motorizados podiam marchar até 300 km por dia por estrada, enquanto a etapa diária de marcha por estrada dos regimentos a cavalo era de apenas 40 Km. As capacidades de movimento através do campo também eram incongruentes: os regimentos a cavalo poderiam mover-se através de praticamente qualquer terreno, enquanto os mecanizados sofriam sérias restrições dos obstáculos do terreno e das condições meteorológicas, e os motorizados tinham seu movimento restrito às estradas. Composto por unidades tão heterogêneas, a divisão de cavalaria era muito difícil de ser empregada em combate (POZZOBOM, 1968).

O Exército também se ressentia de práticas administrativas arcaicas adotadas pela instituição e por suas unidades, que incluíam o funcionamento de granjas e armazéns reembolsáveis sob a administração das unidades. Tais instalações agrícolas e comerciais eram entendidas como necessárias à geração de recursos financeiros para a manutenção da vida vegetativa das unidades, mas as desviavam de suas atividades profissionais de adestramento para o emprego militar. Como comentou um oficial do EME, a falta de recursos vinha "impelindo os comandantes de unidades a representar o papel de estancieiros pobres, plantando hortaliças, construindo pocilgas e, não raro, vendendo os produtos ao público"

[28] A expressão "aeroterrestre" indica a atividade, operação ou organização relacionada com o movimento aéreo de uma força (particularmente paraquedista) e sua introdução por lançamento ou aterragem numa determinada área para execução de uma missão tática ou estratégica com objetivo profundo em terra.

(LIMA, 1962, 2ª Parte). Também era frequente o envolvimento de oficiais em atividades políticas, inclusive exercendo cargos eletivos ou não no governo federal ou nos dos estados e municípios, após o encerramento dos quais podiam voltar ao Exército sem qualquer desabono para suas carreiras, embora em detrimento dos interesses da Instituição (VILLA, 2014, p. 81).

No início da década de 1960, a oficialidade do Exército dava-se conta da inadequada organização das forças terrestres e da necessidade de acompanhar o desenvolvimento econômico e tecnológico do País. Esta percepção ficava evidente em artigos publicados nas principais revistas militares brasileiras. Havia a sensação de que as Forças Armadas brasileiras viviam um de seus momentos "mais cruciantes" (VIDAL, 1960, 148), e de que todos sentiam a "desesperada sede de uma reorganização" (AMÊNDOLA, 1960, p. 136). A seção "Doutrina Militar Brasileira" da revista "A Defesa Nacional" clamava por *uma verdadeira cruzada de Redenção Institucional* (RAPOSO FILHO in AMÊNDOLA, 1960, p. 137). Em grande medida, esta sensação de urgência decorria da percepção de que a organização e a doutrina do Exército estavam obsoletos, e de que mesmo os esforços modernizadores da Missão Militar Francesa e a adoção da doutrina militar norte-americana já não respondiam às suas necessidades (MATTOS, 1960, p. 92). Também havia no Exército a confiança de que o Brasil "[rompia] as amarras do subdesenvolvimento e [enfrentava] a industrialização, que só as potencias mundiais [podiam] ensejar" (VIDAL, 1960), o que permitiria ao País um nível de capacitação militar impensável algumas décadas atrás.

Em maio de 1960 "A Defesa Nacional" trouxe a seus leitores artigos de dois oficiais superiores ainda jovens e que desenvolviam importante atividade intelectual no âmbito do Exército. Ambos os artigos tratavam da reorganização do Exército. O primeiro deles tinha como autor o major Amerino Raposo Filho, que à época era o redator da seção "Doutrina Militar Brasileira", concebida "com vistas ao estabelecimento das bases filosóficas-estruturais (sic) duma autêntica doutrina militar brasileira" (RAPOSO FILHO, 1960b, p. 77). Seu artigo fazia uma síntese de mais de um ano de debates nas páginas daquela revista em torno do desenvolvimento de uma doutrina militar autóctone e apresentava algumas ideias referentes a uma nova organização para a força terrestre, resumindo-as em uma série de preocupações relativas a:

> - Como reorganizar nossas Grandes Unidades e Unidades Operacionais, tendo em vista a Conjuntura Nacional [...]?
> - Como conciliar as necessidades da Guerra Moderna, em suas duas formas igualmente relevantes [guerra regular e guerra revolucionária], e as possibilidades da Ciência, da Técnica e da Indústria Nacionais, cada vez mais expressivas [...]?

> - Nossas Organizações não deverão apresentar-se leves, altamente móveis e de efetivos reduzidos, dadas as características interiores de cada um dos TO?
> - Como preparar as Grandes Unidades e as Unidades das Forças Terrestres para o pleno cumprimento das Missões Constitucionais das Forças Armadas [...]? (RAPOSO FILHO, 1960b, p. 80).

O título do segundo artigo dessa edição, de autoria do tenente-coronel Carlos de Meira Mattos, definia a reorganização do Exército como um "imperativo". Em uma nota introdutória a esse artigo, escrita na condição de redator da seção, o major Amerino Raposo Filho referia-se à necessidade e, mais que isso, à "imperiosa urgência de se reestruturarem as Forças Terrestres" (in MATTOS, 1960, p. 91). Meira Mattos iniciou sua argumentação afirmando que "nosso Exército, como instrumento de guerra, está ultrapassado, como aquele que encontrou o Marechal Hermes da Fonseca em 1906, quando assumiu a pasta da Guerra" (MATTOS, 1960, p. 92). Após tecer considerações sobre as incoerências e o conjunto desordenado de problemas fundamentais da instituição, Meira Mattos afirmou que a solução a estes problemas não se devia afastar das realidades psicossociais, geográficas, econômicas e financeiras do Brasil, e propôs uma reorganização do Exército que o transformasse no embrião de um instrumento de guerra moderna, alinhado com as correntes de pensamento que vitalizavam as instituições militares mais avançadas do mundo e que o deixasse "apto a desdobrar-se e crescer, se as exigências da nossa segurança ou dos nossos compromissos militares assim o exigirem" (MATTOS, 1960, p. 92-93). Este ponto da argumentação de Meira Mattos está bem acorde com as expectativas de desenvolvimento do País e de seu crescente papel como potência regional, e ficou mais explícito quando o autor recomendou que "devemos encarar as nossas responsabilidades militares no continente e no mundo". O autor apresentou, em seguida, algumas recomendações, que teriam sido alinhavadas após meditar e trocar ideias "com inúmeros companheiros igualmente preocupados com a questão" (MATTOS, 1960, p. 93). Coerente com a disposição de debater as bases filosóficas para uma nova doutrina militar brasileira, suas recomendações tinham um caráter bastante geral: a capacidade do Exército para suportar uma agressão com engenhos nucleares (a guerra atômica era um tema que estava na pauta de quase todas as edições de "A Defesa Nacional" no período); a preparação para fazer frente a uma guerra revolucionária ou insurrecional; o uso de mísseis como a artilharia do futuro, talvez substituindo os canhões; e a adoção de uma ordem de batalha[29] de tempo de paz que facilitasse a ação de comando, a instrução da tropa e o espírito de corpo das grandes unidades (MATTOS, 1960, p. 93-94). Meira Mattos encerrou

[29] Articulação de unidades no terreno, de acordo como uma concepção de emprego tático ou estratégico.

seu artigo com um apelo por "missionários" para a "grande e árdua cruzada profissional" de revitalização e revigoramento do Exército, à altura das transformações que haviam sido promovidas pelos "jovens turcos" e a "missão indígena" no começo do século XX (MATTOS, 1960, p. 94).

Em novembro de 1960, em função do intenso debate desenvolvido nas páginas de "A Defesa Nacional", o major Alexandre Amêndola publicou uma proposta concreta de nova organização das grandes unidades do Exército Brasileiro (AMÊNDOLA, 1960). Sobrepesando todos os pontos de vista até então apresentados pelos diversos autores publicados na seção "Doutrina Militar Brasileira" da revista, Amêndola encontrou algumas condicionantes para uma reorganização do Exército: a nova organização da Força deveria ser relativamente potente; extremamente simples, para enquadrar-se nas possibilidades da indústria nacional e do soldado brasileiro; e altamente móvel, para compensar sua simplicidade, sua relativa potência e o volume reduzido do Exército Brasileiro. A seguir, apresentou uma proposta de nova organização para as divisões de infantaria e de cavalaria, tendo a divisão de infantaria quase a metade dos efetivos previstos na organização doutrinária então em vigor (AMÊNDOLA, 1960, p. 140-144).

Em abril de 1961, A Defesa Nacional trouxe um novo artigo do major Alexandre Amêndola, no qual o autor insistia na necessidade de uma nova organização para o Exército. E o fazia como porta-voz de "uns sessenta ou setenta companheiros com quem conversamos", referindo-se às discussões durante os trabalhos nos estados-maiores, aos debates em salas de aulas e nas conferências nas escolas militares, mas também aos "anseios da Tropa" (AMÊNDOLA, 1961, p. 52). A proposta de Amêndola pode ser resumida em reorganizar as grandes unidades (na época, as divisões) com novos tipos de unidades que fossem menores; possuíssem quadros completos (oficiais e sargentos); utilizassem os aquartelamentos já existentes (para evitar o dispêndio da construção de novos quarteis); absorvessem o armamento já existente; utilizassem equipamentos simples, de baixo custo e leves (para facilitar o deslocamento pelas precárias estradas brasileiras e por via aérea); e fossem motorizadas ao máximo, valendo-se da nascente indústria de veículos automotores (AMÊNDOLA, 1961, p. 53).

A ideia de que a necessidade de mudanças era consensual no Exército aparece um ano depois em um artigo do tenente-coronel Leonidas Pires Gonçalves.[30] Nele, o autor propunha o estabelecimento de um programa de reformas para o Exército, a fim de superar "o desânimo, a

[30] Um quarto de século mais tarde, o general Leonidas seria Ministro do Exército no primeiro governo após a redemocratização do Brasil, quando dirigiu um grande esforço de modernização do Exército, conhecido como Projeto Força Terrestre 90 (FT-90).

descrença, o desestimulo [...] que campeia (sic) em nosso Exército", resultando na "crescente evasão, no quadro de oficiais". Avaliava o autor que o abandono da carreira por oficiais ainda jovens não decorria da atração que as possibilidades materiais da vida civil lhes ofereciam, mas "das decepções, dos inevitáveis desenganos profissionais (agravados pelas notórias e sistemáticas dificuldades financeiras)" (GONÇALVES, 1962, p. 17-18). Em seu entendimento, tamanha frustração profissional decorria da "multidimensional desatualização em que se encontra nosso Exército. E do cortejo [...] de erros que a acompanha". De forma contundente, o autor constatava que essa desatualização e esses erros haviam atingido um nível altamente nocivo e desagregador, e que a instituição jamais estivera tão distante, em toda a sua história, de constituir-se no que ele chama de um "exército-padrão brasileiro", ou seja, "um exército cujas características fossem estabelecidas em função das exatas necessidades e possibilidades do Brasil" (GONÇALVES, 1962, p. 19). Como em artigos anteriormente citados, Leonidas Gonçalves ponderava que a capacidade tecnológica brasileira já poderia assegurar um apoio razoável às demandas do Exército, "uma vez que evolui a passos ciclópicos" (GONÇALVES, 1962, p. 20).

Em síntese, no início da década de 1960, havia no Exército uma clara percepção de que as capacidades militares da Força não estavam à altura de um país que crescia, se desenvolvia e aspirava a uma posição de prestígio, não apenas no cenário regional, mas também no global. A simples adoção da doutrina militar norte-americana também parecia imprópria e constrangedora à eloquente parcela da oficialidade que tinha voz, seja como instrutores da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), seja como articulistas das revistas militares. A ideia de que a reorganização do Exército era um "imperativo", como a seção "Doutrina Militar Brasileira" de "A Defesa Nacional" vinha argumentando desde 1960, encontrava ouvidos nas altas esferas da Instituição, onde um documento interno da Chefia do EME do final de 1963 qualificava a reorganização do Exército Brasileiro como "um imperativo indeclináve1" (REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO, [1963], 1ª p. [não numerada]).[31]

Para estes oficiais, a realidade brasileira de defesa implicava em algumas condicionantes: ambiente operacional de grandes espaços e poucas vias de transporte; limitada capacidade de manter uma força de grande efetivo em tempo de paz; limitada capacidade orçamentária para garantir equipamentos sofisticados às tropas; e hipóteses de conflito pouco prováveis no campo externo e de baixa ameaça no campo interno. Diante destas condicionantes, as

[31] Trata-se de um rascunho de documento parcialmente datilografado e parcialmente manuscrito, guardado pelo Marechal Castello Branco em seu arquivo pessoal. ACB, Pasta "J" Pensamento Civil e Militar.

soluções propostas apontavam para a necessidade de manter uma força de efetivos limitados, organizada em grandes unidades e unidades pequenas e ágeis, e dotada com equipamentos produzidos majoritariamente pelo parque industrial brasileiro, que já dava mostras de ser capaz de atender as demandas do Exército por equipamentos menos sofisticados, como viaturas de transporte, veículos blindados e armamentos convencionais.

2.7 Cultura estratégica brasileira

Partindo do conceito de cultura estratégica apresentado no primeiro capítulo, convém aqui avaliar a cultura estratégica brasileira predominante no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. De uma maneira geral, os brasileiros se viam como um povo bondoso, tolerante, amante da paz, alegre e cordial (HOLANDA, 1993, p. 106-112; AZEVEDO, 1942, p. 111 et seq.), dono de um país sem ambições territoriais e sem contenciosos de fronteira. É muito eloquente a este respeito o artigo que o capitão Luiz Paulo Macedo Carvalho publicou em "A Defesa Nacional" no primeiro semestre de 1967, defendendo enfaticamente o Exército contra insinuações de que seria uma instituição de caráter militarista e de que teria instalado um regime militar no País. Com este intuito, o autor procura sintetizar o caráter do homem brasileiro em torno de um conjunto de mitos dominantes na cultura brasileira dos anos 1960: a miscigenação de brancos, índios e negros, plasmando um tipo "sui generis",

> cuja personalidade, através do comportamento social revelado no curso dos tempos, se caracterizou por traços de profundo senso de respeito ao próximo e antagonicamente individualista, amante da liberdade e da natureza, pacifista de vocação, mas desassombrada, sem grandes preconceitos raciais, de acentuada índole humanitária e arraigados princípios cristãos, e desenvolvida capacidade de improvisação, em que o talento se sobrepõe à cultura. [...] despido de tradições guerreiras [...]. (CARVALHO, L. P. M., 1967, p. 70).

Gilberto Freyre (1966) também percebia a sociedade brasileira como avessa ao militarismo. Em sua avaliação, esta postura decorria da experiência monárquica brasileira – de caráter profundamente civil e antimilitar – e da razoável estabilidade do Estado monárquico (FREYRE, 1966, p. 8). Freyre também anotou que esta postura civilista se caracterizava pelo fato de que, das Forças Armadas brasileiras, "não saiu até hoje um caudilho de capote", em contraste com o caudilhismo dominante nas repúblicas hispânicas vizinhas (FREYRE, 1966, p. 10,17).

A experiência histórica brasileira desenvolveu, entretanto, em suas elites uma postura ambígua em relação às Forças Armadas e ao seu emprego como instrumentos do Estado. Se por um lado a sociedade brasileira admirava as organizações armadas como instituições

dignas e respeitáveis e como uma boa opção de carreira no serviço público, por outro lado tinha pouco apreço pelo recurso à guerra para a solução dos conflitos humanos, embora o Brasil tenha protagonizado grandes guerras internas e externas ao longo da história. Em meados do século XX, como nos dias atuais, os maiores eventos militares da História do Brasil, como a Guerra do Paraguai e o envio de uma Força Expedicionária para participar da Segunda Guerra Mundial no teatro europeu, eram pouco conhecidos e mal compreendidos.

Durante a Guerra do Paraguai, a baixa adesão da elite política imperial aos esforços do governo central para a mobilização necessária à condução militar da guerra é bem ilustrada pela grande dificuldade que o governo imperial teve para o recrutamento de tropas após a onda de entusiasmo patriótico inicial, decorrente da invasão paraguaia das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul no final de 1864 e meados de 1865, respectivamente. À medida que a Guerra se prolongava, o governo imperial teve que recorrer cada vez mais ao recrutamento forçado e à compra de alforrias de escravos, que, uma vez libertos, eram incluídos nas fileiras do Exército (IZECKSOHN, 2004, p. 205-206).

Desde sua terminação, a memória da Guerra do Paraguai tem sido problemática para os brasileiros. As comemorações da vitória promovidas pela Coroa em 10 de julho de 1870 resultaram em um fiasco, com baixíssimo comparecimento da aristocracia e das classes mais abastadas, obrigando o governo a liberar a entrada para as massas populares, que não haviam sido inicialmente convidadas. O episódio foi causa de acirrado debate na imprensa e acusações de malversação de fundos públicos na construção do palácio de arquitetura efêmera erigido pelo governo para sediar o evento festivo – apodado ironicamente pelos jornais como "o barracão". Também houve denúncias de falta de segurança das arquibancadas destinadas ao público.[32] O desprestígio dos veteranos do Paraguai chegou ao ponto de que muitos deles sentiam vergonha de exibir suas medalhas, temendo que a nova geração as considerasse símbolos de opróbio, como testemunhou o general Tasso Fragoso em discurso na Escola de Estado-Maior em 1931 (Apud CASTELLO BRANCO, 1957, p. 21-22).

A baixa estima pela atividade militar no Brasil monárquico também é ilustrada pelo tratamento dispensado aos veteranos, às viúvas e órfãos das praças falecidas durante as operações e aos inválidos da Guerra do Paraguai. Os registros indicam que a maioria dos veteranos que haviam servido nos corpos de Voluntários da Pátria (não pertencentes ao

[32] Ver: editorial A FESTA. **A Reforma**, Rio de Janeiro, p. 1, n. 152, domingo, 10 Jul. 1870, e os diversos artigos dessa edição dedicados a criticar a exclusão do povo dos festejos e a ridicularizar realização da festa; ver também o editorial A OPINIÃO. **A Reforma**, Rio de Janeiro, p. 1, n. 153, terça-feira, 12 Jul. 1870; CORREIO DA CORTE. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, quarta-feira, 13 Jul. 1870; AS FESTAS DO AUGUSTO. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, quarta-feira, 22 Jul. 1870; INTERIOR. **A Regeneração**, [Desterro], SC, p. 2, n. 193, domingo, 24 Jul. 1870.

Exército de Linha) recebeu as gratificações prometidas pelo governo imperial por ocasião de seu licenciamento do serviço (BRASIL, 1865b),[33] embora poucos veteranos tenham demonstrado interesse pela distribuição de terras em colônias militares – outra promessa governamental lançada como o decreto de criação dos Voluntários da Pátria (SOARES, 2015, p. 148-151). Entretanto, poucas famílias de soldados falecidos na Guerra receberam as pensões a que tinham direito (SOARES, 2015, p. 155-159). Em relação aos veteranos mutilados ou que haviam contraído enfermidades incapacitantes durante as campanhas, o governo brasileiro decidiu criar um Asilo dos Inválidos da Pátria. Mas diferente do que ocorre na França ou no Reino Unido, onde os asilos para veteranos foram instalados em áreas nobres de Paris e Londres,[34] o Asilo dos Inválidos da Pátria foi instalado em uma área remota da Baía de Guanabara. Inicialmente o Asilo foi estabelecido provisoriamente na Ponta da Armação, município de Niterói, em 1866 e, a partir de 1868, foi definitivamente instalado na Ilha de Bom Jesus, próximo ao convento dos franciscanos que era usado como hospital de isolamento para enfermos por doenças contagiosas (GOMES, 2006, p. 343-412). A intenção de manter os inválidos afastados do contato com a sociedade fica explícita pelo fato de que foi instalado em uma ilha, o que por si só dificultava o acesso de pessoas da cidade e a saída dos internos. Também é emblemático o fato de que a Ilha de Bom Jesus era adjacente à Ilha de Sapucaia, onde funcionava o depósito de lixo da cidade do Rio de Janeiro (GOMES, 2006, p. 626).

A desvalorização das Forças Armadas, e em especial do Exército, após a Guerra do Paraguai caracterizou o que foi chamado por Edmundo Campos Coelho uma *política de erradicação* (COELHO, 2000, p. 49).[35] Como resultado dessa política, os orçamentos do Ministério da Guerra e os efetivos do Exército foram drasticamente reduzidos a valores muito menores do que os do pré-guerra (COELHO, 2000, p. 63). O orçamento do Ministério da Guerra, que nos anos anteriores à Guerra contra o Paraguai girava em torno dos 21% das despesas totais do governo, chegando a mais de 40% durante os anos de guerra, foi reduzido a 15% em 1871 e a apenas 8% em 1878 (COELHO, 2000, p. 63).[36] Os efetivos autorizados para

[33] De acordo com o artigo 2º desse decreto, os Voluntários da Pátria receberiam um gratificação de 300$000 quando dessem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas.

[34] Em Paris, o asilo de inválidos funciona desde 1676 no magnífico *Hôtel des Invalides*, onde também foi posteriormente construído o mausoléu de Napoleão Bonaparte e instalado o Museu do Exército. Em Londres, o asilo de inválidos do Exército Britânico funciona desde 1682 no Royal Hospital Chelsea, localizado no bairro de Chelsea, nas redondezas do Palácio de Buckingham.

[35] Coelho tomou esta expressão emprestada de Samuel Huntington em **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 174 (nessa tradução, a expressão usada no idioma português foi *política de extirpação*). Adriana Barreto de Souza (1999, p. 21-23) faz uma dura crítica à utilização deste conceito por Coelho, mas admite que o pós-guerra do Paraguai resultou em um forte aperto orçamentário para o Exército.

[36] Gráfico II.

o ano de 1864, que eram de 18 mil praças em tempo de paz (BRASIL, 1864), chegaram a 60 mil praças em circunstâncias extraordinárias em 1865, em função do início da Guerra (BRASIL, 1865a), mas foram reduzidas logo após o encerramento do conflito a 16 mil praças em tempo de paz para o ano fiscal 1870-1871 (BRASIL, 1870), chegando a apenas 13 mil em 1880, efetivos inferiores a todos os verificados na série histórica desde 1840 (SCHULZ, 1994, p. 216).

O desprezo pelas atividades bélicas chegou a contaminar o próprio Exército no final do Segundo Reinado e início da Primeira República, a partir das pregações positivistas do tenente-coronel Benjamin Constant, professor da Escola Militar da Praia Vermelha (TREVISAN, 2011, p. 53-75). A crítica ácida dos positivistas à participação brasileira na Guerra contra o Paraguai (MENDES, 1913, p. 138-143) levou ampla parcela da oficialidade bacharelesca a adotar posições pacifistas e um ideal de isenção de serviço, que Leonardo Trevisan (2011, p. 58, 72) chamou de "máscara paisanizante". Esta postura colocava a oficialidade do Exército do final do século XIX e início do século XX em contraste direto com seus deveres profissionais, caracterizando o que Fernando de Azevedo (1942, p. 167) chamou de "desertores da profissão". A inversão de valores resultante dessa situação – registrada em memórias de oficiais da época[37] – desaguou na desorganização e ineficiência militar demonstradas quando o Exército foi chamado a debelar uma rebelião de "matutos" do sertão da Bahia. O resultado foi a ação desastrada de três expedições militares postas para correr do sertão por um grupo de sertanejos sem qualquer organização ou treinamento militar. A vitória da quarta expedição acabou exigindo o envio de todos os efetivos disponíveis no Exército, com reforço das polícias militares de três estados, além da presença do próprio ministro da guerra na região, para organizar os serviços logísticos de que o Exército carecia. A incapacidade de planejamento e de execução da campanha levou o Exército a sofrer enormes perdas de pessoal e equipamentos e a passar fome e sofrimentos indescritíveis, além de causar danos e mortes desnecessárias entre os rebeldes (SOARES, 1902; CUNHA, [198?]).

A memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial também dá testemunho da pouca estima dos brasileiros pela atividade guerreira. Embora o Brasil tenha enviado cerca de 25 mil soldados e aviadores para lutar contra a Alemanha nazista na Itália, a recompensa dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi o esquecimento. Por razões políticas, o governo Vargas desmobilizou a FEB ainda na Itália. Após algumas cerimônias de boas-vindas aos ex-combatentes, eles foram pouco a pouco sendo esquecidos e, em muitos

[37] Ver o testemunho do general A. Tasso Fragoso em sua "Advertência Preliminar" em FRAGOSO, 1951. p. 8. Para a agitação política no seio do Exército que levou à revolta da Escola Militar em novembro de 1904, ver CARVALHO, 1961. p. 39-48; ver também PEIXOTO, 1960. p. 195-202.

casos, desvalorizados. Como anotou Francisco Ferraz[38] (2005, p. 69), "não era raro ao ex-combatente ouvir de populares que o período passado na Itália foi mais um "passeio" que uma guerra de verdade". A imagem que se consolidou da FEB foi a de uma tropa de desdentados e semianalfabetos, oriundos das classes mais pobres, recrutados à força para lutar em um teatro de operações secundário na Europa, onde a FEB tivera apenas um papel simbólico. Não obstante, pesquisas recentes comprovam que os soldados da FEB tinham padrões sociais, educacionais, físicos e de higidez muito superiores à média brasileira da época, constituindo aquilo que foi descrito por Cesar Maximiano[39] como a "nata da juventude" brasileira (MAXIMIANO, 2010, p. 51, 54-63). Evidentemente, nenhuma divisão individualmente teve um papel decisivo em uma guerra que envolveu milhares de divisões. O teatro do Mediterrâneo, onde a FEB operou, havia se tornado de fato secundário a partir dos preparativos para a invasão da Normandia, mas cada divisão aliada retirada da Itália para se unir às forças de invasão à França tornava mais importante e pesado o fardo das tropas remanescentes. A interdependência entre as frentes e teatros de operações unia intrincadamente o papel de cada divisão participante da guerra. Tampouco se pode considerar "simbólico" o envio de uma força de 25 mil homens para além-mar, tendo como resultado a perda de centenas de soldados mortos e milhares feridos, bem como a captura de 15 mil prisioneiros alemães e italianos.

Esta percepção popular também se refletiu na atenção oferecida pelas elites e pelo Estado brasileiro aos ex-combatentes da FEB. Muitos veteranos não tiveram seus direitos assegurados para a reintegração aos empregos do pré-guerra, e apenas em 1988 a nova Constituição Federal lhes assegurou uma pensão especial, quando, dos 25 mil homens que haviam formado a FEB, menos de 10 mil veteranos ainda estavam vivos (FERRAZ, 2005, p. 70).

A despeito do pouco apreço da sociedade e de suas lideranças políticas pela atividade militar, constata-se que, dentre as instituições públicas, as Forças Armadas contavam com alto índice de credibilidade e que os militares, e particularmente a oficialidade, desfrutavam de um elevado conceito social. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, os bailes de entrega de espadins e de formatura das escolas militares de formação de oficiais eram realizados clubes do Rio de Janeiro e eram eventos concorridos pelas famílias de classe média. Entretanto, o prestígio das Forças Armadas estava mais associado a aspectos cívicos do que a sua

[38] Professor associado do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina.

[39] Historiador, pesquisador independente, editor e escritor; ex-professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Rio de Janeiro, RJ).

destinação constitucional de prover a defesa militar do País. Em meados da década de 1910, Olavo Bilac havia baseado sua pregação pelo serviço militar obrigatório no papel regenerador do Exército, como promotor da educação cívica do cidadão (COELHO, 2000, p. 89-90). O prestígio do Exército também resultava da ineficiência ou da carência de instituições políticas e sociais no País, que deixavam o Exército em evidência como "a sua única força organizada a ponto (sic) das outras forças nacionais renunciarem algumas de suas responsabilidades mais nitidamente civis, abdicando-as nas mãos dos chefes militares" (FREYRE, 1949, p. 33).

O fato de que as Forças Armadas desfrutavam de credibilidade pela execução de funções subsidiárias e não pelo que é sua atribuição constitucional – defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem[40] – também decorria da baixa percepção de ameaças interna ou externa, seja no entorno estratégico, seja mais além. A própria oficialidade do Exército, à medida que tomava consciência do caráter distinto da instituição e da profissão militar dentro da sociedade brasileira, aceitava funções que nada tinham a ver com a atividade-fim da Força. Dentre estas, estavam uma suposta "função moderadora"; seu papel na educação cívica do cidadão por meio do serviço militar obrigatório; a missão de modelo para as instituições públicas em formação; e o sentido de guardião da Pátria, sobre a qual exerceria discreta tutela (COELHO, 2000, p. 82-84, 92-104). Analisando a política no Brasil entre 1945 e 1964, Alfred Stepan (1975) constatou que tanto as lideranças políticas, como os formadores de opinião e os próprios militares aceitavam o que ele chamou de "padrão moderador" das relações entre civis e militares. Segundo este entendimento, a sociedade brasileira se caracterizava como "pretoriana", ou seja, todas as suas instituições – a igreja, o trabalho, os estudantes – eram altamente politizadas, mas simultaneamente fracas. Da mesma forma, os militares também eram politizados, e se tornavam alvo de tentativas de cooptação por todos os grupos, como forma de aumentar sua própria força política. Este quadro – instituições altamente politizadas, sociedade crescentemente exigente em termos de atendimentos de demandas sociais e uma elite política que acreditava nos valores do regime democrático e parlamentar – dava espaço ao "padrão moderador". Diante da difícil coexistência entre o governo constitucional e as demandas de uma sociedade "pretoriana" e da

[40] De acordo com as duas versões da Constituição Federal vigentes no período em estudo (além da Emenda Constitucional Nr. 1, de 17 de outubro de 1969), as Forças Armadas destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem (BRASIL, 1946b, Art. 177; BRASIL, 1967, Art. 92; BRASIL, 1969, Art. 91). Deve-se observar que as versões anteriores da Constituição Federal do período republicano atribuíam destinações semelhantes às Forças Armadas, com exceção da Constituição do Estado Novo (1937), que não deixava explícita a destinação das Forças Armadas. A Constituição de 1891 estabelecia que as forças de terra e mar eram *destinadas á defesa da pátria no exterior e á manutenção das leis no interior*, além de serem obrigadas *a sustentar as instituições constitucionais* (BRASIL, 1891, Art. 14); a Constituição de 1934 definia como destinação das Forças Armadas: *defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, a ordem e a lei* (BRASIL, 1934, Art. 162).

limitada capacidade dos processos parlamentares para resolverem os conflitos políticos, as Forças Armadas eram eventualmente chamadas para agir como força moderadora da atividade política. O papel dos militares estaria, entretanto, restrito à deposição do chefe do executivo que eventualmente carecesse de legitimidade e a transferência do poder para grupos civis alternativos. Neste padrão, os militares não estavam autorizados a assumir o governo, funcionando mais como "conservadores" do que como "reformadores" do sistema político (STEPAN, 1975, p. 49-50). De acordo com Stepan, a instalação do Regime Militar em 1964 teria rompido com este modelo delicado e deixado as Forças Armadas como todo o ônus de lidar com os conflitos políticos e sociais, sem contar com a habilidade ou a vontade de dialogar, negociar e assumir compromissos, que são a essência da política. Na tentativa de administrar o País de forma apolítica, os militares teriam transferido o conflito político para o interior das Forças Armadas, com todas as consequências negativas em termos de facciosismo e de indisciplina (STEPAN, 1975, p. 166, 181).

No que se refere aos valores dominantes na elite política brasileira no período estudado nesta pesquisa, observa-se o conservadorismo, a crença na família como o alicerce da estrutura político-social e a forte ligação com a Igreja Católica. Também se observa o pouco apego a valores democráticos. Como constatou Argelina Cheibub Figueiredo (1993, p. 202), referindo-se ao clima político que levou às crises de 1961 e 1964, tanto a esquerda como a direita tinham uma visão meramente instrumental da democracia. Os grupos esquerdistas mais radicais propugnavam por reformas, ainda que ao custo da democracia; aceitavam o jogo democrático somente como meio de alcançar as reformas radicais que propunham. A direita radical, por sua vez, recorria às regras democráticas apenas quando lhes eram úteis para preservar seus interesses. O forte apoio popular ao movimento que depôs o Presidente João Goulart em abril de 1964 demonstra como a maioria da população compartilhava a mesma visão instrumental da democracia exibida pelas lideranças mais radicais do espectro político.

Verifica-se, em síntese, que a cultura estratégica dominante no Brasil das décadas de 1960 e 1970 estava caracterizada pela autoimagem da sociedade brasileira como pacífica, tolerante, alegre, cordial e avessa ao militarismo. Outro traço marcante era a ambiguidade da elite e da sociedade brasileira em relação às Forças Armadas e ao seu emprego como instrumentos de força do Estado. Em geral, os brasileiros admiravam as organizações armadas como instituições dignas e respeitáveis, mas tinham pouca estima pela atividade guerreira que é a destinação legal das Forças Armadas. Destacavam-se também, como traços marcantes da cultura estratégica brasileira no período estudado, o conservadorismo da sociedade, seja em relação a aspectos comportamentais, seja em termos políticos, e o pouco apego aos valores democráticos.

2.8 Cultura organizacional do Exército Brasileiro

No nível das Forças Armadas, identificam-se culturas organizacionais muito específicas e, em alguns casos, conflitantes. A característica mais marcante da cultura institucional militar brasileira é a tendência à autonomia e à baixa integração das Forças Armadas. Esta característica tem origens na percepção de perda da proeminência pela Marinha, que foi a principal força militar profissional da América do Sul e o esteio da política brasileira de busca de hegemonia na Bacia do Prata durante o período monárquico (FREYRE, 1966, p. 10). Tal situação contrasta com o protagonismo assumido pelo Exército após a Guerra do Paraguai. Com o advento da República, proclamada e em larga medida tutelada pelo Exército na maior parte da história republicana, a força naval passou ao segundo plano. Adicionalmente, as dificuldades econômicas e a Revolta da Armada reduziram sensivelmente o poder naval nos primeiros anos da República (BUENO, 2010, p. 168). Tais fatores fizeram com que a Marinha tenha buscado permanentemente preservar seu espaço para não se tornar dependente do Exército.

No que se refere especificamente à cultura organizacional do Exército Brasileiro, é relevante levar em conta que, dentre as três forças militares brasileiras, este era a força de maior efetivo e que foi a mais ativa politicamente desde a proclamação da República até a redemocratização do País em meados da década de 1980. Seus traços culturais mais marcantes eram o messianismo político, a autoimagem de instituição democrática, decorrente de sua origem popular, o foco na presença nacional, a preferência por grandes efetivos e pelo serviço militar obrigatório e o anticomunismo.

Desde a Guerra do Paraguai, o Exército Brasileiro desenvolveu um forte sentimento messiânico, colocando-se como responsável pelos destinos da Pátria e fiador da integridade territorial e da soberania do Estado (CARVALHO, 2005).[41] Este sentimento levou o Exército a envolver-se ativamente na política nacional nas últimas décadas do século XIX, assumindo papel protagonista no golpe que derrubou a Monarquia e implantou a República. Nas palavras do editorialista do número de lançamento da revista "A Defesa Nacional" em 1913, "O Exército – única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente – vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo na transformação política ou de estabilização social" (A DEFEZA NACIONAL, 1913, p. 1).

[41] Sobre o messianismo militar no Exército Brasileiro, ver também KEITH, 1989; HAYES, 1991; McCANN, 2007; e TREVISAN, 2011.

Durante as décadas de 1960 e 1970 a oficialidade do Exército Brasileiro sentia-se fortemente comprometida com o desenvolvimento nacional e com seu papel cívico na educação da juventude (CARVALHO, 1964, p. 83),[42] mesmo que em detrimento do desempenho da Instituição diante de sua destinação constitucional de defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem (BRASIL, 1946b, Art. 177; BRASIL, 1967a, Art. 92). A postura messiânica de parte importante da oficialidade se chocava com o sentido profissional da Força, provocando um debate permanente entre profissionalização e papel cívico do Exército. Um dos aspectos conflitantes é o que se refere ao tipo de serviço militar e à composição da tropa. No Brasil se viam dois casos opostos. A Marinha privilegiava uma força profissional e adotava o serviço militar voluntário. O Exército, de sua parte, se via como responsável pela formação dos cidadãos e como uma "escola de civismo", preferindo o serviço militar obrigatório. Isso implicava na baixa permanência dos efetivos recrutados pelo Exército e no baixo padrão profissional da tropa, em função do limitado tempo disponível para seu treinamento, sendo inadequado para uma força de maior conteúdo tecnológico.

Apoiado na sua história, o Exército sentia-se afinado com as demandas populares. Artigos publicados em A Defesa Nacional no período em estudo apontavam a origem social dos oficiais – majoritariamente de classe média – como um fator que fazia do Exército uma "verdadeira expressão do povo brasileiro" (O'REILLY, 1964, p. 77). Segundo a visão de um dos autores (CARVALHO, 1967), a oficialidade era oriunda de todos os degraus da pirâmide social, sendo a maioria proveniente de famílias modestas, e mantinha vínculos com todas as convicções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociológicas e políticas. Estas origens garantiriam uma nítida "coincidência estrutural" entre o corpo de oficiais e a classe média, em um quadro no qual os generais, como poucas exceções, "emergiram da massa" (CARVALHO, 1967, p. 73-74). Embora estes artigos, produzidos *interna corporis*,[43] tenham um tom emocional, os dados sobre o recrutamento de oficiais confirmam a origem predominantemente de classe média da maioria dos cadetes que ingressaram na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no início da década de 1940 e em meados da década de 1960 (STEPAN, 1975, p. 27-34). No período em estudo nesta pesquisa, esses egressos da AMAN ocupavam posições, os primeiros como oficiais superiores e generais, e os últimos como oficiais subalternos e capitães.

[42] Ver também Tavares (1960, p. 12-13).

[43] No âmbito da própria instituição.

Outra decorrência do papel "cívico" que o Exército se impunha era a dispersão de suas unidades no território nacional (STEPAN, 1975, p. 25-26). Esta postura era uma herança colonial portuguesa, que utilizava suas tropas militares como elemento de ocupação e colonização. Mas também era um corolário do messianismo militar e da consequente necessidade de capilaridade da força por todo território nacional, como fator de coesão nacional, difusão do civismo e indução do desenvolvimento. Como observou o analista militar Marcelo Serrano[44] (2012, p. 1), esta mentalidade tendia a vincular as organizações militares a parcelas do território nacional, pelas quais se tornavam militarmente responsáveis e às quais praticamente restringiam sua área de atuação, em prejuízo de um desdobramento[45] favorável à manutenção do adestramento e da capacitação militar para emprego em combate. Esse "territorialismo tem-se caracterizado na marca mais evidente da visão estratégica do Exército, a ponto de fazê-la atribuir maior prioridade à articulação da Força Terrestre no território nacional do que à sua própria capacitação operacional" (SERRANO, 2012, p. 1).

Em um país de dimensões continentais, a mentalidade territorial e sua racionalização como uma "estratégia da presença" (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2004, p. 3.13) dependiam, evidentemente, da existência de grandes efetivos, destinados a mobiliar unidades desdobradas por todo o território nacional. Entretanto, a preferência por forças numerosas não correspondia à realidade dos orçamentos militares, implicando na precariedade do equipamento, na existência de unidades incompletas, nas restrições ao treinamento e no baixo desempenho das tropas, que em sua maioria dedicavam-se à rotina da vida de guarnição: instrução básica, serviços de guarda e manutenção dos aquartelamentos (LIMA, 1962).

A opção pelo serviço militar obrigatório era uma decorrência da grande demanda por pessoal. Contando com a conscrição universal, o Exército podia eximir-se de concorrer por mão-de-obra no mercado de trabalho e pagava um soldo simbólico aos recrutas que cumpriam o dever legal do serviço militar. Embora o serviço militar obrigatório fosse uma tendência global para as forças de terra no período em estudo, o apego do Exército ao sistema de conscrição também decorria da arraigada convicção de que a Força tinha o papel de uma escola de cidadania e de que a experiência dos conscritos em um ano nos quarteis colocava a Instituição em contato com a sociedade e a fazia conhecida e respeitada. A adoção do serviço militar exclusivamente voluntário implicaria no aumento substancial do custo da mão-de-obra, e resultaria na necessidade de significativa redução dos efetivos e do número de

[44] Coronel da reserva do Exército Brasileiro. Doutor em Ciências Militares pela ECEME (1993), com Pós-doutorado pelo *Collège Interamées de Defense*, da França (1998). Antigo instrutor da ECEME. É autor de inúmeros artigos sobre estratégia, defesa e pensamento militar brasileiro.

[45] Ato de dispor os elementos de uma força de acordo com um plano previamente elaborado, a fim de aumentar seu grau de prontidão para o cumprimento de uma missão.

unidades, restringindo de forma considerável o contato do Exército com os cidadãos pela via do serviço militar.

O anticomunismo era outra característica muito marcada da cultura institucional do Exército nas décadas de 1960 e 1970. Esta postura ideológica tinha suas raízes fincadas no conflito entre a ética profissional militar e a ideia da revolução, vinculada ao comunismo (PEDROSA, 2012, p. 2). A revolução implicaria na supressão das instituições tradicionais e no uso de violência política para impor essa supressão. O discurso comunista, lançado no Manifesto de Karl Marx e Friedrich Engels, era claramente ameaçador. Desde as palavras de abertura, anunciando que *um espectro ronda a Europa* (MARX; ENGELS, 2003, p. 25), até o alerta final às classes dominantes, ficava claro que o comunismo chegava para provocar uma profunda transformação nas instituições tradicionais, e seus métodos seriam violentos. Esta intenção hostil contra as instituições tradicionais e seus representantes contrapunha-se à postura conservadora dos militares (HUNTINGTON, 1996, p. 96-97) e ao monopólio estatal da violência. O conservadorismo dos militares decorre do exercício da profissão e da educação militar. A guerra é a mais perigosa atividade humana e não admite decisões precipitadas e experimentos irrefletidos. Embora a maioria dos militares tenha apenas experiências esporádicas do emprego da violência, a educação militar e o treinamento das tropas enfatizam permanentemente a realidade perigosa da guerra. Por outro lado, os militares são ciosos da titularidade do exercício do monopólio estatal da violência e não admitem disputar essa prerrogativa, opondo-se a qualquer iniciativa de uso da força por indivíduos ou organizações não vinculados ao Estado (PEDROSA, 2012, p. 2-4). Na visão da oficialidade da década de 1960, o levante comunista de novembro de 1935 representara a cristalização de tudo que os militares viam de imoral na pregação comunista, pois deixara claro o envolvimento de um Estado estrangeiro – a União Soviética – em uma rebelião armada que pretendia derrubar o governo brasileiro (MOTA, 2002, p. 78). Além disso, a imprensa deu ampla difusão a alguns casos em que os rebeldes assassinaram seus camaradas de unidade, deixando uma marca indelével na memória coletiva da oficialidade do Exército (WAACK, 1998). Como um oficial lembraria décadas depois, "Novembro de 1960! Estão fazendo, precisamente, 25 anos que nossos camaradas foram assassinados pelos comunistas...," referindo-se a um de seus colegas de turma e particular amigo, que havia sido assassinado durante o levante [FREITAS, in DEMOCRACIA..., 1960(f)].[46]

[46] O autor da nota, coronel Ayrton Salgueiro de Freitas, refere-se ao 1º tenente Benedito Lopes Bragança, que havia sido assassinado na madrugada de 27 de novembro de 1935, na Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, quando já estava rendido e dominado pelos seus camaradas rebelados (OFICIAIS MORTOS..., 1935, p. 8).

O anticomunismo que se consolidou no Exército depois de 1935 estava exacerbado na década de 1960 em decorrência do clima da Guerra Fria vivido em todo o mundo e da pregação comunista na América Latina a partir de Cuba. Ao longo da década, "A Defesa Nacional" trazia, com regularidade, artigos alertando para os males do comunismo e suas consequências para os povos a ele submetidos.

2.9 Sumário das demandas de modernização do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970

O propósito deste capítulo foi avaliar em que medida e de que forma a conjuntura política interna, o ambiente político internacional, as tensões militares no entorno e a percepção de ameaças militares influenciaram o processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970. Para alcançar este propósito, também se tratou de avaliar a percepção das capacidades militares do Brasil e de seus possíveis adversários, sua cultura estratégica e a cultura organizacionais de seu exército.

O período de concepção e desencadeamento do processo de modernização do Exército Brasileiro em estudo nesta pesquisa corresponde aos momentos mais tensos da Guerra Fria. Na América Latina das décadas de 1960 e 1970, o clima era de expansão do projeto revolucionário comunista, a partir do modelo e influência cubana, com o surgimento de focos guerrilheiros que se irradiaram por muitos países. O acirramento ideológico deu lugar a uma onda de golpes militares e à implantação de governos autoritários na América do Sul, a maioria dos quais de matriz conservadora e anticomunista.

O período também foi de forte tensão entre os países do Cone Sul, sendo os mais graves a crise entre o Chile e o Peru em meados da década de 1970 e a quase guerra entre o Chile e a Argentina, de 1978. No caso brasileiro, a rivalidade com a Argentina não chegou a contaminar o campo militar, pois a situação política interna debilitava o país vizinho. De fato, a reação argentina contra o projeto de construção da hidrelétrica binacional de Itaipu foi, de certa forma, o reconhecimento da preponderância do Brasil na Bacia do Prata. De qualquer forma, em termos de politica externa, a mudança na situação política do Brasil, com a assunção do Regime Militar em 1964, não havia implicado em uma nova situação estratégica em relação a seus vizinhos. O Brasil não percebia ameaça por parte de seus vizinhos.

No campo interno, o País havia acabado de passar por uma ruptura institucional que deu lugar à implantação de um regime de exceção que perdurou durante todo o período examinado por esta pesquisa. A instalação de um regime militar gerara, nos primeiros anos, algum nível de estabilidade política ao País, após quase 20 anos de seguidas crises políticas e

ameaças de golpes. Dentro deste clima favorável, e a despeito da ação de grupos armados de esquerda a partir do final da década de 1960, o governo militar deu início a um processo de modernização autoritária, que incluiu a criação de infraestrutura, a reforma da administração pública e a industrialização do País e resultou em um período de forte crescimento econômico. O projeto desenvolvimentista brasileiro estava focado na industrialização do País e tinha como meta a sua inclusão no rol dos países desenvolvidos até o final do século XX. Por outro lado, o regime militar sofreu crescente oposição política e tentativas insurrecionais de grupos revolucionários. O acirramento do clima político interno deu lugar à repressão movida pelo Estado aos grupos armados e à oposição de esquerda em geral.

Quanto ao fator política externa, o regime militar brasileiro teve início sob a política adotada pelo Presidente Castello Branco de alinhamento com os EUA e de "fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental",. A partir do governo Costa e Silva, o Brasil adotou uma linha de política externa mais independente e pragmática, e, embora ao longo do período as relações com os Estados Unidos tivessem se mantido cordiais, a adoção de critérios mais rigorosos de avaliação da situação dos Direitos Humanos na América Latina no governo Carter levou o Brasil a denunciar o Acordo de Assistência Militar recíproca com os EUA em 1977, durante o governo Geisel. Ao tomar esta decisão, o governo brasileiro levou em conta que o amadurecimento do parque industrial brasileiro já lhe permitiria prover as Forças Armadas com equipamentos nacionais, significando o fim da dependência externa nessa área.

No que diz respeito a tensões militares, o Brasil manteve relações bastante cordiais com seus vizinhos durante o período examinado nesta pesquisa. A única disputa a ser registrada foi a questão das hidroelétricas de Itaipu e Corpus entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai, que foi resolvida pela via negocial. A maior ameaça percebida pelo Exército Brasileiro no período era a da guerra revolucionária interna, que teve que ser enfrentada efetivamente a partir do final da década de 1960, embora em extensão limitada.

Quanto à percepção das capacidades militares dos possíveis adversários, o Brasil não percebia capacidades militares ameaçadoras no seu entorno. Por outro lado, a percepção das suas próprias capacidades militares vigente no Exército Brasileiro no período era a de uma força disfuncional, que seguia a doutrina militar copiada do Exército Norte-americano, e que não correspondia à sua estrutura e possibilidades materiais. A oficialidade do Exército também tinha clareza sobre a precariedade e insuficiência dos equipamentos militares à disposição das forças terrestres brasileiras.

A cultura estratégica brasileira nas décadas de 1960 e 1970 era marcada pela autoimagem do povo brasileiro como sendo intrinsecamente pacífico e amante da paz, pela imagem positiva desfrutada socialmente pelos militares, mas também pelo pouco apreço da sociedade pelas funções guerreiras das Forças Armadas e pelo uso da força para a solução de conflito.

A cultura organizacional do Exército Brasileiro, por sua vez, era marcada pelo messianismo político e pela autoimagem do Exército como uma instituição democrática, em função da sua história e da origem social de seus quadros. Em termos de estruturação, considerava fundamental sua presença nacional, e privilegiava uma organização de grandes efetivos, baseada no serviço militar obrigatório, em oposição a um exército menor, mas profissional. Outro traço marcante da cultura organizacional do Exército era o sentimento anticomunista que animava a maioria dos oficiais.

Cabe, finalmente, avaliar as origens do impulso modernizador que motivou as mudanças em estudo nesta pesquisa a partir do modelo proposto por Emily O. Goldman (2002). Como foi discutido no capítulo anterior, Goldman identifica duas fontes principais de motivações para as mudanças militares: a competição e a legitimidade. Ela argumenta que, para os neorrealistas, a competição seria "o principal estímulo para a difusão de práticas militares, e a força motora por trás das mudanças militares" (GOLDMAN, 2002, p. 42). O neoinstitucionalismo sociológico, por sua vez, embora admitisse a importância da competição como motivador da difusão militar, defendia que a pressão institucional também estimularia a disseminação de formas e práticas entre organizações no mesmo campo de atividade (GOLDMAN, 2002, p. 43). Goldman entende que as pressões competitivas influenciam o sentimento de que as instituições militares precisam fazer mudanças, mas que são considerações normativas, como a obtenção de legitimidade interna e externa, que determinam a extensão e a adesão às mudanças (GOLDMAN, 2002, p. 61).

Examinando as mudanças militares no Brasil durante o regime militar, observa-se que as razões para o desencadeamento de processos de mudanças no Exército foi motivado, principalmente, pela obtenção ou reforço da legitimidade da Instituição. No caso examinado, não foi possível identificar uma clara percepção de ameaça externa que justificasse motivações de caráter competitivo em relação a seus vizinhos. Havia, entretanto, entre a oficialidade, um sentimento de urgência de mudanças, que era causado pela consciência do arcaísmo da natureza e estrutura da força terrestre, cujas unidades careciam de transporte motorizado e equipamentos modernos. Também lhes era evidente que o Brasil passava por um acelerado processo de desenvolvimento econômico e social, que resultou na modernização das instituições, da administração pública e da infraestrutura física do País. A oficialidade do

Exército via com clareza que o parque industrial brasileiro já era capaz de prover o Exército com equipamentos militares básicos, como veículos e armamento com menor agregado tecnológico. Diante desse quadro de otimismo, havia a percepção de que o Exército de um país que aspirava a um papel de liderança no âmbito regional e de maior destaque no global necessitava superar a cópia doutrinária e a pura importação de equipamentos militares. O impulso de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro foi, portanto, movido, em grande medida, pelo desejo de inserir a Instituição no processo de modernização do Estado brasileiro desencadeado durante os governos militares.

Deve-se, finalmente, destacar o papel que um grupo de oficiais que haviam participado da Segunda Guerra Mundial na Itália teve no impulso modernizador do Exército. Dentre os autores mais atuantes no início da década de 1960 em "A Defesa Nacional" estão: o major Amerino Raposo Filho, criador e redator da seção "Doutrina Militar Brasileira", o tenente-coronel Carlos de Meira Mattos; o major Germano Seidl Vidal, o tenente-coronel Bolívar Oscar Mascarenhas, e o tenente-coronel Mário Silva O'Reilly Souza, todos veteranos da FEB (Cf. MORAES, 2005, p. 270-284).

3. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Este capítulo analisa e avalia o processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970. Inicialmente, define em que medida o processo de mudanças esteve submetido ao controle político das autoridades civis, bem como examina o grau de autonomia desfrutado pelo Exército para conceber e desencadear o citado processo. Em seguida, analisa os antecedentes e o desenvolvimento do processo de modernização do Exército Brasileiro, com foco na criação de uma nova doutrina militar, em suas vertentes organizacional, instrucional e procedimental. Em relação à vertente organizacional da nova doutrina, examina a reestruturação e a criação de novas unidades e grandes unidades, desde as perspectivas da implantação das novas estruturas organizacionais e do reequipamento das forças. Quanto à vertente procedimental, avalia a formulação de um novo corpo doutrinário formal. No que se refere à vertente instrucional, examina a concepção e a implantação de um novo sistema de instrução militar no Exército Brasileiro no período abarcado pela pesquisa.

3.1 Controle político versus autonomia militar no Brasil durante o regime militar

3.1.1 Estrutura do governo brasileiro

No período abrangido por esta pesquisa, a administração das Forças Armadas era conduzida separadamente por três ministérios militares, chefiados por oficiais generais e com estrutura inteiramente militar. Tal modelo era corolário daquele que fora adotado com a proclamação da República em 1889 e seria mantido até a criação do Ministério da Defesa em 1999, exceto em raros períodos quando ministros civis chefiaram as pastas militares. O primeiro desses períodos excepcionais foi durante a gestão do Presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), quando João Pandiá Calógeras ocupou o cargo de Ministro da Guerra (PECHMAN, [s.d.]), e Raul Soares de Moura, Joaquim Ferreira Chaves e João Pedro da Veiga Miranda, exerceram sucessivamente o cargo de Ministro da Marinha.[1] O último civil a ocupar uma pasta militar foi Joaquim Pedro Salgado Filho, nomeado por Getúlio Vargas como o primeiro titular da nova pasta da Aeronáutica criada em 1941 (MOREIRA, [s.d.]).

[1] Cf. Relação de Ex-Ministros e Comandantes da Marinha, disponível no sítio oficial da Marinha do Brasil, em: https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/relacaoexministroscomandantes3.pdf. Acesso em 01/05/2018.

A autonomia das instituições armadas brasileiras ampliou-se no início dos anos 1960, à medida que, das intervenções no sistema político dentro de um "padrão moderador", que se observava desde 1945, a alta cúpula das Forças Armadas chegou ao ponto da efetiva tomada do poder político em 1964 (STEPAN, 1975, p. 49-50, 152 et seq.). A autonomia das instituições armadas brasileiras ganhou dimensões excepcionais durante o regime militar, que corresponde majoritariamente ao período abrangido por esta pesquisa, e na qual a máxima autoridade do Poder Executivo estava entregue a um oficial general do Exército. Como constata Eliezer Rizzo de Oliveira (2005, p.3), durante o regime militar, "as Forças Armadas gozavam de ampla *autonomia política* embora formalmente submetidas à autoridade presidencial" (grifo no original), e esta autonomia se caracterizava pela "condição do aparelho militar de implementar seus próprios interesses com grau elevado de autogerenciamento".

Esta autonomia excepcional não passava despercebida aos próprios militares. Em agosto de 1958, o general-de-brigada Humberto de Alencar Castello Branco, em conferência na ESG, já identificava a carência de um órgão político capaz de exercer a direção superior das Forças Armadas em nome do Presidente da República. Na falta de um uma autoridade política central, as Forças Armadas gozavam de total autonomia para a administração de seus orçamentos e a definição de seus planejamentos estratégicos. Na ocasião, Castello Branco chegou a propor a criação de um Ministério das Forças Armadas, mas com a ressalva de que o clima político daquela época não oferecia um ambiente propício para a criação daquele órgão (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 229-243). O assunto chegou a ser tema de debate nas páginas de A Defesa Nacional, na qual, em dezembro 1960, o major Amerino Raposo Filho (1960, p. 85) defendeu a necessidade de criação de um ministério da defesa capaz de "coordenar os esforços dos três campos de atuação do Poder Militar, combinando as Forcas Armadas para pleno cumprimento de suas respectivas missões". Na edição seguinte, o Brigadeiro-do-Ar João Mendes da Silva (1961), voltou ao tema, reforçando a ideia da necessidade de um ministério da defesa e apresentando os exemplos de países que haviam criado ministérios da defesa após a Segunda Guerra Mundial – Estados Unidos, França, União Soviética, Argentina e Inglaterra.

3.1.2 Defesa e sociedade

Outro aspecto que favorecia a autonomia das Forças Armadas brasileiras no período abrangido por esta pesquisa era a indiferença da sociedade e da academia por temas referentes à defesa nacional. Durante a Monarquia, questões relativas às Forças Armadas e à defesa do País frequentavam o debate político e as páginas da imprensa (SCHULZ, 1994, p. 95 et seq.; SOUZA, 1999, p. 91 et seq.), mas, após a proclamação da República, os temas militares

foram-se tornando cada vez mais um assunto dos militares. Os políticos civis, que durante o período monárquico debatiam abertamente assuntos militares na Câmara dos Deputados e no Senado (TREVISAN, 2011, p. 24-27) e que haviam ocupado com frequência as pastas da Guerra e da Marinha,[2] não mais receberam os cargos de ministros militares, com as raras exceções acima citadas. Pandiá Calógeras, único civil a ocupar o cargo de ministro da guerra no regime republicano, também foi uma exceção pelo conhecimento que demonstrava sobre as questões de defesa e sobre as Forças Armadas, como deixou evidente nos capítulos sobre o Ministério da Marinha e o Ministério da Guerra do relatório confidencial que apresentou ao Conselheiro Rodrigues Alves, em 1918, sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil, mais tarde publicado com o título de "Problemas de Administração" (CALÓGERAS, 1933, p. 55-125). Calógeras também tratou de temas militares no capítulo sobre "as classes armadas" do livro "Problemas de Governo" (CALÓGERAS, 1936a, p. 207-240) e nos capítulos sobre a "reorganização militar argentina" e "a questão dos armamentos na América do Sul" do livro "Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra...)" (CALÓGERAS, 1936b, p. 308-314, 315-336). Mas mesmo estas exceções desapareceram no pós-Segunda Guerra Mundial. À medida que os militares ganhavam protagonismo político, os políticos se afastavam dos temas militares. O distanciamento entre o Congresso Nacional e as questões de defesa se reflete no fato de que a Câmara dos Deputados só criou uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 1996 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, [s.d.]).

Tendência semelhante aconteceu com a imprensa. Temas militares, que apareciam regularmente nas páginas dos diários da Corte, escassearam com a República. Os momentos de crises militares durante a República propiciaram oportunidade para alguma atenção às Forças Armadas por parte da imprensa, como na cobertura dos conflitos internos, revoltas militares e revoluções e por ocasião da campanha da FEB na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, à medida que o século XX avançava, o interesse da imprensa pelas Forças Armadas deslocava-se prioritariamente para a participação ou interferências das instituições militares na política. Esta postura está refletida nas páginas da imprensa das décadas de 1960 e 1970, nas quais a presença das Forças Armadas é frequente, mas raramente em função de sua destinação constitucional de ferramentas de defesa nacional. A maior parte do debate girava em torno de questões de política externa e do debate entre a direita e a esquerda que dominava o ambiente político no auge da Guerra Fria.[3]

[2] Em relação aos Ministros da Guerra durante a Monarquia, Cf. Coelho, 2000, p. 69. Durante o reinado de D. Pedro II, 37 civis chefiaram a Pasta da Guerra enquanto os ministros de origem militar foram 26.

[3] Como pode ser atestado da consulta aos principais periódicos do período na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A academia tampouco demonstrava interesse pelas questões de defesa. Os primeiros centros de estudos estratégicos nas universidades brasileiras surgiram apenas na década de 1980. Mesmo assim, o principal foco de suas atenções era o delicado tema do controle civil das Forças Armadas num período de transição democrática, após 21 anos de governos militares (MARQUES; FUCCILLE, 2105, p. 63-65).[4]

3.1.3 Iniciativas de reestruturação do Exército Brasileiro

Diante do distanciamento do mundo político e do pouco interesse da sociedade, e contando com a autonomia que decorria desta situação, na década de 1960, a oficialidade do Exército iniciou um amplo processo de modernização da instituição e de reestruturação da força militar. O principal motor deste processo foi a busca por legitimidade, decorrente do que Edmundo Campos Coelho chamou de sentimento de dupla "orfandade" dos militares.

> Primeiro, a orfandade funcional [...]. [Os soldados] crêem firmemente que a sociedade e sua elite política não lhes têm qualquer apreço, considerando-os perfeitamente dispensáveis no que têm como destinação precípua. [...]
>
> A isto se soma o sentimento de orfandade institucional – a convicção de que não há quem os ouça, quem se interesse pelas questões que lhes são mais caras. [...]. Há entre os soldados a percepção generalizada de que o tratamento que recebem é casual, se não desrespeitoso, [...] (COELHO, 2000, p. 19).

Campos Coelho (2000, p. 141) entendia que este sentimento de orfandade decorria do que ele chamou de "mecanismos de alienação". Em primeiro lugar, é um reflexo do conflito entre uma "sociedade cada vez mais orientada para os valores de bem-estar econômico" e os valores militares de "abdicação voluntária e permanente de comodidades materiais" e de "dedicação total ao serviço público" (COELHO, 2000, p. 146). O segundo "mecanismo de alienação" teria mais a ver com a maneira "como os militares se veem refletidos no pensamento da sociedade" do que com "o que a sociedade civil realmente pensa sobre eles" (COELHO, 2000, p. 151-152). Nos exemplos alinhados por Campos Coelho, depoimentos de militares mostram o quanto eles se sentiam desprestigiados pela percepção de que os civis os viam como "quadrados", "desprovidos de inteligência", "militaristas" e "parasitas", e se lhes referiam com expressões depreciativas, como "gorilas", "milicos" e "caranguejos".

[4] Para um exemplo do foco das pesquisas sobre temas militares na década de 1980, ver **As Forças Armadas no Brasil**, de autoria de Eliézer Rizzo de Oliveira, Geraldo Cavagnari Neto, João Quartim de Moraes e René Armand Dreifuss, quatro dos principais pesquisadores do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE/UNICAMP), primeiro centro de pesquisa de estudos estratégicos criado no Brasil, em 1985. Todos os ensaios do livro tratam da questão da autonomia militar que se cristalizara durante o regime instalado em 1964 e do desafio de submeter as Forças Armadas ao controle civil das autoridades politicas durante a Nova República.

Para os oficiais que promoveram a modernização, o Exército não estava à altura do momento econômico e político vivido pelo Brasil, que experimentava um impulso de modernização e industrialização sem precedentes na sua história. Também percebiam como humilhante o fato de que o Exército adotava uma doutrina militar que não estava em acordo com a realidade militar brasileira.[5] Eram, finalmente, movidos pela comparação com países do entorno estratégico, que já vinham iniciando a motorização de suas unidades (Cf. POZZOBOM, 1968, p. 96).

3.2 Uma nova doutrina militar para o Exército Brasileiro

O pouco apreço da sociedade brasileira pelas funções guerreiras das Forças Armadas e pelo uso da força para a solução de conflito caracteriza a cultura estratégica brasileira ao longo do século XX. Para um país que se vê como "territorialmente satisfeito" (QUINTÃO, 2000, p. 2), a opção estratégica brasileira tem sido historicamente defensiva. Esta postura estratégica é respaldada pelas vantagens defensivas do Brasil. Com sua enorme superfície territorial e suas extensivas barreiras naturais, o Brasil apresenta sérias dificuldades para qualquer invasor que pretenda conquistá-lo e ocupá-lo (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 278). Durante o período monárquico, a postura defensiva e a pouca preocupação com seu aparato militar eram reforçadas pelo fato de que seu principal adversário – a Argentina – carecia de poder terrestre e naval para colocar em risco a segurança nacional brasileira (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 278).

Mesmo quando a Argentina adquiriu clara preponderância militar sobre o Brasil nas primeiras décadas do século XX, o Brasil valeu-se de sua política externa para manter o equilíbrio de poder na Região e evitar dispêndios com a manutenção de uma máquina militar terrestre e naval capaz de impor temor a seus vizinhos mais poderosos. Para tanto, a diplomacia brasileira manteve uma aliança não escrita com o Chile e com os Estados Unidos, de forma a compensar suas deficiências militares. A forte rivalidade militar entre a Argentina e o Chile sempre foi vista pelo Brasil como uma segurança contra uma possível agressão argentina, pois o país platino correria o risco de sofrer um ataque chileno em seu flanco oeste (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 279-280; MARES, 2001, p. 125-127). A aliança informal com os Estados Unidos, que se iniciara durante a monarquia e fora reforçada durante a gestão do Barão do Rio Branco no Itamaraty, pretendia tirar vantagem do poder econômico e militar dos Estados Unidos como forma de compensar a debilidade militar brasileira. Nas palavras de

[5] Como foi mostrado no capítulo anterior.

Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil em Washington em 1908, "uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter" (Apud BUENO, 2010, p. 186).

A decadência econômica da Argentina, a partir da década de 1940, em decorrência do peronismo (JOHNSON, 1998, p. 520-521), deu tranquilidade e respaldo à política brasileira perante o seu principal rival. Se, na década de 1930, a Argentina era vista pela liderança do Exército Brasileiro como detentora da "supremacia militar sul-americana", conforme estudo apresentado pelo general Waldomiro Castilho de Lima ao Conselho Superior de Guerra (LIMA, [1933?], p. 1), no final da década de 1950, o general Humberto de Alencar Castello Branco recomendava uma reavaliação do poder militar argentino, abalado que havia sido pelo "justicialismo" e pela "corrupção de Peron" (CASTELLO BRANCO, 1957, p. 25). Castello Branco argumentava que, diante do enfraquecimento do aparato militar argentino, já não se justificava a postura militar defensiva brasileira, que havia sido introduzida sob a inspiração da Missão Militar Francesa diante da evidente superioridade militar argentina na década de 1920. Seu entendimento era de que nas condições do pós-Segunda Guerra Mundial, o país que obtivesse uma vantagem territorial no início de uma guerra contaria com indiscutível vantagem para a negociação de paz que se seguiria à ação da Organização dos Estados Americanos (OEA) para obter a imediata suspensão das hostilidades. "E, então, as condições de paz provavelmente não serão vantajosas para o beligerante que já cedeu militarmente, mesmo que a justiça da causa esteja do seu lado" (CASTELLO BRANCO, 1957, p. 25). Castello defendia que a concepção brasileira da guerra deveria estar assentada na inviolabilidade das suas fronteiras, terrestres e marítimas. Mas mesmo que defendesse uma atitude mais agressiva, entendia que postura brasileira deveria ser estrategicamente defensiva – "defensiva agressiva, nada estática, nada acolhedora do avanço inimigo" (CASTELLO BRANCO, 1957, p. 27-28).

Havendo sido diretor de ensino da Escola de Estado Maior no biênio 1946-1947, e comandante da mesma escola – agora renomeada como Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – entre 1955 e 1956, Castello Branco foi capaz de introduzir esta mentalidade mais agressiva no âmbito da oficialidade do Exército. Esta mudança de mentalidade não representou, entretanto, a construção de uma nova doutrina militar, tarefa que demandaria um esforço que ultrapassava seu tempo de gestão no comando da ECEME e que estava acima do nível de competência de um coronel ou general-de-brigada comandante de escola. Enquanto isso, no nível político, o Brasil continuou dependendo exclusivamente de

sua diplomacia, sem o respaldo de suas Forças Armadas, para garantir suas posições nas relações exteriores (RESENDE-SANTOS, 2007, p. 280).

No campo militar, o anseio por uma doutrina militar genuinamente brasileira não era novo. Em 1862, no decreto que adotava, mais uma vez, os regulamentos militares portugueses,[6] o Ministro da Guerra Polidoro da Fonseca, fazia a ressalva de que eles seriam observados "enquanto não forem substituídos por outros mais apropriados à organização especial dos Corpos do Exercito deste Império, ou convenientemente modificados de conformidade com a referida organização" (BRASIL, 1862).

No começo da década de 1970, a avaliação do Estado-Maior do Exército sobre o sistema divisionário da doutrina em vigor era a de que:

> Praticamente estabelecido após a 2ª Guerra Mundial, à base da Doutrina Militar norteamericana, jamais conseguiu funcionar a contento na Força Terrestre como um todo, tanto pela rarefação dos efetivos e dotações de material das unidades de Serviços das Divisões com pela insuficiência dos suprimentos de manutenção que lhes são atribuídos (BRASIL, 1970, p. 24, apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 90).

Após haver seguido a doutrina militar portuguesa por quase oito décadas, e depois adotado sucessivamente as doutrinas alemã, francesa e norte-americana (TREVISAN, 2011), urgia estabelecer de uma doutrina militar brasileira.

Como foi visto no 1º capítulo, a doutrina militar é um sistema de crenças consolidadas e compartilhadas por uma instituição militar a respeito da melhor maneira de conduzir a guerra. Este sistema de crenças se desdobra em três vertentes: 1) a organização das forças, em termos de estrutura organizacional, efetivos, sistemas de armas e equipamentos – vertente organizacional; 2) seus sistemas de preparação, em termos de recrutamento e educação da oficialidade e dos quadros de nível médio e de treinamentos da tropa – vertente instrucional; e 3) suas formas de emprego, incluindo métodos, técnicas e procedimentos de combate – vertente procedimental. As mudanças doutrinárias podem incidir em cada uma dessas vertentes, embora mudanças na organização das forças impliquem obrigatoriamente em mudanças nas suas formas de emprego, mas não necessariamente no seu sistema de preparação.

[6] Após a Independência, o Exército Brasileiro continuou adotando a doutrina militar Portuguesa até o início do século XX, quando começou a enviar oficiais para estagiar no Exército Alemão. Até então, os regulamentos militares eram majoritariamente portugueses ou adaptações de regulamentos portugueses (Cf. PEDROSA, 2017).

As próximas seções analisam o processo de modernização do Exército Brasileiro e de estabelecimento de uma nova doutrina militar, cuja concepção fora inspirada estritamente nas condições brasileiras – econômicas, humanas, tecnológicas e geopolíticas. Esta análise é feita a partir das três vertentes da doutrina militar, começando pela organização das forças, segundo os aspectos estrutura organizacional da força, organização das unidades, seu desdobramento no território nacional e seus equipamentos. Em seguida, são analisados a doutrina de emprego das forças, caracterizada pela produção de novos manuais e outras publicações doutrinárias, e o preparo das forças para o cumprimento de suas funções, a partir das mudanças no sistema de treinamento das tropas.

3.2.1 Nova Organização

3.2.1.1 A organização do Exército Brasileiro na primeira metade do Século XX

Até o início do século XX, o Exército Brasileiro tinha uma organização permanente muito rudimentar. A força terrestre era composta por um conjunto de unidades das quatro armas então existentes – batalhões de infantaria, regimentos de cavalaria, regimentos de artilharia de campanha, batalhões de artilharia de posição – encarregada de guarnecer os fortes e fortalezas – e batalhões de engenharia (MAGALHÃES, 1998, p. 242-323). Convém assinalar que a designação de unidades de cavalaria e artilharia como regimentos não denotavam unidades maiores que batalhão, mas apenas o nome tradicionalmente usado nessas armas para as unidades montadas. Em termos de efetivos, os regimentos de cavalaria e de artilharia de campanha eram equivalentes e mesmo um pouco menores que os batalhões de infantaria (MAGALHÃES, 1998, p. 310, 318). Essas unidades estavam distribuídas no território nacional, sendo subordinadas a comandantes de distritos militares, que abrangiam um grupo de estados da Federação. Grandes unidades, como divisões e brigadas, só eram constituídos para a realização de operações de guerra, reunindo grupos de unidades independentes – batalhões e regimentos – que compunham a força terrestre. Foi assim nas guerras internas e externas do século XIX (Cf. MAGALHÃES, 1998; FRAGOSO, 2009, 2011; SOARES, 1902).

Em 1908, durante o governo do Presidente Affonso Penna, o Ministro da Guerra Marechal Hermes da Fonseca, promoveu uma ampla reforma do Exército. A “Reforma Hermes”, como ficaria conhecida, criou as “brigadas estratégicas” e as brigadas de cavalaria, como as primeiras grandes unidades permanentes do Exército Brasileiro. Também criou os regimentos de infantaria, compostos por três batalhões, num arranjo semelhante ao existente nos exércitos europeus da época. A brigada seria “a maior unidade que pode permanecer constituída”. Segundo a concepção exposta nos decretos que estabeleceram a nova organização do

Exército,[7] a brigada seria o mais alto escalão de comando permanente do Exército. A reforma de 1908 também incluiu a "divisão" entre as grandes unidades do "exército ativo", mas com a ressalva de que "unidades de ordem superior às brigadas só se constituem com a mobilização real ou para manobras" (BRASIL, 1908a). De forma explícita, o Regulamento dos Comandos de Brigada, então decretado, estabelecia que "o general comandante de brigada depende diretamente do Ministro da Guerra" (BRASIL, 1908b) Depreende-se daí que divisões com mais de uma brigada só seriam criadas em caráter excepcional e temporário. Deve-se observar, sem embargo, que a "brigada estratégica" da organização de 1908 tinha uma organização muito "pesada", mais próxima ao de uma divisão, pois estava organizada com três regimentos de infantaria, cada um composto por três batalhões, aos quais se acrescentavam mais dois ou três batalhões de caçadores,[8] três grupos de artilharia montada, um grupo de obuses, um regimento de cavalaria e um batalhão de engenharia, além de outras unidades menores. As brigadas de cavalaria, por sua vez, seriam organizadas com três regimentos de cavalaria, um grupo de artilharia a cavalo e uma coluna de munição (BRASIL, 1908a).

No ano de 1915, o Marechal José Caetano de Farias, Ministro da Guerra do Presidente Wenceslau Braz, promoveu uma "Remodelação do Exército Nacional" (BRASIL, 1915). Em termos de estrutura das forças, a "Remodelação" de 1915 transformou as "brigadas estratégicas" em "divisões de exército". No lugar das cinco "brigadas estratégicas" criadas em 1908, surgiam cinco divisões de exército, que se subdividiam, cada uma, em: duas brigadas de infantaria, cada uma composta por dois regimentos de três batalhões de infantaria ou por um regimento de infantaria e três batalhões de caçadores; uma brigada de artilharia de campanha, composta por dois regimentos de artilharia montada, cada um com dois grupos, e um grupo de obuses de campanha; um regimento de cavalaria; e um batalhão de engenharia. Permaneciam as três brigadas de cavalaria da organização de 1908 (BRASIL, 1915). Cabe anotar que esta organização se assemelhava muito à que era adotada pelos exércitos que se enfrentavam na Grande Guerra europeia, com exceção do fato de que, no Exército Brasileiro, a grande unidade de cavalaria que reunia alguns regimentos era chamada de brigada, enquanto na Europa era uma divisão.[9] Com pequenas modificações, esta organização permaneceu no Exército Brasileiro até chegada da Missão Militar Francesa em 1920.

[7] Decreto nº 6971, de 4 de junho de 1908. Organiza as grandes unidades e os quadros dos officiaes do exercito e dá outras providencias; e Decreto nº 7.054, de 6 de Agosto de 1908. Crêa cinco brigadas estrategicas e tres de cavallaria e manda observar o regulamento dos commandos das referidas Brigadas.

[8] Batalhões de Caçadores eram unidades de infantaria ligeira, não enquadradas em regimentos.

[9] Cf. 1º capítulo.

Em 1921, o Exército sofreu uma nova reorganização (BRASIL, 1921). Desta vez, as cinco divisões de exército passaram a ser chamadas "divisões de infantaria" e as três brigadas de cavalaria foram ampliadas para se transformarem em "divisões de cavalaria". As divisões de infantaria mantiveram a mesma estrutura básica das divisões de exército da organização anterior. Já as divisões de cavalaria passaram a ser compostas por: duas brigadas de cavalaria, cada uma com dois regimentos; dois grupos de artilharia a cavalo; e um batalhão de infantaria montada. O decreto de organização do exército de 1921 definiu o estacionamento das três divisões de cavalaria na 3ª Região Militar, localizada no Rio Grande do Sul, correspondendo à região de fronteira que fazia face aos países que poderiam representar maior ameaça militar ao Brasil. Pode-se observar que as brigadas de infantaria e de cavalaria nesta organização de 1921 eram apenas grandes unidades de coordenação de emprego dos regimentos que as compunham, não contando com qualquer unidade ou órgão de apoio que lhes permitisse operar com autonomia. Deve-se também destacar que esta organização formal não correspondia nem de perto àquela encontrada no exército real. Relatos contemporâneos mostram que a maioria dos regimentos eram muito desfalcados e incompletos. Quando o tenente-coronel Estevão Leitão de Carvalho comandou o 8º Regimento de Infantaria (8º RI) em Passo Fundo, RS, entre 1928 e 1930, a unidade estava organizada com apenas dois batalhões, dos quais o 2º estava estacionado na sede do Regimento em Passo Fundo e o 1º ficava aquartelado em Cruz Alta, RS, a sete horas de trem de Passo Fundo. Da descrição do memorialista, percebe-se que o 1º Batalhão, de Cruz Alta, tinha vida autônoma e não mantinha qualquer vínculo de subordinação em relação ao comando do Regimento (CARVALHO, E. L., 2017, p. 26-107). As tropas do 8º RI no quartel de Passo Fundo resumiam-se a duas companhias de infantaria e uma de metralhadoras pesadas, além das companhias extranumerárias[10] do Regimento e do 2º Batalhão. O efetivo total não passava de 490 homens (CARVALHO, E. L., 2017, p. 107, 123). Em resumo, supondo-se que o 1º Batalhão, de Cruz Alta, tivesse a mesma composição do 2º, conclui-se que o regimento contava com apenas quatro, das nove companhias de infantaria previstas em sua organização nominal. Embora Leitão de Carvalho exponha uma série de deficiências na administração da unidade e na instrução da tropa, em nenhum momento deixa transparecer que a composição das forças de seu regimento fosse anômala, em relação à realidade do Exército Brasileiro da época.

[10] Companhia extranumerária era a subunidades que dava apoio ao comando da unidade. Em linguagem atual, seria chamada de companhia de comando. O termo "companhia extranumerária", trazido com a doutrina francesa, é uma tradução de *compagnie hors de rang*.

Com pequenas modificações, a organização do Exército estabelecida em 1921 permaneceu vigente até a Segunda Guerra Mundial. Na reorganização de 1938 houve um movimento no sentido de mecanização do Exército, com a previsão de criação de um regimento de autometralhadoras[11] e um de cavalaria transportada em viaturas motorizadas em cada divisão de cavalaria (DC) (BRASIL, 1938). A mecanização das DC, entretanto, não se efetivou de imediato. Naquele ano, o Brasil adquiriu da Itália 23 carros blindados leves Fiat-Ansaldo Cv 3-35 II, mas estes poucos blindados, mais cinco carros de combate leves Renault FT-17, remanescentes de uma compra de 1921, foram usados para criar o Esquadrão de Autometralhadoras do Centro de Instrução de Motorização e Mecanização, localizado em Deodoro, no então Distrito Federal (BASTOS, E. C. S., 2002, p. 35).

A mecanização do Exército ganhou força no início da Segunda Guerra Mundial, com o recebimento dos primeiros blindados norte-americanos em 1941 e 1942, por intermédio do *Lend-Lease Act* (HIGUSHI; BASTOS JR.; BACCHI, 2015, p. 32-35). A chegada desses novos meios possibilitou a criação de uma Divisão Motomecanizada (DMM) em 1943 (BRASIL, 1943). Segundo o que ficou determinado no decreto que estabeleceu sua organização, a DMM seria composta pelas seguintes unidades: um Grupo Motomecanizado de Reconhecimento, do nível de regimento de cavalaria; um Grupamento de Carros de Combate, constituído por três Batalhões de Carros de Combate; um Grupamento de Infantaria, com três Batalhões de Infantaria Motorizados; um Grupamento de Artilharia, com três Grupos de Artilharia Mecanizados; um Batalhão de Engenharia Motorizado; uma Companhia Motorizada de Transmissões; e um Grupamento Auxiliar Divisionário, composto por um Batalhão de Manutenção e um Batalhão de Saúde (BRASIL, 1944). Os batalhões de carros de combate foram dotados com os carros de combate leves M3 e M3A1 Stuart e os carros de combate médios M3 Lee (figura 19) (HIGUSHI; BASTOS JR.; BACCHI, 2015, p. 35). A criação da DMM marcava o início da adoção da doutrina militar norte-americana pelo Exército Brasileiro, como fica evidente pela semelhança entre a estrutura que foi estabelecida para a DMM e a da Divisão Blindada (DB) do Exército dos EUA naquele período (figura 23). Havia pequenas diferenças – os batalhões de infantaria da DMM deveriam ser motorizados, enquanto os da DB norte-americana eram blindados –, mas a estrutura geral era similar. A influência norte-americana transparecia até na designação das unidades de carros de combate como batalhões em vez de regimentos. Embora a o decreto de organização da DMM deixasse explícito que os batalhões de carros de combate pertenciam à arma de cavalaria (BRASIL,

[11] O termo autometralhadora denota sua origem francesa, tradução de *automitrailleuse*, e designa um carro ligeiramente blindado armado com metralharas e dotado de rodas.

1944), eles receberam essa designação, que contrariava a tradição brasileira de chamar de regimentos as unidades de escalão batalhão da arma de cavalaria.

Figura 19 – Carro de combate médio M3 Lee, em exibição na 12ª Circunscrição de Serviço Militar, Juiz de Fora, MG.

Fonte: M3A3 “LEE”, 2017.

Como foi visto no capítulo anterior, ao fim da Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro ampliou a transição da doutrina militar francesa para a norte-americana. Essa mudança doutrinária é visível na nova organização adotada em 1946 para a maior parte de suas unidades e grandes unidades (BRASIL, 1946a). A chegada de mais equipamentos norte-americanos excedentes de guerra permitiu que o Exército transformasse a Divisão Motomecanizada em núcleo de uma Divisão Blindada em moldes norte-americanos, na qual as unidades de infantaria passaram a ser batalhões de infantaria blindados, dotados com as viaturas blindadas de meia-lagarta M3 e suas variantes. A reorganização de 1946 também criou o núcleo de uma Divisão Aeroterrestre (BRASIL, 1946a).

Deve-se observar que a adoção da doutrina militar norte-americana pelo Exército Brasileiro estava alinhada com a política de segurança hemisférica dos EUA no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Àquela altura, o governo norte-americano temia que uma confrontação com a União Soviética o deixasse sozinho, sem seus aliados europeus, e dependendo exclusivamente dos países do Hemisfério Ocidental. Ainda antes do fim da Guerra, quando da preparação para a Conferência das Nações Americanas a ser realizada na Cidade do México em fevereiro de 1945, a Junta de Chefes de Estado-Maior dos EUA listou quatro “objetivos militares que seriam vantajosos para os Estado Unidos e para todas as outras repúblicas americanas no período do pós-guerra” (Apud SCHNABEL, 1996, p. 162):

> Esses objetivos seriam: 1) Padronização das forças armadas do Hemisfério em termos de organização, equipamentos e treinamento; 2) Manutenção e

> melhora das bases aéreas e navais essenciais para a segurança do Continente; 3) Uso recíproco de bases navais e aéreas de importância estratégica; e 4) Assistência norte-americana em treinamento das forças armadas das outras repúblicas americanas.

Efetivamente, houve um grande esforço dos Departamentos de Guerra e de Marinha dos EUA para oferecer amplo apoio financeiro, material e de assistência militar aos países latino-americanos, com ressalvas pontuais, como à Argentina, que era vista como uma ditadura fascista que se mantivera francamente favorável ao Eixo durante toda a Guerra. Embora o Brasil ainda vivesse sob a ditadura Vargas, as autoridades militares norte-americanas tinham uma visão bastante favorável do País. Em grande medida, isto se devia ao apoio brasileiro ao esforço de guerra norte-americano, incluindo o envio de uma Força Expedicionária para combater as Forças do Eixo sob comando norte-americano na Europa. No final da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas norte-americanas se propunham a estabelecer um amplo programa capaz de fazer das Forças Armadas brasileiras as mais poderosas da América Latina. Do ponto de vista da liderança militar norte-americana, a adoção este programa reforçaria a defesa hemisférica, proporcionaria um destino para os equipamentos militares excedentes nos EUA e dariam ao Brasil uma supremacia militar que não poderia ser desafiada por nenhum outro país ou grupo de países da Região (HAINES, 1989, p. 43).

A postura positiva das Forças Armadas não era, entretanto, compartilhada integralmente pelas autoridades do Departamento de Estado norte-americano, que não aprovavam a liberdade com a qual o Departamento de Guerra tratava diretamente com as autoridades militares brasileiras sem o endosso da diplomacia (HAINES, 1989, p. 43). Com o fim da Guerra, o governo norte-americano dirigia seu foco para a reconstrução da Europa, deixando pouco espaço para preocupações com a América Latina (HIRST, 2013, p. 41). Dificuldades na Europa, com a Crise de Berlim em 1948, e a Guerra da Coreia desviaram a atenção que os EUA havia dado à América Latina, e ao Brasil em particular, durante a Guerra, reduzindo significativamente a ajuda militar inicialmente proposta (HAINES, 1989, p. 47).

O alinhamento com os Estados Unidos tampouco era consensual entre a oficialidade brasileira no começo da década de 1950. O mundo político brasileiro de então estava cindido entre os nacionalistas, favoráveis ao forte controle estatal da economia e hostis ao capital estrangeiro, e os liberais, favoráveis ao alinhamento com os Estados Unidos e receptivos aos investimentos estrangeiros (HIRST, 2013, p. 45). Esta polarização se reproduzia no seio da oficialidade do Exército, dividindo os nacionalistas, opostos a uma relação de subordinação aos EUA, e os moderados mais liberais, majoritariamente representados por ex-integrantes da FEB e oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), que eram mais propensos a ver os

EUA como aliados. A despeito dessas visões políticas opostas, a posição dominante da oficialidade era favorável a um projeto de desenvolvimento industrial do País e da importância desse projeto para segurança e a defesa do Brasil. Mesmo os mais simpáticos aos EUA viam a dependência de equipamentos norte-americanos como algo indesejável e que só retardaria a instalação de uma consistente indústria pesada que permitisse a produção autônoma de armamentos (HAINES, 1989, p. 40,52).

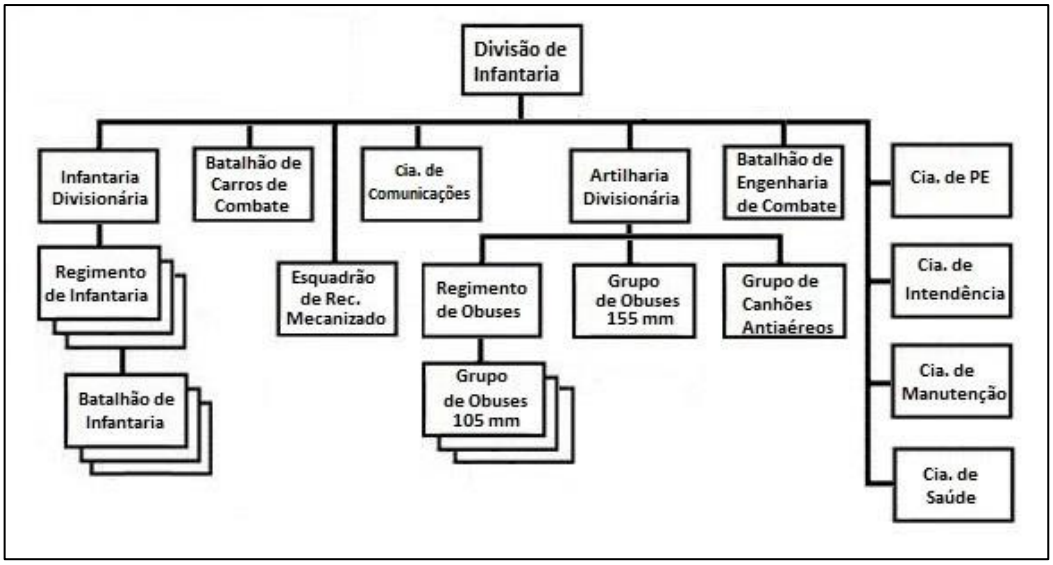
Sob esta perspectiva, a utilização da doutrina militar norte-americana era vista apenas como um passo para chegar a uma doutrina genuinamente brasileira. O próprio general Castello Branco, ao mesmo tempo em que tomava medidas para introduzir a doutrina norte-americana na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pregava por uma doutrina militar própria (CASTELLO BRANCO, 1957). Durante sua gestão na chefia do EME, o órgão de direção geral do Exército fazia estudos com vistas à formulação das bases para uma doutrina brasileira (LIMA, 1962). No mesmo período, à medida que a doutrina americana vinha se consolidando, grupos de oficiais se manifestavam nas páginas da revista A Defesa Nacional, apontando a impropriedade daquela doutrina para as forças brasileiras, diante dos possíveis teatros de operações onde estas deveriam atuar.

A implantação da doutrina norte-americana no Exército Brasileiro se consolidou com a nova organização das forças terrestres de 1957 (BRASIL, 1957a). A chegada de mais equipamentos norte-americanos proporcionados pelo Acordo de Assistência Militar de 1952 permitiu a transformação do Núcleo de Divisão Blindada em uma Divisão Blindada, embora ainda incompleta (BRASIL, 1957b). Deve-se anotar que, na organização das forças com as quais o Exército Brasileiro entraria na década de 1960, a doutrina norte-americana – evidente na estrutura das divisões de infantaria, aeroterrestre e blindada – convivia com a velha doutrina francesa – identificável nas divisões de cavalaria, ainda fortemente baseada em regimentos hipomóveis.

De acordo com a organização das forças terrestres adotada em 1957, cada Divisão de Infantaria (DI) deveria estar organizada com as seguintes tropas de combate: um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, dotado de veículos blindados leves; três Regimentos de Infantaria (RI), cada um deles constituído por três batalhões de cerca de 800 homens e algumas companhias “regimentais”, chegando cada regimento a cerca de 3.000 homens; um Batalhão de Carros de Combate (BCC); três Grupos de Obuses (GO) de 105 mm, cada um com 16 bocas de fogo; um Grupo de Obuses de 155 mm, com 12 bocas de fogo; um Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos; um Batalhão de Engenharia de Combate (BE Cmb.); e uma Companhia de Comunicações (Cia. Com.) (BRASIL, 1957). A despeito de pequenas

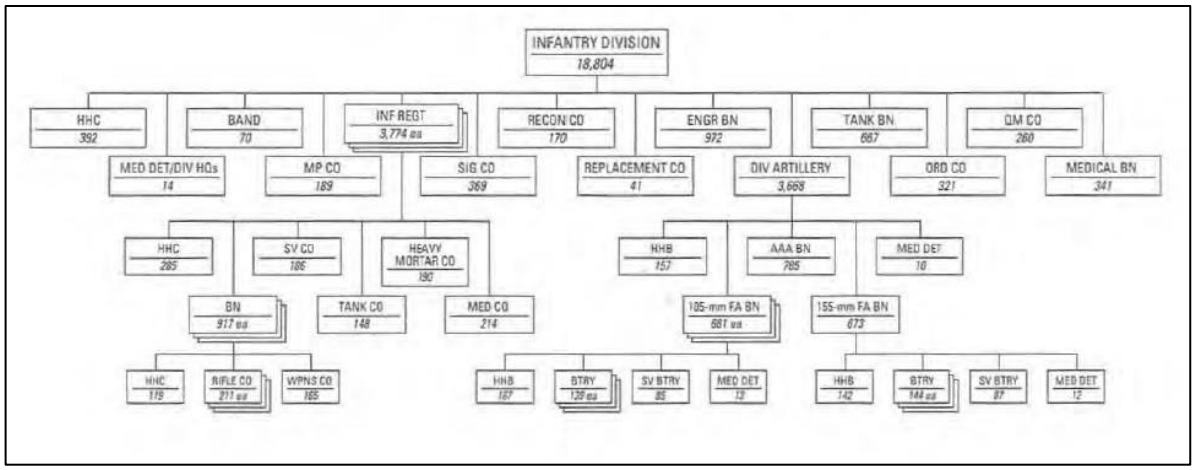
diferenças, a organização geral é semelhante à da DI norte-americana do pós Segunda Guerra Mundial, como se pode constatar da comparação das figuras 20 e 21.

Figura 20 – Organização da Divisão de Infantaria do Exército Brasileiro, 1957.



Fonte: Desenho do autor, a partir do decreto de organização das forças terrestres e dos órgãos territoriais em tempo de paz (BRASIL, 1957)

Figura 21 – Organização da Divisão de Infantaria do Exército dos EUA no pós Segunda Guerra Mundial.[12]

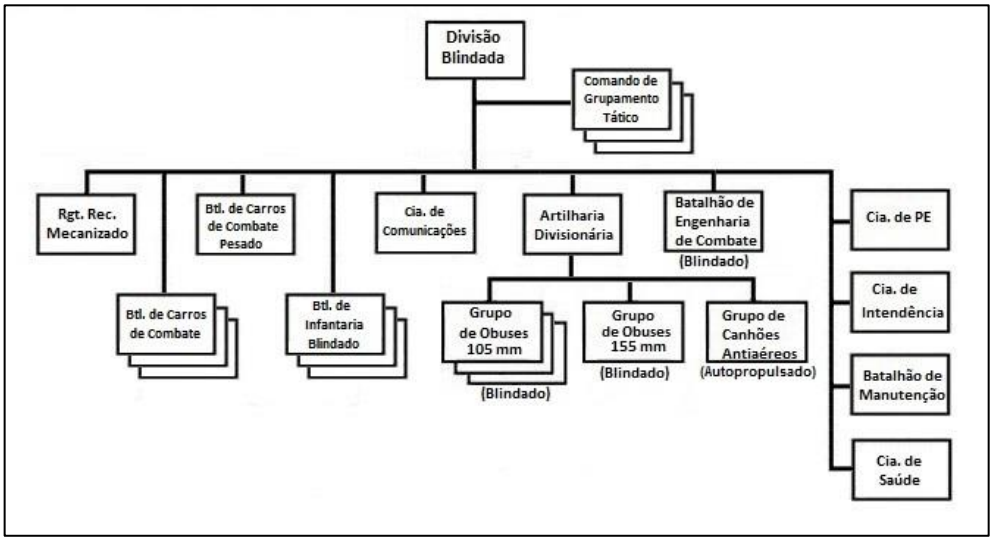


Fonte: Wilson, 1998, p. 226.

[12] Para melhor compreensão das abreviaturas em Inglês: HHC – Comando e Cia. de Comando; BAND – Banda; INF REGT – Regimento de Infantaria; RECON CO – Cia. de Reconhecimento; ENGR BN – Btl. de Engenharia; TANK BN – Btl. de Carros de Combate; QM CO – Cia. de Intendência; MED DET/DIV HQs – Destacamento Médico do Quartel-General Divisionário; MP CO – Cia. de Polícia do Exército; SGN CO – Cia. de Comunicações; REPLACEMENT CO – Cia. de Recompletamento; DIV ARTILLERY – Artilharia Divisionária; ORD CO – Cia. de Material Bélico; MED BN – Btl. de Saúde; SV CO – Cia. de Serviços; HEAVY MORTAR CO – Cia. de Morteiros Pesados; HHB – Comando e Bateria de Comando; AAA BN – Btl. de Artilharia Antiaérea; BN – Batalhão; TANK CO – Cia. de Carros de Combate; MED CO – Cia de Saúde; 105-mm FA BN – Btl. de Artilharia de Campanha de 105 mm; 155-mm FA BN – Btl. de Artilharia de Campanha de 155 mm; RIFLE CO – Cia. de Fuzileiros; WPNS CO – Cia. de Petrechos Pesados; BTRY – Bateria; SV BTRY – Bateria de Serviços.

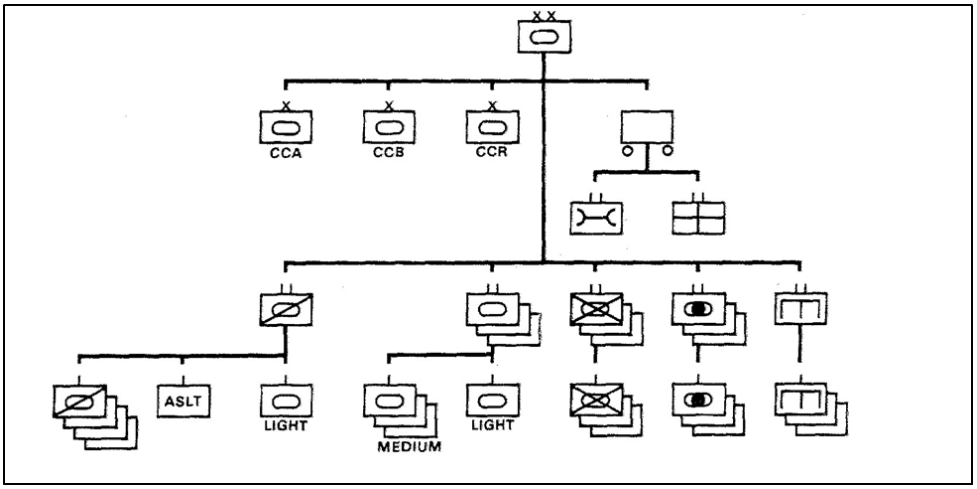
A nova Divisão Blindada (DB) deveria ser organizada com as seguintes tropas de combate: um Regimento de Reconhecimento Mecanizado; três Batalhões de Infantaria Blindados; três Batalhões de Carros de Combate; um Batalhão de Carros Combate Pesados; três Grupos de Obuses de 105 mm Blindados; um Grupo de Obuses de 155 mm Blindado; um Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos Autopropulsados; um Batalhão de Engenharia de Combate Blindado; e uma Companhia de Comunicações (BRASIL, 1957). Para a comparação das semelhanças e diferenças entre a DB brasileira e a norte-americana do fim da Segunda Guerra Mundial, ver as figuras 22 e 23. A semelhança é notável.

Figura 22 – Organização da Divisão Blindada do Exército Brasileiro, 1957.


Divisão Blindada
Comando de Grupamento Tático
Rgt. Rec. Mecanizado
Btl. de Carros de Combate Pesado
Cia. de Comunicações
Artilharia Divisionária
Batalhão de Engenharia de Combate (Blindado)
Cia. de PE
Btl. de Carros de Combate
Btl. de Infantaria Blindado
Grupo de Obuses 105 mm (Blindado)
Grupo de Obuses 155 mm (Blindado)
Grupo de Canhões Antiaéreos (Autopropulsado)
Cia. de Intendência
Batalhão de Manutenção
Cia. de Saúde

Fonte: Desenho do autor, a partir do decreto de organização das forças terrestres e dos órgãos territoriais em tempo de paz (BRASIL, 1957)

Figura 23 – Organização da Divisão Blindada do Exército dos EUA, ao final da Segunda Guerra Mundial.[13]



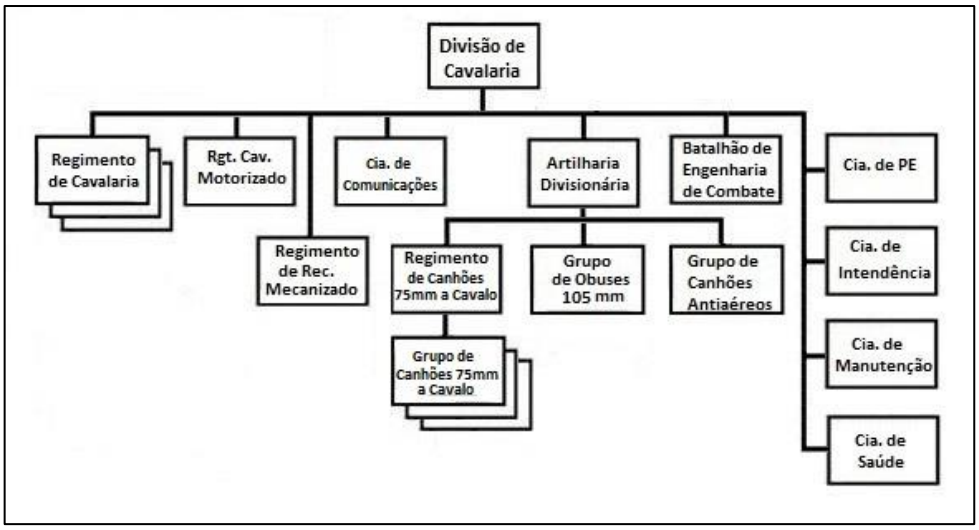
Fonte: Gabel, 1986.

[13] Para a simbologia militar, ver o Apêndice 7 – Chave de Símbolos Militares. As grandes unidades indicadas com CCA, CCB e CCR são três *Combat Commands*, de nível brigada: *Combat Command* A (CCA), *Combat Command* B (CCB), e *Combat Command* em Reserva. Para o combate, cada um desses Comandos de Combate recebia certo um conjunto de unidades de combate – infantaria blindada e carros de combate – e de apoio ao combate e apoio logístico.

A Divisão Aeroterrestre (Div. Aet.) tinha uma estrutura similar à das divisões de infantaria. Sua organização doutrinária previa as seguintes tropas de combate: três Regimentos de Infantaria Aeroterrestres; três Grupos de Obuses de 105 mm; um Grupo de Obuses de 155mm; um Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos; um Batalhão de Engenharia de Combate; e uma Companhia de Comunicações (BRASIL, 1957). Entretanto, como já foi dito acima, a Div. Aet. permaneceu sendo apenas um pequeno núcleo para futura expansão.

As Divisões de Cavalaria, por sua vez, mantinham aspectos remanescentes da doutrina militar francesa. Embora tivessem passado a incluir um regimento moto-mecanizado e um motorizado na organização de 1943, apenas a 3ª DC, sediada em Bagé, RS, fora contemplada naquele ano com a efetiva criação de um Regimento Moto-Mecanizado, equipado com 140 viaturas motorizadas, sendo algumas levemente blindadas (HISTÓRICO, [s.d.]). A organização doutrinária da DC de 1957 incluía as seguintes tropas de combate: um Regimento de Reconhecimento Mecanizado (Rgt. Rec. Mec.); um Regimento de Cavalaria Motorizado (RCM); Três Regimentos de Cavalaria (RC) (hipomóveis); Três Grupos de Canhões de 75 mm a Cavalo;[14] um Grupo de Obuses de 105 mm Motorizado;[15] um Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreo; um Batalhão de Engenharia de Combate; e uma Companhia de Comunicações (BRASIL, 1957) (figura 24).

Figura 24 – Organização da Divisão de Cavalaria do Exército Brasileiro, 1957.



Fonte: Desenho do autor, a partir do decreto de organização das forças terrestres e dos órgãos territoriais em tempo de paz (BRASIL, 1957)

[14] Em termos técnicos, o canhão é uma peça de artilharia que dispara projéteis de alta velocidade em trajetória tensa (muito pouco curva).

[15] O obus ou obuseiro é uma peça de artilharia que dispara projéteis explosivos em baixa velocidade e com trajetória parabólica (muito curva).

Ao início da década de 1960, o Exército Brasileiro estava organizado com sete divisões de infantaria e quatro de cavalaria, distribuídas pelo território nacional: a 1ª DI tinha sua sede na Vila Militar, no então Distrito Federal (DF), e suas unidades estavam distribuídas no próprio DF e nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a 2ª DI estava sediada em São Paulo, SP, e tinha suas unidades estacionadas naquele estado; a 3ª DI tinha seu QG instalado na cidade de Santa Maria, RS, e suas unidades aquarteladas no interior daquele estado; a 4ª DI estava sediada em Juiz de Fora, MG, com unidades instaladas no mesmo estado; a 5ª DI, com sede em Curitiba, PR, tinha suas unidades aquarteladas nos estados do Paraná e Santa Catarina; a 6ª DI tinha seu QG em Porto Alegre, RS, e suas unidades aquarteladas na região norte daquele estado; a 7ª DI estava sediada no Recife, PE, com unidades nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (Apêndice 3).

As 1ª, 2ª e 3ª DC estavam estacionadas no estado do Rio Grande do Sul, com suas sedes respectivamente nas cidades de Santiago, Alegrete e Bagé, e suas unidades desdobradas em face da fronteira com o Uruguai e a Argentina; a 4ª DC, que havia sido criada em 1949, tinha seu QG em Campo Grande, MT (atual Mato Grosso do Sul), com suas unidades voltadas para a fronteira com o Paraguai. Além das DI e DC, o Exército dispunha de uma Divisão Blindada e um Núcleo de Divisão Aeroterrestre, ambas aquarteladas no Rio de Janeiro, e de uma brigada mista,[16] desdobrada no Mato Grosso, em face da fronteira com a Bolívia. Finalmente, além das unidades integrantes dessas grandes unidades, o Exército dispunha de um conjunto de unidades com funções territoriais, subordinadas diretamente às diversas Regiões Militares e aos Comandos Militares de Brasília e da Amazônia (Apêndice 3).

Deve-se ressalvar, entretanto, que a organização real das divisões, regimentos e batalhões nem sempre correspondia ao que prescrevia a doutrina, e algumas vezes se distanciava bastante do modelo doutrinário. Como foi mostrado no capítulo 2, no início da década de 1960, o Exército Brasileiro estava organizado com unidade de infantaria e de artilharia de campanha de dois níveis: havia os regimentos de infantaria (RI), que enquadravam, segundo a doutrina vigente, três batalhões; e, na artilharia de campanha, havia os regimentos de obuses (RO), que deveriam ser constituídos por três grupos. Estes batalhões e grupos pertencentes a regimentos eram considerados unidades incorporadas. Além desses, o Exército contava com certo número de batalhões de caçadores – também da arma de infantaria – e grupos de obuses e de canhões independentes. Mas a maioria das estruturas era incompleta: faltavam unidades nas divisões, a maioria dos regimentos de infantaria e de artilharia tinha apenas um ou dois

[16] A Brigada Mista do Mato Grosso não chegava a constituir uma grande unidade capaz de realizar operações autônomas, pois não contava com as unidades de apoio necessárias para tal fim. Embora chamada de brigada, não passava de um grupamento de forças com funções territoriais e de segurança de fronteira.

batalhões ou grupos, e muitas unidades de tamanho de batalhão eram incompletas. No início da década de 1960, nenhum regimento da arma de artilharia era completo. O 1º, o 2º, o 4º, o 5º e o 7º Regimentos de Obuses (RO) estavam organizados com dois grupos; o 3º e o 6º RO tinham apenas um grupo. Na arma de infantaria, havia apenas um regimento completo e dotado com o que havia de melhor dos equipamentos adquiridos por meio do *Acordo* com os Estados Unidos: era o Regimento Escola de Infantaria (REsI).[17] A unidade estava organizada com três batalhões – cada um com três Cias. de fuzileiros, uma Cia. de comando e uma Cia. de petrechos pesados – e quatro companhias regimentais – Cia. de comando, Cia. de serviços, Cia. de carros de combate médios e Cia. de morteiros pesados –, totalizando 19 companhias e um efetivo de 3.262 homens (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 22). Os demais RI tinham apenas um ou dois batalhões, a maioria também incompletos.[18] De uma maneira geral, o Exército contava apenas com um esqueleto de grandes unidades e unidades a serem completados pela mobilização em caso de guerra. Entretanto, se isto era relativamente fácil de ser feito em termos de pessoal de fileiras, pois o sistema de serviço militar preparava anualmente grande número de reservistas, o mesmo não ocorria com os equipamentos, particularmente os mais caros e mais sofisticados. Se era possível convocar reservistas, seria muito mais difícil obter canhões, metralhadoras, viaturas blindadas, carros de combate, rádios e radares. Tampouco seria fácil convocar oficiais e sargentos reservistas para completar os claros das unidades ampliadas pela mobilização. Para uma visão mais detalhada da organização e locais de aquartelamento das grandes unidades e unidades do Exército Brasileiro em 1960, ver o Apêndice 3.

3.2.1.2 As propostas de reorganização do Exército Brasileiro na década de 1960

A mudança doutrinária iniciada no Brasil na década de 1960 está dentro do contexto mundial de mudanças de estruturas das forças armadas do pós-Segunda Guerra Mundial.[19] As propostas de mudanças doutrinárias no Exército Brasileiro no início da década de 1960 foram estimuladas pela seção Doutrina Militar Brasileira da revista A Defesa Nacional. A seção havia sido criada em 1957 pelo major Amerino Raposo Filho, veterano da FEB e, à época, instrutor da ECEME. Inspirado pelas discussões doutrinárias que acompanhava através de

[17] O "s" da sigla não era pronunciado. A unidade era conhecida como o "Rei".

[18] Cf. registros disponíveis no Arquivo Histórico do Exército – Árvores Genealógicas das Organizações Militares do Exército (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1987) e Catálogo Histórico das Organizações Militares do Exército (AHEx, Mapeamento do Acervo das Unidades, Vol. 1, 2 e 3).

[19] Sobre as sucessivas reorganizações das divisões do Exército dos EUA no pós-Segunda Guerra Mundial, ver Wilson, 1998, p. 222-232, 250-254, 263-286; sobre as experimentações doutrinárias do Exército Francês na década de 1950, ver Marey, 1954, p. 540-547; sobre a reorganização do Exército Francês de 1962 a 1976, ver Beaugendre, 1976, p. 123-149, e Oliveira, 1979, p. 3-32; sobre as diretrizes para a reorganização do Exército Britânico com o fim do serviço militar obrigatório em 1957, ver Reino Unido, 1957.

revistas militares internacionais, Raposo entendia que, se nada fosse feito, o Brasil ficaria para trás (RAPOSO FILHO, 2017b, 58:10 min). Segundo Raposo, a recepção da seção pela oficialidade foi muito positiva, com muitos oficiais enviando artigos e participando dos debates nas páginas da revista. Como relatou Raposo, a única reação negativa partiu do Chefe do Estado-Maior do Exército, general Floriano de Lima Brayner, que, após os primeiros números da seção, convocou o redator a seu gabinete e o questionou como poderia um oficial de estado-maior discutir a doutrina estabelecida. Raposo respondeu entender que a discussão da doutrina cabia justamente ao oficial de estado-maior, por ser quem melhor a conhecia. Lima Brayner, contrariado, ameaçou cortar o subsídio que o EME destinava para a publicação de A Defesa Nacional, mas a coisa ficou neste pé: a seção Doutrina Militar Brasileira continuou sendo publicada e o subsídio não foi cortado (RAPOSO FILHO, 2017b, 01h:04:50 min).

Na edição de abril de 1960, o major Raposo estimulava a discussão sobre a organização das forças terrestres, em busca de "um Exército verdadeiramente atualizado, profissional, reduzido e pobre que seja, mas apto a cumprir as Missões que lhe impõe a Carta Magna e, ademais, em condições de participar de compromissos no campo Mundial" (RAPOSO FILHO, 1960a, p. 109). Dentre outros aspectos, Raposo sugeria a diminuição dos efetivos das divisões de infantaria, abandonando o modelo norte-americano da Segunda Guerra Mundial, por um modelo mais aligeirado e adequado à realidade militar brasileira. Sugeria uma "DI ideal de 6.000 homens", inspirado nos efetivos "das melhores estruturas de todos os tempos, a legião romana [...] e a Divisão napoleônica", e relembrava que havia sido à base de estruturas leves de efetivos extremamente reduzidos (2.500 a 3.000 homens), que as divisões brasileiras haviam operado nas campanhas sul-americanas do passado (RAPOSO FILHO, 1960a, p. 110).

A despeito da admoestação do Chefe do EME, Raposo via a seção Doutrina Militar Brasileira como uma fonte de subsídios oferecidos "em cooperação espontânea aos chefes e ao Estado-Maior", no sentido de cooperar na "reformulação do Problema Militar Brasileira e consequente reestruturação de nossas Forças Terrestres, para o pleno atendimento às necessidades da Guerra Moderna (Regular e Revolucionaria)" (RAPOSO FILHO, 1960a, p. 111). Em síntese, Raposo propunha:

> – que exista, em cada área geoestratégica-militar um conjunto de forças, recrutadas, organizadas, equipadas e adestradas para aí operar, em conformidade com as diferentes características do espaço operacional e aproveitando, ao máximo, as peculiaridades do Homem dessas regiões;
>
> – que o núcleo de forças aí colocado, esteja em condições de realizar operações regulares e irregulares;

> – que se disponha, além disso, de um núcleo central de forças, constituídas por Unidades profissionais [...], altamente especializadas, de grande mobilidade, sobretudo estratégica, para acorrer a qualquer das áreas em crise e aí atuar, em curto prazo, como Força Decisiva, em Ações Regulares ou Irregulares.
>
> – finalmente, que se venha, oportunamente a constituir um outro núcleo mas aí (sic) para as necessidades "de exportação" em face de compromissos assumidos no campo internacional e consoante, naturalmente, não tanto à Doutrina essencialmente nacional, mas possivelmente, da procurada pela OTAN... (RAPOSO FILHO, 1960a, p. 111).

Na edição seguinte, Raposo argumentava que, àquela altura, as bases filosófico-doutrinárias já estavam bem estabelecidas, em termos de caracterização da guerra, suas Leis e Princípios. Restava agora cuidar de aspectos práticos, como:

> – Métodos e Processos de Emprego da Força;
>
> – Organização estrutural das GU [...] e Unidades e Destacamentos;
>
> – Repartição dessas Forças no Território Nacional, para constituir a Ordem de Batalha "de paz", que possa evoluir, em curto prazo, para a Ordem de Batalha "de guerra" (RAPOSO, 1960b, p. 79).

Dentro desta perspectiva, Raposo argumentava que, em relação aos métodos e processos de emprego da força, a elaboração dos manuais doutrinário sobre o emprego das unidades e grandes unidades em combate cabia aos centros de estudos, como a ECEME, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), o EME e o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), bem como a outros órgãos técnicos. Restava tratar da organização das forças, tema que vinha recebendo grande atenção das colunas publicadas na seção Doutrina Militar Brasileira da revista A Defesa Nacional (RAPOSO FILHO, 1960b, p. 79-80).

As ideias dominantes nas discussões sobre a reorganização das forças terrestres eram a redução das estruturas, a simplicidade das soluções e a adequação à realidade brasileira – o homem, o ambiente operacional, as hipóteses de guerra e a economia. Em relação ao homem brasileiro, devia-se levar em conta seu baixo nível educacional e sanitário, sua pequena estatura e limitado vigor físico. No que se refere ao ambiente operacional, cabia considerar a situação geopolítica brasileira, afastada dos grandes centros de poder mundial, mas com capacidade e aspiração de exercer liderança regional. Dentre as hipóteses de guerra, as que apareciam como mais prováveis no quadro contemporâneo eram: a guerra insurrecional, considerada cada dia mais inevitável diante do quadro de Guerra Fria na América Latina; uma guerra internacional de grandes proporções, possivelmente com o uso de armas atômicas, na qual o Brasil tivesse que participar com uma força expedicionária, num quadro de aliança militar ou fazendo parte de uma força da ONU; e uma guerra continental, considerada cada

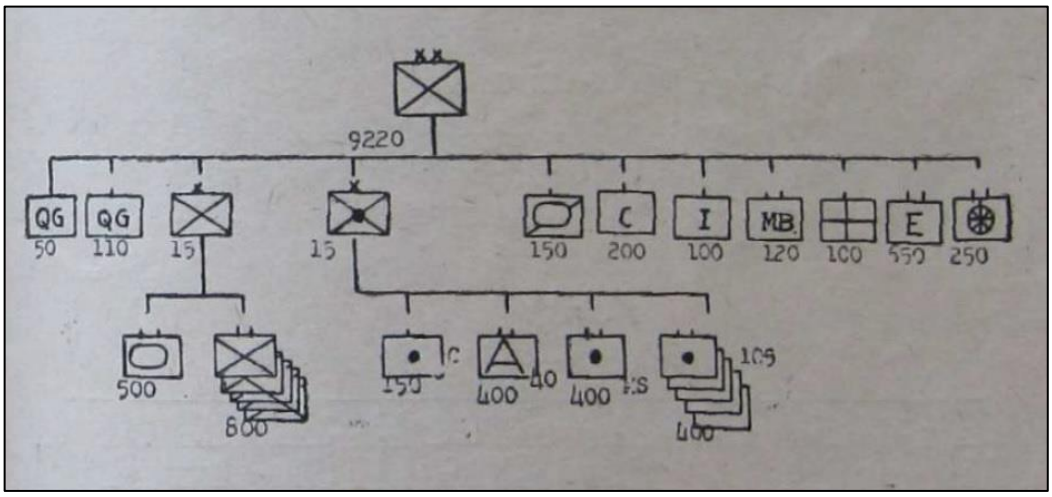
dia menos provável (LIMA, 1962, p. 1 do anexo; REIS, 1961, p. 68-69 e 1965, p. 34). Em relação à economia do setor militar, uma reorganização do Exército deveria levar em conta a baixa capacidade de investimento público e privado do País, mas com um parque industrial capaz de prover as Forças Armadas com muitos equipamentos, em particular armas leves, munições e veículos sobre rodas. Em função deste quadro geral, as propostas de reorganização deveriam privilegiar forças pouco dispendiosas, equipadas e armadas pela indústria nacional.

Uma das primeiras propostas de reorganização das forças do Exército surgidas nas páginas de A Defesa Nacional na década de 1960 foi apresentada pelo major Alexandre M. C. Amêndola, a partir da premissa de uma organização "relativamente potente", "extremamente simples" e "altamente móvel", já discutida no capítulo anterior (AMÊNDOLA, 1960, p. 140). O autor propunha uma nova organização para as grandes unidades do Exército, que, embora continuassem sendo divisões, sofreriam uma acentuada redução de efetivos. A proposta de Amêndola contemplava a organização de dois tipos de divisão de infantaria – uma DI Pentagonal (Tipo I) e uma DI Ternária (Tipo II) –; uma organização para a Divisão de Cavalaria, com a alternativa para uma Divisão de Cavalaria Motomecanizada; uma sugestão para a criação de Grupamentos Táticos Independentes; e uma proposta de expansão do Núcleo da Divisão Aeroterrestre (AMÊNDOLA, 1960, p. 141-144).

A DI Pentagonal Tipo I proposta por Amêndola (AMÊNDOLA, 1960, p. 141) estava claramente inspirada na Divisão "Pentômica" que se encontrava em experimentação no Exército dos Estados Unidos, mas sua organização era bastante distinta do modelo norte-americano. Embora a DI Pentagonal devesse ter cinco unidade de infantaria, essas unidade eram batalhões normais de três companhias, com efetivo de 800 homens (figura 25), em vez dos cinco "grupos de batalha" de cinco companhias e efetivos de mais de 1.300 homens do modelo norte-americano (figura 26); a DI Pentagonal também teria um batalhão de carros de combate, como a norte-americana, mas seu elemento de reconhecimento seria um esquadrão de 150 homens, quando no modelo norte-americano era um regimento (*squadron*, no jargão militar norte-americano);[20] a "divisão pentômica" norte-americana também contava com uma companhia de aviação, o que lhe dava um efetivo de 13.748 homens (WILSON, 1998, p. 282-283), contra 9.220 da proposta de Amêndola para o Exército Brasileiro.

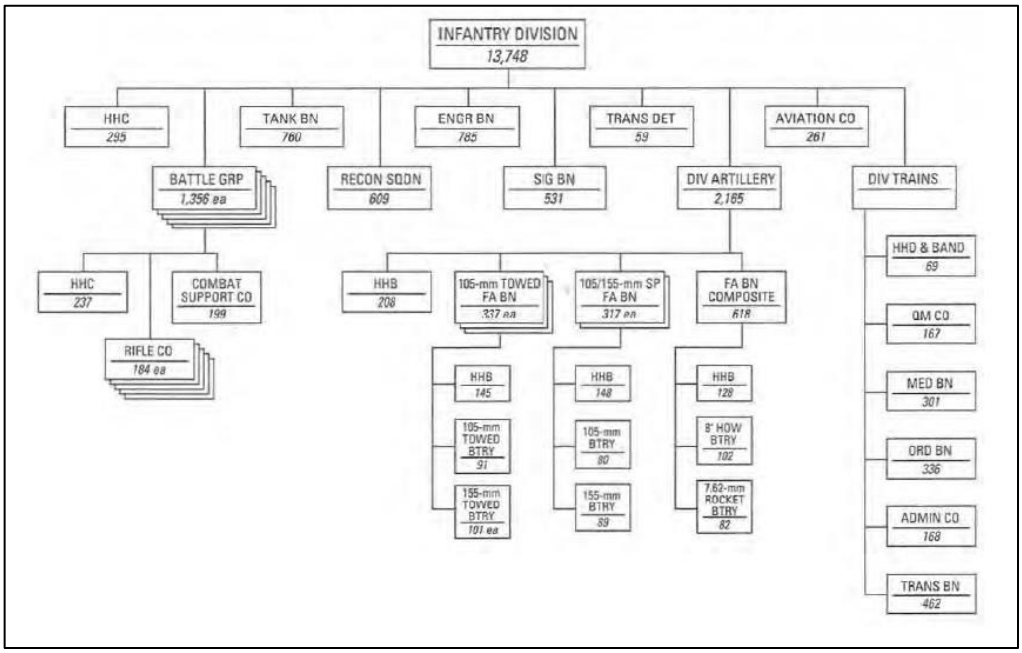
[20] No jargão militar norte-americano, os regimentos da arma de cavalaria são grandes unidades do nível de brigada, que enquadram diversos *squadrons* e unidades de artilharia, aviação, engenharia etc. O *squadron* tem o tamanho e nível de comando de um batalhão, caracterizando o que, para a arma de cavalaria, em outros exércitos, é chamado de regimento.

Figura 25 – Organização proposta pelo Maj. Alexandre M. C. Amêndola para a DI Tipo I Pentagonal.



Fonte: Amêndola, 1960, p. 141.

Figura 26 – Organização da "Divisão Pentômica" do Exército dos EUA.[21]



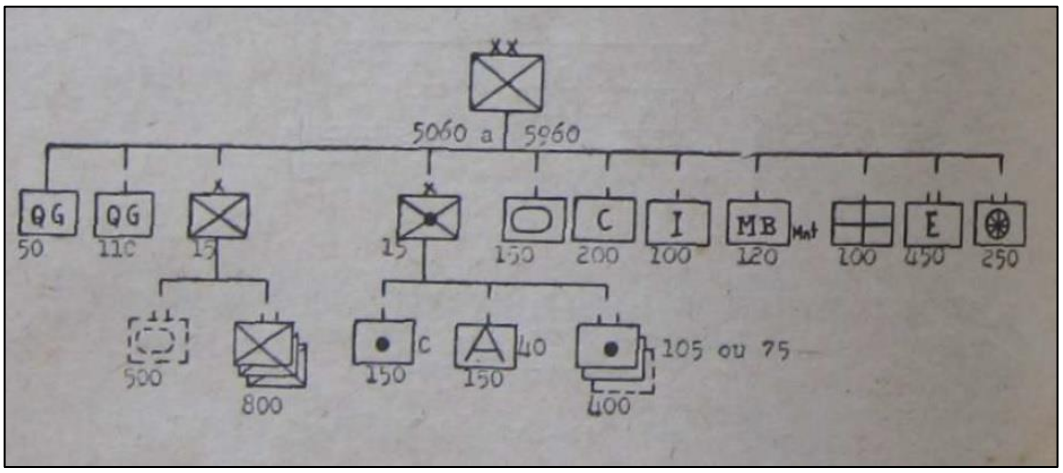
Fonte: Wilson, 1998, p. 283.

A Divisão Tipo II Ternária da proposta de Amêndola reduzia a divisão ao efetivo e estrutura de brigada, com apenas três batalhões de infantaria (figura 27) (AMÊNDOLA, 1960,

[21] Para melhor compreensão: HHC – Comando e Cia. de Comando; TANK BN – Btl. de Carros de Combate; ENGR BN – Btl. de Engenharia; TRANS DET – Destacamento de Transporte; AVIATION CO – Cia. de Aviação; BATTLE GRP – Grupo de Batalha; RECON SQN – Regimento (*squadron*) de Reconhecimento; SGN BN – Btl. de Comunicações; DIV ARTILLERY – Artilharia Divisionária; DIV TRAINS – Trens Divisionários (órgãos de apoio logísticos); COMBAT SUPPORT CO – Cia. de Apoio ao Combate; RIFLE CO – Cia. de Fuzileiros; HHB – Comando e Bateria de Comando; 105-mm TOWED FA BN – Btl. de Artilharia de Campanha Rebocado de 105 mm; 105/155-mm SP FA BN – Btl. de Artilharia de Campanha Autopropulsado de 105 e 155 mm; FA BN COMPOSITE – Btl. de Artilharia de Campanha Misto; HHD & BAND – Comando e Destacamento de Comando & Banda; QM CO – Cia. de Intendência; MED BN – Btl. de Saúde; ORD BN – Btl. de Material Bélico; ADM CO – Cia. de Administração; TRANS BN – Btl. de Transporte.

p. 142). Tinha a vantagem de aligeirar consideravelmente a grande unidade, mas a transformava em uma brigada subordinada a dois oficiais generais, o comandante da brigada e o da divisão. Ou seja, dois oficiais generais e seus estados maiores tinham escassos três batalhões como elementos de manobra, implicando em desperdício de elementos de comando e prováveis fricções entre os dois estados-maiores.

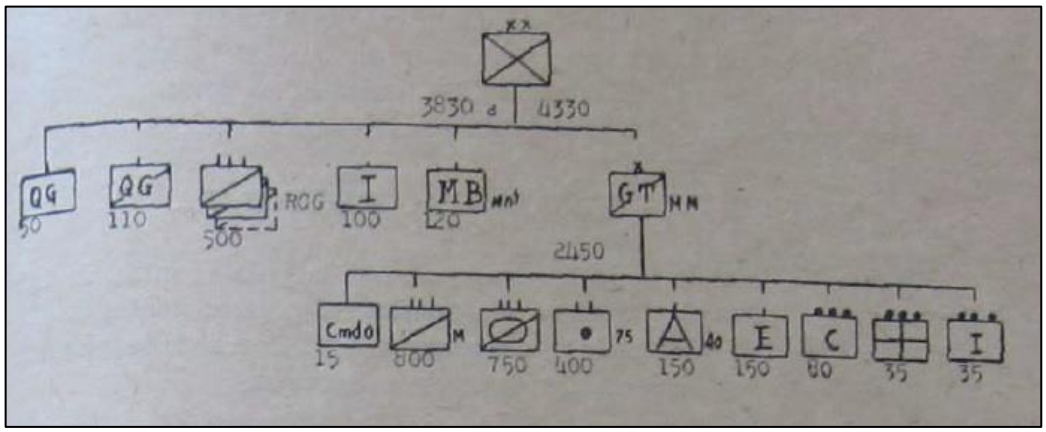
Figura 27 – Organização proposta pelo Maj. Alexandre M. C. Amêndola para a DI Tipo II Ternária.



Fonte: Amêndola, 1960, p. 142.

A divisão de Cavalaria proposta por Amêndola era subdividida em um Grupamento Tático Motomecanizado, de nível de brigada, capaz de "conduzir operações típicas de cavalaria motomecanizada, em ações levadas a efeito por um Grupamento rápido e de largo raio de ação", e um pequeno número de Unidades hipomóveis, "capazes de conservar intato o espirito da Arma e sua tradição" (AMÊNDOLA, 1960 p. 143) (figura 28). O grupamento tático motomecanizado estava destinado "a partir à execução de operações distantes em teatro de guerra moderna", enquanto o restante permanecia em sua zona normal de operações, executando cobertura de fronteiras e funções de guarda territorial (AMÊNDOLA, 1960 p. 143). Esta proposta não criava um novo formato para a divisão de cavalaria, mas duas grandes unidades autônomas, com missões distintas e destinadas a operar sem qualquer conexão. Não era uma divisão, mas uma brigada de cavalaria mecanizada leve, associada a uma pequena brigada de guarda territorial montada.

Figura 28 – Organização proposta pelo Maj. Alexandre M. C. Amêndola para a DC.



Fonte: Amêndola, 1960, p. 143.

Amêndola ainda propunha uma DC motomecanizada, "de formação ocasional", a ser constituída "pela reunião de três Grupamentos Táticos de Cavalaria Motomecanizada, pertencentes às Divisões de Cavalaria, atribuindo-se ao conjunto um Comando e pequeno número de Unidades Divisionárias de apoio e Serviços" (AMÊNDOLA, 1960, p. 144). Ou seja, este arranjo não constituía uma grande unidade permanente, mas uma organização temporária, sem laços regulares, treinamento conjunto ou espírito de corpo.

Chama a atenção o fato de que Amêndola não apresentou nenhuma proposta referente à organização da divisão blindada, que àquela altura já existia no Exército, embora incompleta. Não é razoável supor que o oficial sugerisse sua supressão na organização do Exército Brasileiro. Mais provavelmente ele não tinha sugestões a fazer quanto à sua organização. A despeito das críticas que possam ser feitas às proposta do major Alexandre Amêndola, o fato é que ele deu início ao debate público concreto sobre a organização das grande unidades do Exército em um contexto no qual havia amplo consenso sobre a necessidade de mudanças.

Poucos meses depois, o major Everaldo de Oliveira Reis aderiu ao debate. Sua proposta era a redução do número de divisões, que deveriam ser reorganizadas no sentido de atender prioritariamente as hipóteses de guerra insurrecional e de participação em conflito internacional sob a égide da ONU. Reis também propunha o máximo aproveitamento da indústria nacional para o equipamento e a provisão das forças (REIS, 1961).

A última publicação da seção Doutrina Militar Brasileira apareceu na edição de setembro/outubro de 1961 de A Defesa Nacional. O encerramento da seção resultou da designação do major Amerino Raposo Filho, em dezembro de 1960, para compor a comissão de estruturação administrativa do governo do recém-criado estado da Guanabara. Raposo continuou mantendo a seção por quase um ano, após deixar a ECEME, mas acabou

encerrando-a em consequência das demandas de sua nova função na criação e organização da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara (RAPOSO FILHO, 2017b, 17:00 min et seq.). Artigos sobre mudanças doutrinárias continuaram sendo publicados em A Defesa Nacional ao longo de toda a década de 1960, embora com menos frequência.

Na edição de janeiro-fevereiro de 1962. O major Moacyr Pereira discutiu as tendências da organização divisionária, a partir de exemplos internacionais, mas não apresentou uma proposta específica para a reorganização do Exército Brasileiro (PEREIRA, M., 1962). Em abril de 1963, o general-de-brigada A. Franco Ferreira argumentou pela necessidade de meios aéreos para o Exército (FERREIRA, 1963). Na edição de janeiro-fevereiro de 1965, o tenente-coronel Togo Lobato propôs a reorganização do Serviço de Material Bélico (LOBATO, 1965). Em julho-agosto seguinte, o tenente-coronel Everaldo de Oliveira Reis, apresentou o artigo Algumas Considerações Sobre a Reforma do Exército, no qual trata de aspectos gerais e administrativos de uma futura reforma, mas sem propor sugestões concretas sobre a reorganização das forças terrestres (REIS, 1965).

A edição de Março-Abril de 1966 trouxe o debate para o campo concreto, publicando o artigo "O Carro de Combate Nacional", de autoria do Major Cezar Marques da Rocha. O artigo aparecia num contexto no qual, segundo o autor, o EME já preparava a reestruturação do Exército e era consensual a necessidade de construir o carro de combate nacional. Mas, a despeito do título, o autor se posicionava pelas vantagens do carro blindado sobre rodas, em relação ao carro de combate, por considerar o primeiro mais barato, simples, leve, veloz, silencioso e mais fácil de fabricar, e por entender que poderia ser construído imediatamente pela indústria nacional. Além disso, argumentava, o carro blindado sobre rodas possui maior raio de ação, consome menos combustível e pode se deslocar para qualquer parte do território brasileiro por seus próprios meios, dispensando o uso de pranchas rodoviárias ou ferroviárias. Como vantagem adicional, Rocha argumentava que, para dirigi-lo, seria possível aproveitar a mão-de-obra civil existente – motoristas de caminhões – sem necessidade de adaptação. O autor também entendia que o carro de combate não atendia às necessidades de segurança interna e de defesa do território, deixando implícito que considerava estas missões como as mais prementes do Exército (ROCHA, 1966, p. 119). Quanto a este ponto, Rocha coincidia com diversos outros articulistas da revista e oficiais do EME, que viam a possibilidade de uma guerra insurrecional como a hipótese mais provável. Rocha também levava em conta o custo de produção dos carros blindados, em comparação com a importação de carros de combates, e calculava que o preço de um blindado brasileiro "não poderia ir além da metade do preço do adquirido no exterior" (ROCHA, 1966, p. 122). O autor propunha, a seguir, os

requisitos técnicos para os veículos, como peso, blindagem e velocidade, e sugeria uma série de versões desejáveis – para missões de combate, apoio de fogo, transporte de tropas, posto de comando, ambulância, manutenção etc –, bem como o armamento desejável para cada versão (ROCHA, 1966, p. 120-121).

Na última edição de A Defesa Nacional de 1966, um grupo de instrutores da ECEME, sob a chefia do tenente-coronel Jorge Frederico Machado de Sant'Anna apresentou a proposta de uma nova organização para a cavalaria. O artigo era fruto de um estudo realizado como forma de colaboração aos trabalhos em andamento no EME. Os autores alegavam desconhecimento sobre os planejamentos em curso no EME e sobre a situação orçamentária do Exército (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 104), caracterizando o artigo como uma contribuição independente ao debate sobre a reorganização do Exército. Como premissa, os autores consideravam que a DC então existente não tinha condições para cumprir, em toda a sua plenitude, as missões clássicas da arma de cavalaria, e elencavam as seguintes razões:

1) A velocidade e raio de ação das DC hipomóveis eram insuficientes para operar no âmbito de forças compostas por grandes unidades motorizadas ou semi-motorizadas. Diante da motorização das DI, que vinha acontecendo como resultado do desenvolvimento do sistema de transportes, do crescimento da indústria automobilística e das perspectivas na produção de petróleo, a DC perdia sua característica básica que era a de ser "a Arma mais rápida no conjunto do campo de batalha" (SANT'ANNA, et ali, 1966, p. 89-90).

2) A composição heterogênea da DC, resultante da existência em sua estrutura de unidades hipomóveis, motorizadas e mecanizadas, apresentava claras dificuldades para o exercício do comando, decorrentes "da dissociação que, em todos os movimentos, se deve produzir entre os elementos hipomóveis e automóveis", como assinalava o manual de campanha C 2-15 Emprego da Cavalaria (apud SANT'ANNA, et al, 1966, p. 90).

3) A diferença de potência entre os elementos motomecanizados e os hipomóveis levava a que o comandante da divisão reconhecesse o regimento de reconhecimento mecanizado da divisão como seu elemento mais poderoso, em detrimento de suas principais peças de manobra, que eram os RC a cavalo. Os autores apresentam um quadro que ilustrava, de forma marcante, a diferença de poder de fogo no nível dos esquadrões desses regimentos: um esquadrão de cavalaria mecanizado, de pouco mais de cem homens contava com 38 metralhadoras leves e pesadas, sete canhões dos seus carros de combate e três morteiros de 81 mm, enquanto o esquadrão de cavalaria hipomóvel não contava com nenhuma metralhadora e dispunha de apenas três morteiros leves de 60 mm (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 90-91).

4) A dificuldade do apoio administrativo, decorrente da diferença de necessidades logísticas entre as unidades motomecanizadas e montadas que faziam parte da DC (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 91-92). Se os regimentos mecanizado e motorizado precisavam de combustíveis, lubrificantes e serviços de mecânicos e eletricistas, as demandas dos RC hipomóveis eram alfafa e serviços de veterinários e ferradores.

5) A inconveniência de utilizar um mesmo tipo de unidade para cumprir todas as missões da cavalaria. Valendo-se de exemplos históricos, os autores argumentavam que as unidades de cavalaria aptas ao cumprimento de missões de reconhecimento e segurança não podiam nem deviam ter, e nunca tiveram, as características exigidas para aquelas que são empregadas no aproveitamento do êxito e na perseguição de forças inimigas desbaratadas e na constituição duma reserva móvel e potente para intervenção nas batalhas ofensivas e defensivas. As unidades destinadas prioritariamente às missões de reconhecimento e segurança necessitavam ser mais leves, mais móveis, mais fluidas, ainda que menos potentes. Os autores asseguravam que os esquadrões, regimentos e brigadas de cavalaria mecanizada possuiriam tais características, mas não eram capazes de cumprir as missões que exigiam maior potência de fogo e ação de choque.[22] Estas características eram próprias da Divisão Blindada, que não era nominalmente da arma de cavalaria (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 92-94).

6) A necessidade de uma organização ajustada às características das operações nos "teatros de operações continentais",[23] onde as forças brasileiras teriam que atuar, recomendava a existência de diferentes tipos de grandes unidades de cavalaria: mecanizada, blindada e hipomóvel, esta última destinada a operar nas áreas mais remotas do País, carentes de recursos e de infraestrutura de transportes. A manutenção de grandes unidades hipomóveis também se justificava pela necessidade de aproveitamento dos meios existentes no momento e pela impossibilidade de motorização total, em curto prazo (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 94-95).

Em seguida, os autores apresentavam sua proposta de organização para as grandes unidades de cavalaria, inicialmente recomendando a brigada como o escalão mais adequado à

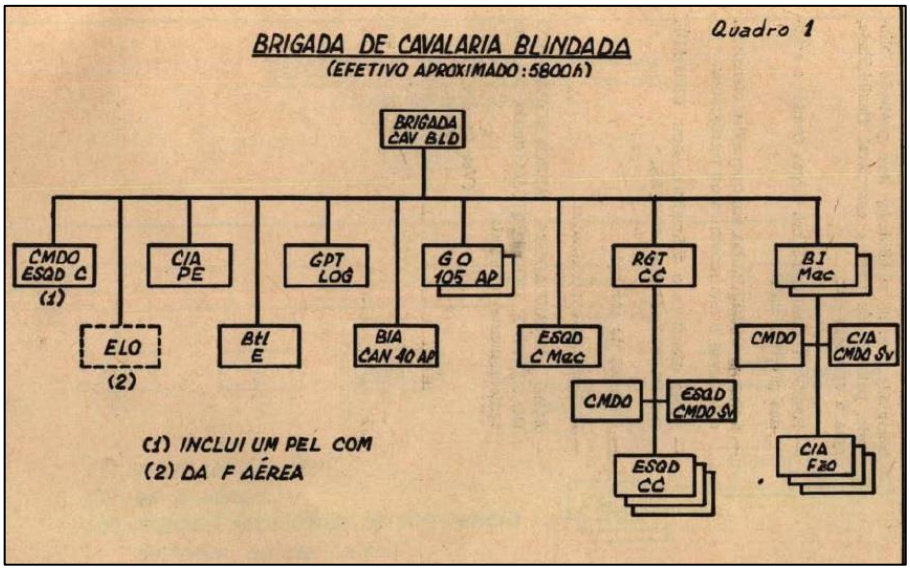
[22] Ação de choque é o efeito resultante do aproveitamento simultâneo das características dos blindados (mobilidade, potência de fogo e proteção blindada) sobre o inimigo.

[23] Na terminologia militar brasileira, os termos "teatro de operação continental" ou "área operacional do continente" indicam as características de um possível teatro de operações no continente sul-americano, onde exércitos dotados de efetivos e recursos limitados operariam em enormes espaços geográficos. Sob essas condições, o "teatro de operação continental" teria as seguintes características: grandes espaços operacionais, favorecendo a guerra de movimento a cavaleiro dos eixos de comunicações; incidência de flancos descobertos; deficiência de informações; unidades atuando em zonas de ação muito largas, dificultando as medidas de comando e controle; terreno heterogêneo e acidentado; áreas pobremente humanizadas e carentes de recursos.

arma de cavalaria. No caso da mecanizada, destinada às missões de reconhecimento e segurança, porque a amplitude das frentes nas quais os regimentos se desdobram faria muito difícil o controle de mais de três regimentos pelo comandante da divisão. No caso da blindada, destinada às ações de choque, porque a brigada era o escalão mais adequado ao exército de um país de recursos limitados, no qual não era factível a organização de uma divisão blindada completa. No caso da hipomóvel, pela necessidade de uma organização mais leve, ajustada às características das operações em que seria empregada. Os autores propõem, então, três tipos de brigadas de cavalaria: Brigada de Cavalaria Blindada, Brigada de Cavalaria Mecanizada e Brigada de Cavalaria Hipomóvel (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 98).

A brigada de cavalaria blindada (Bda. C. Bld.) (figura 29) seria a grande unidade pesada, caracterizada pela mobilidade, grande potência de fogo, proteção blindada e poder de choque. Seria organizada para a execução de operações ofensivas – particularmente o aproveitamento do êxito e a perseguição – e operações defensivas – particularmente a ação retardadora. Também deveria constituir-se numa revista móvel e potente do escalão superior (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 98-99). Chama atenção o fato de que, embora a brigada tivesse sido classificada como de cavalaria, a maioria das unidades de manobra de sua proposta de organização era da arma de infantaria: eram dois batalhões de infantaria mecanizados, contra apenas uma unidade da arma de cavalaria – o regimento de carros de combate (RCC). Também merece destaque a denominação desta unidade como "regimento" e suas subunidades como esquadrões. Era uma volta à tradição brasileira de designar todas as unidades da arma de cavalaria de tamanho de batalhão como regimentos e suas subunidades como esquadrões, em vez de companhias, como na doutrina importada dos EUA. Neste aspecto os autores da proposta foram explícitos: "As Unidades e Subunidades da Arma, qualquer que seja o tipo, atendendo a tradição e a uniformidade, são denominadas REGIMENTOS e ESQUADRÕES" (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 104, maiúsculas no original).

Figura 29 – Organização da Brigada de Cavalaria Blindada proposta pelos instrutores da ECEME em 1966.

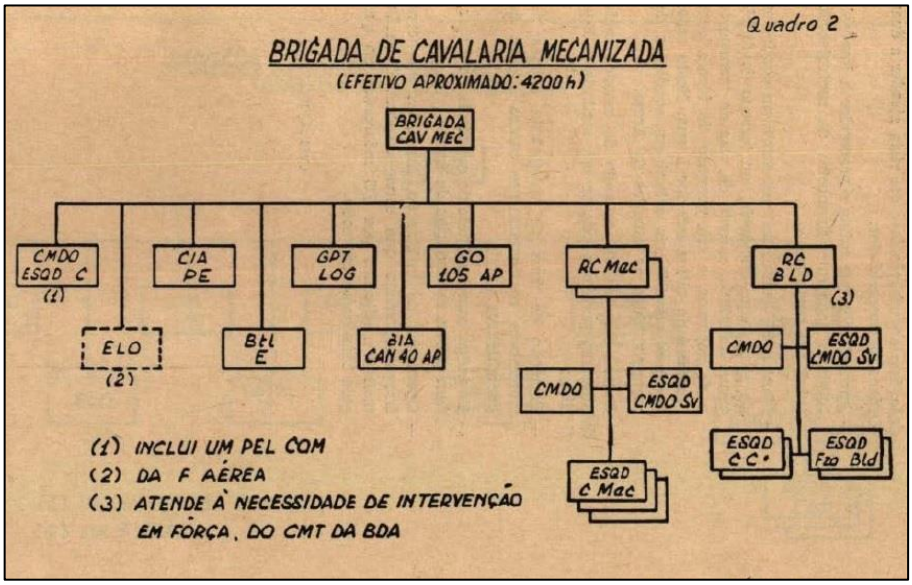


Fonte: SANT'ANNA, et al, 1966, p. 99.

A brigada de cavalaria mecanizada (Bda. C. Mec.) (figura 30) era a grande unidade ligeira, possuindo grande mobilidade, leve proteção blindada, potência de fogo e apreciável flexibilidade. Como unidades de manobra, a Bda. C. Mec. teria dois regimentos de cavalaria mecanizados (RC Mec.) e um regimento de cavalaria blindado (RCB). Com esta estrutura básica, a brigada seria apta à execução dos seguintes tipos de operações: reconhecimento em largas frentes e grandes profundidades; ações de cobertura em operações ofensivas, defensivas e nos movimentos retrógrados; ações ofensivas e defensivas, como unidade de economia de forças; ligações de combate; proteção da concentração de meios mais poderosos do escalão superior; e ação retardadora, aproveitamento do êxito e perseguição, desde que convenientemente reforçada (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 100-101). Chama atenção, nesta proposta, a criação de um Regimento de Cavalaria Blindado – uma pequena força blindada dentro de uma brigada mecanizada –, que permitiria ao comandante da brigada realizar ações locais que exigissem grande mobilidade, poder de fogo e ação de choque. Sua concepção era inovadora, pois era uma unidade metade de carros de combate e metade de infantaria blindada (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 101). Com este RCB, o comandante da brigada poderia lançar contra-ataques para desaferrar elementos levemente blindados dos RC Mec. que se vissem engajados pelo inimigo, ou executar ações limitadas de aproveitamento de um êxito local, completando a destruição do inimigo. Também merece ser destacado que esta proposta eliminava outra impropriedade importada com a doutrina militar norte-americana: a de designar os regimentos de reconhecimento mecanizado por um tipo de operação – o reconhecimento – e não pela arma à qual a unidade pertencia – a cavalaria. A impropriedade

desta designação não se prende apenas à tradição e ao "espírito de arma", mas ao fato objetivo de que os Rgt. Rec. Mec. não se destinavam apenas às operações de reconhecimento, mas também a operações ofensivas, defensivas e de segurança, como missões de vigilância, cobertura e proteção.

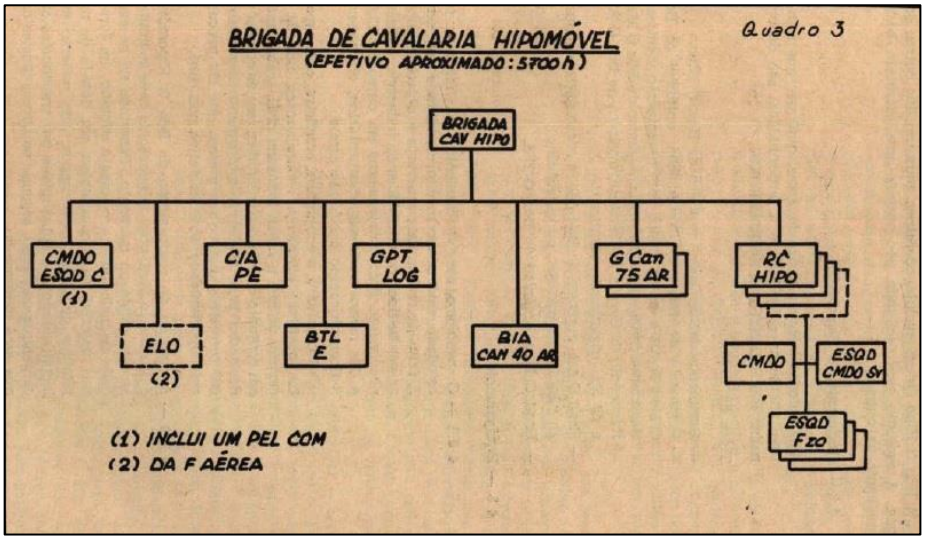
Figura 30 – Organização da Brigada de Cavalaria Mecanizada proposta pelos instrutores da ECEME em 1966.



Fonte: SANT'ANNA, et al, 1966, p. 101.

A brigada de cavalaria hipomóvel (Bda. C. Hipo.) (figura 31) seria uma grande unidade de transição. Diferente das DC então existentes, as Bda. C. Hipo. teriam como elementos de manobra apenas RC hipomóveis. Sua organização buscava atender duas necessidades: 1) aproveitar os meios existentes e responder à impossibilidade econômico-financeira de motorização total das unidades em curto prazo; e 2) manter grandes unidades e unidades de cavalaria em condições de atuar em terreno de difícil transitabilidade, carente de vias de transporte e de recursos. Os autores também imaginaram que a brigada hipomóvel poderia ser empregada em missões como: a proteção de área de retaguarda e vias de transporte, particularmente contra a ação de guerrilheiros; como unidade de economia de forças, em partes secundárias da frente; em operações de infiltração, incursões e guerra irregular, sendo que estas provavelmente seriam melhor realizadas por RC reforçados do que pela brigada como um todo (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 102-103).

Figura 31 - Organização da Brigada de Cavalaria Hipomóvel proposta pelos instrutores da ECEME em 1966.



Fonte: SANT'ANNA, et al, 1966, p. 103.

A proposta dos instrutores da ECEME avançava em sugestões sobre o equipamento das unidades que comporiam essas novas brigadas. A preferência era pelos equipamentos produzidos pela indústria nacional, mesmo que isto implicasse em equipamentos pouco sofisticados, mas que permitissem a independência em relação às importações. Em relação aos carros de combate que deveriam equipar os RCC e os esquadrões de carros de combate dos RCB, os autores mostravam-se irresolutos, diante da dúvida se a indústria nacional já seria capaz de produzi-los. Apenas recomendavam que fossem leves, devido às condições das estradas brasileiras e a capacidades das suas pontes, e que fossem rústicos e de manutenção fácil e barata. Para equipar os RC Mec., os autores demonstravam grande preferência e entusiasmo por um carro blindado sobre rodas a ser produzido pela indústria nacional. Em relação aos BI Mec., os autores prescreviam o uso de viaturas blindadas para o transporte de seu pessoal, e entendiam que, quando a indústria automotiva brasileira fosse capaz de produzir carros de combate ou carros blindados sobre rodas, também poderia produzir viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP). Como solução imediata, entendiam que os fuzileiros dos BI Mec., dos RC Mec. e dos RCB poderiam ser transportadas em caminhões e camionetas nacionais sem blindagem (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 105-106).

Os instrutores da ECEME também previram que os três tipos propostos de brigadas de cavalaria contassem com uma pequena unidade aérea – a esquadrilha de ligação e observação – como a que havia sido empregada pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Cientes das restrições políticas e legais para a utilização de aeronaves pelo Exército após a criação do Ministério da Aeronáutica e da Força

Aérea Brasileira (FAB) em 1941, os autores da proposta sugeriam que essas unidades aéreas pertenceriam à FAB, mas ficariam sob comando operacional do Exército desde tempo de paz, atuando em proveito das brigadas de cavalaria (SANT'ANNA, et al, 1966, p. 106).

A proposta dos instrutores da ECEME para a reorganização das grandes unidades de cavalaria teve repercussão nas páginas de A Defesa Nacional. Na edição de março-abril de 1967, o major Cezar Marques da Rocha publicou o artigo "Considerações Sobre a Nova Organização Para a Cavalaria", tecendo elogios à proposta apresentada pelos instrutores da ECEME na última edição do ano anterior, e apresentando sugestões sobre a produção de uma futura viatura blindada sobre rodas brasileira, exemplificando com diversos modelos estrangeiros (ROCHA, 1967, p. 103-112). Na primeira edição do ano seguinte, o major Rocha voltou ao tema, com o artigo "O Reconhecimento no Exército Brasileiro: Como é, como pode vir a ser". Sua proposta aprofundou a questão da organização e equipamento das unidades de reconhecimento do Exército, especificamente para emprego em operações de guerra irregular contra guerrilheiros. Mais uma vez, Rocha apresentou sugestões a respeito dos futuros veículos levemente blindados a serem produzidos pela indústria nacional para equipar essas unidades (ROCHA, 1968a). Na mesma edição o major Zolá Pozzobom publicou o artigo "Reorganização da Cavalaria Brasileira", no qual ratificou a proposta da ECEME de criação das Brigadas de Cavalaria Blindada e Mecanizada, mas discordou da ideia de manter Brigadas de Cavalaria Hipomóveis, como organizações de transição. No seu entender, a transição da cavalaria a uma estrutura moderna totalmente motorizada já deveria ter ocorrido. Pozzobom usava como argumento as experiências recentes vividas pelos RC hipomóveis em situações de emprego real na crise político-militar de 1961, no movimento civil-militar de 1964, na repressão à guerrilha do coronel Jefferson Cardim no Sul do País em 1965, e em operações de repressão ao contrabando na fronteira sul. Em todos esses casos, os cavalos foram deixados nos quartéis e a tropa foi empregada usando veículos motorizados, mesmo que as unidades tivessem que recorrer a requisições no meio civil (POZZOBOM, 1968). Em julho-agosto de 1968, o major Cezar Marques da Rocha voltou ao tema da reorganização da cavalaria, com o artigo "Considerações Sobre a Cavalaria do Exército Brasileiro", no qual defendia a necessidade de criação de uma unidade de cavalaria aérea (ROCHA, 1968b).

Embora o impulso modernizador que se observava nas páginas de A Defesa Nacional tivesse predominância, também surgiram articulistas que se opunham às reformas modernizadoras. Na edição de setembro-outubro de 1964, o general-de-divisão A. Franco Ferreira, Diretor-Geral de Remonta e Veterinária, publicou o artigo "O Cavalo no Cenário da Guerra Moderna", no qual defendia a manutenção da cavalaria hipomóvel como elemento

capaz de combater em qualquer terreno e de infiltrar-se discretamente no campo de batalha moderno, inclusive no ambiente radioativo de um suposto campo de batalha nuclear (FERREIRA, A. F., 1964). Na primeira edição de 1965, o general Almério de Castro Neves publicou o artigo "A Cavalaria Hipomóvel Brasileira na Época Atual", no qual se posicionava contra a mecanização da cavalaria e expressava sua preferência pela hipomóvel. A principal preocupação do articulista era a dependência da importação de meios motomecanizados e combustíveis. O autor não levava em conta a crescente capacidade do parque industrial brasileiro, preocupava-se com a possível dificuldade de importação de petróleo em caso de guerra, e recomendava manter pelo menos uma parte do Exército "equipada com meios de produção nacional e capaz de operar sem depender de importações" (NEVES, 1965, p. 8). Na última edição de 1966, o artigo "O que se passa com a Artilharia de Mallet?", do coronel Sylvio Octavio do Espírito Santo, propunha a modernização das unidades da arma de artilharia, dotando-as de peças autopropulsadas para acompanhar as unidades blindadas, e mísseis para a artilharia antiaérea, mas, simultaneamente, defendia a manutenção de unidades de artilharia de costa, cujas funções se haviam tornado obsoletas com o desenvolvimento da arma aérea e já haviam sido substituídas em outros países pela ação da força aérea e da marinha. Neste sentido, criticava o fechamento de obsoletos fortes e fortalezas de defesa de costa, argumentando que o Exército não havia fechado muitas outras unidades também obsoletas. Espírito Santo também lamentava o fato de o Exército não dispor de material de artilharia pesada, que havia sido típico do quadro tático estável da Primeira Guerra Mundial, mas muito menos da guerra de movimento baseada em forças móveis blindadas a partir da Segunda (ESPÍRITO SANTO, 1966, p. 163-165). É significativo que estas posições conservadoras sejam representadas por oficiais generais e coronéis, enquanto as propostas de mudança mais significativas tenham partido majoritariamente de oficiais mais jovens – majores e tenentes-coronéis.

Não passa despercebido ao observador mais atento que havia uma aparente incongruência entre as preocupações com a possibilidade de emprego da força em operações contra movimentos insurrecionais e os modelos propostos para a reorganização das unidades e grandes unidades, que eram claramente desenhados para a guerra convencional. Embora a oficialidade do Exército entendesse que a hipótese de emprego mais provável fosse a guerra contrarrevolucionária, como já foi visto no capítulo anterior, as propostas de reorganização das forças terrestres eram moldadas em modelos convencionais, com unidades e grandes unidades blindadas e mecanizadas, pouco aptas à guerra irregular, e cujas missões vislumbradas eram operações contra exércitos regulares. Esta incongruência parece indicar o papel simbólico do Exército, como elemento de demonstração de poder e credibilidade do

Estado. Também indica a necessidade de reconhecimento de que o Exército estava à altura do momento de desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil. Além da busca de credibilidade do Exército em seus aspectos simbólicos, havia entre os militares a crença de que a preparação para a guerra regular era mais complexa do que para guerra irregular e teria prioridade sobre esta. Como expressou o general Leonidas Pires Gonçalves, antigo Ministro do Exército (Apud CAMPOS, 2011, p. 237), "quem pode mais, pode menos". Ou seja, um exército preparado para a guerra convencional estaria preparado para a guerra insurrecional com alguma adaptação, mas o inverso não seria verdadeiro. Assim, "qualquer que seja a guerra, a convencional é a base" (GONÇALVES, Apud CAMPOS 2011, p. 237).

3.2.1.3 A reorganização do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970

À medida que o debate sobre modernização do Exército avançava nas páginas de A Defesa nacional, o Estado-Maior do Exército trabalhava na construção de uma nova doutrina militar brasileira. No período de 1967 a março de 1968, sob a chefia do general Orlando Geisel, o EME dedicou-se a estabelecer "uma nova estrutura divisionária e a adoção de uma Divisão de Infantaria e de uma Brigada de Cavalaria Mecanizada, compatíveis com a realidade nacional" (HISTÓRIA, 1984, p. 178). As brigadas de cavalaria deveriam ser experimentadas no III Exército, sediado no Sul de País. Vê-se que, àquela altura, o EME ainda não aderira à proposta dos instrutores da ECEME de substituição das DI por brigadas, mas trabalhava na busca de um novo modelo divisionário mais adequado ao Exército Brasileiro. Em consequência desse trabalho, em meados de 1968, uma alteração no decreto de organização das forças terrestres e dos órgãos territoriais em tempo de paz, de 1957, reintroduziu o escalão brigada como grande unidade no Exército Brasileiro (BRASIL, 1968d). Uma "Nova Estrutura da Divisão de Infantaria" chegou a ser publicada em outubro de 1969 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1969), mas era uma cópia do modelo norte-americano que excluíra o escalão regimento da cadeia de comando da divisão, subordinando nove BI diretamente ao comando da divisão, juntamente com um BCC e um RC Mec., como peças de manobra. Como no modelo norte-americano, a nova organização previa a existência de três comandos de brigada, aos quais um conjunto de unidades seriam subordinados eventualmente para o cumprimento de missões de combate. Embora tenha sido aprovado e publicado pelo EME, não há evidências de que este modelo tenha sido efetivamente adotado ou mesmo experimentado em manobras.

Também durante a gestão de Orlando Geisel foram criadas as primeiras brigadas que iriam futuramente substituir as divisões como grandes unidades (GU) básicas do Exército. Em julho

de 1968 o Grupamento de Unidades Escola (GUEs),[24] da Vila Militar, GB, foi transformado na 1ª Brigada de Infantaria (1ª Bda. Inf.), enquanto a Infantaria Divisionária da 1ª DI,[25] sediada em Niterói, foi transformada em 2ª Brigada de Infantaria (2ª Bda. Inf.).[26] A 1ª Bda. Inf. foi composta pelas seguintes unidades: Regimento Escola de Infantaria, com dois batalhões de infantaria (BI); 1º RI, também com dois BI; e o 1º Batalhão do 2º RI.[27] A 2ª Bda. Inf., por sua vez, foi integrada apenas pelo 3º RI, com dois BI, e pela 6ª Cia. de Infantaria, subunidade isolada, sediada em Campos, RJ.[28] Este processo não implicou na extinção da 1ª DI, pois àquela altura o EME ainda buscava uma nova organização para as DI, como foi dito acima. Na verdade, ambas as brigadas ficaram subordinadas à 1ª DI, numa situação que remetia à longa cadeia de comando das divisões do começo do século XX, na qual os batalhões formavam regimentos, que eram grupados em brigadas, que se subordinavam a divisões. Isto representava um retrocesso em relação à tendência, que havia surgido antes da Segunda Guerra Mundial, de supressão de um escalão entre a divisão e o batalhão – a maioria dos exércitos havia suprimido o escalão brigada, enquanto outros, o regimento. O pós-Guerra da Coreia havia assistido mesmo a tentativas de supressão simultânea da brigada e do regimento, no caso da experiência "pentômica", na qual a divisão enquadrava diretamente batalhões reforçados, chamados "grupos de batalha". Também cabe observar que as brigada recém-criadas não se caracterizavam como grandes unidades autônomas e funcionais, uma vez que não dispunham de unidades de apoio que permitissem a combinação de armas. Tampouco demonstravam uma estrutura regular, pois a 1ª Bda. Inf. contava com cinco BI, enquanto a 2ª Bda. Inf. tinha apenas dois (com a eventual transformação da 6ª Cia. Inf. em batalhão, poderiam ser três). Deve-se, entretanto, considerar a criação das 1ª e 2ª Bda. Inf. como um arranjo experimental e temporário, enquanto o EME estudava novas opções. Era uma situação intermediária entre a estrutura vigente e a que se desenhava para o futuro.

Naquele ano de 1968, aconteceu a primeira transformação que caracterizava a modernização do Exército. Em outubro, a 3ª DC foi transformada em 3ª Brigada de Cavalaria

[24] O Grupamento de Unidades Escola era um agrupamento de unidades organizadas rigorosamente de acordo com a doutrina corrente, dotadas de todos seus elementos, pessoal e equipamentos, destinadas a servirem de modelo para experimentações doutrinárias e demonstrações táticas para as escolas do Exército, principalmente a EsAO e a ECEME.

[25] Segundo a doutrina adotada no Exército Brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial, as unidades de infantaria das DI eram reunidas sob um grande comando subordinado à DI, chamado "infantaria divisionária" (ID) (BRASIL, 1957a). Este modelo foi extinto com a reorganização do Exército do início da década de 1970, quando as ID foram transformadas em brigadas.

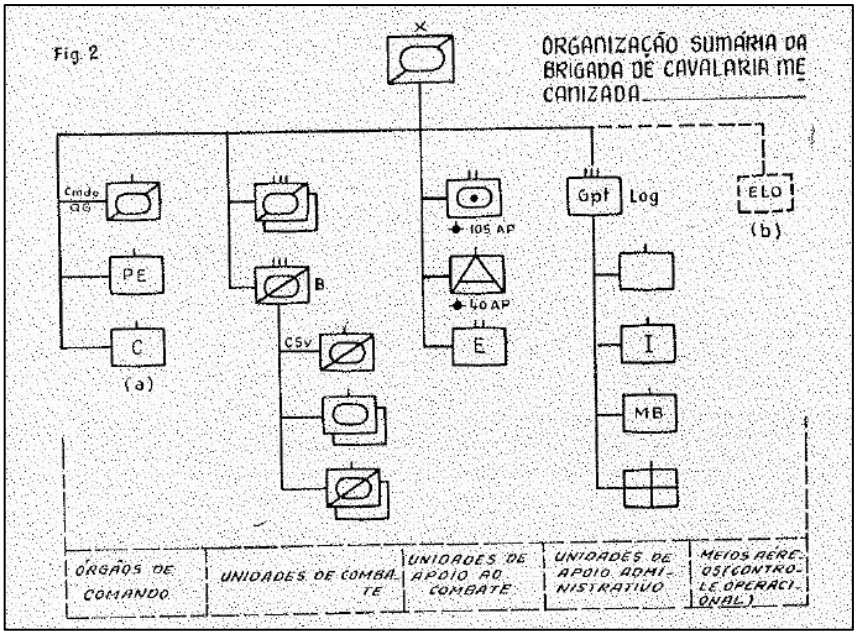
[26] Decreto nº 62.949, de 05 Jul 1968. Transforma e cria Organizações Militares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Ano CVI, No. 137, quinta-feira, 18 de julho de 1968. Seção I — Parte I. p. 6.073.

[27] Desde 1962, o REsI e o 1º RI estavam organizados com dois batalhões. O 2º RI, por sua vez, havia sido reduzido a apenas um batalhão em 1949 (Cf. BRE, no. 11-C, de 27/11/1970, p. 18-19).

[28] O 3º RI estava organizado com dois batalhões desde 1949 (Cf. BRE, no. 11-C, de 27/11/1970, p. 18).

Mecanizada (3ª Bda. C. Mec.),[29] organizada nos moldes que haviam sido propostos pelos instrutores da ECEME em seu artigo de dois anos antes. Conforme a proposta, a nova brigada foi organizada com dois regimentos de cavalaria mecanizados (RC Mec.), um regimento de cavalaria blindado (RCB), um grupo de artilharia de campanha (GAC), um batalhão de engenharia de combate (BE Cmb.) e um grupamento logístico (Gpt. Log.), que enquadrava uma Cia. de material bélico (Cia. MB) e outra de intendência (Cia. Int.) (figura 32). No processo de transformação, o 3º Rgt. Rec. Mec. mudou a denominação para 3º RC Mec., o 14º RC (hipomóvel) foi transformado em 14º RC Mec., o 9º RC (hipomóvel), em 9º RCB e o 3º Regimento de Artilharia 75 a Cavalo, em 25º GAC. O 6º BE Cmb. foi transferido de Porto Alegre para São Gabriel, RS, passando a integrar a 3ª Bda. C. Mec. Também foi criado o Grupamento Logístico da 3º Bda. C. Mec., com sede em Bagé, RS, que enquadrava a 3ª Cia. MB, anteriormente 3ª Cia. Média de Manutenção, e a recém-criada 3ª Cia. Int. Para o remanejamento de pessoal e equipamentos, foram extintos o 3º e o 6º Esquadrões de Reconhecimento Mecanizado, o 3º Regimento de Cavalaria Motorizado e o 12º RC (hipomóvel), além do pelotão de veterinária da antiga 3ª DC, por se haver tornado desnecessário.

Figura 32 – Organização da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, quando de sua criação em 1968.

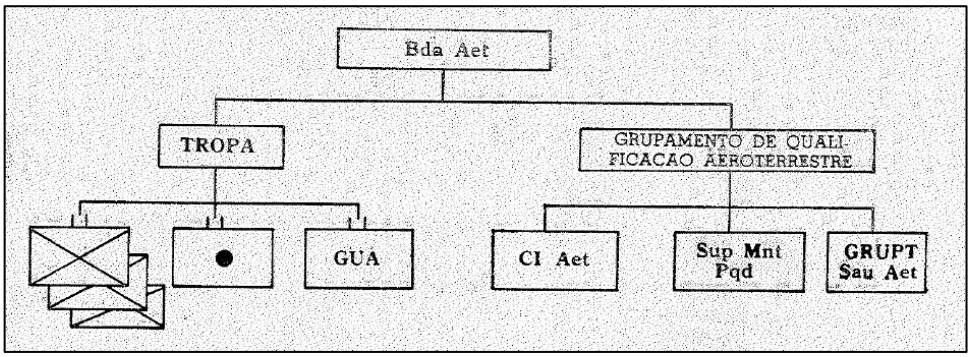


Fonte: Alencar, 1968, p. 91.

[29] Decreto nº 63.510, de 31 Out 1968. Extingue, transforma, muda a denominação, cria e transfere de sede Organizações Militares do Exército e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, 01/11/1968, p. 9.564.

Em novembro seguinte, o Núcleo da Divisão Aeroterrestre, aquartelado na Vila Militar, GB, foi transformado em Brigada Aeroterrestre (Bda. Aet.).[30] Nesse processo, seu único regimento de infantaria aeroterrestre (RI Aet.), que tinha apenas um BI, foi transformado em 1º Batalhão de Infantaria Aeroterrestre (1º BI Aet.). Para completar a brigada, foram criados mais dois BI Aet.[31] Além das três peças de manobra, a Bda Aet contava com o 1º Grupo de Artilharia Aeroterrestre (1º GA Ate.) – por renomeação do Grupo de Obuses 105 Aeroterrestre –, um grupamento de unidades de apoio aeroterrestre (GUA Aet.) e um grupamento de saúde aeroterrestre (figura 33). O GUA Aet. era uma unidade de nível de batalhão que reunia sob o mesmo comando todos os elementos de nível de subunidade da brigada, fossem de apoio ao combate ou logístico, bem como elementos tipicamente aeroterrestres, como o destacamento precursor e o destacamento de forças especiais, além da banda de música (ARAÚJO, 1969).

Figura 33 – Organização da Brigada Aeroterrestre, quando de sua criação em 1968.



Fonte: Araújo, 1969, p. 116.

Assim como a recém-criada 3ª Bda. C. Mec., a nova Bda. Aet. era uma grande unidade funcional e com capacidade autônoma, contando com unidades de manobra, de apoio ao combate – artilharia, engenharia, e comunicações – e de apoio logístico, bem como elementos especializados para a realização de operações aeroterrestres e operações especiais. A novidade de sua organização foi a reunião de elementos completamente díspares sob um mesmo comando – o GUA Aet. Mas, como já foi discutido acima, em 1968 o EME ainda não havia concluído seus estudos sobre a reorganização do Exército, admitindo estruturas experimentais. Em 1972, a Cia. de Engenharia Aeroterrestre e o Núcleo da Cia. de Comunicações Aeroterrestre foram separadas do GUA Aet. e renomeados, respectivamente, como 1ª Cia. de Engenharia Paraquedista e 20ª Cia. de Comunicações Paraquedista. O GUA

[30] Decreto No. 63.573, de 07 Nov 1968. Transforma, cria e muda a denominação de Organizações Militares e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, 08/11/1968, p. 9.770.

[31] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971 (BRE No. 11, de 30 Nov 1971). Em 1971, a Bda. Aet. seria renomeada Bda. Paraquedista, e seus BI passariam a ser chamados BI paraquedistas.

Aet., por sua vez, expurgado dos elementos de apoio ao combate e de outros elementos puramente aeroterrestres e administrativos, foi transformado em 20º Batalhão Logístico Paraquedista (20º B. Log. Pqdt.).[32]

Antes do final do ano de 1968, o Exército também criou a 3ª Brigada de Infantaria, que teria seu QG em Brasília, e suas unidades desdobradas no Distrito Federal e no seu entorno estratégico. As unidades que passavam a integrar a nova brigada eram o 6º BC, de Ipameri, GO; o 10º BC, de Goiânia, GO; o 36º BI, recém-criado em Uberlândia, MG, com efetivos do 6º BC; o Batalhão da Guarda Presidencial; e o Batalhão de Polícia do Exército de Brasília, os dois últimos aquartelados no Distrito Federal.[33] Como no caso das 1ª e 2ª Bda. Inf. criadas no Rio de Janeiro, a 3ª Bda. Inf. não era uma grande unidade funcional, mas um arranjo que reunia sob o mesmo comando um conjunto de unidades díspares, todas envolvidas na segurança da sede do governo federal.

O novo Chefe do EME, general Antônio Carlos Muricy – gestão entre abril de 1969 e dezembro de 1970 –, levou para aquele órgão de direção geral do Exército um grupo de oficiais da ECEME que já vinham trabalhando no desenvolvimento doutrinário. Estes oficiais elaboraram um esboço de doutrina de emprego da Força Terrestre e uma proposta de reorganização da Força à base de brigadas como as grandes unidades. As brigadas, por sua vez, integrariam divisões, agora não mais de infantaria ou cavalaria, mas simplesmente "divisões de exército" (DE) (HISTÓRIA, 1984, p. 184). De acordo com esta concepção, as "brigadas" seriam as grandes unidades básicas de combinação de armas, capazes de atuar de forma independente, enquanto as "divisões de exército" atuariam como grandes comandos de coordenação de operações, enquadrando um número variável de brigadas, não necessariamente idênticas (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [1972?]).

Neste período, um grupo de trabalho do EME elaborou um documento central para o processo de modernização do Exército e sua reestruturação: as "Bases Para a Doutrina Militar das Forças Terrestres - Diretrizes e Planos Para a Organização, Equipamento, Instrução e Emprego do Exército", enviado aos diversos departamentos e comandos de área em abril de 1970 (HISTÓRIA, 1984, p. 184, 284).[34] Em novembro daquele ano, o EME submeteu ao

[32] Portaria Reservada nº 041, de 07 Nov 1972 (BRE no. 11, de 30 Nov 1972).

[33] Decreto Nº 63.846, de 18 Dez 1968. Cria a 3ª Brigada de Infantaria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 18/12/1968, p. 10.919.

[34] Lamentavelmente, nenhum exemplar desse documento sobreviveu. Como era um documento classificado como "ultrassecreto", seguindo as normas vigentes na época, todas suas cópias foram destruídas quando o documento se tornou ultrapassado. O pesquisador encontrou inúmeros "termos de destruição" de suas cópias, que foram publicados nos Boletins Reservados do EME, disponíveis no arquivo da 1ª Seção do Gabinete do EME (SG-1).

Ministro do Exército o recém elaborado "Plano Diretor de Organização do Exército", documento que balizaria as transformações doutrinárias do Exército ao longo da década que se iniciava (SILVA, F. A. V., 2013, p. 81-95).[35]

O Plano Diretor de Organização do Exército de 1970 (PDOE-70) era um documento de 290 páginas, organizado em sete partes. A Parte I – Introdução – estabelecia como objetivo do documento "proporcionar ao Comando do Exército os elementos de decisão para o estabelecimento do Plano Diretor de Organização das Forças Terrestres" (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 82).

A Parte II – Concepção do Plano – foi desdobrada em fatores do problema e concepção propriamente dita. Dentre os fatores do problema, foram considerados: a missão; as hipóteses de guerra então consideradas; os fatores adversos; as fases do planejamento e os prazos; as condicionantes impostas ao planejamento e os meios disponíveis para a 1ª fase. Em relação ao primeiro aspecto, foi definido que a missão atribuída ao EME era dotar o Exército de maior operacionalidade, "ficando em melhores condições de cumprir sua destinação constitucional". O objetivo geral do PDOE-70 era a reorganização do Exército, a fim de "racionalizar sua estrutura administrativa e operacional, buscando a plena eficiência no desempenho da atividade fim da Instituição (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 83, grifado no documento original). Quanto ao segundo aspecto, foram levantadas duas hipóteses de guerra (HG): a HG ALFA – era a de uma guerra revolucionária na América Latina, e tinha as variantes 1 (no território nacional), 2 (fora do território nacional), neste caso, o Exército Brasileiro sendo empregado como parte de uma força internacional sob a égide da OEA e 3 (combinação das variantes 1 e 2, com ameaça ao território brasileiro), neste caso, com a previsão de atuar ofensivamente em território estrangeiro, no caso de agressão ou ameaça de agressão ao território nacional. A HG BETA era a de uma guerra entre os blocos Ocidental e Comunista, com a previsão de participação brasileira com o valor máximo de até um corpo de exército em operações no ultramar. O PDOE-70 também considerava a hipótese de participação de forças brasileiras em missões de manutenção da paz, da segurança mundial e do continente americano, com efetivos que poderiam variar de um batalhão a uma brigada (apud SILVA, F.

[35] Da mesma forma como no caso anterior, nenhum exemplar do Plano Diretor de Organização do Exército de 1970 sobreviveu. Em 2012, quando pesquisava sobre o processo de transformação em andamento no Exército Brasileiro, como aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o major Fernando Augusto Valentini da Silva teve acesso a uma fotocópia do Plano Diretor de Organização do Exército de 1970, usando-o em sua dissertação de mestrado. Posteriormente, o documento foi eliminado, por ser uma cópia não autorizada de documento sigiloso. Provavelmente, era a última cópia existente, pois em pesquisa no EME, que o produziu, não foi possível ao autor desta pesquisa encontrar o original ou qualquer cópia do documento. A dissertação do major Valentini ficou como o registro mais minucioso do Plano Diretor de Organização do Exército de 1970, de cujo texto original, fez um resumo de seis páginas (SILVA, F. A. V., 2013).

A. V., 2013, p. 84). Em relação ao aspecto "fatores adversos", foram arrolados: a "macrocefalia" dos órgãos de direção, em detrimento da tropa; a articulação incompatível com a "política de presença"; a baixa operacionalidade das grandes unidades e unidades (efetivos reduzidos, deficiência de equipamentos, dispersão espacial exagerada de unidades orgânicas das grandes unidades, carência de munições, combustíveis e suprimentos de manutenção e engajamento permanente das unidades em atividades afetas à segurança interna); o apoio logístico inadequado e insuficiente no escalão grande unidade; o desequilíbrio orçamentário, evidenciado pela preponderância excessiva de verbas de pessoal (87%) sobre as de custeio e investimentos (13%), com os efeitos deletérios sobre equipamento, apoio logístico, adestramento e vida administrativa; e a desmotivação dos quadros, decorrente da baixa operacionalidade das unidades e dos desvios de funções (emprego em operações de segurança interna) (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 86). No que diz respeito às fases do planejamento e prazos, ficavam estabelecidas duas fases: a 1ª fase (1970-1973) seria a de implantação dos objetivos, condicionantes, metas e reaparelhamento previstos; a 2ª fase (1974-1980) seria a fase de expansão, quando se visualizava algum "aumento substancial dos recursos à disposição do Exército", que permitiriam a construção de novos aquartelamentos, criação de novas unidades e aumento de efetivos (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 86).

Em relação ao aspecto "concepção" propriamente dita, a Parte II do PDOE-70 estabeleceu algumas ideias básicas que norteavam a concepção do Plano, sendo a principal delas a criação de três escalões de forças, segundo sua função no conjunto do dispositivo militar. O "escalão de cobertura e vigilância estratégica" estaria voltado para as áreas de fronteira; o "de defesa territorial" ficaria a cargo da defesa territorial em tempo de guerra e das atividades de segurança interna desde tempo de paz; e o "escalão operacional" deveria manter-se em permanente estado de prontidão, para ser empregado em qualquer situação de guerra – irregular ou convencional – em sua área ou fora dela, e mesmo fora do país (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 87).

A III Parte – Estrutura das Forças Terrestres – estabelecia os efetivos, organogramas e estruturas dos diversos exércitos e comandos militares de área, bem como as organizações a serem adotadas para as novas divisões de exército (DE) e brigadas (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 90).

A Parte IV – Organização e Articulação das Forças Terrestres – apresentava com maiores detalhes a organização dos diversos escalões especificados na Parte III, definindo os tipos de brigadas a serem criadas (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 92). Como elementos de combate, o

PDOE-70 previa a possibilidade de equipar as seguintes grandes unidades (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 86-87): de oito a nove brigadas de infantaria; uma brigada aeroterrestre; duas brigadas de infantaria blindada; duas brigadas de cavalaria mecanizada; uma brigada de cavalaria (hipomóvel); e duas brigadas blindadas. Além dessas brigadas, o Plano previa a criação de diversos outros comandos e unidades, dentre as quais dois Batalhões de Infantaria de Selva, ainda sem a ideia de subordiná-los a brigadas especializadas no combate em selva (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 86-87).

Cabe observar que a Parte IV do PDOE-70 propunha a recriação da aviação do Exército, que havia sido extinta em 1941, quando da criação do Ministério da Aeronáutica e da FAB. A proposta incluía a criação das seguintes organizações: esquadrilhas de aviação leve, à razão de uma por exército ou comando militar de área; um esquadrão de helicópteros para cada uma das Bda. C. Mec. a serem criadas; dois esquadrões de helicópteros para a realização de operações aeromóveis, sediados no Rio de Janeiro e Brasília; e uma seção de aviação leve para cada DE, brigada e grupamento de engenharia. O PDOE-70 também apresentava sugestões das aeronaves desejáveis para cada unidade aérea. Para as esquadrilhas de aviação leve dos exércitos e comandos militares de área, sugeria aeronaves de transporte C-99 Bandeirante, pequenos aviões de observação e ligação Neiva Regente, ambos produzidos pela indústria nacional, e helicópteros de emprego geral UH-1D, de fabricação norte-americana. Para os esquadrões das Bda. C. Mec., a sugestão eram os helicópteros leves de observação OH-6A, produzidos nos EUA, e os helicópteros UH-1D, de emprego geral. Estes últimos também eram a sugestão para os esquadrões destinados a operações aeromóveis (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 92). Deve-se observar que a aviação do Exército só viria a ser efetivamente recriada em 1986, durante a gestão do general Leonidas Pires Gonçalves no Ministério do Exército. A estrutura então adotada foi bastante diferente da que havia sido proposta pelo PDOE-70. A nova Aviação do Exército foi concebida como uma unidade centralizada, e que administrava e operava todas as aeronaves da Força, todas de asas rotativas (MAIA, 2014). Até 2017, o Exército Brasileiro não operava aviões de asas fixas.

A Parte V – Numeração e designação das Grandes Unidades e Unidades – trazia uma proposta de "Normas para numeração e designação das unidades das armas e dos serviços do Exército". Esta proposta previa a numeração das novas unidades e grandes unidades e a renumeração das já existentes. Esta parte do PDOE-70 não chegou a ser implantada no processo de reestruturação que decorreu de sua execução (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 93).

A Parte VI – Resumo cronológico das atividades necessárias à reorganização do Exército – trazia um cronograma das atividades a serem desenvolvidas durante a 1ª fase de execução do PDOE-70 (1971-1973) (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 94). A Parte VII era constituída por um conjunto de anexos que incluíam: os organogramas dos grandes comandos e grandes unidades; as previsões de efetivos para a Força; os quadros de organização de pessoal e de dotação de material das diversas unidades; e um plano de distribuição do material, subdividido em: blindados adquiridos no exterior, aquisição e recuperação de material blindado no Brasil e material de artilharia, tudo em consonância com a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército e a Parte II do Plano (apud SILVA, F. A. V., 2013, p. 94-95).

O PDOE-70 deu ensejo à completa reorganização do Exército Brasileiro, que teve início em 1971. Este processo resultou na criação de novos tipos de unidades e grandes unidades, algumas delas tipicamente brasileiras, como os Regimentos de Cavalaria Blindados, os Batalhões de Infantaria de Selva e as Brigadas de Cavalaria Mecanizadas. Também implicou na adoção de uma nova estrutura organizacional das unidades de infantaria e artilharia, com a extinção dos regimentos e sua substituição por batalhões e grupos, e na extinção dos três batalhões de carros de combate leves (BCCL) então existentes. Os BCCL eram considerados unidades de infantaria, dentro de um antigo conceito francês do emprego de carros de combate como elemento de acompanhamento da infantaria. Em 1970 isto não fazia qualquer sentido. Os mais de uma centena de carros de combate leves M3 e M3A1 Stuart dos BCCL extintos foram empregados para equipar as unidades das novas Bda. C. Mec. (HIGUSHI; BASTOS JR.; BACCHI, 2015).

Na nova organização do Exército, as grandes unidades (GU) eram brigadas de infantaria e de cavalaria. No processo de reorganização, as DC foram transformadas em Brigadas de Cavalaria Mecanizadas, enquanto as DI foram transformadas em DE, como grande comando de coordenação do emprego das brigadas. As brigadas de infantaria foram organizadas pela transformação das antigas infantarias divisionárias das DI ou foram criadas como organizações novas. As DE tinha uma "base divisionária" padronizada, mas não tinha constituição fixa, como tinham as brigadas de acordo com sua natureza. A "base divisionária" era constituída de uma artilharia divisionária (AD),[36] que enquadrava as unidades de artilharia que atuavam em proveito de toda a divisão, um RC Mec., que proporcionava ações de reconhecimento e segurança, um batalhão de engenharia de combate (BE Cmb.), um batalhão

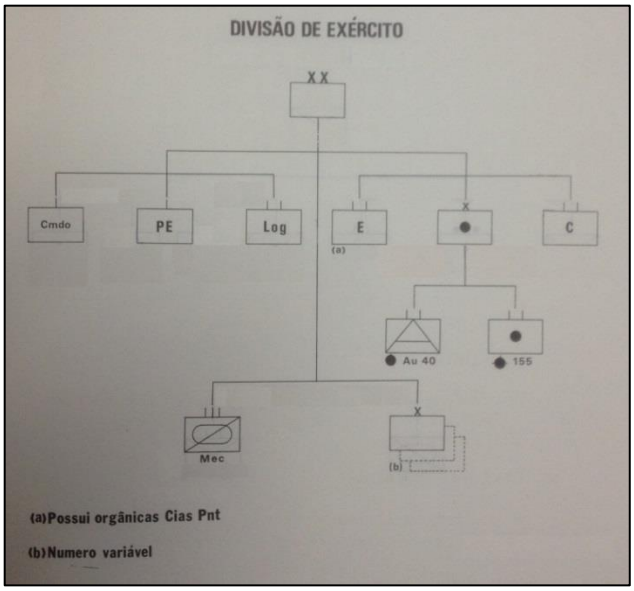
[36] Segundo doutrina do Exército Brasileiro, as unidades de artilharia pertencentes diretamente às divisões eram reunidas sob um grande comando chamado "artilharia divisionária" (AD). As AD eram numeradas segundo o número da divisão da qual faziam parte. Assim a AD da 1ª DE era designada como AD/1, e assim por diante.

de comunicações divisionário (B. Com. Div.), um B. Log., uma Cia. PE e uma Cia. de Comando (figura 34).

Segundo essa concepção, a DE não constituía elo na cadeia logística que atendia as brigadas que lhe eram eventualmente subordinadas. O B. Log. da divisão proporcionava apoio logístico apenas às unidades que constituíam a base divisionária, mas não às brigadas reunidas sob o comando da divisão, cujas necessidades de suprimento e manutenção poderiam ser completamente diferentes, como no caso de brigadas de infantaria a pé e brigadas blindadas. O apoio logístico às brigadas era proporcionado pelos seus próprios B. Log. Este era um conceito diferente de todas as demais unidades da base divisionária, que eram concebidas e organizadas para apoiar a DE como um todo e as brigadas que lhe fossem atribuídas.

Em relação ao apoio de fogo, a AD fora concebida para prover fogos ao comando da divisão e reforçar os fogos da artilharia orgânica das brigadas. Para tanto, a AD contava com um grupo de artilharia de campanha (GAC) de 155 mm e um grupo de artilharia antiaérea (GAAAé).

Figura 34 – Organização da Divisão de Exército.



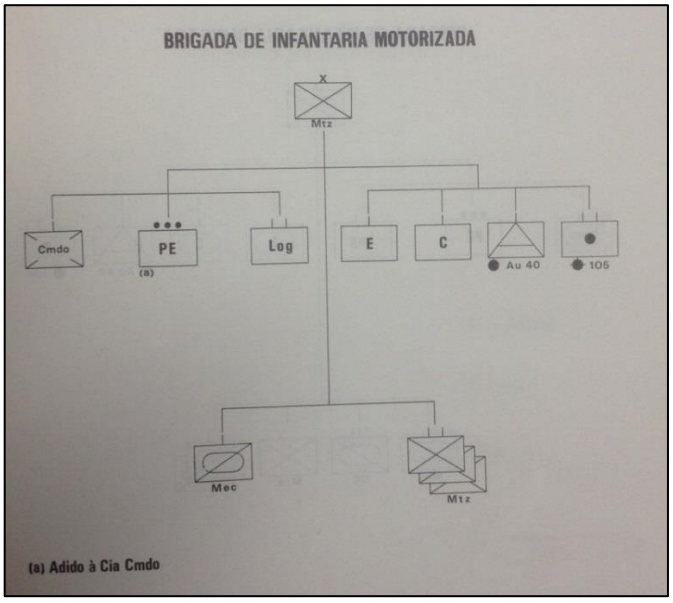
Fonte: Ministério do Exército, [1972?].

A concepção inicial da reorganização do Exército pode ser encontrada no folheto **Conceitos Sobre Termos e Expressões Para Uso do Exército Brasileiro (**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [1972?]), publicado pelo Estado-Maior do Exército durante a chefia do general-de-exército Breno Borges Fortes (maio de 1972 a dezembro de 1973). De acordo com esta fonte, o Exército criara quatro tipos de brigadas de infantaria e dois de cavalaria. As novas GU de infantaria eram a Brigada de Infantaria (Bda. Inf.), a Brigada de Infantaria Motorizada (Bda. Inf. Mtz.), a Brigada de Infantaria Blindada (Bda. Inf. Bld.) e a Brigada

Paraquedista (Bda. Pqdt.). As de cavalaria eram a Brigada de Cavalaria Mecanizada e a Brigada de Cavalaria Blindada (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [1972?]).

As Bda. Inf. e Bda Inf. Mtz. tinham igual constituição (figura 35). Sua única diferença era que os batalhões de infantaria motorizados (BI Mtz.), integrantes das Bda. Inf Mtz. eram integralmente motorizados, enquanto os BI das Bda. Inf. dependiam de reforço de viaturas para o transporte de sua tropa. Esta diferença implicava apenas no movimento das unidades de infantaria para as aéreas onde seriam empregadas, mas não na forma de combater, pois tanto os BI como os BI Mtz combatiam a pé. Ambos os tipos de GU tinham três BI (ou BI Mtz.) como unidades de manobra; um Esqd. C. Mec. como elemento de reconhecimento e segurança; um GAC de calibre 105 mm para prover apoio de fogo às unidades de manobra; uma bateria de artilharia antiaérea (Bia. AAAé.), para a defesa contra aviões; uma Cia. E. Cmb., para apoiar o movimento das unidades da brigada e obstar o movimento do inimigo; uma Cia. de Comunicações, para proporcionar capacidade de comando e controle ao comando da brigada; e um B Log., encarregado de prover apoio de suprimento, transporte, manutenção e atendimento médico às unidades da brigada. Também contava com uma Cia. de Comando, para mobiliar e operar o QG da brigada, e um pelotão de PE, para efetuar o controle de trânsito na zona de ação atribuída à brigada e realizar a escolta de prisioneiros de guerra (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1973b).

Figura 35 – Organização da Brigada de Infantaria e da Brigada de Infantaria Motorizada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.

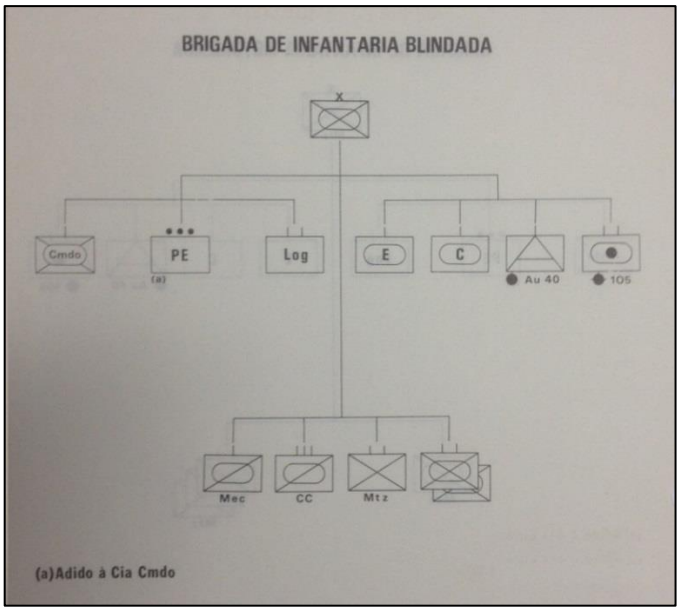


Fonte: Ministério do Exército, [1972?].

As Bda. Inf. Bld. contavam com quatro unidades de manobra, mas de naturezas diferentes, o que lhes proporcionava grande flexibilidade – eram dois BIB, um RCC e um BI Mtz. em

cada brigada (figura 36). De acordo com esta concepção, as unidades blindadas – RCC e BIB – conduziriam as principais ações da brigada – preferentemente ofensivas – enquanto caberia ao BI Mtz. a eliminação de focos de resistência inimiga, liberando as unidades blindadas para as ações que exigissem maior mobilidade, proteção blindada e ação de choque. Os demais elementos da brigada eram os mesmos das Bda. Inf./Bda. Inf. Mtz., com a diferença de que o grupo de artilharia deveria ser autopropulsado, tendo as bocas de fogo instaladas sobre viaturas blindadas capazes de transitar em qualquer terreno e de acompanhar as unidades de carros de combate e de infantaria blindada (figura 37). Com a mesma finalidade, a Cia. de engenharia de combate e a Cia. de comunicações também eram dotadas de viaturas blindadas (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1973b).

Figura 36 – Organização da Brigada de Infantaria Blindada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.



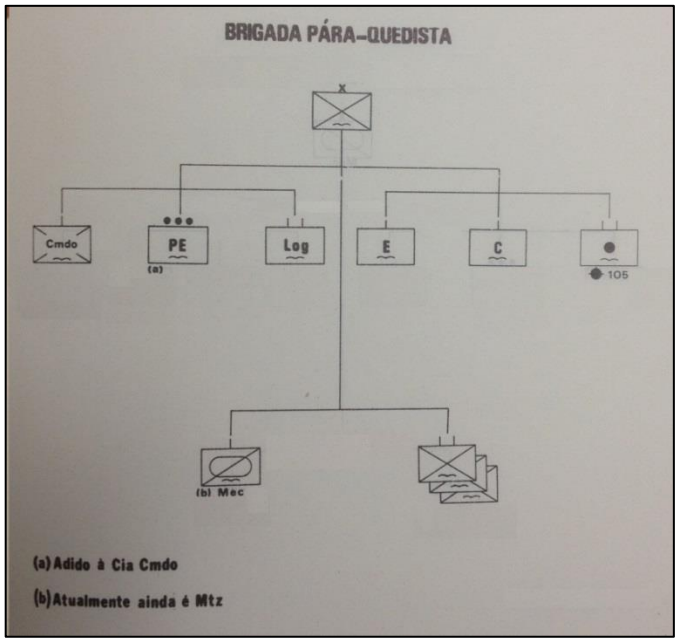
Fonte: Ministério do Exército, [1972?].

Figura 37 – Obuseiro M-108 autopropulsado de 105 mm, de fabricação norte-americana, adquirido pelo Exército Brasileiro para equipar os Grupos de Artilharia de Campanha Autopropulsados das suas Brigadas Blindadas.

Fonte: Ferreira, 2008.

A Brigada Paraquedista tinha uma estrutura bastante similar à das Bda. Inf. e Bda. Inf. Mtz., com a diferença de que não contava com a bateria de artilharia antiaérea, uma vez que o lançamento de uma operação aeroterrestre pressupunha uma expressiva superioridade aérea. Sua principal especificidade era a de que todas as unidades eram paraquedistas, embora certos equipamentos e viaturas mais pesadas não pudessem ser lançados de paraquedas e dependessem da conquista de um aeródromo na área de objetivos, a fim de que esses equipamentos fossem aerotransportados e desembarcados no solo (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1973b). Seu Esqd. de cavalaria tampouco seria inicialmente dotado de viaturas blindadas, devendo contar com viaturas leves tipo jipes e motocicletas. A observação (b) do organograma publicado pelo EME (figura 38) – "Atualmente ainda é Mtz" – dá a entender que a subunidade seria mecanizada no futuro. O fato é que o Esdq. C. Pqdt. demorou a ser implantado. Esta subunidade só viria a ser criada em 1981 e, desde então nunca contou com viaturas blindadas (MENEZES, R., 2016).

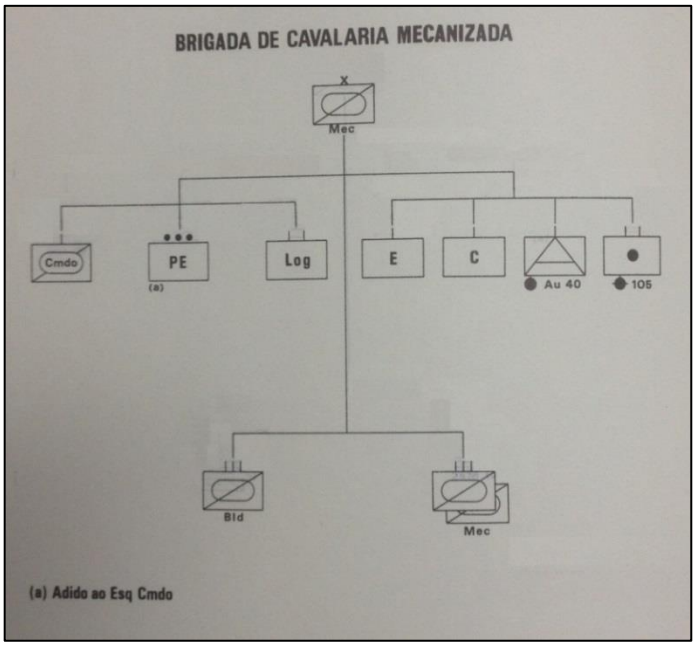
Figura 38 – Organização da Brigada Paraquedista, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.



Fonte: Ministério do Exército, [1972?].

A organização adotada pelo EME para as Brigadas de Cavalaria Mecanizadas seguiu em linhas gerais a proposta dos instrutores da ECEME de 1966 (SANT'ANNA, et al., 1966, p. 101). Contava com três unidades de manobra, sendo dois RC Mec., cada um com três esquadrões dotados de veículos leves, ligeiramente blindados e majoritariamente sobre rodas, e um RCB, organizado com dois esquadrões de carros de combate e dois esquadrões de fuzileiros blindados – basicamente, tropas de infantaria embarcadas em viaturas blindadas de transporte de pessoal (figura 39). Os quatro esquadrões de manobra do RCB eram dotados de viaturas sobre lagartas, o que proporcionava à unidade grande mobilidade através do campo. Os RC Mec., com muitas viaturas sobre rodas, eram mais dependentes de estradas, e estariam encarregados de realizar missões de reconhecimento e segurança em largas frentes, empregando seus esquadrões de forma bastante descentralizada. O RCB, por sua vez, teria a função de prover a brigada com capacidade de realizar ações ofensivas locais, com grande poder de fogo, mobilidade e proteção blindada (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1973d).

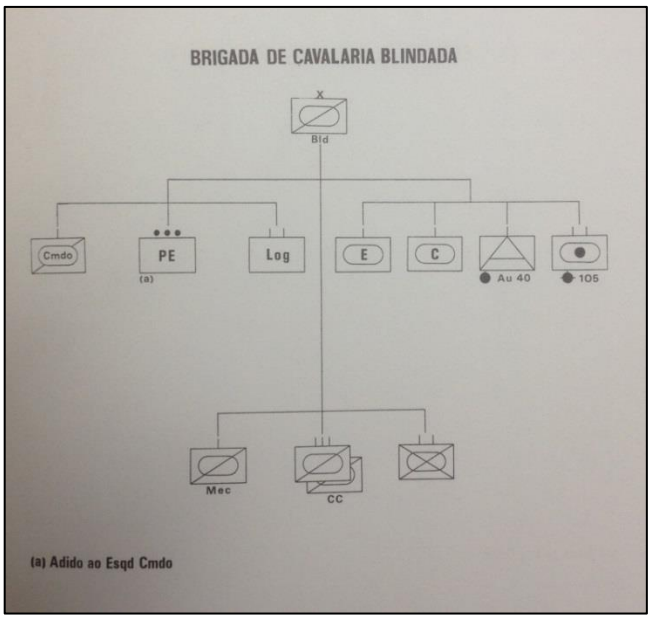
Figura 39 – Organização da Brigada de Cavalaria Mecanizada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.



Fonte: Ministério do Exército, [1972?].

A Brigada de Cavalaria Blindada tinha uma estrutura bastante parecida à das Bda. Inf. Bld., com duas diferenças principais. A primeira era a proporção de carros de combate em relação à infantaria blindada. A Bda. Inf. Bld. tinha dois BIB e um RCC, enquanto na Bda. C. Bld. a proporção era invertida: dois RCC e um BIB. A segunda diferença era que a Bda. C. Bld. Não contava com um BI Mtz (figura 40) (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1973e).

Figura 40 – Organização da Brigada de Cavalaria Blindada, segundo a concepção inicial adotada pelo EME.



Fonte: Ministério do Exército, [1972?].

Estabelecido um novo modelo de organização, a partir de 1971 o Exército Brasileiro deu início ao efetivo processo de reestruturação. Entre novembro daquele ano e dezembro de 1973, o EME publicou as normas legais que deram nova configuração ao Exército Brasileiro. Nesse lapso de dois anos, foram criadas as seguintes grandes unidades:

- 5ª Brigada de Cavalaria Blindada (Rio de Janeiro, GB), por transformação da Divisão Blindada, sendo constituída pelas seguintes unidades: 1º RCC, por transformação do 1º BCC (Rio de Janeiro, GB); 3º RCC, por transformação do 3º BCC (Rio de Janeiro, GB); 24º BIB, por mudança de denominação do 2º BIB (Rio de Janeiro, GB); 1º Esqd. C. Mec. (1º Esquadrão do 15º RC Mec.); 1º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (1º GAC AP) (Vila Militar, GB); 1ª Cia. Eng. (1ª Cia. do 1º BE Cmb.); 1ª Cia. Com. Bld.; e 1º B. Log., por transformação do Batalhão de Manutenção da DB (Rio de Janeiro, GB).[37]
- 5ª Brigada de Infantaria Blindada (Ponta Grossa, PR), por transformação da Infantaria Divisionária da 5ª DI, sendo constituída pelas seguintes unidades: 13º BIB, por transformação do 13º BI (Ponta Grossa, PR); 20º BIB, por transformação do 1º Batalhão do 20º RI (Curitiba, PR); 5º RCC, por transformação do 1º Rgt. Rec. Mec. (Santo Ângelo, RS, e que viria a ser transferido para Rio Negro, PR); 30º BI Mtz., por transformação da 4ª Cia. Inf. (Apucarana, PR); 5º Esqd. C. Mec., por mudança de denominação do 5º Esqd. Rec. Mec. (Castro, PR); 5º GAC AP, por transformação do 2º Grupo do 5º RO 105 (Curitiba, PR); 1ª Cia. Eng. (1ª Cia. do 5º BE Cmb.) (Porto União, SC); 5ª Cia. Com. (Curitiba, PR); e 5º B. Log., por transformação da 5ª Cia. de Intendência (Curitiba, PR).[38]
- 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Santa Maria, RS), por transformação da Infantaria Divisionária da 6ª DI, sendo constituída pelas seguintes unidades: 7º BIB, por transformação do 7º BI (Santa Maria, RS); 29º BIB, por transformação do 3º BCCL (Santa Maria, RS); 8º BI Mtz., por transformação do 1º Batalhão do 8º RI (Santa Cruz do Sul, RS); 4º RCC, por transformação do 2º RCM (Rosário do Sul, RS); 3º GAC AP, por transformação do 1º Grupo de 3º RO 105; 1ª Cia. Eng. (1ª Cia do 3º BE Cmb.); 3ª Cia. Com.; e 4º B. Log., por transformação da 311ª Cia. de Apoio de Material Bélico (Cia. Ap. Mat. Bel.) (Santa Maria, RS).[39]

[37] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 037, de 21 Dez 1971, que determina a constituição inicial da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada.

[38] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 045, de 22 Dez 1971, que determina a constituição inicial da 5ª Brigada de Infantaria Blindada.

[39] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 040, de 22 Dez 1971, que determina a organização inicial da 6ª Brigada de Infantaria Blindada.

- 11ª Brigada de Infantaria Blindada (Campinas, SP), por transformação do QG do Comando de Artilharia de Costa e Antiaérea da 2ª Região Militar, sendo constituída pelas seguintes unidades: 4º BIB, por transformação do 4º RI (Quitaúna, SP); 28º BIB, por transformação do 1º BCCL (Campinas, SP); 37º BI Mtz., por transformação do 4º BC (Lins, SP); 1º/5º RC Mec., por mudança de denominação do 2º Esqd. Rec. Mec. (São Paulo, SP); 2º RCC, por transformação ao 2º BCC (Valença, RJ, a ser transferido para Pirassununga, SP); 2º GAC AP (2º Grupo do 2º RO 105) (Itu, SP); 1ª Cia. Eng. (1ª Cia. do 2º BE Cmb.) (Pindamonhangaba, SP); e 2ª Cia. Com. (Jundiaí, SP).[40]

- 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Uruguaiana, RS), por transformação da 2ª DC, sendo constituída das seguintes unidades: 6º RCB, por transformação do 6º RC (Alegrete, RS); 7º RC Mec., por transformação do 7º RC (Santana do Livramento, RS); 8º RC Mec., por transformação do 8º RC (Uruguaiana, RS); 22º GAC (Uruguaiana, RS); 12º BE Cmb. (Alegrete, RS); e 12ª Cia. Com. (Alegrete, RS).[41]

- 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Bagé, RS), que já havia sido criada em caráter experimental em 1968, e que agora ganhava a seguinte organização: 3º RC Mec. (Bagé, RS); 14º RC Mec. (Dom Pedrito, RS); 9º RCB (São Gabriel, RS); 25º GAC (Bagé, RS); 1ª Cia. Eng. (1ª Cia do 6º BE Cmb.); 13ª Cia. Com.; e 3º B. Log., por transformação do Gpt. Log. da 3ª Bda. C. Mec. (Bagé, RS).[42]

- 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (Pelotas, RS), por transformação da Infantaria Divisionária da 3ª DI, sendo constituída pelas seguintes unidades: 9º BI Mtz., por transformação do 9º BI (Pelotas, RS); 18º BI Mtz., por transformação do 1º Batalhão do 18º RI (Porto Alegre, RS); 33º BI Mtz., por transformação do 33º BI (Jaguarão, RS); 1º Esqd. C. Mec. (1º Esquadrão do 12º RC Mec.); 6º GAC (Rio Grande, RS); 2ª Cia. Eng. (2ª Cia. do 6º BE Cmb.); e 8º B Log, organizado pela reunião da 6ª Cia. Int. e 2ª Cia. Média de Manutenção (Porto Alegre, RS).[43]

- 4ª Brigada de Infantaria (Belo Horizonte, MG), por transformação da Infantaria Divisionária da 4ª DI, sendo constituída pelas seguintes unidades: 11º BI, por mudança de denominação do 1º Batalhão do 11º RI (São João del Rei, MG); 12º RI, que enquadrava o 12º BI, por mudança de denominação do 1º Batalhão do 12º RI (Belo Horizonte, MG), e o 55º BI,

[40] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 038, de 22 Dez 1971, que determina a constituição inicial da 11ª Brigada de Infantaria Blindada.

[41] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 042, de 22 Dez 1971, que determina a organização inicial da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

[42] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 043, de 22 Dez 1971, que determina a constituição inicial da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

[43] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 025, de 24 Jul 1972, que determina a constituição inicial da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada.

por mudança de denominação do 2º Batalhão do 12º RI (Belo Horizonte, MG); 4º GAC, por transformação do 1º Grupo do 4º RO 105 (Juiz de Fora, MG); 4º Esqd. C. Mec., por mudança de denominação do 4º Esqd. Rec. Mec. (Juiz de Fora, MG); 4ª Cia. Com. (Belo Horizonte, MG); 1ª Cia. E. Cmb. (1ª Cia. do 4º BE Cmb.) (Itajubá, MG); e 17º B. Log., por fusão da 4ª Cia. de Intendência (Cia. Int.) com a 4ª Cia. Leve de Manutenção (Cia. L. Mnt.) (Juiz de Fora, MG).[44] Deve-se observar que o arranjo adotado no 12º RI, no qual seus dois batalhões incorporados foram transformados em unidades autônomas – 12º BI e 55º BI –, mas que permaneceram subordinadas ao regimento do qual foram criados, era uma situação de transição até a desativação do 12º RI, que aconteceria em dezembro de 1974.[45] O mesmo processo seria adotado com o 14º RI, quando da organização da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e com os 1º RI e 3º RI, quando a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada e a 2ª Brigada de Infantaria foram reorganizadas, como se verá a seguir.

- 12ª Brigada de Infantaria (Caçapava, SP), por transformação da Infantaria Divisionária da 2ª DI, sendo constituída pelas seguintes unidades: 5º BI, por mudança de denominação do 1º Batalhão do 5º RI (Lorena, SP); 6º BI, por mudança de denominação do 1º Batalhão do 6º RI (Caçapava, SP); 39º BI Mtz. (Quitaúna, SP); e 20º GAC, por mudança de denominação do 1º Grupo do 2º RO 105 – a unidade permaneceria adida ao 2º RO (Itu, SP) e só seria transferido para Barueri, SP, em 1976.[46]

- 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Santiago, RS), por transformação da 1ª DC, sendo constituída pelas seguintes unidades: 1º RC Mec., por transformação do 1º RC (Itaqui, RS); 2º RC Mec., por transformação do 2º RC (São Borja, RS); 4º RCB, por transformação do 3º RC (São Luiz Gonzaga, RS); 19º GAC (Santiago, RS); 11ª Cia. Com.; e 9º B. Log., por transformação do 4º RC e da 1ª Cia. Média de Manutenção (Cia. Me. Mnt.) (Santiago, RS).[47]

- 7ª Brigada de Infantaria Motorizada (Natal, RN), por transformação da Infantaria Divisionária da 7ª DI, sendo constituída pelas seguintes unidades: 15º BI Mtz., por transformação do 1º Batalhão do 15º RI (João Pessoa, PB); 16º BI Mtz., por transformação do 1º Batalhão do 16º RI (Natal, RN); 17º Esqd. C. Mec., por mudança de denominação do 1º Esquadrão do 16º RC Mec. (João Pessoa, PB); 17º GAC, por transformação do 2º Grupo do 7º

[44] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada no 042, de 07 Nov 1972, que determina a organização inicial da 4ª Brigada de Infantaria.

[45] Portaria Reservada nº 085, de 23 Dez 1974, que desativa o 12º RI.

[46] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; Portaria Reservada no 011, de 30 Mar 1973, que determina a organização inicial da 4ª Brigada de Infantaria; e Decreto Nº 78.875, de 30 Nov 1976, que transfere o 20º GAC de Itu, SP, para Barueri, SP.

[47] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 023, de 10 Jul 1973, que determina a organização inicial da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

RO (Natal, RN); 17ª Cia E. Cmb., por mudança de denominação da 1ª Cia. do 7º BE Cmb. (Natal, RN); e 5ª Cia. de Infantaria (Campina Grande, PB).[48]

- 10ª Brigada de Infantaria Motorizada (Recife, PE), que foi criada na ocasião e seria constituída pelas seguintes unidades: 14º RI que enquadrava o 14º BI Mtz., por transformação do 1º Batalhão do 14º RI (Socorro, PE) e o 31º BI Mtz., por transformação do 2º Batalhão do 14º RI (Socorro, PE); 71º BI Mtz., por transformação do 71º BI (Garanhuns, PE); 7º Esqd. C. Mec., por mudança de denominação do 7º Esqd. Rec. Mec. (Recife, PE); 7º GAC, por transformação do 1º Grupo do 7º RO (Olinda, PE); 7ª Cia. Com. (Recife, PE); 16ª Cia. E. Cmb., por mudança de denominação da 2ª Cia. do 7º BE Cmb. (Natal, RN); e 14º B. Log., por fusão da 7ª Cia. Int. com a 7ª Cia. L. Mnt. (Recife, PE).[49]

O primeiro impulso de reestruturação do final de 1971 também deu uma nova organização ao Grupamento de Unidades-Escola (GUEs), que havia sido transformado em 1ª Bda. Inf. em 1968. O novo GUEs foi organizado com o Batalhão Escola de Infantaria (BEsI), por transformação do REsI (Vila Militar, GB), que deixava de fazer parte da 1ª Bda. Inf.; o Regimento Escola de Cavalaria (REsC) (Vila Militar, GB); o Grupo Escola de Artilharia (GEsA) (Vila Militar, GB); e o Batalhão Escola de Material Bélico (BEsMB) (Vila Militar, GB).[50] Um ano depois, o GUEs seria reconstituído com o 57º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola) [57º BI Mtz. (Es)], por mudança de denominação do BEsI em (Vila Militar, GB); o 2º BI Mtz. (Es) por transformação do 1º Batalhão do 2º RI (Vila Militar, GB); o 19º RC (Es), por mudança de denominação do Regimento Escola de Cavalaria (Vila Militar, GB); o 31º GAC (Es), por mudança de denominação do Grupo Escola de Artilharia (Vila Militar, GB); e o 25º B. Log. (Es), por transformação do Batalhão Escola de Material Bélico (Vila Militar, GB).[51] Finalmente, o GUEs seria transformado na 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola),[52] que manteria o mesmo papel de exemplaridade e elemento de demonstrações táticas para as escolas do Exército.

Naquele período também foram cridas as quatro primeiras Divisões de Exército (DE), por transformação das DI de numeração correspondente. A 1ª DE (Vila Militar, GB) foi

[48] Decreto Nº 72.637, de 17 Ago 1973, que modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências; e Portaria Reservada No. 43, de 07 Nov 1973, que determina a organização inicial da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[49] Decreto Nº 72.637, de 17 Ago 1973, que modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências; e Portaria Reservada No. 44, de 07 Nov 1973, que determina a organização inicial da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[50] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 046, de 22 Dez 1971, que dá organização ao Grupamento de Unidades-Escola.

[51] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 038, de 07 Nov 1972, que dá constituição ao Grupamento de Unidades-Escola a partir de 1º de janeiro de 1973.

[52] Decreto nº 72.997, de 24 Out 1973. Muda a denominação de organização Militar e dá outras providências.

organizada com a 1ª Bda. Inf. Mtz. (Rio de Janeiro, GB); 2ª Bda. Inf. (Niterói, RJ); 5ª Bda. C. Bld. (Rio de Janeiro, GB); GUEs (Vila Militar, GB); e AD/1 (Vila Militar, GB).[53] A 2ª DE (São Paulo, SP), enquadrava a 11ª Bda. Inf. Bld. (Campinas, SP); a 12ª Bda. Inf. (Caçapava, SP); e a AD/2.[54] A 3ª DE (Santa Marria, RS), tinha sob seu comando a 6ª Bda. Inf. Bld. (Santa Maria, RS); a 2ª Bda. C. Mec. (Uruguaiana, RS); a AD/3; o 3º BE Cmb. (Cacheira do Sul, RS); e o 1º Batalhão do 17º RI (Cruz Alta, RS).[55] Finalmente, a 6ª DE foi constituída com a 8ª Bda. Inf. Mtz. (Pelotas, RS); a 3ª Bda. C. Mec. (Bagé, RS); a AD/6 (Porto Alegre, RS); o 9º BI (Pelotas, RS) e o 33º BI Mtz. (Jaguarão, RS).[56]

As demais três DI existentes na época eram também regiões militares (RM), numa situação híbrida, na qual grandes unidades operacionais desempenhavam simultaneamente o papel de comandos territoriais e administrativos. Era o caso das 4ª RM/4ª DI, sediada em Juiz de Fora, MG, 5ª RM/5ª DI, com sede em Curitiba, PR, e 7ª RM/7ª DI, sediada no Recife, PE. Deve-se observar que essas três DI estavam estacionadas em áreas distantes das fronteiras e eram consideradas de segunda prioridade em relação às quatro anteriores, que deveriam estar em condições de pronto emprego. Em agosto de 1973 essas últimas DI teriam suas denominações alteradas para DE, permanecendo como comandos de Regiões Militares, respectivamente, 4ª RM/4ª DE, 5ª RM/5ª DE, e 7ª RM/7ª DE.[57] A partir daí, todas as DI haviam sido transformadas em DE.

Deve-se observar que, no intuito de constituir as brigadas de forma mais completa possível, o EME valeu-se do artifício de usar subunidades pertencentes às unidades divisionárias para fazer as vezes das subunidades independentes que faltavam às brigadas – principalmente esquadrões de cavalaria mecanizados, companhias de engenharia, e companhias de comunicações. Esta era uma solução complicada, porque usava o mesmo elemento como integrante de dois escalões, implicando em dupla subordinação e num dilema tático: caso essas subunidades fossem efetivamente sacadas de suas unidades para constituir as brigadas às quais estavam alocados, a base divisionária teria sua capacidade de apoio seriamente comprometida; caso contrário, as brigadas ficariam incompletas e incapazes de funcionar com eficácia. Esta solução de completude ilusória das brigadas recém-criadas foi desfeita em setembro 1974, quando um reajuste na organização das brigadas, suprimiu das

[53] Portaria Reservada nº 035, de 21 Dez 1971.

[54] Portaria Reservada nº 048, de 22 Dez 1971.

[55] Portaria Reservada nº 044, de 22 Dez 1971.

[56] Portarias Reservadas nº 039 e 044, ambas de 22 Dez 1971.

[57] Decreto Nº 72.637, de 17 Ago 1973, que modifica a Organização da Força Terrestre e dá outras providências.

suas organizações iniciais as subunidades de cavalaria, engenharia e comunicações pertencentes às unidades da base divisionária, evitando o esvaziamento destas unidades.[58]

Em novembro de 1972, seria oficializada a nova constituição das Artilharias Divisionárias, agora já expurgadas das unidades de artilharia que haviam sido passadas às novas brigadas. Segundo a nova organização, Artilharia Divisionária da 1ª DE (AD/1) estava constituída pelo 11º GAC, por mudança de denominação do 1º GO 155 (Vila Militar, GB) e o 1º GAAAé, por mudança de denominação do 1º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos de 40 mm (1º G. Can. Au. AAé. 40) (Vila Militar, GB). A Artilharia Divisionária da 2ª DE ficou organizada com o 12º GAC, por mudança de denominação do 2º GO 155 (Jundiaí, SP), e o 2º GAAAé, por mudança de denominação do 2º G. Can. Au. AAé. 40 (São Paulo, SP). A Artilharia Divisionária da 3ª DE estava organizada com o 13º GAC (Cachoeira do Sul, RS) e o 29º GAC (Cruz Alta, RS), unidade de calibre 105 mm que lhe ficou adida, mas carecia de unidade antiaérea. Artilharia Divisionária da 4ª DI também tinha apenas uma unidade, o 14º GAC, por mudança de denominação do 2º Grupo do 4º RO 105 (Pouso Alegre, MG). Deve-se destacar que esta unidade estava dotada com material de calibre 105 mm, que não era o previsto pela nova doutrina para o apoio de fogo no nível da divisão. Da forma semelhante, a AD/5 tinha apenas o 15º GAC, por mudança de denominação do 1º Grupo do 5º RO 105 (Lapa, PR). Finalmente, a Artilharia Divisionária da 6ª DE estava constituída pelo 16º GAC (São Leopoldo, RS) e o 3º GAAAé, por mudança de denominação do 3º G. Can. Au. AAé. 40 (Caxias do Sul, RS).[59] Observa-se aqui um escalonamento de importância entre as AD, que correspondiam, em certa medida, à importância estratégica da divisões das quais faziam parte. As AD/1, AD/2 e AD/6 eram completas, com um GAC de 155 mm e um GAAAé; a AD/3, embora fizesse parte de uma DE estacionada na sensível área de fronteira do Rio Grande do Sul, não contava com artilharia antiaérea, mas seu GAC orgânico era de calibre 155 mm e contava com mais um grupo de 105 mm. As AD/4 e AD/5, integrando divisões de infantaria ainda não transformadas em DE e que tinham simultaneamente o papel de regiões militares, contavam, cada uma, com apenas um GAC de calibre 105 mm, mais adequado ao escalão brigada, segundo a nova doutrina. Finalmente, a 7ª DI, estacionada no Nordeste, não dispunha de artilharia divisionária.

No que diz respeito à artilharia, deve-se registrar a padronização do material e dos calibres da artilharia de campanha. Para a artilharia das brigadas, a opção foram os obuseiros de 105 mm, e para a artilharia divisionária, os de 155 mm, que tinham maior alcance e maior poder

[58] Portaria Reservada nº 061, de 25 Set 1974.

[59] Portaria Reservada nº 036, de 07 Nov 1972, que dá organização à Artilharia Divisionárias das Divisões de Exército.

de destruição, sendo capazes de, efetivamente, cobrir frentes maiores e proporcionar um poder de fogo que as unidades de artilharia das brigadas não eram capazes de prover. Outro aspecto que sofreu mudança foi a denominação das unidades de artilharia, que passou a ser definida pela arma – artilharia – e a natureza específica da unidade – Grupo de Artilharia de Campanha, Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista, Grupo de Artilharia Antiaérea etc. –, e não mais pelo material utilizado, como era o caso de unidades chamadas grupos ou regimentos de obuses ou de canhões, que conviviam com grupos e regimentos de artilharia, sem que ficasse clara qual era a diferença entre eles. A confusão causada por este sistema pode ser exemplificada com o caso da guarnição de São Paulo na década de 1960, onde havia duas unidades chamadas 2º Grupo de Canhões Antiaéreos, sendo um de 90 mm e outro automático de 40 mm – a diferença era apenas o calibre e o tipo dos canhões.

O processo de reestruturação das forças terrestres desencadeado a partir de 1971 também implicou na reorganização das brigadas que haviam sido criadas em 1968 em caráter experimental. A 1ª Brigada de Infantaria Motorizada foi reconstituída com o 1º RI, enquadrando o 1º BI Mtz., por transformação do 1º Batalhão do 1º RI (Vila Militar, GB), e o 21º BI Mtz., por transformação do 2º Batalhão do 1º RI (Vila Militar, GB); o 22º BI Mtz. (antigo 1º BIB) (Barra Mansa, RJ); o 21º GAC, por transformação do 2º Grupo do 1º RO 105 (Rio de Janeiro, GB); o 1º Esqd. C. Mec. (Valença, RJ); a 2ª Cia. Com. (2ª Cia. do 1º B. Com. Div.); e o 19º B. Log. (Rio de Janeiro, GB), por fusão da 1ª Cia. Int. com a 1ª Cia. L. Mnt. e com um pelotão da 1ª Cia. do 1º Batalhão de Saúde.[60] A 2ª Brigada de Infantaria foi reorganizada com: o 3º RI, enquadrando o 3º BI, por mudança de denominação do 1º Batalhão do 3º RI (São Gonçalo, RJ) e o 56º BI, por mudança de denominação do 2º Batalhão do 3º RI (São Gonçalo, RJ); o 38º BI, por transformação do 3º BC (Vila Velha, ES); o 30º GAC, por transformação do 4º G. Can. 90 AAé (Niterói, RJ) e o 2º Esquadrão do 15º RC Mec. (Rio de Janeiro, GB).[61] A 3ª Brigada de Infantaria foi transformada em brigada de infantaria motorizada e reconstituída com: o 36º BI Mtz., por transformação do 36º BI (Uberlândia, MG); o 41º BI Mtz., por transformação do 6º BC (Ipameri, GO); o 42º BI Mtz., por transformação do 10º BC (Goiânia, GO); o 43º BI Mtz. (Cristalina, GO); o 11º Esqd C. Mec., por mudança de denominação do 11º Esqd. Rec. Mec. (Brasília, DF); o 32º GAC, por transformação do 8º GAAAé (Brasília, DF); a 1ª Bia. AAAé, por transformação da 1ª Bia. do 8º GAAAé (Brasília, DF); e o 16º Blog, por transformação da 131ª Cia. Ap. Mat. Bel.

[60] Portaria Reservada nº 044, de 07 Nov 1972, que dá a organização inicial da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[61] Portaria Reservada nº 043, de 07 Nov 1972, que dá a organização inicial da 2ª Brigada de Infantaria.

(Brasília, DF).[62] A Brigada Aeroterrestre, por sua vez, foi transformada em Brigada Paraquedista, com a seguinte constituição: 26º BI Pqdt., por mudança de denominação do 1º BI Aet. (Vila Militar, GB); 27º BI Pqdt., por mudança de denominação do 2º BI Aet. (Vila Militar, GB); 25º BI Pqdt., por mudança de denominação do 3º BI Aet. (Vila Militar, GB); 8º GAC Pqdt., por mudança de denominação do 1º GA Aet. (Vila Militar, GB); e o 20º B. Log. Pqdt., por fusão do Comando do Grupamento de Unidades de Apoio Aeroterrestres com a Cia. Int. Aet., a Cia. de Manutenção de Material Bélico Aeroterrestre e o Núcleo da Cia. de Saúde Aeroterrestre (Vila Militar, GB).[63]

Além das grandes unidades que constituiriam a estrutura básica de combate da força terrestre, o processo de reestruturação desencadeado a partir de 1971 implicou na criação de três grandes comandos territoriais em novembro de 1972: o 1º Grupamento de Fronteira (1º Gpt. Fron.), no Oeste do Rio Grande do Sul, com sede em Santo Ângelo; o 2º Grupamento de Fronteira (2º Gpt. Fron.), no Oeste Paranaense, com sede em Cascavel; e o Grupamento do Leste Catarinense, com sede em Florianópolis. O 1º Gpt. Fron. ficava subordinado ao Comando do III Exército e era constituído pelas seguintes unidades: 61º BI Mtz., por transformação do 2º BCCL (Santo Ângelo, RS), 1º RCM (Santa Rosa, RS) e 27º GAC, por transformação do 7º G. Can. 75 AR (Ijuí, RS).[64] O 2º Gpt. Fron. e o Gpt. do Leste Catarinense ficavam subordinados ao Comando da 5ª RM/5ª DE. O 2º Gpt. Fron. era constituído pelo 1º Batalhão de Fronteira (1º B. Fron.) (Foz do Iguaçu, PR), 5ª Cia. Fron. (Guaíra, PR), 2ª Cia. Inf. (Francisco Beltrão, PR), 1º Esquadrão Independente de Cavalaria (1º Esqd. Ind. Cav.) (Guarapuava, PR), 2º Esqd. Ind. Cav. (Palmas, PR) e 26º GAC, que seria transferido de São Borja, RS para Guarapuava, PR.[65] O Gpt. do Leste Catarinense, por sua vez, foi organizado com o 23º BI, por mudança de denominação do 1º Batalhão do 23º RI (Blumenau, SC), 62º BI, por transformação do 13º BC (Joinville, SC), 63º BI, por transformação do 14º BC (Florianópolis, SC), 3ª Cia. Inf. (Tubarão, SC) e 28º GAC, por transformação do 8º G. Can. 75 AR (Livramento, RS), que seria transferido para São Francisco do Sul, SC, em 1973, e daí para Criciúma, SC, em 1977.[66] Em dezembro de 1980, estes grupamentos territoriais seriam

[62] Decreto Nº 72.637, de 17 Ago 1973, que modifica a organização da Força Terrestre e dá outras providências; Portaria Reservada No. 42, de 07 Nov 1973, que dá a organização inicial da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[63] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 041, 07 Nov 1972, que dá a organização inicial da Brigada Paraquedista.

[64] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 040, de 07 Nov 1972, que dá a constituição do 1º Grupamento de Fronteira.

[65] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; e Portaria Reservada nº 050, de 14 Nov 1972, que dá constituição ao 2º Grupamento de Fronteira.

[66] Decreto Reservado nº 01, de 11 Nov 1971; Portaria Reservada nº 048, de 14 Nov 1972, que dá constituição ao Grupamento do Leste Catarinense; Portaria Reservada No. 55, de 06 Jun 1973, que dá instruções para a

transformados em brigadas de infantaria motorizadas: o 1º Gpt. Fron. seria a 16ª Bda. Inf. Mtz.;[67] o 2º Gpt. Fron. passaria a ser a 15ª Bda. Inf. Mtz.;[68] e o Gpt. do Leste Catarinense seria a 14ª Bda. Inf. Mtz.[69]

Em julho de 1978 foi criada a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada em Cuiabá, MT, sendo constituída pelo 44º BI Mtz. (Cuiabá, MT), 58º BI Mtz. (Aragarças, MT); 66º BI Mtz. (Cáceres, MT); 18º GAC (Rondonópolis, MT) e o 13º B. Log. (Cuiabá, MT).[70]

Finalmente, fechando o ciclo de reestruturação das forças terrestres iniciado em 1971, a 4ª DC, com QG em Campo Grande, MS, foi transformada em 4ª Bda. C. Mec. em dezembro de 1980. A nova brigada era integrada pelo 10º RC (Bela Vista, MS), 11º RC (Ponta Porã, MS), 17º RC (Amambai, MS) e 9º GAC (Nioaque, MS).[71] A 4ª DC era a última divisão de cavalaria do Exército Brasileiro. Sua transformação em brigada mecanizada, entretanto, foi apenas nominal, pois seus regimentos de cavalaria continuariam hipomóveis até serem mecanizados em meados da década de 1980.

A criação de novas unidades e grandes unidades implicava na elaboração de novos quadros de organização (QO) das unidades criadas e reestruturadas. O QO é um documento que explicita a organização de uma organização militar, definindo sua base doutrinária, seu efetivo de pessoal e seus equipamentos. A base doutrinária da unidade determina sua missão, sua mobilidade, possibilidades e estrutura organizacional básica. Os efetivos são definidos por uma série de quadros de pessoal, detalhando todos os militares previstos para ocupar cada função específica de cada subunidade e fração[72] da unidade, em termos de grau hierárquico e qualificações. Isto inclui cada oficial, sargento e demais praças, por especialidade e cargo a ocupar – comandantes de companhias, de pelotões e de frações menores, oficiais de estado-maior e seus auxiliares, motoristas, fuzileiros, atiradores e serventes para cada arma pesada, radioperadores, mecânicos, eletricistas, cozinheiros, médicos, enfermeiros, topógrafos,

---

mudança de sede de organizações militares; e Decreto nº 79.909, de 05 Jul 1977, que transfere sede do 28º GAC de S. Francisco do Sul, SC, para Criciúma, SC.

[67] Decreto nº 85.532, de 16 Dez 1980, que extingue o 1º Grupamento de Fronteira; e Decreto Nº 85.537, de 16 Dez 1980, que Cria a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[68] Decreto nº 85.532, de 16 Dez 1980, que extingue o 2º Grupamento de Fronteira; e Decreto Nº 85.535, de 16 Dez 1980, que Cria a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[69] Decreto nº 85.532, de 16 Dez 1980, que extingue o Grupamento do Leste Catarinense; e Decreto Nº 85.536, de 16 Dez 1980, que Cria a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[70] Decreto Nº 82.045, de 27 Jul 1978, que cria a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada.

[71] Decreto nº 85.541, de 16 Dez 1980, que extingue a 4ª DC; e Decreto Nº 85.542, de 16 Dez 1980, que cria a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.

[72] Fração é um elemento de tropa menor que subunidade. Pode ser do nível de comando de oficiais subalternos – pelotão (ou seção, no caso da arma de artilharia) – ou no nível de comando de sargentos – seções de diversas naturezas e grupo de combate.

escreventes, artífices, etc. Os equipamentos de dotação da unidade são determinados nos quadros de distribuição de material, que incluem desde armamentos, viaturas e equipamentos de comunicações, a barracas, fogões, ferramentas, latrinas etc.

A criação de novos tipos de unidades implicou, para o EME, na elaboração e publicação de dezenas de novos QO, cada um deles sendo a expressão de uma concepção doutrinária completa sobre como cada unidade deve estar organizada em termos de pessoal e material e sobre como deve funcionar em combate e em tempo de paz: como deve funcionar o sistema de comunicações dessa unidade?; em função desta resposta, que pessoal deve compor sua equipe de comunicações?; qual o equipamento necessário para que a equipe faça o sistema funcionar da forma como foi concebido?; que nível hierárquico e qualificações deve ter cada integrante da equipe, a fim de ser capaz de operar os equipamentos e fazer funcionar o sistema? Estes são tipos de questões que balizam a elaboração de um quadro de organização e que devem ser respondidas para cada equipe ou fração elementar da unidade, cada pelotão, cada subunidade, cada equipe técnica, oficina, repartição interna, etc. A percepção da complexidade desse trabalho permite aquilatar o esforço despendido pelo EME à medida que o processo de reorganização das forças terrestres avançava. Como exemplo, o Boletim Reservado no. 01 do EME, de 31 de janeiro de 1972 – ou seja, logo em sequência ao primeiro impulso de reorganização – publicou a remessa de 72 novos QO ao Gabinete do Ministro do Exército. E este esforço se manteve à medida que novas unidades iam sendo criadas ou transformadas ou quando se constatava a necessidade de mudanças e aperfeiçoamento nos QO já aprovados e postos em execução.

3.2.1.4 Alterações do dispositivo militar terrestre

Durante o processo de reestruturação desencadeado a partir de 1971, a relocação de unidades para reajustar o dispositivo militar foi relativamente limitada. O foco estratégico do Exército continuou na Região Sul do País, onde estava concentrada a maioria dos meios e as unidades mais completas e bem equipadas. Apenas algumas poucas unidades foram transferidas de sede, com a finalidade de comporem as grandes unidades que estavam sendo criadas. Da mesma forma, algumas subunidades foram transferidas, a fim de servirem como núcleos para a criação de novas unidades.

Mas a despeito da atenção na fronteira sul, começava a tomar corpo a preocupação com a ocupação e a integração da Amazônia. À medida que se processava a reestruturação da Força Terrestre, em termos de criação de brigadas, segundo a nova concepção de grandes unidades, o Exército também tomava medidas relativas a mudanças na organização e no desdobramento de unidade na Região Amazônica. O movimento de integração nacional a partir da

interiorização do poder e de novos centros econômicos não era novo, nem era uma iniciativa dos governos militares. A primeira Constituição republicana já estabelecia a determinação de mudança da Capital Federal para o Planalto Central (BRASIL, 1891, Art. 3º). Em 1967, o coronel Golbery do Couto e Silva visualizava uma "ampla manobra geopolítica" de integração do território nacional. Golbery entendia que esta manobra estava sendo realizada em três fases, a primeira das quais era a articulação do Nordeste e do Sul ao núcleo central do País e o tamponamento das possíveis vias de penetração à vasta extensão despovoada do interior. A segunda fase seria a impulsão do avanço de uma onda colonizadora para noroeste, a partir da plataforma central. A terceira fase seria "inundar de civilização a Hileia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.–O. segundo o eixo do grande rio" (COUTO E SILVA, 1981, p. 131-132). De fato, este modelo conceitual vinha sendo seguido por sucessivas gerações de brasileiros e havia ganhado concretude com a criação de Brasília. Feita a transferência da sede do governo federal para a nova Capital em 1960, as atenções geopolíticas voltavam-se para a Amazônia, que na época representava "um dos maiores espaços vazios do mundo contemporâneo" (CASTELLO BRANCO, 1965) e que se encontrava isolada dos principais centros do País (COUTO E SILVA, 1981). As preocupações com a ocupação e a integração da Amazônia ganharam relevo desde o início do regime militar (CASTELLO BRANCO, 1965), sob o lema "integrar para não entregar", e foram consubstanciadas no Programa de Integração da Amazônia, cuja primeira etapa era definida pela construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém" (BRASIL, 1970b, Art. 2º). Em termos militares, a atenção à Região Amazônica resultou, de início, na criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em 1964 e na interiorização do Comando Militar da Amazônia (CMA), que tinha sua sede em Belém. Com esta finalidade, em 1969, o Comando do CMA foi transferido para Manaus, ao mesmo tempo em que era criada a 12ª Região Militar na mesma capital, de forma a levar o centro de decisões militares para o coração da Região Amazônica e melhorar o apoio administrativo às forças desdobradas na Amazônia Ocidental.[73]

Naquele mesmo ano, foram criados os primeiros batalhões de infantaria de selva (BIS), por transformação do 27º BC (Manaus, AM) em 1º BIS,[74] e do 26º BC (Belém, PA) em 2º BIS.[75]

[73] Decreto Nº 64.366, de 17 Abr 1969, que transfere a sede do Comando Militar da Amazônia, cria 12ª Região Militar e dá outras providências.

[74] Decreto Nº 65.134, de 11 Set 1969, que transforma Unidade do Exército na Amazônia e dá outras providências.

[75] Decreto Nº 65.135, de 11 Set 1969, que transforma Unidade do Exército na Amazônia e dá outras providências.

Os batalhões de infantaria de selva eram um novo tipo de unidade tipicamente brasileira, de organização aligeirada, a fim de facilitar seu emprego em ambiente de selva. Sua concepção doutrinária era fruto de estudos desenvolvidos no Centro de Instrução de Guerra na Selva. Também em 1969, foram criados o 1º e o 2º Batalhões Especiais de Fronteira (BEF), com sedes em Tabatinga, AM, e Boa Vista, RR, respectivamente.[76]

Nos primeiros anos da década de 1970, à medida que a construção da Transamazônica avançava, a necessidade de segurança da rodovia demandou a criação de quatro batalhões de infantaria de selva ao longo do seu eixo e no entorno da área onde havia surgido o foco guerrilheiro do PC do B no Sul do Pará (STUDART, 2006). Em 1973, foram criados o 50º Batalhão de Infantaria de Selva (50º BIS) em Imperatriz, MA; o 51º BIS, em Altamira, PA; o 52º BIS, em Marabá, PA; e o 53º BIS, em Itaituba, PA.[77] Até 1976, também foram criados o 54º BIS, em Humaitá, AM,[78] e o 34º BIS em Macapá, AP,[79] o primeiro, na região final do traçado da Transamazônica e o segundo, voltado para uma região de fronteira parcamente povoada. A criação dessas unidades também correspondia à participação do Exército na interiorização do progresso, estabelecida no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) do Governo Costa e Silva (BRASIL, 1967f, p. 170) e confirmada no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972-1974 do governo Médici (BRASIL, 1971). De acordo com o I PND, a estratégia para a Amazônia estava sintetizada no lema "integrar para desenvolver", e se assentava em duas linhas mestras, complementares e interdependentes: integração física, econômica e cultural na comunidade brasileira e ocupação econômica e desenvolvimento (BRASIL, 1971, p. 29).

Em 1976, dando continuidade ao processo de criação das brigadas, o Exército reuniu sob um mesmo comando os quatro BIS desdobrados ao longo da rodovia Transamazônica no Oeste do Maranhão e na região central do estado do Pará, com a criação da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda. Inf. Sl.). A nova grande unidade deveria ter seu QG em Santarém, PA, mas a sede da brigada foi logo depois transferida para Marabá, PA.[80] No final daquele ano, foi criado o 3º Grupamento de Fronteira (Porto Velho, RO), composto pelo 54º

[76] Decreto nº 63.975, de 10 Jan 1969, que cria o Comando de Fronteira do Solimões, transforma a 7ª Companhia de Fronteira em 1º Batalhão Especial de Fronteira e dá outras providências. Decreto nº 65.133, de 11 Set 1969, que transforma Organização Militar na Amazônia e dá outras providências.

[77] Decreto Nº 71.785, de 31 Jan 1973, que cria Organizações Militares e dá outras providências.

[78] Decreto Nº 71.785, de 31 Jan 1973, que cria Organizações Militares e dá outras providências.

[79] Decreto nº 76.964, de 31 Dez 1975, que cria o 34º Batalhão de Infantaria de Selva e dá outras providências.

[80] Decreto Nº 77.804, de 09 Jun 1976, que cria a 23ª Brigada de Infantaria de Selva; Portaria Reservada Nº 073, de 15 Dez 1973, que dá constituição à 23ª Brigada de Infantaria de Selva; e Decreto Nº 78.842, de 26 Nov 1976, que transfere o Comando da 23ª Brigada de Infantaria de Selva para Marabá.

BIS (Humaitá, AM), 4º BEF (Rio Branco, AC) e 6º BEF (Guajará-Mirim, RO).[81] O Grupamento seria transformado na 17ª Brigada de Infantaria de Selva em dezembro de 1980.[82]

Os resultados dos esforços de reestruturação das forças terrestres ao longo da década de 1970 podem ser observados no Apêndice 4, que apresenta a nova feição do Exército Brasileiro no final de 1980.

3.2.1.5 Reequipamento e nacionalização do equipamento militar

A reestruturação do Exército Brasileiro das décadas de 1960 e 1970 também incidiu sobre os meios materiais da Força, refletindo os anseios de modernização e nacionalização dos equipamentos militares expressados reiteradamente nas páginas de A Defesa Nacional. Ao longo daqueles anos, o Exército Brasileiro adquiriu armamento leve moderno para todas suas unidades operacionais e adotou as munições de armas leves padronizadas pela OTAN: no calibre 7,62 mm NATO (7,62x51 mm) para fuzis e metralhadoras, e no calibre 9 mm Parabellum (9x19 mm)[83] para as pistolas e submetralhadoras.[84] A partir de 1964, o Exército substituiu os antigos fuzis e mosquetões de repetição com acionamento por ferrolho, por modernos fuzis automáticos. Os fuzis Mauser modelo 1908 em calibre 7 mm e os mosquetões nacionais modelo 1949, no calibre .30", que haviam sido adotados pelo Exército Brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, foram substituídos pelos fuzis automáticos FN[85] FAL modelo 1964, de calibre 7,62 mm NATO, adquiridos na Bélgica, e depois produzidos pelo Exército Brasileiro na Fábrica de Itajubá. Também substituiu as metralhadoras Madsen e as Browning modelos 1917 e 1919, todas no calibre .30", pelo fuzil-metralhador FN FAP modelo 1964 e pela metralhadora FN MAG modelo 1971, ambos no calibre 7,62 mm NATO. No decorrer da década de 1970, o Exército também substituiu as pistolas Colt modelo 1911A1 e os revólveres Smith & Wesson Modelo 1917, ambos no calibre .45", pela versão nacional IMBEL[86] modelo 1973 da pistola Colt M1911A1 no calibre 9 mm Parabellum e pela pistola Beretta modelo 1975 do mesmo calibre. Também substituiu as submetralhadoras INA[87] modelos 1950 e 1953, ambos no calibre .45", pelas submetralhadoras Beretta modelo 1972, no calibre 9 mm Parabellum.

---

[81] Portaria Reservada nº 076, de 15 Dez 1976, que dá constituição ao 3º Grupamento de Fronteira.

[82] Decreto Nº 85.538, de 16 Dez 1980, que cria a 17ª Brigada de Infantaria de Selva.

[83] Também conhecido como 9mm Parabellum.

[84] Também conhecidas como metralhadoras de mão ou pistolas metralhadoras.

[85] A sigla FN refere-se à *Fabrique Nationale d'Armes de Guerre* de Herstal, Bélgica.

[86] Indústria de Material Bélico do Brasil.

[87] Indústria Nacional de Armas.

Nesse mesmo período o Exército Brasileiro adquiriu novos carros de combate e outros veículos blindados, substituindo os blindados mais antigos e aumentando significativamente seu aparato pesado de combate. Fruto deste esforço de modernização, em 1960, o Exército Brasileiro recebeu 50 carros de combate M41 (figura 41) – até 1974, foram recebidos mais 318 unidades.[88] Estes novos carros substituíram, paulatinamente, os M4 Sherman e os M3 e M3A1 Stuart em uso nos batalhões e depois regimentos de carros de combate. Os carros mais antigos foram usados para equipar as unidades que comporiam as novas brigadas de cavalaria mecanizadas (HIGUSHI; BASTOS JR.; BACCHI, 2015). Em relação aos blindados de transporte de pessoal, o Exército adquiriu um total de 584 viaturas blindadas M113A1 (figura 42) (BASTOS, E. C. S., 2011, p. 118), que chegaram ao Brasil entre 1965 e 1974, sendo empregadas para equipar os batalhões de infantaria blindados e outras unidades blindadas e mecanizadas. Todos estes blindados foram adquiridos no quadro do Acordo de Assistência Militar Brasil - Estados Unidos.

O surgimento dos aviões a jato no final da Segunda Guerra Mundial havia tornado obsoletos todos os materiais de artilharia antiaérea usados durante aquele conflito, como os canhões norte-americanos de 90 mm M1 e de 40 mm L/60, e os alemães de 88 mm C/56 - Mod. 18, que continuaram em uso no Exército Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960. A modernização do Exército da década de 1970 incluiu a aquisição de um novo sistema de artilharia antiaérea, baseado nos canhões automáticos geminados Oerlikon de 35 mm, de origem ítalo-suíça, um dos mais sofisticados materiais de artilharia antiaérea de tubo disponíveis no mercado internacional na década de 1970. O novo sistema inclui centrais de direção de tiro Super Fledermaus, dotadas de sistema de acompanhamento por radar e ótico. Cada unidade de tiro é composta por duas peças de canhões geminados e por uma central de direção de tiro. O sistema Super Fledermaus é capaz de localizar alvos a 50 Km de alcance e passar a acompanhá-los abaixo dos 40 Km (SOUZA, 1985, p. 28, 41). Cada peça tem dois tubos geminados, capazes de disparar projéteis explosivos com teto (alcance) de 4.000 m e na cadência de 550 tiros por minuto em cada tubo, ou seja, cada peça é capaz de disparar 1.100 tiros por minuto. O Brasil adquiriu 38 peças de canhões Oerlikon, destinados a mobiliar três grupos de artilharia antiaérea, cada um com duas baterias de seis peças, reservando uma unidade de tiro, com duas peças e uma central de direção de tiro, para a Escola de Artilharia

[88] Sobre o recebimento dos carros de combate M41, informação fornecida, em 05/07/2016, por Hélio Higuchi, especialista em armamentos, colaborador da revista **Tecnologia & Defesa** e coautor dos livros **M4 Sherman no Brasil** e **O Stuart no Brasil**: M3 / M3A1 e Derivados.

de Costa e Antiaérea (EsACosAAe).[89] Além da pequena quantidade adquirida, os canhões Oerlikon de 35 mm eram meios de artilharia antiaérea de baixa altura, que necessitavam operar em conjunto com mísseis de média e grande altura. Mas estes nunca foram adquiridos pelo Exército. Em meados da década de 1970, o Exército chegou a adquirir quatro unidades de tiro do míssil Roland, de fabricação franco-alemã. Mas estes equipamentos foram comprados exclusivamente para uso escolar e de pesquisa técnico-científica, pois eram considerados demasiado dispendiosos para uso na tropa. De qualquer forma, os mísseis Roland também eram destinados à defesa de baixa altura, não se prestando para a interceptação de aeronaves inimigas em voo a média e grande altitudes (MUNIS, 1976, p. 16; SOUZA, 1984, p. 22).

Figura 41 – Carro de combate leve M41 no acesso ao Palácio das Laranjeiras, 31 de março de 1964.

Fonte: O Golpe em 33 Dias

Figura 42 – Viatura blindada de transporte de pessoal M113A1 do Exército Sul-Vietnamita.

Fonte: Cooke, 2008.

As décadas de 1960 e 1970 também assistiram a rápida nacionalização de grande parte dos equipamentos militares do Exército Brasileiro, particularmente o seu parque de viaturas. Nesse período, a quase totalidade dos veículos não blindados em uso na Força passou a ser adquirida na indústria automobilística nacional, que se consolidava e se expandia. No que diz respeito a viaturas operacionais de emprego geral, capazes de transitar em qualquer terreno (QT), o Exército passou a comprar os jipes produzidos pela Willys-Overland do Brasil; as versões militarizadas dos caminhões Ford F-600, Chevrolet C-60 a gasolina e D-60 a diesel[90] e Mercedes Benz MBB 1113 (figura 43) e MBB 1313; e versões QT militarizadas das picapes Willys (figura 44) e Chevrolet C-10 e C-15 em modelos transporte geral e ambulância. Também foram nacionalizadas as viaturas comerciais para uso administrativo, como ônibus,

[89] Informação sobre o número de peças adquiridas pelo Brasil fornecida pelo tenente-coronel Fábio Ribeiro Gonçalves, oficial especialista em artilharia antiaérea, ex-instrutor da EsACosAAe e da ECEME. Atual comandante do 4º Grupo de Artilharia Antiaérea.

[90] Esses caminhões foram militarizados pela empresa Engesa, de São José dos Campos, SP, transformando-os em veículos QT com tração em todos os eixos, e dotando-os de para-choques reforçados e luzes militares.

caminhões oficina, caminhões de carga, caminhões tanques, camionetas de transporte de passageiros, como a Volkswagen Kombi, a Rural Willys e a Chevrolet Veraneio, e automóveis de representação, como o Aero Willys e depois o Chevrolet Opala. Ao final da década de 1970, a maioria expressiva das viaturas operacionais e administrativas do Exército Brasileiro era de produção nacional.

Figura 43 – Caminhão militar Mercedes Benz MBB 1113 4x4.

Fonte: MERCEDES 1113, 2016

Figura 44 – Picape militar Willys 4x4, modelo ambulância (exemplar de colecionador).

Fonte: 4x4 Brasil

A partir do início da década de 1970, a nacionalização de equipamentos também incidiu sobre as viaturas blindadas. Em meados da década de 1960, algumas empresas nacionais do ramo moto-mecânico começaram a atender demandas do Exército para o fornecimento de peças para viaturas blindadas e carros de combate. Uma delas foi a Novatração, que se especializou na recuperação e fabricação de componentes de tração para viaturas militares, como sapatas e patins para lagartas, rodas de apoio para blindados e pneus à prova de bala. Além da recuperação de equipamentos norte-americanos obsoletos, a Novatração colaborou em todos os projetos de blindados sobre lagartas desenvolvidos por outras empresas brasileiras, como a Moto-Peças, a Bernardini e a Engesa (SCHARINGER, [2004?]e). A Moto-Peças foi a maior indústria brasileira de componentes de câmbios e diferenciais da década de 1970, e colaborou com o Exército na repotencialização de diversos blindados, substituindo caixas de marchas, transmissões, motores, lagartas, roletes e suspensões, estes três últimos fornecidos pela Novatração (SCHARINGER, [2004?]d). Na fabricação de cascos blindados para carros sobre lagartas, destacaram-se as empresas Bernardini e Biselli, que colaboraram com o Exército na modernização dos velhos carros de combate M3-A1 Stuart, como será visto mais adiante (SCHARINGER, [2004?]a). Mas a empresa mais emblemática da indústria brasileira no campo militar foi a Engesa, que, nos anos 1970, se transformaria na mais importante produtora de equipamentos militares de uso terrestre do país (SCHARINGER, [2004?]b). A Engesa participou da maioria dos projetos desenvolvidos pelo

Exército e projetou e produziu toda uma linha de blindados sobre rodas, que seria o esteio das novas brigadas de cavalaria mecanizadas.

A primeira inciativa de produção de veículos militares blindados no Brasil foi fruto de um projeto dos alunos do Curso Industrial e de Automóveis do Instituto Militar de Engenharia (IME), que, entre 1958 e 1959, conceberam um veículo blindado sobre lagartas que foi chamado Viatura Escola Técnica do Exército, 1958 (VETE-58) – depois designado como VETE-T1A1 Cutia (figura 45). O veículo era bastante rudimentar, mas serviu para integrar os projetos militares com a indústria nacional, que colaborou na sua consecução. O Cutia era uma viatura de reconhecimento de baixa silhueta e aberto na parte superior, podendo levar quatro pessoas sentadas ou duas deitadas, e era armado com uma metralhadora .30". Seu protótipo foi produzido pela Fábrica Nacional de Motores (FNM) e ficou pronto em 1965. Mas devido às muitas deficiências apresentadas nos testes a que foi submetido e à facilidade de obter equipamentos militares de boa qualidade e a baixo custo por intermédio do Acordo Militar com os EUA, o projeto foi abandonado (BASTOS, E. C. S., 2011, p. 145-147).

Figura 45 – VETE T1A1 Cutia sendo testado. Observar a logomarca da FNM na frente da viatura.

Fonte: Scharinger, [2004?]c

Figura 46 – Protótipo da viatura blindada de reconhecimento 4x4 VBB-1.

Fonte: Bastos, E. C. S., 2011, p. 167.

Enquanto o projeto do Cutia era abandonado, a Diretoria Geral de Material Bélico (DGMB) do Exército iniciava estudos para o desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas. O projeto foi iniciado pelo Parque Regional de Moto-Mecanização da 2ª Região Militar (PqRMM/2) e veio a ser batizado como Viatura Blindada Brasileira 1 (VBB-1) (figura 46). O novo blindado era um veículo de dois eixos, 4x4, para quatro tripulantes, armado com um canhão de 37 mm instalado numa torre giratória, uma metralhadora calibre .50" montada na torre e outra, calibre .30" acoplada à parte frontal da couraça. O desenvolvimento desse projeto foi muito instrutivo para a futura indústria de blindados no Brasil, mas o Exército acabou optando por um veículo blindado de três eixos 6x6 e abandonou o VBB-1 em 1970 (BASTOS, E. C. S., 2011, p. 161-163).

Quando o Exército decidiu pelo desenvolvimento de uma família de blindados sobre rodas 6x6, a equipe do PqRMM/2 deu início a novos estudos, seguindo as especificações que haviam sido estabelecidos pela DGMB. O resultado foi o projeto da Viatura Blindada de Reconhecimento 2 (VBR-2). Um protótipo foi construído no próprio Parque, usando uma versão modificada da torre do M8 Greyhound. Para a suspensão, decidiu-se usar o sistema "boomerang", que havia sido criado pela Engesa para veículos civis de trabalho pesado. Após a aprovação do projeto, a Engesa foi contratada em setembro de 1971 para fabricar os primeiros oito veículos da pré-série, rebatizada como CRR (carro de reconhecimento sobre rodas). Para esta pré-série, optou-se por usar uma versão modificada da torre dos CCL Stuart M3A1. Os primeiros CRR eram armados com um canhão de 37 mm, uma metralhadora .30" coaxial[91] e uma metralhadora .50" sobre a torre. Após a aprovação da pré-série, o Exército fez uma encomenda inicial de mais de 100 unidades do CRR, agora denominado EE-9 Cascavel, em sua versão inicial armada com canhão 37 mm. A partir de 1975 a Engesa iniciou a produção em série do Cascavel para tender as demandas do Exército Brasileiro e do mercado internacional (BASTOS, E. C. S., 2011, p. 169-171). A Engesa acabou produzindo uma versão do Cascavel para atender o mercado internacional, usando um canhão francês de 90 mm e uma nova torre (modelo Mk-II). Essa torre e canhão franceses foram depois substituídos por uma nova torre e canhão de 90 mm nacionais, dando origem ao modelo Mk-III (figura 47). No total o Exército Brasileiro adquiriu 409 unidades da VBR Cascavel ao longo das décadas de 1970 e 1980 (BASTO, E. A. S, 2012, p. 297), destinando-as a mobiliar as unidades de cavalaria mecanizada que foram criadas como parte do processo de modernização em estudo nesta pesquisa. A família de blindados 6x6 foi completada pela viatura blindada de transporte de pessoal EE-11 Urutu (figura 48), que era capaz de transportar dez soldados armados, além do motorista e do chefe do carro (SCHARINGER, [2004?]b). Durante as décadas de 1970 e 1980, o Exército Brasileiro adquiriu 230 unidades do Urutu (BASTO, E. A. S, 2012, p. 306), também destinadas a equipar as brigadas de cavalaria mecanizadas.

[91] Instalada ao lado do canhão e alinhada ao seu eixo.

Figura 47 – Viatura Blindada de Reconhecimento EE9 Cascavel em foto recente.

Fonte: Livro Imagens Exército Brasileiro

Figura 48 – Viatura Blindada de Transporte de Pessoal EE11 Urutu em foto recente.

Fonte: Scharinger, [2004?]b

A nacionalização de viaturas blindadas no Brasil também chegou aos carros de combate sobre lagartas. Em 1972, a Bernadini e a Biselli iniciaram uma parceria com o Exército Brasileiro na modernização dos CCL Stuart M3A1, cuja obsolescência fazia difícil sua manutenção e a obtenção de peças de reposição no mercado internacional. A modernização foi tão profunda que deu origem a um novo carro de combate leve, o CCL X1, que foi equipado com a mesma torre francesa com canhão de 90 mm que havia sido usada pela Engesa no Cascavel Mk-II, mas usava o mesmo chassi do Stuart, que foi alongado. O protótipo ficou pronto em 1973 e passou por testes exaustivos. Aprovado o protótipo, o CCL X1 (figura 49) entrou em produção, num trabalho compartilhado entre as duas empresas, que tinham a seu cargo etapas distintas do processo. Foram produzidas 53 unidades, que foram entregues entre 1976 e 1979 (SCHARINGER, [2004?]a; BASTOS, E. C. S., 2011, p. 183-185; HIGUSHI; BASTOS JR.; BACCHI, 2015, p. 80-84).

Figura 49 – Carro de combate X1 em exposição no Museu Militar Conde de Linhares, Rio de Janeiro, RJ.

Fonte: La Larga Metamorfosis, 2015.

Figura 50 – Carros de combate X1A2 Carcará em exercício no campo.

Fonte: Scharinger, [2004?]a

Os problemas identificados nos CCL X1 e no protótipo de uma nova versão, o X1A1, levaram os órgãos de pesquisa e desenvolvimento do Exército a decidir por abandonar o aproveitamento das carcaças dos Stuart e a projetar um carro completamente novo, o X1A2 Carcará (figura 50), que seria o primeiro carro de combate sobre lagartas projetado e produzido em série no país. A produção do Carcará foi de apenas 24 unidades, dos quais apenas 10 foram distribuídos ao 6º RCB em 1981. O projeto foi finalmente abandonado, pois o Exército preferiu empregar seus esforços para a modernização dos seus 350 CCL M41, que já estavam desgastados pelo uso prolongado (HIGUSHI; BACCHI; BASTOS JR., 2015, p. 87-89).

3.2.2 Novas formas de emprego

A doutrina militar é uma construção complexa, na qual a organização das forças, em termos de pessoal, deve ser coerente com os equipamentos a serem manuseados pelas pessoas, com o treinamento a que essas pessoas devem ser submetidas e com os métodos de combate a serem empregados para alcançar a desejada eficácia militar. A completa reestruturação do Exército Brasileiro, com a criação de novos tipos de unidades e grandes unidades, e significativas modificações nas já existentes, implicava na necessidade de produzir e publicar um amplo corpo doutrinário, na forma de manuais táticos que guiassem o emprego das novas unidades.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Exército já havia passado por um processo de mudança doutrinária, sob a influência da doutrina norte-americana. Foi daquele período o abandono do termo "regulamento" para designar os textos doutrinários referentes ao emprego das forças, nos seus aspectos táticos e técnicos. A partir de então, as publicações doutrinárias passaram a ser chamadas "manuais de campanha" ou "manuais técnicos". A palavra regulamento ficou reservada para designar os textos administrativos e normativos da instituição, como os regulamentos disciplinar, de honras militares, de funcionamento das unidades em tempo de paz etc.[92] Também foi dessa época a consolidação do uso do sistema de designação dos documentos pelo modelo norte-americano, inclusive a numeração dada aos manuais. O manual de campanha "C 7-10 Companhia de Fuzileiros" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO,

[92] O Anexo No. 1 do PP 21-1 Programa Padrão de Instrução Comum a todas as Unidades do Exército (1ª Parte) Contestura dos Programas Padrão de Instrução, edição de 1949, captura com precisão este momento de mudança na designação dos documentos doutrinários, apresentando uma relação dos regulamentos militares que seriam substituídos por manuais. A relação traz a identificação em vigor dos regulamentos, a designação antiga e a nova designação, como manual de campanha ou manual técnico. Como exemplo, o antigo regulamento No. 6 – R.T.A.P. (Regulamento de Tiro das Armas Portáteis), à época identificado como R-6, seria republicado como a série C 23 de manuais de campanha.

1973c), por exemplo, corresponde ao *field manual FM 7-10 The Rifle Company, Platoons, and Squads* (ESTADOS UNIDOS..., 1970).

Em consequência da adoção da nova doutrina e da correspondente reorganização do Exército, o final da década de 1960 e a década de 1970 assistiram a uma intensiva produção doutrinária no Estado-Maior do Exército, com vistas a prover as novas grandes unidades, unidades, suas subunidades e frações com manuais que orientassem seu emprego em operações militares e servissem como subsídios para o treinamento da tropa. Os principais produtos doutrinários foram os já tradicionais manuais de campanha, que seguiam usando o sistema de identificação de origem norte-americana, mas também documentos experimentais chamados instruções provisórias, que tinham a mesma estrutura e poder doutrinário que os manuais até que fossem publicados definitivamente nesta categoria.

Além dos aspectos doutrinários decorrentes da nova estrutura organizacional das forças terrestres, o Exército Brasileiro desenvolveu, durante período em estudo nesta pesquisa, uma doutrina específica de guerra contra forças irregulares, destinada a fazer frente às ameaças e ao efetivo surgimento da luta armada promovida por grupos revolucionários. Para o desenvolvimento dessa doutrina, teve grande relevância a experiência do contingente brasileiro na Força Interamericana de Paz na República Dominicana (PEDROSA, 2015, p. 186). O livro **Experiência do FAIBRÁS na República Dominicana**, publicado por iniciativa do comandante do contingente brasileiro, coronel Carlos de Meira Mattos (MATTOS et al., [196-]), forneceu subsídios para a elaboração de alguns dos principais manuais de operações contra forças irregulares publicados pelo Exército entre o final da década de 1960 e o início da de 1970.[93]

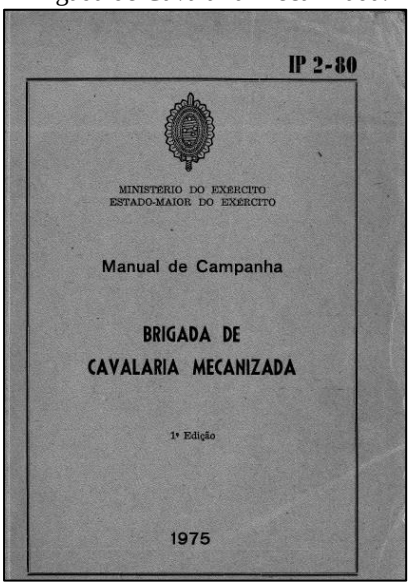
O processo de adoção da nova doutrina pelo Exército Brasileiro também trouxe a novidade dos cadernos de instrução. O caderno de instrução era um novo tipo de publicação doutrinária, concebido para ser usado principalmente por oficiais subalternos e sargentos, como guias na compreensão da doutrina formal e dos métodos de instrução militar da tropa. Sua linguagem era mais coloquial e usava um conceito gráfico moderno, diferente dos manuais e regulamentos militares tradicionais, que eram mais formais e tinham um formato padronizado rígido e "cinzento", como cinzentas eram suas capas (figuras 51 e 52).

O Apêndice 5 apresenta uma relação dos produtos doutrinários publicados pelo Exército desde o final da década de 1960 até 1980, incluindo manuais de campanha, instruções

[93] Ver, por exemplo, as instruções provisórias **IP 31-15 O Pequeno Escalão nas Operações Contraguerrilhas** e **IP 31-17 Operações Urbanas de Defesa Interna**, ambas publicadas em 1969 e contendo fortes traços do livro **Experiência do FAIBRÁS na República Dominicana**.

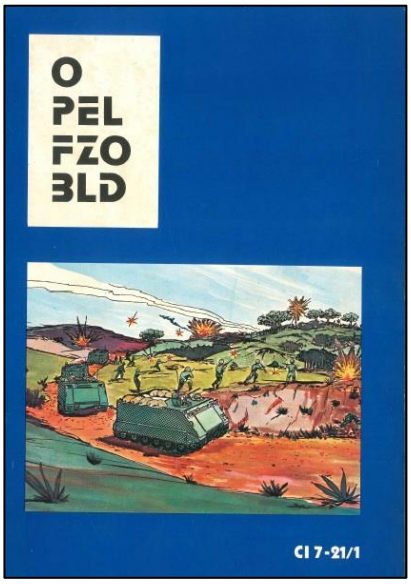
provisórias e cadernos de instrução. Não foram incluídos os manuais técnicos, que por sua natureza nem sempre correspondiam ao processo de modernização em andamento na Força.

Figura 51 – Capa das Instruções Provisórias IP 2-80 Brigada de Cavalaria Mecanizada.



Fonte: Ministério do Exército, 1975a.

Figura 52 – Capa do Caderno de Instrução CI 7-21/1 O PEL FZO BLD.



Fonte: Ministério do Exército, 1978.

3.2.3 Novo sistema de preparo das forças

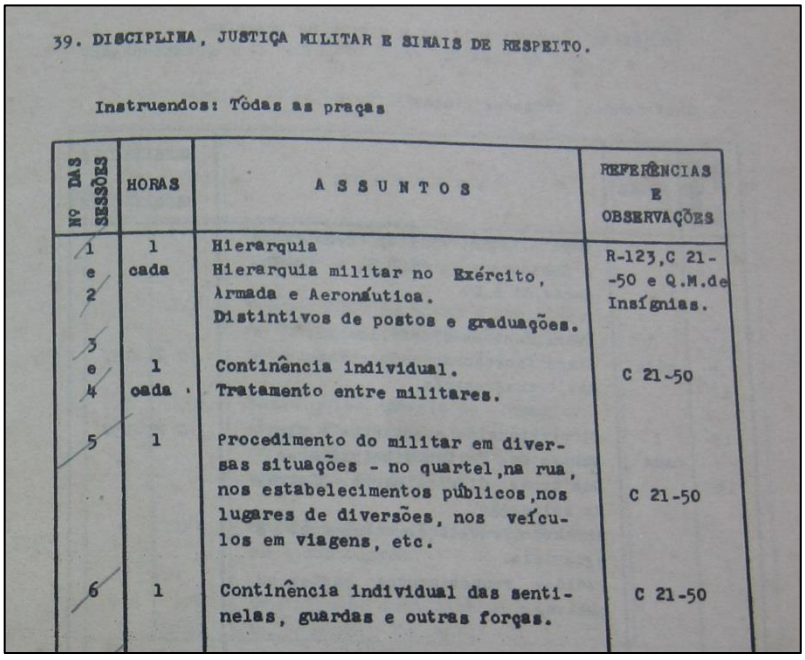
Além da reestruturação das forças terrestres e da elaboração de um corpo doutrinário formal correspondente à nova organização, a modernização do Exército Brasileiro em estudo nesta pesquisa também incidiu sobre a vertente instrucional da doutrina militar. A partir da segunda metade da década de 1970, o EME iniciou estudos que conduziram à concepção e adoção de um novo sistema de instrução militar para o Exército Brasileiro.

Desde 1949, o ano de instrução nas unidades do Exército Brasileiro estava dividido em três períodos – de adaptação, de formação e de aplicação (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949, p. 5). A instrução da tropa era regulada por um Programa-Padrão (PP) comum a todas as unidades do Exército e um conjunto de programas-padrão específicos para cada especialidade. A 1ª Parte do PP comum a todas as unidades era o documento chamado Contextura dos Programas-Padrão, que descrevia, em linhas gerais, o funcionamento da instrução militar no âmbito do Exército e balizava os períodos nos quais o ano de instrução estava dividido (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949a; MINISTÉRIO DA GUERRA, 1961). A 2ª Parte regulava a instrução do "período de adaptação", destinada aos recrutas incorporados em todas as organizações militares, para a realização do serviço militar obrigatório (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949b). A 3ª Parte se referia às instruções comuns a todas as unidades durante o "período de formação" (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949c). As instruções específicas das diversas armas ou especialidade eram prescritas em programas-padrão de instrução básica de

qualificação e de aplicação para cada arma ou especialidade (Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA, 1953).

O exame dos programas de instrução utilizados pelo Exército Brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 deixa evidente sua baixa fundamentação pedagógica e a precariedade das instruções metodológicas trazidas por eles, seja para o planejamento e controle da instrução, seja para a sua execução (Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949a; MINISTÉRIO DA GUERRA, 1961; e MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971). Os programas de instrução eram organizados por relações de assuntos a serem ministrados, indicando a carga horária destinada a cada assunto e os manuais que serviriam como fonte de consulta ao instrutor. Faltava objetividade à instrução militar. Não havia a definição dos objetivos das instruções, de forma que a condução da instrução ficava completamente a critério do instrutor (ver figura 53). O foco da instrução estava no cumprimento da carga horária por parte do instrutor. Cumprida a carga horária, ficava subentendido que o instruendo havia absorvido o assunto ministrado, embora não houvesse nenhuma evidência do aprendizado. O PP Contextura dos Programas-Padrão indicava que, em cada sessão de instrução, deveria haver uma fase de aplicação do assunto ensinado, mas os diversos programas de instrução não indicavam o que deveria ser aplicado, nem como fazê-lo (Cf. MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949a; MINISTÉRIO DA GUERRA, 1961; MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949b; MINISTÉRIO DA GUERRA, 1949c; MINISTÉRIO DA GUERRA, 1953).

Figura 53 – Página do PP 21-1 Programa-Padrão de Instrução comum a todas unidades do Exército – 3a. Parte – Instrução Básica Militar do Período de Formação, edição 1949.



39. DISCIPLINA, JUSTIÇA MILITAR E SINAIS DE RESPEITO.

Instruendos: Tôdas as praças

Nº DAS SESSÕES	HORAS	ASSUNTOS	REFERÊNCIAS E OBSERVAÇÕES
1 e 2	1 cada	Hierarquia Hierarquia militar no Exército, Armada e Aeronáutica. Distintivos de postos e graduações.	R-123, C 21-50 e Q.M. de Insígnias.
3 e 4	1 cada	Continência individual. Tratamento entre militares.	C 21-50
5	1	Procedimento do militar em diversas situações - no quartel, na rua, nos estabelecimentos públicos, nos lugares de diversões, nos veículos em viagens, etc.	C 21-50
6	1	Continência individual das sentinelas, guardas e outras forças.	C 21-50

Fonte: Ministério da Guerra, 1949(c), p. 39.

Em 1971, o Exército adotou a 3ª edição do Programa-Padrão de Instrução PP-21-1 Contextura dos Programas-Padrão. A nova edição mantinha a divisão do ano de instrução em três períodos, agora redefinidos como períodos básico, de qualificação e de aplicação, mas não ia muito além deste aspecto pontual, no que se refere à falta de objetivos de instrução, ao instrutor como centro da atividade pedagógica, em detrimento dos instruendos, e à carência de fundamentação pedagógica e metodológica (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1971).

Mas o impulso modernizador vivido pelo Exército naquele período acabaria chegando à instrução militar. Na segunda metade da década de 1970, o EME iniciou um projeto especial – chamado Projeto PP – com a finalidade de reformular todos os Programas-Padrão então em vigor, valendo-se de novos critérios metodológicos, em busca de uma concepção da instrução militar que seria "a chave de uma nova mentalidade profissional" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1978b, p. 11). O resultado destes trabalhos foi a criação do Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro (SIMEB). O Projeto PP foi gerido pelo EME,[94] com assessoramento técnico do Centro de Estudos de Pessoal (CEP) e participação das organizações militares do I Exército, com sede no Rio de Janeiro (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1978b, p. 42). O CEP contribuiu com seu pessoal especializado em pedagogia e psicopedagogia, valendo-se das mais modernas técnicas pedagógicas.

Para difundir a nova concepção da instrução militar e orientar sua aplicação junto aos principais encarregados de executá-la nas unidades de tropa – capitães, tenentes e sargentos –, o Exército fez uso de "cadernos de instrução" elaborados para uma comunicação direta e menos formal do que os tradicionais manuais militares. O caderno de instrução **CI 21-5/2 Como Preparar e Orientar a Instrução Militar da Tropa** – 1ª Parte (Instrução Individual) – foi publicado em dezembro de 1978 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1978b). Sua 2ª Parte, destinada a orientar a o adestramento coletivo das unidades e suas frações, saiu à luz em março de 1980 (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1980).

O primeiro programa-padrão elaborado segundo os novos conceitos pedagógicos do Projeto PP foi o **PP-21-2 Período Básico - "A Preparação do Combatente Básico"** (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, [1977]), publicado no final de 1977 e colocado em uso experimental em 1978. Após o primeiro ano de experiência, o PP da instrução individual básica sofreu modificações na programação visual, que adquiriu um conceito moderno, com a

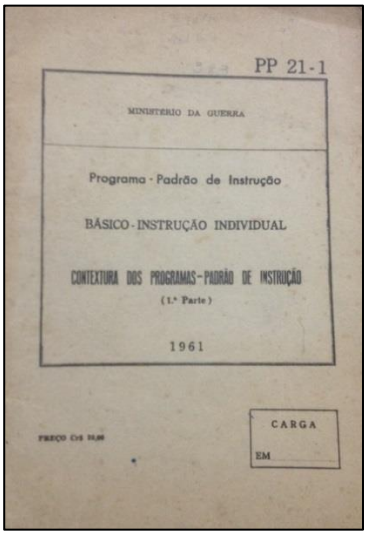
[94] Dentre os diversos membros do EME que participaram da concepção do novo sistema de instrução militar do Exército Brasileiro, deve-se destacar o papel do coronel João Manoel Simch Brochado, considerado difusamente no âmbito da Instituição como o principal mentor do SIMEB. Sua preocupação com a renovação da instrução da tropa já se revelava quase vinte anos antes, quando, como jovem capitão, publicou o artigo "Treinamento do Infante-Combatente" na revista A Defesa Nacional (BROCHADO, 1960, p. 17-23).

utilização de cores, destaques em caixas de texto e outros recursos gráficos que indicavam uma comunicação direta entre os autores dos programas e seus usuários. Foi então publicado o **Programa-Padrão de Instrução PPB/2 Preparação do Combatente Básico** (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1979), edição inicial, que foi adotado a partir de 1979. Junto com o programa padrão (PP) de instrução individual básica, foi publicado um conjunto de PP de instrução individual de qualificação para diversas especialidades do Exército – corneteiros e clarins, cavalaria, engenharia, artilharia, infantaria, saúde, material bélico, intendência e comunicações – nos níveis de formação de soldados e cabos. A partir de 1980, começaram a ser publicados os PP de adestramento, começando pelos das unidades de infantaria, bem como os de instrução individual qualificação de outras especialidades e de outros níveis hierárquicos. O Apêndice 6 apresenta uma lista dos programas-padrão de instrução publicados pelo EME durante a implantação do SIMEB até 1980.

A concepção completa do SIMEB, que vinha sendo construída à medida que os novos PP iam sendo publicados, distribuídos à tropa e experimentados, seria trazida a público em 1981, como o **Programa-Padrão de Instrução PPB/1 Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar (Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro - SIMEB)** (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981). Para uma comparação da programação visual dos programas padrão de instrução do Exército Brasileiro antes e após a implantação do SIMIEB, ver as figuras 54 e 55.

De acordo com a nova concepção do SIMEB, a instrução militar desdobrava-se em instrução individual e adestramento coletivo (ou, simplesmente, adestramento). A instrução individual era entendida como "a atividade fundamental do processo de formação que objetiva a habilitação do homem para o desempenho das funções correspondentes aos cargos militares, tornando-o capaz de ser integrado nos diversos agrupamentos que constituem a Organização Militar" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 27.00). Em relação ao pessoal incorporado ao Exército para a prestação do serviço militar, a instrução individual se desenvolveria em dois níveis: a instrução individual básica e a de qualificação. Na categoria da instrução individual, também estava a "instrução de quadros", voltadas para os quadros permanentes da instituição – oficiais e sargentos. Coerentemente, o ano de instrução passaria a ser dividido em dois períodos, o primeiro, de instrução individual, e o segundo, de adestramento coletivo das equipes, frações, subunidades e unidades.

Figura 54 – Capa do Programa-Padrão PP 21-1 Contextura dos Programas-Padrão de Instrução (1ª Parte). Edição de 1961.



Fonte: Ministério da Guerra, 1961.

Figura 55 – Capa do Programa-Padrão PPB/1 Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar. Edição 1981.

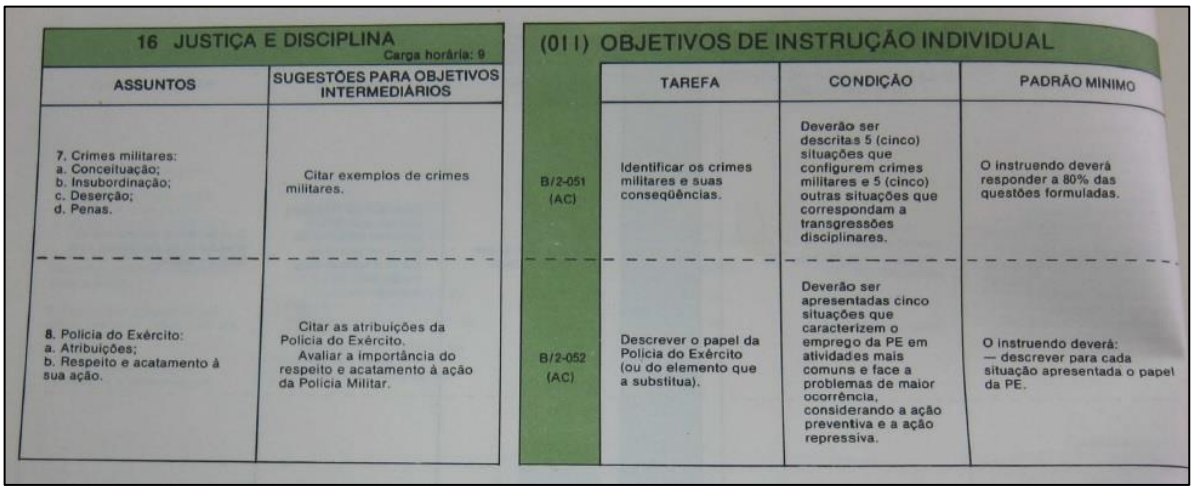
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
ESTADO - MAIOR DO EXÉRCITO
PROGRAMA PADRÃO DE INSTRUÇÃO
PPB/1 PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE DA INSTRUÇÃO MILITAR

Fonte: Ministério do Exército, 1981.

A instrução individual deveria ser ministrada em duas fases: básica e de qualificação. A instrução individual básica visava a "preparar o *combatente básico*, isto é, o soldado ambientado e habilitado para iniciar a instrução de qualificação militar [especialização] ou preparar o reservista de segunda categoria [sem qualificação militar]" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 28.00, grifo no original). A instrução individual de qualificação visava a "preparar o *combatente mobilizável*, isto é, o cabo e soldado aptos a ocupar na Organização Militar cargos que lhes correspondem ou a preparar o reservista de primeira categoria [com qualificação militar]" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 28.00, grifo no original).

O princípio metodológico da instrução individual era o da "instrução voltada para o desempenho", fundamento segundo o qual o instruendo é treinado executando tarefas relacionadas com as funções relativas ao cargo a que se destina, sob as condições específicas deste cargo e funções, até que demonstre o nível de habilidade estabelecido pelos padrões mínimos exigidos (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 46.00). Este princípio se refletia com clareza na estrutura dos programas de instrução, nos quais as antigas listas de assuntos dos antigos PP haviam sido traduzidas em objetivos de instrução individual (OII), cada um deles definido por uma "tarefa" a ser executada pelo instruendo, a "condição" nas quais a tarefa devia ser executada, e o "padrão mínimo" a ser alcançado pelo executante (figura 56). Este formato de programa permitia a condução da instrução militar em condições de objetividade e de uniformidade sem precedentes no Exército Brasileiro e dava aos instrutores um guia claro de como preparar e conduzir a instrução.

Figura 56 – Página do Programa Padrão de Instrução PPB/2 Preparação do Combatente Básico, edição 1979.



16 JUSTIÇA E DISCIPLINA
Carga horária: 9

ASSUNTOS	SUGESTÕES PARA OBJETIVOS INTERMEDIÁRIOS
7. Crimes militares: a. Conceituação; b. Insubordinação; c. Deserção; d. Penas.	Citar exemplos de crimes militares.
8. Polícia do Exército: a. Atribuições; b. Respeito e acatamento à sua ação.	Citar as atribuições da Polícia do Exército. Avaliar a importância do respeito e acatamento à ação da Polícia Militar.

(011) OBJETIVOS DE INSTRUÇÃO INDIVIDUAL

	TAREFA	CONDIÇÃO	PADRÃO MÍNIMO
B/2-051 (AC)	Identificar os crimes militares e suas conseqüências.	Deverão ser descritas 5 (cinco) situações que configurem crimes militares e 5 (cinco) outras situações que correspondam a transgressões disciplinares.	O instruendo deverá responder a 80% das questões formuladas.
B/2-052 (AC)	Descrever o papel da Polícia do Exército (ou do elemento que a substitua).	Deverão ser apresentadas cinco situações que caracterizem o emprego da PE em atividades mais comuns e face a problemas de maior ocorrência, considerando a ação preventiva e a ação repressiva.	O instruendo deverá: — descrever para cada situação apresentada o papel da PE.

Fonte: Ministério do Exército, 1979, p. 44.00.

Concluída a instrução individual dos homens, dava-se início ao "período de adestramento". De acordo com a nova concepção de instrução militar introduzida pelo SIMEB,

> O *adestramento* é a atividade final da *instrução militar* que corresponde à transformação dos diversos *agrupamentos* que conformam a Organização Militar de emprego em instrumento (sic) de combate. Esta transformação implica na obtenção dos padrões coletivos de combate concomitantemente com o desenvolvimento do valor moral da tropa (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 36.00, grifos no original).

O objetivo do adestramento deveria ser "a formação dos diversos agrupamentos de homens, com seus equipamentos e armamentos (frações, subunidades, unidades e grandes unidades) para a eventualidade de emprego como instrumento de combate" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 28.00). Além da obtenção dos padrões coletivos de desempenho, essa transformação também corresponderia a um esforço de integração social do grupo, no sentido de obter o ajustamento psicológico dos homens a seus superiores, camaradas e subordinados, de consolidação do "espirito de corpo" da organização militar, de formação do caráter coletivo, e de avaliação do moral individual e da tropa. Era também uma oportunidade para que comandantes em todos os níveis exercitassem a liderança militar (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 28.00). Assim como a instrução individual, o adestramento também deveria ser desdobrado em dois níveis de execução: o adestramento básico e o avançado. O adestramento básico visava a "capacitar frações, subunidades e unidades, como um todo, ao emprego em operações de combate", enquanto o adestramento avançado visava a "capacitar as Grandes Unidades e Comandos Superiores como um todo ao emprego em operações de combate" (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 29.00). O adestramento coletivo dos agrupamentos deveria ser realizado sob a forma de exercícios táticos, que procurassem imitar

o combate para o emprego da tropa dentro de uma situação tática plausível (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 129.00).

O adestramento coletivo deveria ser pautado pelo fundamento metodológico da "imitação do combate", como condição imprescindível para capacitar os agrupamentos de níveis unidade, subunidade e suas frações a atuarem como instrumentos de combate. De acordo com esta concepção, a imitação do combate deveria revestir-se do maior realismo possível. Para tanto, os exercícios táticos deveriam ter um quadro tático coerente e completo, caracterizando objetivamente todos os elementos da situação; o inimigo terrestre e aéreo deveria ser adequadamente configurado; e a situação criada deveria exigir o desenvolvimento de todas as ações táticas próprias da operação considerada, incluindo a realização do trabalho de comando,[95] a execução das atividades de apoio ao combate e de apoio logístico (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 77.00).

Sendo destinado aos escalões mais baixos – unidades, subunidades e suas frações –, o adestramento básico tinha como elemento indispensável a participação da tropa, além do fundamento metodológico da imitação do combate. A participação da tropa agregava maior realismo às situações vividas, com todas as demandas logísticas e administrativas decorrentes da presença de centenas de homens no campo, tendo que ser alimentados, transportados, submetidos a medidas sanitárias, e efetivamente liderados para o cumprimento da tarefa imposta pelo adestramento. Concluída esta fase inicial do adestramento, a fase seguinte, de adestramento avançado, poderia ser realizada com exercícios sem participação da tropa. Sendo o adestramento avançado destinado ao treinamento dos comandos mais elevados, cujas atividades se passam principalmente nos seus postos de comando e QG, o SIMEB considerava que a imitação do combate poderia eventualmente prescindir da presença das tropas, já previamente adestradas em nível básico.

3.3 Sumário sobre o processo de modernização do Exército Brasileiro

Este capítulo analisou a concepção do projeto de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nos anos iniciais da década de 1960 e descreveu sua implantação desde o final daquela década e ao longo da década de 1970. Para tanto, avaliou inicialmente o controle exercido pelas autoridades políticas, ou, inversamente, a autonomia desfrutada pelo Exército para conceber e desencadear o citado projeto. Em seguida, analisou a situação do Exército no

[95] Trabalho de comando é o trabalho executado por oficiais em função de comando e de estado-maior, que inclui o planejamento de operações militares e a elaboração e emissão de ordens de operações escritas ou verbais, inclusive as ordens parciais emitidas durante o desenrolar do combate.

final da década de 1950, os anseios da oficialidade do Exército por modernização das forças terrestres nos anos iniciais da década de 1960 e as diversas propostas modernizadoras publicadas na revista A Defesa Nacional e gestadas no Estado-Maior do Exército, no sentido de implantação de uma doutrina militar adequada à realidade brasileira. Finalmente, analisou a efetiva implantação da nova doutrina militar do Exército Brasileiro a partir do final da década de 1960, até o ano de 1980. Tratando-se de um processo de mudança doutrinária, a análise foi conduzida de acordo com as três vertentes da doutrina militar – organização das forças militares, seu preparo e seu emprego.

Em relação ao controle político do processo, verificou-se que o Exército Brasileiro contou com ampla autonomia para conceber a executar o projeto de modernização da Força, cuja principal motivação foi a insatisfação da oficialidade do Exército com o estado de estagnação doutrinária e as carências materiais da Instituição. Também se constatou o importante papel desempenhado pela ECEME, como centro de desenvolvimento do pensamento militar e de concepção da nova doutrina; e da revista A Defesa Nacional, como veículo indutor do debate em torno do desenvolvimento doutrinário e como difusor deste debate. No caso em estudo, não se confirmou o modelo externo de mudanças militares proposto por Barry Posen (1980), aproximando-se mais da concepção de Stephen Rosen (1991), segundo quem não seria necessário que as instituições militares sofressem o trauma de uma derrota militar ou que fossem submetidas à intervenção de autoridades civis para produzirem inovações militares.

Em relação aos fatores que motivaram a modernização do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970, contatou-se que predominaram as considerações de prestígio doméstico e internacional do Exército. Embora a competição militar regional tivesse alguma influência na percepção de necessidade de mudanças, a principal motivação para as propostas de modernização do Exército foi o desejo de obter legitimidade interna e externa, colocando a instituição à altura de um país que se modernizava social, econômica e administrativamente. O caso em estudo enquadra-se, portanto, na análise feita por Emily O. Goldman (2002), segundo quem, embora a competição no campo da segurança internacional influencie a percepção da necessidade de mudanças nas instituições militares, são as considerações referentes à obtenção de legitimidade interna e externa que determinam a extensão e a adesão às mudanças.

No que se refere à extensão e profundidade do processo de modernização em estudo, constatou-se que as mudanças foram amplas e profundas, dando uma feição completamente nova ao Exército Brasileiro ao iniciar-se a década de 1980. No decorrer do processo, haviam sido criados novos tipos de unidades e grandes unidades, para as quais foi necessário elaborar

novos quadros de organização em termos de pessoal e de equipamentos. Para o estabelecimento da reestruturação, foi necessário reajustar o dispositivo militar, com a relocação de diversas unidades. Os efetivos militares e o nível de responsabilidade de comando na Amazônia foram bastante expandidos, com a mudança de sede do Comando Militar para Manaus e com a criação de grande número de unidades de tamanho de batalhão e de uma brigada de infantaria de selva. A maioria das unidades de cavalaria foi dotada de meios blindados ou mecanizados. Todas as unidades operacionais do Exército foram dotadas de armamento leve moderno. A modernização do Exército também implicou na nacionalização de grande parte dos equipamentos militares do Exército e na produção de um amplo corpo doutrinário, composto por manuais táticos referentes ao emprego das novas unidades criadas ou transformadas. A modernização do Exército se completou com a concepção e implantação de um novo sistema de instrução militar com características inovadoras e modernas, e cujo princípio metodológico era o da instrução voltada para o desempenho. Este conjunto de medidas representou uma mudança radical da doutrina militar do Exército, caracterizando uma "mudança de primeira ordem", de acordo com o entendimento pelo qual optamos no 1º capítulo.

Deve-se fazer a ressalva de que, a despeito do estabelecimento de uma nova doutrina e da reestruturação correspondente, nem todas brigadas recém-criadas eram completas. Em diversas delas, faltavam elementos que lhes dariam coerência e capacidade de operar de forma autônoma, como deve ser capaz uma grande unidade funcional. Havia brigadas sem esquadrões de cavalaria mecanizados, sem baterias antiaéreas, sem companhias de comunicações e de engenharia de combate e sem batalhões logísticos. As brigadas de selva eram compostas apenas por batalhões de infantaria, de forma que eram incapazes de realizar mais do que operações contra pequenas forças irregulares. Mas, a despeito destas fragilidades, a reestruturação do Exército Brasileiro logrou êxitos indiscutíveis.

Merece ser destacada, neste caso, a mecanização da maioria das unidades de cavalaria. Neste processo, constata-se o aumento do número de unidades blindadas – que passaram de três BCC em 1960, para cinco RCC e três RCB em 1980 – e de regimentos mecanizados – que passaram de quatro Rgt. Rec. Mec. em 1960 para onze RC Mec. em 1980. As unidades de infantaria também foram motorizadas e mecanizadas em grades proporções. De uma situação inicial em 1960, na qual, de todos os regimentos e batalhões de infantaria e de caçadores existentes, havia apenas dois BIB e nenhuma unidade motorizada, chegava-se a 1980 com sete BIB e 26 BI motorizados. Também é digna de nota a criação de mais dois batalhões de infantaria paraquedista e de oito batalhões de infantaria de selva, cinco dos quais foram depois

reunidos em duas brigadas especializadas no combate de selva, a despeito de suas carências de meios de apoio ao combate e apoio logístico.

Merece, finalmente, ser destacada a coerência de concepção da nova doutrina militar. A estrutura organizacional das novas unidades e grandes unidades era consistente com a natureza de suas missões; os quadros de pessoal correspondiam aos equipamentos de dotação; a doutrina formal era coerente com as missões das unidades, com sua organização em pessoal e com seus equipamentos; e o novo sistema de instrução permitia a obtenção de melhores resultados da instrução da tropa.

4. Resultados Alcançados

Este capítulo tem o propósito de avaliar como as mudanças introduzidas pelo processo de modernização e reestruturação do Exército nas décadas de 1960 e 1970 se refletiram na capacidade operacional das forças terrestres brasileiras, em termos de poder de combate das unidades e seu desdobramento no território nacional, e também em termos de treinamento da tropa e desenvolvimento da doutrina militar.

4.1 Resultados alcançados em termos poder de combate

O poder de combate representa a capacidade que tem uma organização militar para destruir o inimigo e evitar que este a destrua ou lhe cause danos (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 2). Esta capacidade resulta da combinação de um conjunto de fatores mensuráveis e não mensuráveis que intervêm nas operações. Dentre os fatores mensuráveis, estão as forças militares, com seus equipamentos, e o nível de eficiência operacional atingido. Dentre os fatores não mensuráveis estão o valor moral da tropa e o valor profissional do seu comandante (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015). Deve-se observar que a avaliação do poder de combate do uma organização militar é sempre relativa, só tendo significação se comparada com o de um oponente atual ou potencial (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 211). Pode-se, entretanto, avaliar uma força militar comparando sua situação em dado momento com sua situação em um momento passado ou posterior, como é o caso do presente trabalho, no qual se avalia o poder de combate alcançado pelo Exército Brasileiro em 1980, comparando-o com o poder de combate desta instituição armada vinte anos antes.

Foco desta seção é avaliar o resultado da modernização e reestruturação do Exército Brasileiro em termos de impacto sobre o poder de combate das forças terrestres. A avaliação do poder de combate será feita a partir dos seus fatores mensuráveis: 1) estrutura de forças, 2) equipamentos militares e 3) o nível de eficácia operacional, este avaliado como decorrente da eficácia militar das forças.

4.1.1 Estrutura das forças militares

A avaliação da estrutura de forças resultante do processo de modernização e reestruturação do Exército examina a situação de existência de grandes unidades e unidades de combate, sua organização doutrinária e a organização efetivamente adotada pelo Exército Brasileiro em 1960 e em 1980, marcos de início e término do recorte temporal desta pesquisa. A fim de

simplificar a execução desta pesquisa, decidiu-se proceder a avaliação do processo de modernização desde o ponto de vista das unidades do tamanho de batalhão e superiores, não levando em conta os elementos de tropa do nível de companhia, esquadrão ou bateria.

O quadro 1 apresenta uma visão geral das mudanças trazidas pelo processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro, em termos de aumento ou decréscimo do número de unidades e de criação de unidades de natureza nova ou extinção de unidades consideradas obsoletas.

Quadro 1 – Unidades operacionais do Exército Brasileiro 1960-1980 – de combate, de apoio ao combate e logísticas.

Unidades do valor de batalhão[1]		**Quantidade**		
		1960	**1980**	**Diferença**
Infantaria	Batalhões de infantaria (a pé e motorizados) e de caçadores	55	52	– 3
	Batalhões de infantaria blindados	02	07	+ 5
	Batalhões paraquedistas (ou aeroterrestres)	01	03	+ 2
	Batalhões de infantaria de selva	00	08	+ 8
	Batalhões de carros de combate leves	03	00	– 3
	Soma de unidades de infantaria	**61**	**70**	**+ 9**
Cavalaria	Regimentos hipomóveis	16	03	– 13
	Regimentos mecanizados	04	11	+ 7
	Unidades blindadas e de carros de combate	03	08	+ 5
	Regimentos motorizados	03	00	– 3
	Soma de unidades de cavalaria	**26**	**22**	**– 4**
Artilharia de Campanha	Grupos de canhões de 75 mm a cavalo (ou de dorso)	07	00	– 7
	Grupos de canhões de 75 mm autorrebocado (ou transportados)	07	00	– 7
	Grupos de obuses de 105 mm autorrebocado	11	21	+ 10
	Grupo de obuses misto 75 mm e 105 mm (núcleo)	01	00	– 1
	Grupos de obuses de 105 mm autopropulsado	00	04	+ 4
	Grupos de obuses de 155 mm	02	05	+ 3
	Soma das unidades de artilharia de campanha	**28**	**30**	**+ 2**
Artilharia Antiaérea	Grupos de canhões 90 mm	05	00	– 05
	Grupos de canhões 88 mm	01	00	– 01
	Grupos de canhões automáticos 40 mm	04	00	– 04
	Grupo de canhões automáticos 35 mm	00	03	+ 03
	Soma das unidades de artilharia antiaérea	**10**[2]	**03**	**– 7**
Engenharia de Combate	Batalhões de engenharia de combate	07	09	+ 2
	Soma das unidades de engenharia de combate	**07**	**09**	**+ 2**
Comunicações	Batalhões de comunicações de exército	00	03	+ 3
	Batalhões de comunicações divisionários	00	02	+ 2
	Soma das unidades de comunicações	**00**	**05**	**+ 5**
Logísticas	Batalhões Logísticos	00	17	+ 17
	Soma das unidades logísticas	**00**	**17**	**+ 17**

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir dos Apêndices 3 e 4.

[1] Apenas unidades operacionais de valor de batalhão das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia (de Campanha e Antiaérea), Engenharia (de Combate) e Comunicações e logísticas. Não foram incluídas neste quadro organizações militares de Artilharia de Costa, de Engenharia de Construção, de Guarda, de Polícia do Exército, administrativas e outros elementos de tropa menores que batalhão.

[2] Pertenciam às Regiões Militares, destinadas à defesa antiaérea de instalações sensíveis.

Do exame dos dados apresentados acima no quadro 1, observa-se que, ao longo do processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro em estudo nesta pesquisa, houve uma pequena redução no número de unidades de infantaria a pé e motorizadas, mas também um aumento significativo do número de unidades de infantaria blindadas e paraquedistas, além da criação de batalhões de infantaria de selva. Também se constata a extinção dos batalhões de carros de combate leves, que vinham sendo mantidos dentro de uma concepção obsoleta de emprego de carros de combate como elemento de acompanhamento e apoio da infantaria.

Em relação às unidades de cavalaria, nota-se uma drástica redução do número de regimentos hipomóveis, restando apenas os três regimentos da 4ª Bda. C. Mec., que iniciava seu processo de mecanização. Também se observa o aumento significativo no número de regimentos mecanizados e blindados. Dentro do processo de extinção das antigas divisões de cavalaria, também foram extintos os regimentos de cavalaria motorizados, que eram, na prática, unidades motorizadas de infantaria.

As unidades de artilharia de campanha também passaram por mudanças marcantes, sendo a primeira delas a extinção de todas as unidades de artilharia de calibre 75 mm – muitas delas ainda tracionadas a cavalo –, e o aumento significativo do número de grupos de artilharia de calibre 105 mm, que passaram a dotar todas as brigadas criadas no período. Merece destaque a criação de quatro grupos de artilharia de campanha autopropulsados, que integravam as quatro brigadas blindadas existentes de 1980. Também se observa o aumento do número de grupos de artilharia média (155 mm) destinados às artilharias divisionárias, ainda que em número insuficiente para atender todas as oito divisões de exército existentes em 1980.

Chama particular atenção, a drástica redução no número de grupos de artilharia antiaérea. Deve-se, entretanto, observar que a defesa antiaérea das novas brigadas estava a cargo de elementos do nível de subunidade, não computadas neste quadro, e sobre os quais serão feitas algumas considerações mais adiante. Também se observa uma mudança no conceito de emprego da artilharia antiaérea do Exército. Em 1960 os G. Can. AAAé eram subordinados às regiões militares e tinham como missão a defesa da zona do interior.[3] As divisões a serem empregadas no teatro de operações não contavam com nenhuma unidade de defesa antiaérea, contrariando a doutrina, que previa um grupo antiaéreo por divisão. Em 1980, os três grupos de artilharia remanescentes, agora equipados com material mais moderno, integravam divisões de exército. O material 40 mm remanescente havia sido destinado a compor nove baterias de artilharia antiaérea, que integravam as novas brigadas. Esta nova distribuição dos

[3] Parte do território nacional não incluída em um teatro de operações.

meios de defesa antiaérea às grandes unidades de combate, embora atenda à defesa das tropas em operações, deixava os alvos estratégicos no território nacional sem qualquer proteção contra ataques aéreos. Este dilema, resultante da escassez de meios de artilharia antiaérea, continuou assombrando o EME, que viria a criar a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea a partir de janeiro de 1981, juntando sob o mesmo comando o 1º e 2º GAAAé, que deixaram de se subordinar às 1ª e 2ª DE (BRASIL, 1980).

Deve-se, finalmente, anotar o aumento do número de batalhões de engenharia de combate e a criação de unidades de comunicações e logísticas no nível de batalhão. Em termos de engenharia, todas as divisões de exército existentes em 1980 estavam dotadas de um BE Cmb., como previsto na organização doutrinária. Segundo a organização divisionária em vigor antes do processo de modernização objeto desta pesquisa, o apoio de comunicações ao comando das DI e DC estava a cargo de companhias de comunicações, enquanto o apoio logístico às unidades das divisões era proporcionado por elementos do nível de subunidade – Cia. de Intendência, Cia. de Manutenção e Cia. de Saúde. Com a nova doutrina, o apoio logístico às brigadas e às unidades das bases divisionárias das divisões de exército foi centralizado em unidades do nível de batalhão – os B. Log. – que ficaram encarregados de executar, dentro das grandes unidades às quais estavam subordinados, as atividades logísticas de suprimento, transporte, saúde, manutenção e serviços em campanha (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1984, p. 2-17). Para o apoio de comunicações ao comando das divisões de exército, a nova doutrina previa batalhões de comunicações divisionários (B. Com. Div.), dos quais dois foram criados e estavam em funcionamento em 1980 – 1º B. Com. Div. (Vila Militar, RJ) e 6º B. Com. Div. (Santo Ângelo, RS), subordinados à 1ª DE e a à 6ª DE, respectivamente (Cf. Apêndice 4). As brigadas, por sua vez, deveriam ser dotadas de companhias de comunicações, das quais treze estavam ativadas em 1986 (Cf. quadro 4 abaixo). Também foram criados três batalhões de comunicações de exército (B. Com. Ex.) – 1º B. Com. Ex. (Vila Militar, RJ), 3º B. Com. Ex. (Porto Alegre, RS) e 4º B. Com. Ex. (Recife, PE), encarregados de prover apoio de comunicações aos comandos dos I, III e IV Exércitos, respectivamente.

Para uma visão mais detalhada da situação militar terrestre brasileira antes do início do processo de modernização em estudo nesta pesquisa, o quadro 2 exibe a estrutura das grandes unidades operacionais do Exército Brasileiro em 1960. O quadro apresenta as grandes unidades (divisões) existentes na força terrestre, comparando a organização que lhes era prescrita pela doutrina vigente e a real situação das unidades que as compunham.

Quadro 2 – Organização real das divisões do Exército Brasileiro em 1960, em comparação com a organização doutrinária então vigente.[4]

Organização Doutrinária das Divisões		Número de Divisões	Número de Unidades Previstas	Número de Unidades existentes	Percentual de existência
DI	09 BI	07	63	33	52%
	01 BCC		07	00	00%
	03 GO 105		21	12[5]	57%
	01 GO 155		07	02	29%
	01 G. Can. Au. AAé.		07	00	00%
	01 BE Cmb.		07	06	85%
DI Aet.	09 BI Aet	01[6]	09	01	11%
	03 GO 105		03	01[7]	33%
	01 GO 155		01	00	00%
	01 G. Can Au. AAé.		01	00	00%
	01 BE Cmb.		01	00	00%
DC	03 RC	04	12	14	117%
	01 Rgt. Rec. Mec.		04	03	75%
	01 RCM		04	03	75%
	04 Grupos de Art. leve 75 e 105		16	10[8]	63%
	01 G. Can. Au AAé.		04	00	00%
	01 BE Cmb.		04	01	25%
DB	04 BCC	01	04	03	75%
	03 BIB		03	02	66%
	01 Rgt. Rec. Mec.		01	01	100%
	03 GO 105 Bld.		03	00	00%
	01 GO 155 Bld.		01	00	00%
	01 G. Can. Au. AAé. AP		01	00	00%
	01 BE Cmb. Bld.		01	00	00%
	01 Btl. Mnt.		01	01	100%

Fonte: Quadro organizado pelo autor, a partir dos dados constantes no Apêndice 3.

Da análise dos dados apresentados no quadro 2 e no Apêndice 3, e examinando a Portaria No. 163, de 15 de dezembro de 1960 (Reservada) – Organização e Efetivos do Exército (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 3-40), verifica-se que todas as divisões de infantaria (DI) tinham baixa disponibilidade de unidades de manobra e de apoio de fogo. Dos 21 regimentos de infantaria (RI) existentes, 12 estavam organizados com dois dos três batalhões previstos na doutrina. Mesmo assim, estes batalhões eram incompletos, tendo apenas duas das três companhias de fuzileiros previstas – ou seja, das nove subunidades de manobra previstas, esses regimentos tinham apenas quatro. Os outros nove regimentos contavam com apenas um

[4] Estão computadas apenas as unidades do tamanho de batalhão e que integravam as grandes unidades operacionais então existentes – divisões de infantaria, blindada, aeroterrestre e de cavalaria.

[5] Dois grupos eram dotados de canhões de 75 mm, estando em desacordo com a organização doutrinária.

[6] Apenas um núcleo de divisão.

[7] Apenas o núcleo de grupo de artilharia.

[8] Todos de 75 mm.

batalhão, também incompleto, com apenas duas companhias de fuzileiros. O único RI completo era o Regimento Escola de Infantaria, que contava com três batalhões de infantaria completos e quatro companhias regimentais, como já foi descrito no capítulo anterior. Mas este regimento não integrava nenhuma das divisões. Fazia parte do Grupamento de Unidades Escola e tinha o papel de modelo escolar de uma unidade completa segundo a doutrina (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 22-26, 40).

Também se constata que nenhuma das DI estava dotada do batalhão de carros de combate previsto em sua organização. Deve-se observar, entretanto, que o Exército contava com três batalhões de carros de combate leves, subordinados ao II Exército e ao Comando da 3ª Região Militar (Cf. Apêndice 3). Estes batalhões poderiam ser empregados para preencher a carência de BCC de até três das DI.

As DI também eram carentes de apoio de artilharia. Nenhuma das sete divisões contava com os três grupos de obuses (GO) de 105 mm e um grupo de 155 mm previstos na organização doutrinária. As 1ª, 2ª, 4ª e 5ª DI contavam com dois grupos de 105 mm; as 3ª e 6ª DI estavam organizadas com uma mescla de um grupo de obuses de 105 mm e outro de canhões de 75 mm; e a 7ª DI tinha apenas um GO 105 mm. Em termos de artilharia de médio calibre, apenas a 1ª e a 2ª DI contavam com apoio de um GO 155 mm. Deve-se também anotar que todos esses grupos estavam organizados com apenas duas baterias de obuses ou canhões, em lugar das três baterias previstas nos quadros de organização (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 51-62). A situação de apoio de engenharia das DI, por sua vez, era muito boa. Apenas a 7ª DI não dispunha de um BE Cmb. Em relação ao pessoal disponível, os efetivos existentes nas DI giravam em torno de 5.500 praças,[9] muito abaixo do efetivo previsto para uma DI e mais próximo ao efetivo de uma brigada.

A Divisão Aeroterrestre, por sua vez, era apenas um pequeno núcleo de tropas paraquedistas que reunia um batalhão de infantaria, um núcleo de grupo de artilharia – com uma bateria de obuses de 75 mm e outra de 105 mm, em desacordo com a organização doutrinária –, além de algumas subunidades de apoio (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 7, 55). O efetivo de praças não chegava sequer ao de uma brigada (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 3). Este núcleo de divisão aeroterrestre destinava-se a uma futura e improvável expansão ao nível de divisão.

[9] O Boletim Reservado do Exército No. 11-B, de 23 de dezembro de 1960, traz um Quadro Resumo do Efetivo de Praças para o ano de 1961. Nele, constatam-se os seguintes efetivos de praças para as divisões do Exército Brasileiro: 1ª DI – 6.868; 2ª DI – 5.487; 3ª DI – 5.666; 4ª DI – 5.086; 5ª DI – 5.218; 6ª DI – 6.440; 7ª DI – 4.080; 1ª DC – 5.672; 2ª DC – 6.046; 3ª DC – 5.204; 4ª DC – 3.603; DB – 3.946; Div. Aet. – 2.086 (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 3).

Em relação às divisões de cavalaria, observa-se um número excessivo de regimentos hipomóveis, embora todos fossem incompletos, contando com apenas dois esquadrões de fuzileiros, com a exceção do 11º RC (Ponta Porã, MT), que estava organizado com as três peças de manobra doutrinárias, sendo uma delas destacada em Amambai, MT. As três DC estacionadas no Rio Grande do Sul contavam com seus regimentos de reconhecimento mecanizado e de cavalaria motorizada, enquanto os elementos mecanizado e motorizado da 4ª DC, estacionada no Sul do Mato Grosso, eram do nível de esquadrão (MINISTÉRIO DA GUERRA, 1960, p. 10-11). A situação das 1ª, 2ª e 3ª DC – completas e mesmo com excesso de unidades hipomóveis –demonstra a prioridade estratégica da fronteira gaúcha, em relação à fronteira mato-grossense guarnecida pela 4ª DC. A situação de apoio de artilharia das DC era de alguma carência, mas não tão pronunciada como a das DI, e apenas a 2ª DC contava com apoio de engenharia de combate.

No que se refere à Divisão Blindada, o número de unidades de manobra existentes – BCC, BIB e Rgt. Rec. Mec. – chegava a 75%, mas a divisão não dispunha de qualquer unidade de apoio ao combate, embora contasse com apoio de manutenção adequado.

Também se verifica que, em 1960, nenhuma das divisões do Exército Brasileiro contava com sua unidade de defesa antiaérea. Embora o Exército dispusesse de um total de 10 grupos de canhões antiaéreos, nos calibres 40, 88 e 90 mm., dotados de material de tiro bastante obsoleto, estas unidades não pertenciam às divisões de infantaria e de cavalaria, mas às regiões militares, e destinavam-se à defesa antiaérea de instalações estratégicas da zona de interior[10] e não das forças desdobradas no teatro de operações. Ou seja, em 1960, as grandes unidades operacionais do Exército Brasileiro não contavam com qualquer unidade de defesa antiaérea.

O quadro 3 apresenta a situação das forças terrestres em dezembro de 1980, quando se completava a fase de implantação da modernização do Exército Brasileiro, com a extinção de sua última divisão de cavalaria e a criação das últimas brigadas que lhe dariam a estrutura básica pelos próximos 30 anos. Da mesma forma como no quadro anterior, o quadro 3 apresenta as grandes unidades operacionais existentes, comparando sua organização doutrinária com a real situação das unidades que as compunham.

Convém observar que, de acordo com a doutrina adotada a partir do início da década de 1970, as grandes unidades do Exército passaram a ser brigadas compostas por três a quatro

[10] Parte do território nacional não incluída no teatro de operações terrestres (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 286).

unidades de manobra do nível de batalhão e um conjunto de unidades e subunidades que proporcionavam os apoios ao combate e logístico necessários às operações da grande unidade.

Quadro 3 – Organização real das brigadas do Exército Brasileiro em 1980, em comparação com a organização doutrinária vigente na ocasião.[11]

Organização Doutrinária das Brigadas[12]		**Número de Brigadas**	**Número de Unidades Previstas**	**Número de Unidades existentes**	**Percentual de existência**
Bda. Inf. e Bda. Inf. Mtz.	03 BI	13	39	38	97%
	01 GAC		13	13	100%
	01 B. Log.		13	05	38%
Bda. Inf. Pqdt.	03 BI Pqdt.	01	03	03	100%
	01 GAC Pqdt.		01	01	100%
	01 B. Log. Pqdt.		01	01	100%
Bda. Inf. Sl.	03 BIS	02	06	05	83%
	01 GAC Sl.		02	00	00%
	01 B. Log. Sl.		02	00	00%
Bda. Inf. Bld.	02 BIB	03	06	06	100%
	01 BI Mtz.		03	03	100%
	01 RCC		03	03	100%
	01 GAC AP		03	03	100%
	01 B. Log.		03	03	100%
Bda. C. Bld.	01 BIB	01	01	01	100%
	02 RCC		02	02	100%
	01 GAC AP		01	01	100%
	01 B. Log.		01	01	100%
Bda. C. Mec.	02 RC Mec.	04	08	06	75%
	01 RCB		04	03	75%
	01 GAC		04	04	100%
	01 B. Log.		04	03	75%

Fonte: Quadro organizado pelo autor, a partir dos dados constantes no Apêndice 4.

Da análise dos dados apresentados no quadro 3 e no Apêndice 4, percebe-se uma clara prioridade das brigadas blindadas, mecanizadas e paraquedista sobre as brigadas de infantaria. Todas aquelas, com a exceção da 4ª Bda. C. Mec., estavam completas em termos de unidades do tamanho de batalhão. A 4ª Bda. C. Mec. seria completamente mecanizada em meados da década de 1980 e receberia as unidades faltantes – um RCB e um B. Log (Cf. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1987).

As brigadas de infantaria a pé e motorizadas, estavam num segundo patamar de operacionalidade. Embora quase todas estivessem completas em termos de unidades de manobra e todas contassem com seu grupo de artilharia, poucas delas dispunham de capacidade de apoio logístico, ficando dependentes do apoio fornecido pelo escalão superior.

[11] Estão computadas apenas as unidades do tamanho de batalhão e que integravam as grandes unidades operacionais então existentes – brigadas de infantaria, de infantaria motorizada, de infantaria paraquedista, de infantaria de selva, de infantaria blindada, de cavalaria mecanizada e de cavalaria blindada.

[12] Apenas unidades do tamanho de batalhão.

Finalmente, em última prioridade, estavam as duas brigadas de infantaria de selva, que embora dispusessem dos seus batalhões de manobra, não contavam com elementos de apoio de fogo e de apoio logístico. Mesmo as unidades de manobra estavam distribuídas de forma desequilibrada entre ambas as brigadas: a 23ª Bda. Inf. Sl. contava com quatro BIS – acima da dotação doutrinária de três –, enquanto a 17ª Bda. Inf. Sl. tinha apenas um BIS, embora dispusesse de dois BEF em sua composição, em uma situação que não correspondia à doutrina.

Quadro 4 – Situação das brigadas do Exército Brasileiro quanto às subunidades de cavalaria mecanizada e de apoio ao combate em 1986.

Brigada	**Cia. Com.**	**Cia. E. Cmb.**	**Bia. AAé.**	**Esqd. C. Mec.**
1ª Bda. Inf. Mtz.	F	F	☑	☑
2ª Bda. Inf. Mtz.	F	F	F	F
3ª Bda. Inf. Mtz.	☑	☑	☑	☑
4ª Bda. Inf. Mtz.	☑	F	F	☑
5ª Bda. Inf. Bld.	☑	F	F	☑
6ª Bda. Inf. Bld.	☑	F	☑	F
7ª Bda. Inf. Mtz.	F	F	F	F
8ª Bda. Inf. Mtz.	F	F	F	☑
9ª Bda. Inf. Mtz (Es.)	☑	☑	☑	☑
10ª Bda. Inf Mtz	☑	F	F	☑
11ª Bda. Inf. Bld.	☑	F	☑	☑
12ª Bda. Inf. Mtz.	F	F	☑	F
13ª Bda. Inf. Mtz	F	F	F	F
14ª Bda. Inf. Mtz.	F	F	F	F
15ª Bda. Inf. Mtz.	F	☑	F	☑
16ª Bda. Inf. Mtz	F	F	F	F
17ª Bda Inf. Sl.	F	F	F	F
23ª Bda. Inf. Sl	F	F	F	F
Bda. Inf. Pqdt.	☑	☑	–	☑
1ª Bda. C. Mec.	☑	F	F	–
2ª Bda. C. Mec.	☑	☑	☑	–
3ª Bda. C. Mec.	☑	F	☑	–
4ª Bda. C. Mec.	☑	F	F	–
5ª Bda. C. Bld	☑	F	☑	F

☑ Existe F Falta ─ Não previsto nos quadros de organização

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base em (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1987, Anexo "A", p. única).

Deve-se observar que, sendo a brigada uma grande unidade de dimensões menores que a divisão, esta diferença de magnitude se reflete em seus elementos de combate e de apoio, dos quais alguns são subunidades do tamanho de companhia. Segundo a organização estabelecida pela nova doutrina, todas as brigadas deveriam dispor de um esquadrão de cavalaria mecanizado, como elemento de reconhecimento e segurança, à exceção das Bda. C. Mec., por serem elas próprias destinadas a este fim; da mesma forma, todas deveriam ser dotadas de

uma companhia de comunicações e uma de engenharia de combate; e, com exceção da Bda. Inf. Pqdt., todas as demais deveriam contar com uma bateria de artilharia antiaérea. Deve-se, entretanto, registrar que muitas brigadas careciam desses elementos. Como foi mostrado no capítulo anterior, quando as primeiras brigadas foram criadas em dezembro de 1972 e nos meses seguintes, o EME usou o artifício de computar na constituição das brigadas, algumas subunidades das unidades divisionárias, criando a impressão fictícia de que as novas brigadas estavam dotadas de todos seus elementos constitutivos previstos na doutrina. Quando esta situação de completude ilusória foi desfeita em setembro 1974, as carências das brigadas ficaram evidentes. Mais de uma década mais tarde, em meados da década de 1980, a situação de carência de elementos de reconhecimento e de apoio ao combate das brigadas ainda era acentuada, como se vê no quadro 4.

Concluindo a análise das mudanças introduzidas na estrutura das forças terrestres brasileiras durante o processo de modernização e reestruturação em estudo, faz-se a seguir um estudo comparativo dessas forças, tomando-se como balizadores os marcos do recorte temporal desta pesquisa. O quadro 5 sintetiza esta comparação.

Quadro 5 – Comparação da estrutura das grandes unidades do Exército Brasileiro em relação à organização doutrinária.

Parâmetro de Comparação	**Marco Temporal**	
	1960	**1980**[13]
Quantidade de grandes unidades existentes	14 Divisões (07 DI, 04 DC, 01 DB, 01 Div. Aet. e 01 GUEs)	24 Brigadas (13 Bda. Inf./Inf. Mtz., 03 Bda. Inf Bld., 02 Bda. Inf. Sl., 01 Bda. Inf. Pqdt., 04 Bda. C. Mec. e 01 Bda. C. Bld.)
Aderência da estrutura das grandes unidades de infantaria à organização doutrinária.	Baixa.	Alta, em geral, embora de forma irregular, variando de brigadas completas (3ª e 9ª Bda.), a brigadas às quais lhes faltavam todos os elementos de reconhecimento e apoio ao combate (2ª, 7ª, 13ª, 14ª e 16ª Bda.)
Aderência da estrutura das grandes unidades de cavalaria à organização doutrinária.	Alta, em geral, mas baixa na 4ª DC.	Não existiam brigadas de cavalaria hipomóveis em 1980.
Aderência da estrutura das grandes unidades mecanizadas à organização doutrinária.	Não existiam divisões mecanizadas em 1960.	Alta
Aderência da estrutura das grandes unidades blindadas à organização doutrinária.	Baixa, particularmente no que se refere às unidades de apoio ao combate.	Alta

[13] Para as subunidades de cavalaria mecanizada e as de apoio ao combate, leva-se em conta a situação de 1986, Cf. o quadro 4 acima.

Parâmetro de Comparação	Marco Temporal	
	1960	1980
Aderência da estrutura das grandes unidades paraquedistas (aeroterrestre) à organização doutrinária.	Muito baixa.	Muito alta.
Aderência da estrutura das grandes unidades de selva à organização doutrinária.	Não existiam divisões de selva em 1960.	Baixa.

Fonte: Quadro organizado pelo autor.

Da análise dos parâmetros examinados no quadro 5, segundo os marcos temporais estabelecidos, verifica-se que o processo de modernização e reestruturação que se desenvolveu no Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 resultou em um número 71% maior de grandes unidades operacionais. É justo observar que as novas grandes unidades eram brigadas, e estas são teoricamente menores do que as divisões de infantaria, que eram a maioria das grandes unidades existentes no Exército na década de 1960. Mas o fato é que a maioria das divisões existentes antes da reestruturação eram apenas esqueletos a serem completados com pessoal e meios a mobilizar em caso de conflito, o que implicava em um processo demorado em termos de pessoal de fileiras, difícil em termos de sargentos e oficiais, e duvidoso no que diz respeito a equipamentos e armamentos mais sofisticados. Os efetivos reais das DI eram muito próximos aos de uma brigada. Merece destaque o aumento marcante do número de grandes unidades blindadas e mecanizadas, que passaram de uma DB bastante incompleta em 1960 para quatro brigadas blindadas e quatro mecanizadas em 1980, a maioria das quais completas em termos de elementos de combate, de apoio de fogo e de apoio logístico, embora com algumas deficiências pontuais em termos de defesa antiaérea e de apoio de engenharia. Em relação à defesa antiaérea, deve-se considerar que, saindo de uma situação na qual, em 1960, nenhuma grande unidade contava com um elemento de defesa contra ataques aéreos, o fato de que nove das 24 brigadas existentes em 1980 dispunham de baterias de artilharia antiaérea pode ser entendido como um avanço, embora essas baterias estivessem dotadas com um material já obsoleto. Também merece ser registrada a extinção das divisões de cavalaria, remanescentes da doutrina militar francesa anterior à Segunda Guerra Mundial, todas transformadas em brigadas de cavalaria mecanizadas.

Também se observa um marcante aumento na coerência entre a estrutura organizacional das grandes unidades existentes e a organização prescrita pela doutrina em vigor, particularmente no que diz respeito a unidades de manobra e de artilharia de campanha, embora ainda continuassem a haver carências de unidades logísticas e de subunidades de cavalaria mecanizadas, de comunicações, de artilharia antiaérea e de engenharia de combate.

Mas, a despeito dessas deficiências, em 1980, o Exército contava com quatro brigadas completas, com todos seus elementos orgânicos prescritos pela doutrina vigente: 3ª Bda. Inf. Mtz., 9ª Bda. Inf. Mtz., Bda. Inf. Pqdt. e 2ª Bda. C. Mec.

Uma carência identificada pelos propositores da modernização do Exército na década de 1960, não foi, entretanto, superada. Em 1980 o Exército continuava sem contar com sua própria aviação, dependendo da Força Aérea Brasileira para o atendimento de suas necessidades logísticas nas regiões mais remotas do País, para o transporte de tropas e para a realização de operações aeromóveis.[14]

4.1.2 Equipamentos militares

O segundo fator mensurável do poder de combate de uma força militar é sua dotação de equipamentos militares – armamento, veículos de combate, meios de apoio de fogo etc. Para uma avaliação das mudanças que se processaram no Exército Brasileiro entre o ano de 1960 e o de 1980 em função do processo de modernização desencadeado nesse período, apresenta-se abaixo o quadro 6.

Quadro 6 – Comparação dos principais equipamentos militares em uso no Exército Brasileiro em 1960 e 1980.

Equipamento	1960	1980
Armamento leve	Mosquetão Modelo 1949 de repetição acionado a ferrolho (baseado no Mauser 1908). Pistola Colt Modelo 1911 e revolver Smith & Wesson Modelo 1917. Submetralhadora INA Modelos 1950 e 1953.	Fuzil FN FAL automático. Pistolas Beretta M975 e IMBEL M973. Submetralhadora Beretta Modelo 1972.
Metralhadoras	Metralhadoras Madsen e Browning M1917 e M1919.	Metralhadora FN MAG Modelo 1971, com algumas M1919 remanescentes.
Munição de armamento leve e de metralhadoras	Munição de fuzis e metralhadoras: .30-06. Munição de pistolas e submetralhadoras: .45 ACP.	Munição de fuzis e metralhadoras: 7,62 mm NATO. Munição de pistolas e submetralhadoras: 9 mm Luger.
Artilharia de campanha leve	14 grupos dotados com canhões de 75 mm, sendo 06 tracionados a cavalo e um transportado no dorso de mulas. 11 grupos dotados com obuseiros de 105 mm M101. 01 núcleo de grupo misto aeroterrestre, dotado com obuseiros de 75 mm e de 105 mm.	20 grupos dotados com obuseiros de 105 mm M101. 01 grupo dotado com obuseiros de 105 mm M102. 04 grupos dotados com obuseiros de 105 mm M108 autopropulsados. 01 grupo paraquedista, dotado com obuseiros Oto Melara de 105 mm Modelo 56 desmontáveis.

[14] Operação na qual as forças de combate, com seu equipamento, deslocam-se em aeronaves orgânicas, nas proximidades da área de combate, em reforço ou sob o controle operacional do comandante para engajar-se no combate (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 189).

Equipamento	1960	1980
Artilharia de campanha média	02 grupos dotados com os obuseiros 155 mm M114.	05 grupos dotados com os obuseiros 155 mm M114.
Artilharia antiaérea	05 grupos dotados com canhões 90 mm M1. 01 grupo dotado com canhões 88 mm C/56 – Mod 18. 04 grupos dotados com canhões automáticos 40 mm L/60.	03 grupos dotados com canhões 35 mm Oerlikon.[15] 09 baterias dotadas com canhões automáticos 40 mm L/60.
Carros de combate	83 CC médios Sherman M4. 50 CC leves M41. 437 CC leves Stuart M3 e M3A1.	368 CC leves M41. Quase 300 CC leves Stuart M3 e M3A1 remanescentes.[16]
Viaturas blindadas de transporte de pessoal	Cerca de 400 VBTP de meia-lagarta M2, M2A1, M3, M3A1. 84 viaturas blindadas sobre rodas Scout Car M3A1. 20 VBTP sobre lagartas inteiras M59	584 VBTP M113 sobre lagartas. 153 VBTP EE-11 Urutu sobre rodas. [17]
Carros blindados de reconhecimento sobre rodas	Cerca de 150 carros M8 Greyhound.	157 CRR EE-9 Cascavel.[18]

Fonte: Quadro organizado pelo autor.

Do exame do quadro 6, constata-se a modernização de todo o armamento leve em uso no Exército Brasileiro no período abrangido. Os mosquetões de repetição, acionados por ferrolho, cuja tecnologia remontava ao final do século XIX, foram substituídos pelos fuzis automáticos FN FAL, que era um projeto posterior à Segunda Guerra Mundial e adotado por diversos países da OTAN, como Alemanha Ocidental, Bélgica, Canadá, Portugal, Reino Unido e Turquia, além de diversos países sul-americanos. A aquisição dos FAL incluiu a licença para produção dos fuzis na indústria militar brasileira. Também foram substituídas as armas de mão e submetralhadoras, adotando armas mais modernas[19] e com a munição 9 mm Parabellum, que havia sido padronizada pela OTAN em 1959 (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, 1982).

[15] Cf. Souza, 1985, p. 51-52, e Muniz, 1976, p. 15.

[16] Higushi, Bastos Jr. e Bacchi (2015, p. 47) avaliam que, entre o final da década de 1960 e o da de 1970, o Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar (Santa Maria, RS) recuperou perto de 300 CC Stuart. Estes carros foram sendo substituídos, pouco-a-pouco, pelos carros de reconhecimento sobre rodas EE9 Cascavel.

[17] Quantidade de unidades do EE-11 Urutu operados pelo Exército Brasileiro em 1980 (BASTOS, E. A. S., 2012, p. 306).

[18] Quantidade de unidades do EE-9 Cascavel operados pelo Exército Brasileiro em 1980 (BASTOS, E. A. S., 2012, p. 297).

[19] A pistola IMBEL M973 não era resultado de um projeto moderno, mas uma cópia da Colt Modelo 1911. Mas, embora o Exército Brasileiro a adotasse paralelamente às novas Beretta, a pistola IMBEL tinha a vantagem de usar a nova munição 9 mm padronizada pela Força.

A modernização dos equipamentos também implicou na substituição das metralhadoras leves Madsen e Browning M1919 e as pesadas Browning M1917, todas projetadas no início do século XX, pela metralhadora de emprego geral FN MAG, projetada e produzida no começo da década de 1950 pela empresa belga *Fabrique Nationale d'Armes de Guerre* (FN), e que havia sido adotada pela OTAN (MAG MACHINE GUN, 1998). Com a aquisição das novas metralhadoras MAG e dos fuzis FAL, o Exército Brasileiro passou a utilizar a mesma munição 7,62 mm padronizada pela OTAN para fuzis e metralhadoras (WILLIAMS, 2015).

Em relação à artilharia, durante o período foram retirados de serviço os antigos canhões de 75 mm anteriores à Segunda Guerra Mundial, que dotavam as divisões de cavalaria e algumas divisões de infantaria, muitos dos quais ainda dependentes de tração ou transporte animal. Em 1980, a artilharia de todas as brigadas de infantaria a pé e motorizada e de cavalaria mecanizada estava dotada com obuseiros norte-americanos de 105 mm M101 e M102. Segundo a organização de 1957, este material já era o previsto para as divisões de infantaria, embora nenhuma das DI existentes em 1960 contasse com a sua dotação completa de unidades de artilharia. Os grupos de artilharia das brigadas blindadas de infantaria e cavalaria receberam os obuseiros de 105 mm M108 AP, também produzido nos Estados Unidos. Esses obuseiros são montados em veículos blindados autopropulsados sobre lagartas, o que lhes proporciona grande mobilidade através do campo e a capacidade de acompanhar o movimento das unidades de manobra das brigadas blindadas. A artilharia da brigada paraquedista, por sua vez, foi equipada com os obuseiros Oto Melara Modelo 56, de fabricação italiana, também no calibre 105 mm e que usava o mesmo tipo de munição dos obuseiros norte-americanos, o que simplificava a logística de suprimento. O obuseiro Oto Melara foi escolhido para equipar o grupo de artilharia paraquedista por sua versatilidade, pois foi concebido para equipar unidades de artilharia ligeira, como é o caso das tropas paraquedistas – o Oto Melara pode ser rápida e facilmente desmontado e remontado, o que facilita seu lançamento em paraquedas e o transporte em viaturas leves ou em lombo de mulas, caso seja necessário. Finalmente, os grupos de artilharia orgânicos das divisões de exército foram equipados com os obuseiros de 155 mm M114, de maior alcance e maior poder de fogo (BENETTI, [s.d.]) – a exceção era o 15º GAC, orgânico da 5ª DE (Curitiba, PR), que ainda não havia recebido material 155 mm em 1980. No que se refere ao material de artilharia pode-se, em síntese, constatar os seguintes avanços trazidos pelo processo de modernização do Exército em estudo nesta pesquisa: padronização do calibre de acordo com o escalão, ficando as brigadas com o calibre 105 mm e as AD com o calibre 155 mm; padronização do tipo de munição para os diversos materiais de calibre 105 mm – todos os obuseiros disparavam o mesmo tipo de munição; e adequação do material de artilharia à natureza das brigadas – obuseiros rebocados para as brigadas de

infantaria a pé e motorizada e de cavalaria mecanizada; obuseiros autopropulsados para as brigadas blindadas; e obuseiros leves desmontáveis para a brigada paraquedista. Em relação à artilharia antiaérea, observa-se o decréscimo do número de grupos de artilharia antiaérea, mas também a modernização dos três grupos remanescentes, embora permanecesse a carência de meios de defesa antiaérea de média e grande altitude.

No que se refere aos carros de combate e demais veículos blindados, observa-se no período a modernização e padronização dos carros de combate, com a adoção do M41 como o principal carro das brigadas blindadas e mecanizadas, embora fosse um carro leve e chegasse a 1980 já bastante desgastado pelo uso prolongado. Na categoria dos veículos blindados de reconhecimento sobre rodas, a indústria nacional teve papel importante, com a substituição dos antigos blindados M8 Greyhound pelos novos EE-9 Cascavel, cuja manutenção era muito facilitada pela simplicidade de sua concepção, com uso de muitos componentes produzidos pela indústria automobilística brasileira e a decorrente facilidade de acesso a peças de reposição (BASTOS, E. C. S., 2015, p. 293). Também da indústria nacional, foram introduzidas as viaturas blindadas de transporte de pessoal EE-11 Urutu, destinadas às unidades das brigadas de cavalaria mecanizadas, em substituição às antigas viaturas blindadas de meia-lagartas e scout-cars. A aquisição das viaturas blindadas de transporte de pessoal sobre lagartas M113 permitiu a substituição dos blindados de meia-lagartas e ampliação do número de BIB existentes, saindo de dois batalhões em 1960 para sete em 1980.

4.1.3 Nível de eficiência operacional

O terceiro fator mensurável do poder de combate é a eficiência operacional, entendida como a "capacidade que tem uma unidade operacional de cumprir, de maneira adequada e com economia de meios, todas as missões de combate, previstas na sua base doutrinária" (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2015, p. 97). Para esta pesquisa, optou-se por avaliar a eficiência operacional da força terrestre brasileira com base na sua eficácia militar, ou seja, na sua capacidade para transformar recursos em poder de combate (MILLETT; MURRAY; WATMAN, 1988, p. 2). São avaliados, para tanto, os quatro atributos centrais da eficácia militar: integração, capacidade de resposta, destreza e qualidade (BROOKS, 2007a).

No que se refere ao atributo "integração", entendido como "o grau segundo o qual as diferentes atividades militares são internamente consistentes e se reforçam mutuamente" (BROOKS, 2007a, p. 10), observa-se que o processo em estudo nesta pesquisa trouxe maior grau de coerência entre a doutrina, particularmente seu aspecto organizacional, e a organização efetivamente existente nas forças terrestres. Também se constata maior coerência interna da doutrina. Após a Segunda Guerra Mundial o Exército Brasileiro seguia uma mescla

entre a doutrina militar francesa – com aspectos já obsoletos – e a doutrina militar norte-americana, concebida para o exército de uma superpotência industrial em um contexto global, mas adotada por um país subdesenvolvido e em fase inicial de industrialização. A nova doutrina concebida no âmbito do Exército Brasileiro durante a década de 1960 e implantada a partir do começo da década de 1970 estava mais ajustada aos contextos político, geoestratégico e econômico do País. Dentre os aspectos de coerência interna podem ser apontados: a designação das unidades de acordo com a arma e sua natureza; a adoção das brigadas, com efetivos de cerca de quatro mil homens como grandes unidades básicas, no lugar de divisões que deveriam ter mais de 10 mil homens; a concepção das divisões como grandes unidades de coordenação do emprego das grandes unidades básicas – as brigadas – em combate; a padronização de calibres da artilharia de campanha das brigadas e das divisões; a incorporação de unidades artilharia autopropulsada às brigadas blindadas; e a supressão das DC, concebidas na década de 1920, sob inspiração da Missão Militar Francesa, e cuja organização mesclava unidades a cavalo, mecanizadas e motorizadas sob um mesmo comando.

Em relação ao atributo "capacidade de resposta", ou seja, à "capacidade de ajustar a atividade militar às capacidades do próprio Estado, às capacidades dos seus adversários, e às restrições e imposições externas" (BROOKS, 2007a, p. 10), observa-se que a nacionalização da maioria dos equipamentos militares diminuiu a dependência externa do aparato militar brasileiro, protegendo-o de flutuações da economia global e de injunções políticas internacionais. O principal marco de demonstração de libertação da dependência militar externa foi a denúncia do Acordo Militar como os EUA em 1977 (SELCHER, 1977, p.1). A menor dependência militar brasileira foi decorrência do desenvolvimento econômico brasileiro nas décadas de 1940 e 1950 e da implantação de uma indústria militar brasileira com base em empresas privadas e nas exportações, diminuindo a dependência de sobrevivência dessas empresas das compras do governo brasileiro.

O atributo "destreza" da eficácia militar caracteriza-se pela capacidade de uma organização militar executar tarefas específicas e cumprir ordens, incluindo a capacidade de garantir que o pessoal militar esteja motivado e preparado para executar tarefas difíceis, complexas e perigosas no campo de batalha. Quanto a este atributo, observa-se a melhora no treinamento da tropa, em consequência da adoção de um sistema de instrução militar moderno e coerente, como se discutirá a seguir. Também se podem inferir ganhos na motivação da oficialidade, em função das mudanças positivas trazidas pela nova doutrina, em atendimento às demandas apresentadas pelo próprio corpo de oficiais durante a década de 1960.

Em relação ao atributo “qualidade”, referente à capacidade do Estado para prover as forças militares de armas e equipamentos fundamentais (BROOKS, 2007a, p. 9-10), constata-se o avanço decorrente da substituição de todo o armamento leve e metralhadoras por modelos de tecnologia atualizada, a aquisição de grande quantidade de armas e equipamentos militares modernos, como artilharia autopropulsada, novos canhões antiaéreos de tecnologia atualizada, carros de combate mais modernos e a incorporação da moderna família de blindados brasileiros sobre rodas produzidos pela empresa nacional ENGESA.

4.1.4 Resumo dos resultados alcançados em termos do poder de combate

Em resumo, pode-se afirmar que o processo de modernização e reestruturação do Exército, que foi gestado na década de 1960 e implantado durante a década de 1970, resultou em que a instituição armada adquirisse maior poder de combate, avaliado em seus fatores mensuráveis: estrutura de forças, equipamentos militares e nível de eficácia operacional. No que se refere ao primeiro fator, observa-se que o processo resultou em uma estrutura de forças mais adequada à situação geopolítica e econômica do País e também mais moderna, com a motorização da maioria de suas unidades, a mecanizadas das antigas divisões de cavalaria e o aumento do número de unidades blindadas. Também se observa a maior coerência entre a doutrina adotada e a real organização das unidades e grandes unidades da força terrestre e a maior coerência interna da doutrina militar. Em relação ao segundo fator, constata-se a modernização dos equipamentos militares em uso no Exército Brasileiro, com a nacionalização de parte significativa desses equipamentos. Finalmente, observa-se que o processo de modernização resultou em maior eficiência operacional da força terrestre, caracterizada pela variação positiva nos atributos da eficácia militar.

4.2 Resultados alcançados em termos de desdobramento das unidades no território nacional

Esta seção avalia o impacto da modernização e reestruturação do Exército Brasileiro no desdobramento das suas unidades e grandes unidades no território nacional, sendo o termo “desdobramento” entendido como a disposição das unidades e grandes unidades no terreno de acordo com um plano previamente elaborado, a fim de aumentar o grau de prontidão dessas forças para o cumprimento de suas missões.

4.2.1 Mudanças no dispositivo militar

As principais mudanças de dispositivo militar no nível das unidades do escalão batalhão decorreram de: 1) transferências de unidades criadas por desmembramento dos regimentos

que tinham duas unidades incorporadas, 2) criação de unidades em áreas até então desprovidas da presença de tropas federais e 3) transferências de unidades para as áreas de desdobramento das brigadas às quais haviam sido destinadas em função da reorganização do Exército.

No primeiro caso, têm-se: o 3º RI (São Gonçalo, RJ), cujo 2º Btl. foi transformado em 56º BI e depois transferido para Campos, RJ; o 12º RI (Belo Horizonte, MG), cujo 2º Btl. foi transformado em 55º BI e depois transferido para Montes Claros, MG; o 14º RI (Socorro, PE), cujo 2º Btl. foi transformado em 31º BI Mtz. e depois transferido para Caicó, RN; e o 2º RO 105 (Itu, SP), cujo 1º Grupo foi transformado em 20º GAC e mais tarde transferido para Barueri, SP. Observa-se que as transferências destas unidades criadas por desmembramento de regimentos aconteceram dentro das regiões onde estavam sediados os regimentos desmembrados.

Os casos de criação de unidades em áreas antes desprovidas da presença de tropas federais foram mais frequentes na Região Amazônica, com a criação de seis batalhões de infantaria de selva – 34º BIS (Macapá, AP), 50º BIS (Imperatriz, MA), 51º BIS (Altamira, PA), 52º BIS (Marabá, PA), 53º BIS (Itaituba, PA), 54º BIS (Humaitá, AM) – e quatro batalhões especiais de fronteira – 1º BEF (Tabatinga, AM), 2º BEF (Boa Vista, RR), 4º BEF (Rio Branco, AC) e 6º BEF (Guajará-Mirim, RO). Mas também foram criadas novas unidades militares em outras regiões, particularmente em áreas afastadas da região litorânea, como foram os casos do 30º BI Mtz. (Apucarana, PR), 35º BI (Feira de Santana, BA), 36º BI (Uberlândia, MG), 40º BI (Crateús, CE), 41º BI Mtz. (Jataí, GO), 43º BI Mtz. (Cristalina, GO), 47º BI (Coxim, MS), 58º BI Mtz. (Aragarças, GO), 71º BI (Garanhuns, PE), e 72º BI Mtz. (Petrolina, PE). Pode-se observar que a interiorização de forças militares era coerente com o movimento de interiorização da ocupação humana e do desenvolvimento do País. No caso em estudo, o movimento mais marcante dessa mudança de foco estratégico foi a transferência da sede do Comando Militar da Amazônia de Belém para Manaus.

Também ocorreram diversas transferências de unidades para incorporá-las às brigadas às quais haviam sido atribuídas: o 17º RC foi transferido de Pirassununga, SP, para Amambai, MS, a fim de compor a 4ª DC, desdobrada na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e depois transformada em 4ª Bda. C. Mec.; o 5º RCC foi transferido de Santo Ângelo, RS, para Rio Negro, PR, a fim de integrar a 5ª Bda. Inf. Bld., desdobrada nas regiões Centro e Leste do Paraná; o 26º GAC foi transferido de São Borja, RS, para Guarapuava, PR, a fim de integrar o 2º Gpt. de Fronteira, desdobrado na região Sudoeste do Paraná e depois transformado em 15ª Bda. Inf. Mtz.; o 8º G. Can. 75 AR (Livramento, RS) foi transformado

em 28º GAC e transferido para São Francisco do Sul, SC, e daí para Criciúma, SC, como integrante Gpt. do Leste Catarinense, mais tarde transformado em 14ª Bda. Inf. Mtz.; 6º BE Cmb. foi transferido de Porto Alegre para São Gabriel, RS, a fim de integrar a 3ª Bda. C. Mec., desdobrada na fronteira sul do Rio Grande do Sul.; e o 2º BCC, foi transformado em 2º RCC e transferido de Valença, RJ, para Pirassununga, SP, a fim de compor a 11ª Bda. Inf. Bld., desdobrada na região Central do estado de São Paulo.

Em termos de grandes unidades e seu desdobramento no território nacional, o quadro final resultante dessas transferências ou criações de unidades é mostrado no quadro 7, que mostra a distribuição das divisões e brigadas entre os Exércitos e Comandos Militares de Área existentes em 1960 e 1980.

Quadro 7 – Desdobramento das Grandes Unidades do Exército Brasileiro em 1960 e 1980.

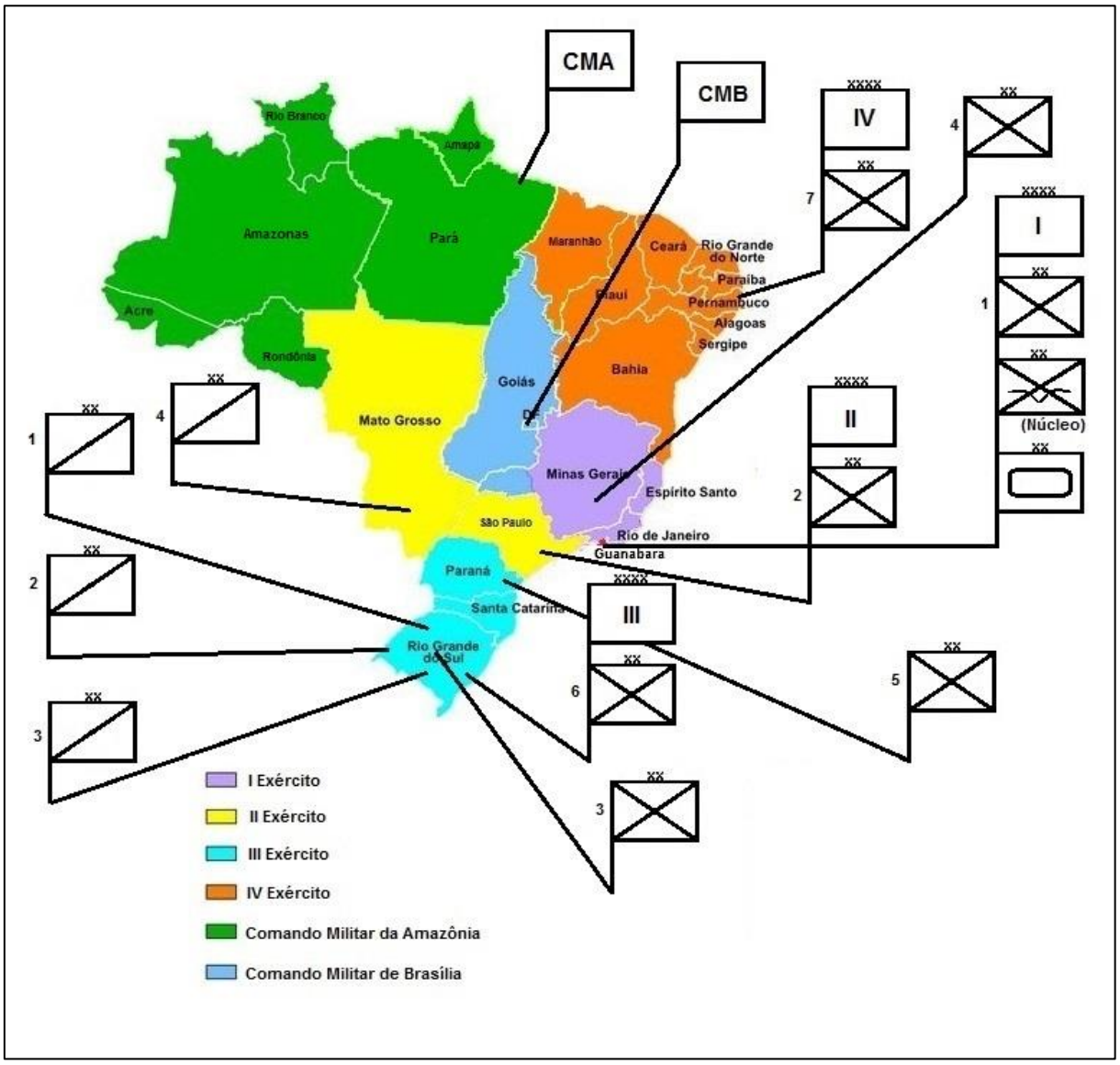
Exército ou Comando Militar de Área	**1960**		**1980**		
	Grande Unidade (Quartel General)	**Área de Desdobramento**	**Divisão de Exército** (Quartel General)	**Brigada** (Quartel General)	**Área de Desdobramento**
I Exército (Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, exceto o Triângulo Mineiro)	1ª DI (Vila Militar, GB)	Rio de Janeiro, GB, e Niterói, RJ.	1ª DE (Vila Militar, RJ)	1ª Bda. Inf. Mtz. (Rio de Janeiro, RJ)	Rio de Janeiro e regiões Serrana e Oeste do estado do Rio de Janeiro.
	4ª DI (Juiz de Fora, MG)	Regiões Centro e Sul de Minas Gerais.		2ª Bda. Inf. (Niterói, RJ)	Grande Niterói, região Norte do estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo.
	DB (Rio de Janeiro, GB)	Rio de Janeiro, GB.		9ª Bda. Inf. Mtz. (Es.) (Vila Militar, RJ)	Vila Militar, RJ.
	Núcleo da Div Aet (Vila Militar, GB)	Vila Militar, GB.		5ª Bda. C. Bld. (Rio de Janeiro, RJ)	Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
	GUEs (Vila Militar, GB)	Vila Militar, GB.	4ª DE (Juiz de Fora, MG)	4ª Bda. Inf. Mtz. (Belo Horizonte, MG)	Regiões Centro e Sul de Minas Gerais.
			Subordinada diretamente ao I Exército	Bda. Inf. Pqdt. (Vila Militar, RJ)	Vila Militar, RJ.
II Exército (Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul)	2ª DI (São Paulo, SP)	Grande São Paulo e região Leste do estado de São Paulo.	2ª DE (São Paulo, SP)	11ª Bda. Inf. Bld. (Campinas, SP)	Grande São Paulo, regiões de Campinas e Central do estado de São Paulo.
				12ª Bda. Inf. (Caçapava, SP)	Grande São Paulo e Vale do Rio Paraíba do Sul paulista.
	4ª DC (Campo Grande, MT)	Fronteira Sul do Mato Grosso.	9ª DE (Campo Grande, MS)	13ª Bda. Inf. Mtz. (Cuiabá, MT)	Região Oeste de Goiás e Sul do Mato Grosso.
				4ª Bda. C. Mec. (Campo Grande, MS)	Fronteira Sul do Mato Grosso do Sul.
	2° Bda. Mista (Corumbá, MT)	Fronteira Oeste do Mato Grosso.		2ª Bda Mista (Corumbá, MS)	Fronteira Oeste do Mato Grosso do Sul
III Exército (Região Sul do Brasil)	3ª DI (Santa Maria, RS)	Região Central do estado do Rio Grande do Sul.	3ª DE (Santa Maria, RS)	6ª Bda. Inf. Bld. (Santa Maria, RS)	Região Central do Rio Grande do Sul.
				16ª Bda. Inf. Mtz. (Santo Ângelo, RS)	Região Noroeste do Rio Grande do Sul.
				1ª Bda. C. Mec. (Santiago, RS)	Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.
				2ª Bda. C. Mec. (Uruguaiana, RS)	Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul.
	5ª DI (Curitiba, PR)	Regiões Centro e Leste do Paraná e Leste de Santa Catarina.	5ª DE (Curitiba, PR)	5ª Bda. Inf. Bld. (Ponta Grossa, PR)	Regiões Centro e Leste do Paraná.
	6ª DI (Porto Alegre, RS)	Grande Porto Alegre e região Norte do Rio Grande do Sul.		14ª Bda. Inf. Mtz. (Florianópolis, SC)	Região Leste de Santa Catarina.
	1ª DC (Santiago, RS)	Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul.		15ª Bda. Inf. Mtz. (Cascavel, PR)	Região Sudoeste do Paraná.
	2ª DC (Uruguaiana, RS)	Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul.	6ª DE (Porto Alegre, RS)	8ª Bda. Inf. Mtz. (Pelotas, RS)	Grande Porto Alegre e Região Leste do Rio Grande do Sul.
	3ª DC (Bagé, RS)	Fronteira Sul do Rio Grande do Sul.		3ª Bda. C. Mec. (Bagé, RS)	Fronteira Sul do Rio Grande do Sul.

Exército ou Comando Militar de Área	**1960**		**1980**		
	Grande Unidade (Quartel General)	**Área de Desdobramento**	**Divisão de Exército** (Quartel General)	**Brigada** (Quartel General)	**Área de Desdobramento**
IV Exército (Região Nordeste, exceto o Oeste do Maranhão)	7ª DI (Recife, PE)	Região Litorânea dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.	7ª DE (Recife, PE)	7ª Bda. Inf. Mtz. (Natal, RN)	Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.
				10ª Bda. Inf. Mtz. (Recife, PE)	Estados de Pernambuco e Alagoas.
CMA (Região Norte do Brasil e Oeste do Maranhão)	Não contava com qualquer grande unidade.		Subordinadas diretamente ao CMA	17ª Bda. Inf. Sl. (Porto Velho, RO)	Região Sul do estado do Amazonas e regiões de fronteira do Acre e Rondônia.
				23ª Bda. Inf. Sl. (Marabá, PA)	Região Central do Pará e Oeste do Maranhão.
CMB/CMP (Goiás, Distrito Federal e Triângulo Mineiro)	Não contava com qualquer grande unidade.		Subordinadas diretamente ao CMP	3ª Bda. Inf. Mtz. (Gioânia, GO)	Brasília e região Sul de Goiás.

Fonte: Quadro organizado pelo autor com base nos Apêndices 3 e 4.

Para uma visão gráfica das mudanças trazidas pela reestruturação do Exército nas décadas de 1960 e 1970, as figuras 57 e 58 mostram, respectivamente, o desdobramento dos grandes comandos e grandes unidades do Exército Brasileiro em 1960 e 1980.

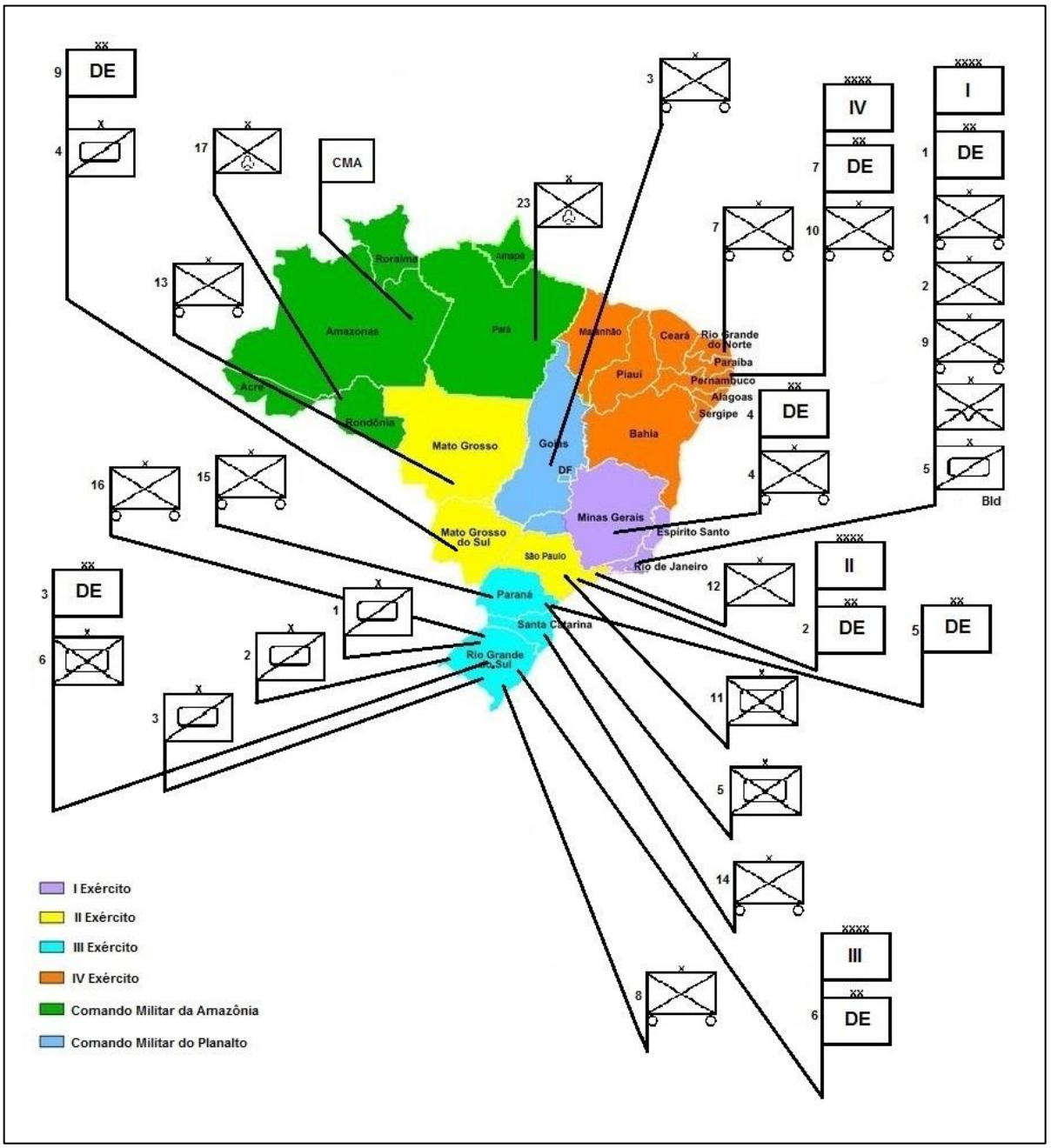
Figura 57 – Desdobramento dos Grandes Comandos e Grandes Unidades do Exército Brasileiro em 1960.[217]



Fonte: Desenho do autor sobre o mapa disponível em Wikimedia Commons (https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/32/Mapa_-_Comandos_Militares_de_%C3%81rea.jpg).

[217] Para a simbologia militar, ver o Apêndice 7 – Chave de Símbolos Militares.

Figura 58 – Desdobramento dos Grandes Comandos e Grandes Unidades do Exército Brasileiro em 1980.[218]



Fonte: Desenho do autor sobre o mapa disponível em Wikimedia Commons (https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/32/Mapa_-_Comandos_Militares_de_%C3%81rea.jpg).

4.2.2 Resumo das mudanças no desdobramento de forças do Exército Brasileiro

Em resumo, verifica-se que, de maneira geral, houve pouca modificação nas regiões de maior concentração de forças ao longo das décadas de 1960 e 1970, a despeito do aumento no número de grandes unidades. As maiores concentrações de forças terrestres continuaram na cidade do Rio de Janeiro e na região Sul do País, com destaque para o estado do Rio Grande do Sul. Também se observa que, em 1980, as forças blindadas estavam desdobradas nas

[218] Para a simbologia militar, ver o Apêndice 7 – Chave de Símbolos Militares.

regiões Sudeste e Sul do País, com uma brigada de cavalaria blindada concentrada na cidade do Rio de Janeiro, uma brigada de infantaria blindada desdobrada no estado de São Paulo, uma no Paraná e outra na região central do Rio Grande do Sul. As brigadas de cavalaria mecanizada mantinham, em linhas gerais, o desdobramento das antigas divisões de cavalaria, quando de sua criação em 1921, na vigência da Missão Militar Francesa, cobrindo as fronteiras do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul. As principais mudanças, em termos de distribuição de forças terrestres no território nacional, foram a interiorização do Comando Militar da Amazônia e o adensamento de tropas naquela região e na região Centro-Oeste do País, com a criação de duas brigadas de infantaria de selva e quatro batalhões especiais de fronteira na área do CMA, e de uma brigada de infantaria motorizada em Goiás e outra no Mato Grosso.

4.3 Resultados alcançados em termos de treinamento da tropa

Esta seção se propõe a avaliar os resultados trazidos pelo processo de modernização do Exército em termos de treinamento da tropa. Entretanto, a pesquisa realizada não foi capaz de reunir evidências de mudanças no nível de treinamento das unidades militares, em função da falta de registros específicos sobre o tema e ao fato de que o novo sistema de instrução do Exército Brasileiro (SIMEB) foi introduzido a partir dos últimos anos da década de 1970, e só completou sua implementação durante a primeira metade da década de 1980, extrapolando o recorte desta pesquisa.

Foi possível, entretanto, verificar uma melhora perceptível na qualidade dos métodos de instrução militar e dos materiais didáticos oferecidos aos responsáveis por conduzir o treinamento da tropa, seja no plano do preparo individual do pessoal, seja no plano do adestramento coletivo das formações militares nos seus diversos escalões. Dentre os avanços verificados com a introdução do novo SIMEB, está a maior fundamentação pedagógica que respaldou sua concepção e a elaboração dos novos programas padrão de instrução. Até 1980, as mudanças trazidas pelo SIMEB atingiram apenas a instrução individual. Mas neste campo, destaca-se a adoção do princípio metodológico da “instrução voltada para o desempenho” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1981, p. 46.00), com objetivos caracterizados pela execução de tarefas mensuráveis. Também foi possível constatar a melhora sensível na qualidade do material didático, como os novos programas padrão de instrução e os cadernos de instrução sobre como planejar e conduzir a instrução militar na tropa.

4.4 Resultados alcançados em termos de desenvolvimento da doutrina militar

De acordo com a definição a que se chegou no 1º capítulo, doutrina militar é a crença consolidada e compartilhada por uma instituição militar a respeito da melhor maneira de conduzir a guerra. Também ficou caracterizado que a doutrina militar se desdobra em três vertentes: organizacional, instrucional e procedimental. A primeira refere-se à organização das forças, em termos de estrutura organizacional, efetivos e equipamentos; a segunda, aos métodos de preparo das forças; a terceira, aos métodos de emprego das forças em combate.

Examinando o desenrolar do processo de modernização do Exército Brasileiro ao longo das décadas de 1960 e 1970, verifica-se que ficou caracterizado o desenvolvimento de uma nova doutrina militar em todas as suas vertentes. Em primeiro lugar, as forças terrestres adquiriram uma nova organização, caracterizada pela adoção de novas estruturas ou criação de novas unidades e grandes unidades, bem como pela incorporação de novos equipamentos e a retirada de serviço de equipamentos obsoletos. Em relação à segunda vertente, o Exército concebeu e iniciou a implantação de um sistema de instrução militar novo e original, de cuja elaboração participaram, em conjunto, pessoal combatente das unidades operacionais e especialistas em pedagogia e psicologia do Centro de Estudos de Pessoal. Na vertente procedimental, as principais mudanças foram introduzidas nos campos das táticas de combate e da logística. Nestes campos, foram desenvolvidas novas formas de emprego para as unidades e grandes unidades então criadas ou transformadas, seja no combate contra forças regulares, seja para o enfrentamento de movimentos revolucionários ou insurrecionais armados, resultando na publicação de um volumoso corpo doutrinário – 112 novas publicações doutrinárias entre 1968 e 1980, a grande maioria das quais, decorrentes das transformações que se operavam no Exército. Também na vertente procedimental da doutrina houve mudanças no desdobramento das tropas no território nacional, caracterizando uma nova postura estratégica de ocupação dos grandes vazios demográficos da Amazônia e do Centro-Oeste e de defesa daquelas regiões, que se abriam ao povoamento humano e ao desenvolvimento econômico.

4.5 Sumário dos resultados alcançados

Este capítulo avaliou de que maneira as mudanças introduzidas pelo processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 se refletiram na capacidade operacional das forças terrestres brasileiras, em termos de poder de combate das unidades e seu desdobramento no território nacional, treinamento da tropa e

desenvolvimento da doutrina militar. Com este propósito, avaliou-se inicialmente o impacto das mudanças sobre o poder de combate das forças terrestres. Em seguida, analisaram-se as mudanças ocorridas no desdobramento das unidades e grandes unidades no território nacional e os resultados produzidos pela modernização dos métodos instrução e treinamento da tropa. Finalmente, analisaram-se os resultados alcançados em termos de desenvolvimento da doutrina militar.

Em relação ao primeiro aspecto, verificou-se que a modernização e reestruturação do Exército imprimiram maior poder de combate às forças terrestres brasileiras. Primeiramente, porque a nova organização era mais adequada às capacidades e limitações econômicas do País, à sua realidade geopolítica e aos desafios militares que se lhe defrontavam. Em segundo lugar, porque a aquisição de novos armamentos e equipamentos também contribuiu para o aumento de poder de combate, permitindo o descarte de equipamentos já obsoletos, a introdução de novas capacidades nas unidades existentes e a criação de unidades e grandes unidades de nova natureza. Finalmente, porque o poder de combate foi impactado pela melhora da eficácia operacional, caracterizada pela maior coerência entre a doutrina formal e a organização real das unidades, a menor dependência externa do aparato militar brasileiro, a adoção de um sistema de instrução militar fundamentado em modernos métodos pedagógicos e a melhor qualidade dos novos equipamentos.

Em relação ao segundo aspecto, constatou-se que houve pouca modificação na distribuição geral de forças no território nacional, permanecendo o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul como as áreas de maiores concentrações de tropas. Observou-se, entretanto, um limitado movimento de interiorização de forças em direção às regiões Amazônica e Centro-Oeste.

Quanto ao terceiro aspecto, não foi possível encontrar evidências mensuráveis de mudanças no nível de treinamento da tropa. Foi possível, entretanto, caracterizar uma melhora perceptível na qualidade dos métodos de instrução militar e dos materiais didáticos empregados no treinamento da tropa, com a adoção do Sistema de Instrução do Exército Brasileiro (SIMEB) a partir dos últimos anos da década de 1970.

Em relação ao último aspecto, ficaram evidenciados o desenvolvimento e a implantação de uma nova doutrina militar em todas as suas vertentes – nova organização das unidades e grandes unidades, novo sistema de preparação das tropas e novas formas de emprego das forças militares, consubstanciados pela publicação de um novo corpo doutrinário.

Mas, a despeito das mudanças ocorridas no período abrangido por esta pesquisa, verificou-se que o Exército não mudou em muitos aspectos arraigados da sua cultura institucional.

Mesmo na década de 1980, a Instituição continuava a entender que um de seus objetivos "prioritários" era "ser elemento estimulador do civismo e do amor à Pátria", conforme foi apresentado pelo Estado-Maior do Exército aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras em 1984.[219] E esta autoimagem tinha consequências que afetavam a capacitação militar das forças de terra. A dispersão das unidades, embora permitisse o contato do Exército com a população, em benefício da missão cívica autoatribuída, dificultava o treinamento conjunto das unidades, em prejuízo da prontidão operacional da força terrestre. Da mesma forma, a continuidade do serviço militar obrigatório permitia a manutenção de forças volumosas e o ingresso anual de levas de conscritos a receberem a educação cívica proporcionada pelo Exército, mas impedia o desenvolvimento de uma força mais profissional.

Em termos de capacidades específicas, a modernização do Exército das décadas de 1960 e 1970 não foi capaz de incorporar meios aéreos, a despeito dos anseios da oficialidade e da inclusão do projeto de recriação da aviação do exército no Plano Diretor de Organização do Exército de 1970. Tampouco houve significativa alteração na situação de carência de meios de defesa antiaérea. A modernização do Exército resultou no abandono da maior parte do material de artilharia antiaérea adquirido antes ou logo após a Segunda Guerra Mundial, e na sua substituição por meios mais modernos, mas em quantidade pouco expressiva e com especificações insuficientes para uma defesa antiaérea eficaz – faltavam meios de defesa contra vetores inimigos a média e grande altitude.

De qualquer forma, o conjunto dos resultados alcançados ao longo do processo de modernização e reestruturação do Exército nas décadas de 1960 e 1970 representou uma mudança radical da doutrina militar do Exército, caracterizando o que Sten Rynning (2002) classificou como uma "mudança de primeira ordem". Acima de tudo, representou a concretização de um objetivo de mais de um século – a construção de uma doutrina militar que correspondesse à realidade brasileira – e cuja consecução se havia tornado uma demanda urgente da oficialidade no começo da década de 1960.

[219] Cf. FT 90 (Quadriênio 86-89) – conjunto de transparências de palestra ministrada na AMAN (Pasta AMAN, 03 – Jun FT 90 0015, disponível no arquivo da 7ª Subchefia do EME – consulta em 08 Mar 2016).

Considerações Finais

O ambiente no Brasil das décadas de 1960 e 1970 era de grande otimismo. A sociedade brasileira vivia um período de grande transformação, decorrente da rápida urbanização da população e da ampliação do acesso a confortos trazidos pelo progresso tecnológico e pelo desenvolvimento econômico do País – maior disponibilidade de energia elétrica, novas rodovias, expansão das telecomunicações, televisão, bens duráveis e ampliação da educação superior. Mesmo as iniciativas revolucionárias da esquerda mais radical eram movidas pela esperança da construção de um mundo melhor.

A aspiração por transformar o Brasil em uma potência regional, que ganhara força nas décadas de 1950 e 1960, cristalizara-se durante os governos militares com o que ficou conhecido como Projeto Brasil Grande Potência. Este projeto estava assentado nas bases do desenvolvimento econômico, com foco inicial na infraestrutura energética, de transportes e de comunicações e na indústria de base, mas depois na consolidação da indústria automobilística e de bens duráveis. Era um momento de crescimento econômico e de modernização do Estado, segundo um modelo conservador e autoritário.

Esse processo de modernização tinha impacto sobre toda estrutura do Estado, dentre as quais as Forças Armadas. No Exército, crescia a consciência da oficialidade de que a Instituição deveria aliar-se a e tirar proveito do processo crescimento econômico e de modernização vivido pelo Brasil. A liderança do Exército também era movida pela antiga aspiração da criação de uma doutrina militar verdadeiramente brasileira, que correspondesse às necessidades do País e às suas condicionantes econômicas, geopolíticas e humanas. Para muitos oficiais, o uso de uma doutrina copiada da norte-americana era, além de inaplicável à realidade brasileira, uma humilhação. Tampouco se conformavam com as condições de dependência do aparato militar brasileiro, decorrente da necessidade de importar todo tipo de equipamentos bélicos.

A conjuntura política interna durante o período em estudo era favorável à concretização dessa aspiração. Entre 1964 e 1985 o Brasil vivia um período de governos militares, durante os quais havia completo alinhamento entre o político e o militar, favorecendo a autonomia desfrutada pelas Forças Armadas. Naquelas circunstâncias, as aquisições de meios militares, a adoção de novas doutrinas e as mudanças na organização e no desdobramento das forças eram questões debatidas e decididas internamente por cada uma das Forças Armadas. No ambiente de ampla autonomia militar que caracterizava o regime militar brasileiro, as discussões sobre

a modernização do Exército e a concepção de uma nova doutrina deram-se exclusivamente no âmbito da Força, seja nas páginas das revistas militares, seja no Estado-Maior do Exército. A florescente indústria nacional abria a possibilidade de substituição de grande parte do acervo das forças terrestres por equipamentos produzidos no Brasil.

Os fatores que motivaram a modernização do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 foram, principalmente, considerações de prestígio doméstico e internacional da Instituição. Embora a moderada rivalidade militar entre o Brasil e a Argentina tivesse alguma influência na percepção de necessidade de mudanças, a principal motivação para as propostas de modernização do Exército foi o desejo de obter legitimidade interna e externa, mantendo a cadência com os processos de desenvolvimento no País. Se o ambiente político internacional não apresentava ameaças militares plausíveis ao Brasil, os sonhos de ascensão ao patamar de grande potência exigiam um aparato militar à altura do status correspondentes a este objetivo. O surgimento de focos de guerrilha urbana e rural no final da década de 1960, por sua vez, reforçava a necessidade de preparação militar das forças de terra, pois a elas caberia, segundo o pensamento das lideranças militares, a missão de suprimir os focos guerrilheiros e garantir a segurança interna do País.

Chama atenção o fato de que o Exército não buscou a emulação de modelos estrangeiros, dando um passo no sentido de independência e fugindo do "isomorfismo institucional", descrito por Emily Goldman. Isto decorria do fato de que a mudança não havia sido movida pela competição geopolítica ou pela ameaça militar, mas também pela busca de prestígio regional e internacional.

No que concerne aos efeitos da modernização e reestruturação do Exército em relação à sua capacidade operacional, constata-se o aumento do poder de combate das forças terrestres, uma vez que a nova organização dessas forças era mais adequada às condições econômicas e geopolíticas do País. A aquisição de novos armamentos e equipamentos também contribuiu para o aumento de poder de combate, permitindo a substituição de equipamentos obsoletos, a introdução de novas capacidades nas unidades existentes e a criação de novos tipos de unidades e grandes unidades. Também se constata a melhora da eficácia operacional das forças, caracterizada pela maior coerência entre a doutrina formal e a real organização das unidades, a menor dependência externa para aquisição de equipamentos, a adoção de um sistema de instrução militar fundamentado em modernos métodos pedagógicos e a melhor qualidade dos novos equipamentos.

O processo de modernização e reestruturação do Exército nas décadas de 1960 e 1970 implicou em pouca modificação no desdobramento geral das forças de terra no território

nacional, embora tenha dado início a um limitado deslocamento de forças em direção às regiões Amazônica e Centro-Oeste, num movimento que se alinhava à intenção dos governos militares de preencher os· vazios demográficos existentes no interior do País, particularmente nas áreas de fronteiras.

Embora não tenha sido possível encontrar evidências mensuráveis de mudanças no nível de treinamento da tropa, foi possível constatar uma perceptível melhora na qualidade dos métodos de instrução militar e dos materiais didáticos empregados na preparação da tropa.

O desenvolvimento e a implantação de uma nova doutrina militar em todas as suas vertentes ficou evidenciada pela reorganização ou criação de unidades e grandes unidades, a implantação de um novo sistema de instrução militar e a concepção e difusão de novas formas de emprego das forças militares, consubstanciadas pela publicação de um grande volume de novos manuais doutrinários.

Examinando o processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 à luz dos modelos teóricos discutidos no primeiro capítulo desta tese, conclui-se que em relação à iniciativa e ao controle do processo de mudanças, o modelo interno de interpretação de inovações militares, proposto por Stephen Rosen, é o mais adequado para explicar o caso aqui estudado. Em relação à profundidade das mudanças introduzidas na doutrina militar terrestre brasileira, constataram-se, inicialmente, mudanças expressivas na estrutura das forças terrestres em termos de tipos de unidades e grandes unidades, abandonando a organização divisionária e regimental, para uma baseada em grandes unidades do nível de brigada e unidades do nível de batalhão. Também se verificou a diversificação dos tipos de grandes unidades e unidades. No lugar de quatro tipos de divisões – de infantaria, aeroterrestre, de cavalaria e blindada, das quais a aeroterestre era apenas um núcleo minúsculo –, surgiram sete tipos de brigadas – de infantaria, de infantaria motorizada, de infantaria blindada, de infantaria de selva, de infantaria paraquedista, de cavalaria mecanizada e de cavalaria blindada. Este conjunto de mudanças desencadeou a concepção de todo um corpo doutrinário formal, referente a como empregar essas unidades em operações e difundido sob a forma de uma expressiva quantidade de novos manuais. Finalmente, na vertente instrucional da doutrina militar, o Exército concebeu e colocou em aplicação um novo sistema de instrução militar em bases inovadoras e sem precedentes na Instituição. Pode-se, portanto, afirmar que o processo caracterizou uma "inovação" ou "mudança de primeira ordem", no sentido que propusemos na discussão teórica desta tese: mudanças profundas e de grande impacto nas instituições militares.

A despeito da profundidade e do impacto dessas mudanças, observou-se a permanência de traços arraigados da cultura institucional do Exército Brasileiro. O primeiro desses traços é o messianismo político, que atribui à Instituição um papel de salvadora da Pátria e guia dos destinos do País. O segundo é o foco na presença nacional e no territorialismo, traço relacionado e decorrente do anterior, e que valoriza a distribuição das unidades militares por todo o território nacional, como elemento difusor de valores cívicos e de exemplos de patriotismo. O terceiro é a preferência por grandes efetivos e pelo serviço militar obrigatório, necessários para mobiliar unidades dispersas por todo o território nacional com pessoal abundante e de baixo custo, a despeito do consequente baixo nível de profissionalismo das tropas assim formadas. O quarto traço é o exacerbado sentimento anticomunista da maioria da oficialidade. Este último traço não exerceu, entretanto, impacto significativo sobre o processo de modernização e reestruturação do Exército durante os governos militares, nem causou impacto sobre a profundidade e o alcance das mudanças pelas quais passou a Instituição.

Encerrando estas considerações finais, cabe avaliar as mudanças trazidas pelo processo de modernização e reestruturação do Exército Brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 a partir dos parâmetros de comparação estabelecidos para esta pesquisa, a saber: 1º) amplitude das mudanças na concepção estratégica das Forças; 2º) profundidade das medidas de reestruturação da instituição militar e do desdobramento das forças no território nacional; e 3º) amplitude e profundidade das mudanças doutrinárias e as referentes ao treinamento da tropa.

Em relação ao primeiro parâmetro, observa-se que as mudanças na concepção estratégica das Forças foram muito limitadas – a postura estratégica continuou defensiva, embora mais agressiva do que na concepção trazida pela Missão Militar Francesa, como propusera Castello Branco em 1957. Neste aspecto, a modernização do Exército não trouxe mudança significativa. A limitada mudança no nível estratégico da doutrina decorreu da origem interna do impulso modernizador. Havendo sido concebida e implementada no âmbito interno da instituição, a modernização focou, principalmente, no aspecto organizacional da doutrina e nas mudanças no emprego tático das forças, decorrentes da sua nova estrutura, além de mudanças substantivas no sistema de instrução militar da tropa. Mudanças na concepção estratégica decorreriam de mudanças estabelecidas na esfera política, o que não aconteceu. Houve apenas mudanças limitadas no desdobramento estratégico das forças no território nacional. Isto não decorria, entretanto, de uma nova postura estratégica militar, mas da aplicação da velha "estratégia da presença" às regiões que estavam vivendo a expansão da

ocupação humana e da exploração econômica do território nacional no período coberto pela pesquisa.

Em relação ao segundo parâmetro, constata-se que as medidas de reestruturação do Exército foram bastante profundas, implicando na criação de novos tipos de unidades e grandes unidades e na aquisição de novas capacidades, embora as mudanças no desdobramento de forças tenham sido bastante limitadas.

No que diz respeito ao último parâmetro, verifica-se que as mudanças doutrinárias e as referentes ao treinamento da tropa foram amplas e profundas. Do ponto de vista doutrinário, foram amplas porque afetaram a quase totalidade das unidades e grandes unidades do Exército, e profundas porque a maioria das unidades foram totalmente reestruturadas. Do ponto de vista do treinamento da tropa, as mudanças foram amplas porque introduziram uma completa mudança na instrução individual dos praças de todas as armas e serviços e no adestramento coletivo de todas as unidades da Força; e foram profundas porque trouxeram uma concepção pedagógica sofisticada e sem precedentes na Instituição.

Em relação às hipóteses estabelecidas para esta pesquisa, constata-se que, embora houvesse certa rivalidade militar em relação à Argentina, a sociedade brasileira e suas Forças Armadas não tinham a percepção de uma clara ameaça militar. Caracteriza-se, assim, que a modernização e reestruturação do Exército foram uma parte do processo de modernização do Estado brasileiro desencadeado durante os governos militares. Também restou demonstrado que as iniciativas de concepção e execução das medidas de modernização e reestruturação partiram da oficialidade do Exército e de seu alto comando, que desfrutou de ampla autonomia para estabelecer modelos de organização, desdobramento, estratégia e doutrina militar. A pesquisa realizada também demonstra que as medidas modernizadoras resultaram na melhoria da capacidade operacional do Exército Brasileiro, seja em termos de poder de combate das unidades, seja no que se refere ao desdobramento no território nacional, treinamento da tropa e desenvolvimento da doutrina militar. Constata-se, pois, que as hipóteses estabelecidas para esta pesquisa foram cabalmente confirmadas.

REFERÊNCIAS

1 Fontes

1.1 Arquivos

Arquivo Castello Branco. Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ. (ACB)

Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro, RJ. (AHEx)

Arquivo da 1ª Seção do Gabinete do Estado-Maior do Exército. Brasília, DF.

Arquivo da 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército. Brasília, DF.

Arquivo da 1ª Subchefia do Comando de Operações Terrestre. Brasília, DF.

Arquivo digital do Jornal do Brasil. Disponível em: http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/.

Portal de Legislação da Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao.

Portal de Legislação do Senado Federal. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.

Portal Guardião do Saber, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disponível em: http://200.20.16.3/guardiao/controle.php?modulo=quemsomos&tela=home&acao=consultar.

1.2 Documentos oficiais brasileiros

BRASIL. **Lei nº 1.220, de 20 de Julho de 1864**. Fixa as Forças de terra para o anno financeiro do 1864 á 1865. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1864, Página 44 Vol. 1 pt. I.

_____. **Lei nº 1.246, de 28 de Junho de 1865**a. Fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1866 a 1867. Coleção de Leis do Império do Brasil - 28/6/1865, Página 23 Vol. 1 pt I.

_____. **Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865**b. Crêa Corpos para o serviço de guerra em circumstancias extraordinarias com a denominação de "Voluntarios da Patria", estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo. Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I.

_____. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em 29/11/2016.

_____. **Decreto n. 6971, de 4 de junho de 1908**a. Organiza as grandes unidades e os quadros dos officiaes do exercito e dá outras providencias. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=130136&norma=151812. Acesso em 12 Abr 2015.

_____. **Decreto nº 7.054, de 6 de Agosto de 1908**b. Crêa cinco brigadas estrategicas e tres de cavallaria e manda observar o regulamento dos commandos das referidas Brigadas. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7054-6-agosto-1908-522259-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 02 Jun 2014.

_____. **Decreto nº 11.497, de 23 de Fevereiro de 1915**. Faz a remodelação do Exercito Nacional. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11497-23-fevereiro-1915-513642-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em Acesso em 02 Jun 2014.

_____. **Decreto nº 15.235, de 31 de Dezembro de 1921**. Organiza o Exercito activo em tempo de paz. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15235-31-dezembro-1921-524983-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 07/10/2017.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1558. Acesso em 29/11/2016.

_____. **Decreto-lei nº 556, de 12 de julho de 1938**. Lei da organização dos quadros e efetivos do Exército em tempo de paz. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-556-12-julho-1938-349741-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 08/10/2017.

_____. **Decreto-Lei Nº 5.388, de 12 de abril de 1943**. Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército - Atualiza disposições contidas no Decreto-Lei n.º 556, de 12 de julho de 1938. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5388-12-abril-1943-415349-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 10/09/2017.

_____. **Decreto-Lei Nº 6.812, de 21 de agosto de 1944**. Modifica a Organização da Divisão Moto-Mecanizada. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6812-21-agosto-1944-386399-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 10/09/2017.

_____. **Decreto-Lei nº 9.120, de 2 de Abril de** 1946a. Lei da Organização dos Quadros e Efetivos do Exército. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9120-2-abril-1946-417123-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 08/09/2017.

_____. Presidência da República. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946b). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 12/08/2016.

_____. **Lei nº 2.851, de 25 de Agosto de 1956**a. Dispõe sobre a Organização Básica do Exército. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2851-25-agosto-1956-355222-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 07/01/2017.

_____. **Decreto nº 40.179, de 27 de outubro de 1956**b. Cria o Comando Militar da Amazônia. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40179-27-outubro-1956-332561-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 07/01/2017.

_____. **Decreto nº 41.186, de 20 de Março de 1957**a. Trata da organização das Fôrças Terrestres e dos órgãos Territoriais em tempo de paz. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41186-20-marco-1957-379944-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 06/01/2017.

_____. **Decreto nº 42.520, de 28 de Outubro de 1957**b. Dá nova denominação a Grande Unidade. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42520-28-outubro-1957-381207-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 08/09/2017.

_____. **Decreto nº 48.138, de 25 de abril de 1960**. Cria a 11ª Região Militar e o Comando Militar de Brasília. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48138-25-abril-1960-387539-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 07/01/2017.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**a. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4595-31-dezembro-1964-353886-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em 11/12/2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**b. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4504-30-novembro-1964-377628-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em 11/12/2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964**c. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-normaatualizada-pl.pdf. Acesso em 23/12/2016.

_____. Presidência da República. **Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965**a. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em 11/12/2016.

_____. Presidência da República. **Ato Complementar Nº 4, de 20 de novembro de 1965**b. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 11/12/2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966**. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5107-13-setembro-1966-368498-exposicaodemotivos-1-pl.html. Acesso em 11/12/2016.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em 12/08/2016.

_____. **Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967**b. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/614551.pdf. Acesso em 03/12/2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967**c. Regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5250-9-fevereiro-1967-359026-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 18/12/2016.

_____. **Decreto nº 60.664, de 2 de maio de 1967**d. Criar o Centro de Informação do Exército e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60664-2-maio-1967-401454-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 23/12/2016.

_____. **Decreto nº 60.940, de 4 de julho de 1967**e. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 23/12/2016.

_____. **Diretrizes de Govêrno - Programa Estratégico de Desenvolvimento**. [Rio de Janeiro]: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1967f. 206 pp.

_____. **Decreto nº 63.659, de 20 de Novembro de 1968**a. Define a estrutura e as atribuições da Secretária da Receita Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63659-20-novembro-1968-404916-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 11/12/2016.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**b. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 11/12/2016.

_____. **Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968**c. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620. Acesso em 11/12/2016.

_____. **Decreto nº 62.946, de 5 de Julho de 1968**d. Altera dispositivos do Decreto nº 41.186, de 20 de março de 1957, que trata da Organização das Forças Terrestres e dos órgãos Territoriais em Tempo de Paz. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62946-5-julho-1968-404186-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 08/11/2016.

_____. **Emenda Constitucional No. 1**, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em 12/08/2016.

_____. **Decreto-Lei Nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970**a. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 18/12/2016.

_____. **Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970**b. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 02/11/2017.

_____. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – 1972/74**. [Brasília, DF]: [s.n.]: 1971.

_____. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Rio de Janeiro: IBGE, [1974].

_____. **Decreto nº 79.376, de 11 de março de 1977**. Torna pública a denúncia do Acordo de Assistência Militar celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, em 15 de março de 1952. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79376-11-marco-1977-428428-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 29 Nov 2016.

_____. **Decreto nº 85.531, de 16 de Dezembro de 1980**. Cria a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea e dá outras providências. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85531-16-dezembro-1980-434887-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 10 Jul 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Acordo de Assistência Militar Entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América** – 15 Março 1952.

BRASIL; ARGENTINA; PARAGUAI; URUGUAI. **Tratado Para a Constituição de um Mercado Comum Entre a Republica Argentina, a Republica Federativa do Brasil, a Republica do Paraguai e a Republica Oriental do Uruguai**. Assunção, 26 de março de 1991. Disponível em: <http://www.tprmercosur.org/pt/docum/Tratado_de_Assuncao_pt.pdf>. Acesso em 17/04/2017.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. **Integração da Amazônia**: Discurso pronunciado pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no Palácio Lauro Sodré, em Belém, Pará, a 13 de junho de 1965. [Brasília]: Departamento de Imprensa Nacional, 1965. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiD1-DKm_HYAhWBI5AKHSjHBPMQFggxMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.biblioteca.presid

encia.gov.br%2Fpublicacoes-oficiais%2Fcatalogo%2Fcastelo-branco%2Fintegracao-da-amazonia-discurso-1965.%2F%40%40download%2Ffile%2FIntegra%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520da%2520Amaz%25C3%25B4nia%2520-%2520discurso%2520-%25201965.pdf&usg=AOvVaw3sRw-dJ5pIDQpO7hJkZYxg. Acesso em 02/11/2017.

LIMA, Valdomiro Castilho de. **Estudos Apresentados ao Conselho Superior de Guerra pelo General Waldomiro Castilho de Lima**. I Parte – Situação Atual do Brasil Como Potência Militar Sul Americana. [s.l.]: [s.n.], [1933?]. Reservado. 57 pp., incluindo anexos e mapas [Incompleto. Faltam as últimas páginas]. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro.

LIMA, Waldir dos Santos. **Subsídios Para a Formulação das Bases de uma Doutrina do Exército**. [s.l.]: [s.n.], 1962. Arquivo Castello Branco, Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Caixa F45/1 - F45/14.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Estado-Maior do Exército. **PP 21-1 Programa Padrão de Instrução Comum a todas as Unidades do Exército** (1ª Parte). **Contestura dos Programas Padrão de Instrução**. Rio de Janeiro: Oficina Impressora Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, 1949a.

_____. Estado-Maior do Exército. **PP 21-1 Programa-Padrão de Instrução – Comum a todas as Unidades do Exército** (2ª Parte). **Período de Adaptação**. Rio de Janeiro: Oficina Impressora Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, 1949b.

_____. Estado-Maior do Exército. **PP 21-1 Programa-Padrão de Instrução – Comum a todas as Unidades do Exército** (3ª Parte). **Instrução Básica Militar do Período de Formação**. Rio de Janeiro: Oficina Impressora Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, 1949c.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 7-40 O Regimento de Infantaria**. Rio de Janeiro: EGGCF, 1952.

_____. Estado-Maior do Exército. **PP 7-20 Programa-Padrão de Instrução – Para Unidades de Guardas (Infantaria)**. **Instrução Básica de Qualificação do Período de Formação**. Rio de Janeiro: Estabelecimento Gen. Gustavo Cordeiro de Farias, 1953.

_____. **Portaria n. 163, de 15 de dezembro de 1960 (Reservada) – Organização e Efetivos do Exército** (Alterações), publicada no Boletim Reservado do Exército No. 11-B, de 23 de dezembro de 1960 (Coleção de Boletins Reservados do Exército do AHEx).

_____. Estado-Maior do Exército. **PP 21-1 Programa-Padrão de Instrução. Básico – Instrução Individual. Contextura dos Programas Padrão de Instrução** (1ª Parte). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, 1961.

_____. Estado-Maior do Exército. **Relatório Sucinto Referente ao Ano de 1962**. Apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra. Reservado. 38 pp. incluindo os anexos. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 151 - Relatórios do EME 1962-64.

_____. Estado-Maior do Exército. **Relatório Sucinto Referente ao Ano de 1963**a. Apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra. Reservado. 67 pp. incluindo os anexos.

Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 151 - Relatórios do EME 1962-64.

_____. Estado-Maior do Exército. **Reorganização do Ministério da Guerra (Proposta)**. [s.l.]: [Jan. 1963b]. Reservado. 29 pp. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 154 - Relatórios do EME Diversos - 1940-1965.

_____. Estado-Maior do Exército. **Reorganização do Ministério da Guerra (Emendas)**. [s.l.]: 13 Fev. 1963c. Reservado. 12 pp. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 154 - Relatórios do EME Diversos - 1940-1965.

_____. Estado-Maior do Exército. **Ofício nr. 20-G1, de 09 Abr 63**. Do Chefe do Estado-Maior do Exército ao Exmo Sr Gen Ministro da Guerra. Assunto: Reorganização do Ministério da Guerra. Reservado. 17 pp. incluindo os anexos. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 154 - Relatórios do EME Diversos - 1940-1965.

_____. Estado-Maior do Exército. **Reorganização do Ministério da Guerra [**tachado e corrigido a caneta para "Organização Básica do Exército"]. Janeiro 1963 (tachado e corrigido a caneta para "Julho 1964"). Reservado. 13 pp. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 154 - Relatórios do EME Diversos - 1940-1965.

_____. Estado-Maior do Exército. **Relatório Sucinto Referente ao Ano de 1964**. Apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra. Reservado. 85 pp. incluindo os anexos. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 151 - Relatórios do EME 1962-64.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Estado-Maior do Exército. **Nota de Instrução Nº 1-69/EME – Nova Estrutura da Divisão de Infantaria** (Portaria Nº 93/EME-69). Rio de Janeiro: EGGCF, 1969.

_____. **IP 31-15 O Pequeno Escalão nas Operações Contraguerrilhas**. Brasília: EGGCF, 1969. 180 pp.

_____. **IP 31-17 Operações Urbanas de Defesa Interna**. 1ª Ed. Brasília: EGGCF, 1969. 93 pp.

_____. Estado-Maior do Exército. **PP 21-1 Programa-Padrão de Instrução. Contextura dos Programas Padrão**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, 1971.

_____. Estado-Maior do Exército. **Conceitos Sobre Termos e Expressões Para Uso do Exército Brasileiro**. Brasília: Estado-Maior do Exército, [1972?].

_____. Estado-Maior do Exército. **Relatório Sintético 1973**. Reservado. 08 pp. Reservado. 13 pp. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 157 - Relatórios do EME Diversos – 1960-1973a.

_____. Estado-Maior do Exército. **IP 7-30 Brigadas de Infantaria**. 1ª edição. Brasília: EGGCF, 1973b.

_____. Estado-Maior do Exército. **C 5-10 Companhia de Fuzileiros**. 5ª Ed. Brasília: EGGCF, 1973c.

_____. Estado-Maior do Exército. **IP 2-80 Brigada de Cavalaria Mecanizada**. 1ª Ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1973d.

_____. Estado-Maior do Exército. **IP 2-30 Brigada de Cavalaria Blindada**. 1ª Ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1973e.

_____. Estado-Maior do Exército. 1ª Seção. **Relatório Sintético da 1ª Seção**. 1º de outubro de 1973. 06 pp. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 157 - Relatórios do EME Diversos – 1960-1973.

_____. Estado-Maior do Exército. **Ofício Nº 37-2ª SCh, Reservado, de 26 Set 73**. Do 2º Sub-chefe EME ao Sr 1º Sub-chefe EME. Assunto: Relatório Sintético. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 157 - Relatórios do EME Diversos – 1960-1973.

_____. Estado-Maior do Exército. 2ª Seção. **Relatório Sintético da 2ª Seção do EME**. 28 de setembro de 1973. 02 pp. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Comissão de História do Exército Brasileiro. Volume CHEB 157 - Relatórios do EME Diversos – 1960-1973.

_____. Estado-Maior do Exército. **PP-21-2 Período Básico - "A Preparação do Combatente Básico"**. [Brasília]: [s.l.], [1977].

_____. Estado-Maior do Exército. **CI 7-21/1 PEL FZO BLD**. 1ª Ed. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1978(a).

_____. Estado-Maior do Exército. **CI 21-5/2 Como Preparar e Orientar a Instrução Militar na Tropa** (1ª Parte – Instrução Individual). 1ª Ed. Rio de Janeiro: CEP – Divisão de Pesquisa, 1978(b).

_____. Estado-Maior do Exército. **Programa-Padrão de Instrução PPB/2 Preparação do Combatente Básico**. Ed. inicial. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1979.

_____. Estado-Maior do Exército. **Diretriz Para o Estabelecimento da "Estrutura Militar de Guerra" no Exército**. Brasília: Estado-Maior do Exército, [1980].

_____. Estado-Maior do Exército. **CI 21-5/2 Como Preparar e Orientar a Instrução Militar na Tropa** (2ª Parte – Adestramento). 1ª Ed. Brasília: EME – 1ª SCh; Rio de Janeiro: CEP – Divisão de Pesquisa, 1980.

_____. Estado-Maior do Exército. **Programa-Padrão de Instrução PPB/1 Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar**: Sistema de Instrução Militar do Exército Brasileiro – SIMEB. Ed. inicial. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1981.

_____. Estado-Maior do Exército. **Programa Padrão de Instrução PPB/3 Preparação do Combatente Básico Pára-quedista**, Ed. inicial. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1984.

_____. Estado-Maior do Exército. 5ª Subchefia. SC/1. **Relatório de Situação da Operacionalidade das Bda no ano de 1986**. Brasília, 30 de março de 1987. Pasta Sistema de Acompanhamento da Operacionalidade da FT. FT-90 – Brigadas Prioritárias – Abril de 1988. Acompanhamento da Operacionalidade. Indicação de localização: cofre 22 (rasurado a lápis

para 15). Arquivo da 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército. Consulta em 9 de março de 2016.

REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO. [Rascunho de documento parcialmente datilografado e parcialmente manuscrito]. [1963] (o ano está tachado a caneta). 19 pp. Arquivo Castello Branco, Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Pasta "J" Pensamento Civil e Militar.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei N. 2.034, de 30 de dezembro de 1924**. Reorganiza a Policia do Estado. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1924/lei-2034-30.12.1924.html. Acesso em 25/12/2016.

1.3 Documentos oficiais diversos

ALEMANHA. Deutscher Bundestag. **Basic Law for the Federal Republic of Germany**. Print version last amended on 23 December 2014. Translators: Professor Christian Tomuschat and Professor David P. Currie, Professor Donald P. Kommers in cooperation with the Language Service of the German Bundestag. Berlin: German Bundestag, 2015. Disponível em: https://www.btg-bestellservice.de/pdf/80201000.pdf. Acesso em 05/05/2017.

_____. The Federal Minister of Defence. **Joint Service Regulation ZDv 10/1. Innere Führung** (Leadership Development and Civic Education). Bonn, 28 January 2008.

DULLES, John Foster. **The Strategy of Massive Retaliation**. Speech of Secretary of State John Foster Dulles before the Council on Foreign Relations. January 12, 1954. Disponivel em: http://msthorarinson.weebly.com/uploads/4/1/4/5/41452777/dulles_address.pdf. Acesso em 04/09/2017.

ESPANHA. **Reglamento para el Exercicio y Maniobras de la Infantería**. Madrid: Imprenta Real, 1808. 429 pp.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Army. **FM 7-10 The Rifle Company, Platoons and Squads**. Washington, DC: Headquarters. Department of the Army, 1970.

_____. Central Intelligence Agency. **Peru-USSR: Implications of the Military Relationship**. A Research Paper. (Secret). (Desclassificado pelo CIA Historical Review Program Release as Sanitized 1999). Directorate of Intelligence, December 1982. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000496616.pdf. Acesso em 23/04/2017.

_____. Joint Chiefs of Staff. **Joint Publication 1-02. Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. 8 November 2010 (As Amended Through 15 June 2015).

FRANÇA. **Ordonnance du Roy, pour Régler l'Exercice de ses Troupes d'Infanterie**. Toulon: J. L. R. Mallard, 1776. 423 pp.

NATO. **AAP-06. NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French) - Glossaire OTAN de Termes et Définitions (Anglais et Français)**. [s.l.]: NATO Standardization Office, 2015.

PORTUGAL. **Instrucções para o Exercicio dos Regimentos de Infanteria**. 2ª Ed. Lisboa: 1810. 146 pp.

REINO UNIDO. **Rules and regulations for the manual and Platoon Exercises, Formations, Field-Exercise and Movements of His Majesty's Forces**. [Londres]: War Office, 1807.

_____. **Defence. Outline of Future Policy**. London: Her Majesty's Stationery Office, 1957. Disponível em: http://filestore.nationalarchives.gov.uk/pdfs/small/cab-129-86-c-57-84-34.pdf. Acesso em 17/01/2018.

_____. Army. Army Doctrine Publication. **Operations**. Shrivenham, UK: Development, Concepts and Doctrine Centre, 2010.

_____. Army. Army Doctrine Publication. **Army Doctrine Primer**. Shrivenham, UK: Development, Concepts and Doctrine Centre, 2011.

SUMARIO 19/97 P.S. Terrorismo y Genocidio. Juzgado Central de Instrucción Número Cinco. Audiencia Nacional. Madrid. 18 de Octubre de 1998. Disponível em: http://web.archive.org/web/20130926023550/http://www.analitica.com/bitblioteca/pinochet/auto.asp. Acesso em 19/04/2017.

1.4 Artigos em jornais e revistas de época

A FESTA. **A Reforma**, Rio de Janeiro, p. 1, n. 152, domingo, 10 Jul. 1870. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A OPINIÃO. **A Reforma**, Rio de Janeiro, p. 1, n. 153, terça-feira, 12 Jul. 1870. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ALENCAR, Carlos Ramos de. A 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada: Aspectos de sua organização e emprêgo. **A Defesa Nacional**. No. 623, Jan/Fev. 1969. Rio de Janeiro, GB. p. 85-97.

ALLISON, Mary. Odisséia Atrás da Cortina de Ferro. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. [560], Mar. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 139-155.

AMÊNDOLA, Alexandre M. Em Tôrno de uma Reorganização do Exército. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 556, Nov. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 135-145.

_____. Como Deveriam Ser Nossas Grande Unidades. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 561, Abr. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 51-54.

ANDREAZZA, Mário David. Nôvo Programa do Partido Comunista da URSS e Atual Orientação do Partido Comunista Brasileiro. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 568-569, Nov./Dez. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 27-40;

ARAGÃO, Campos de. Reflexões Militares. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 580, Dez. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 13-21;

ARAUJO, Adauto Bezerra de. A Brigada Aeroterrestre: Uma Nova Organização. **A Defesa Nacional**. No. 625, Maio/Jun. 1969. Rio de Janeiro, GB. p. 115-118.

ARGENTINA DESCOBRE agora que Corpus é "essencial". **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 22. Domingo, 04/02/1973. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730204-30016-nac-0022-999-22-not/busca/Corpus. Acesso em 27/12/2016.

AS FESTAS DO AUGUSTO. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 1, quarta-feira, 22 Jul. 1870. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BLEY, João Punaro. O Problema Comunista e a Segurança Nacional. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 568-569, Nov./Dez. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 7-16;

BRASIL CERCA, Nova Denúncia. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 22. Domingo, 04/02/1973. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730204-30016-nac-0022-999-22-not/busca/Corpus. Acesso em 27/12/2016.

BRASIL RECUSA US$ 50 Milhões de Ajuda Militar. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 18, 06 Mar. 1977. Disponível em: https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19770306&printsec=frontpage&hl=pt-BR. Acesso em 10/12/2016.

BROCHADO, Joao Manoel Simch. Treinamento do Infante-Combatente. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 552, Julho 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 17-23.

CAPARAÓ. **A Defesa Nacional**. Ano 53, No. 615, Set./Out. 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 71-88.

CARDOSO, Alberto de A. Segurança e Defesa. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 574-575, Maio/Jun. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 31-35.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um Soldado Legalista**. Tomo II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2017.

CARVALHO, Ferdinando de. Casos Históricos de Guerra Revolucionária. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 578, Set./Out. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 27-46;

_____. Bases da Evolução das Fôrças Armadas: Doutrina e Documentação. **Revista Militar Brasileira**. Ano L. Vol. LXXV, No. 1 e 2, Jan./Jun. 1963. Rio de Janeiro, p. 91-104.

_____. A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 597, Set./Out. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 49-60;

CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. O Papel Social do Oficial. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 597, Set./Out. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 81-83.

_____. Brasil: Nação Militarista ou Antimilitarista? **A Defesa Nacional**. Ano LIII, No. 612, Mar./Abr. 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 69-88.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. O Dever Militar Em Face da Luta Ideológica. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 585, Maio 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 69-71;

CASTRO, Adyr Fiuza de. O Fim de Um Exército. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 586, Jun. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 3-15;

CATELL, David T. A África Negra e o Comunismo. Tradução do Ten. Cel. C. Evaristo. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 554, Set. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 165-176.

CAVALCANTI, Newton. Recordando. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 584, Abr. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 67-69;

COLLIER, Thomas W. Guerra Revolucionária: Partisans - A Fôrca Esquecida. Tradução do Ten. Cel. Tércio Veras. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 566-567, Set./Out. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 59-63.

CORREIO DA CORTE. **Correio Paulistano**, São Paulo, p. 2, quarta-feira, 13 Jul. 1870. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CROZIER, Brian. O Brasil e a Guerra Fria. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 596, Jul./Ago. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 39-51;

DA AULA INAUGURAL do General Humberto Castello Branco na EsAO. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 593, Jan./Fev. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 46;

DA GUERRA Subversiva à "Guerra". **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 568-569, Nov./Dez. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 99-107;

D'AGUIAR Hernani. A Guerra Revolucionaria Comunista no Mundo Atual. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 597, Set./Out. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 31-47;

DANTAS, Estelio. Operação Centelha. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 606, Mar./Abr. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 87-93;

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO – I: A Democracia e o Comunismo. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 551, Jun. 1960(a). Rio de Janeiro, GB. p. 155-172.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 2ª Parte: Liberdade e Comunismo. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 552, Jul. 1960(b). Rio de Janeiro, GB. p. 147-166.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 3ª Parte: O Que é o Comunismo. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 553, Ago. 1960(c). Rio de Janeiro, GB. p. 161-175.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 4ª Parte: A Propaganda Comunista. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 554, Set. 1960(d). Rio de Janeiro, GB. p. 151-163.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 5ª Parte: Como Atua o Partido Comunista. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 555, Out. 1960(e). Rio de Janeiro, GB. p. 165-181.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 6ª Parte: Como os Comunistas se Apossam do Poder e o Mantêm. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 556, Nov. 1960(f). Rio de Janeiro, GB. p. 157-176.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 7ª Parte: O Domínio do Partido Comunista Sôbre a União Soviética. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 557, Dez. 1960(g). Rio de Janeiro, GB. p. 155-166.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 8ª Parte: A Vida econômica e o contrôle Comunista. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 558, Jan. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 159-168;

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 9ª Parte: Contrôle das Massas Trabalhadoras. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 559, Fev. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 131-140.

DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO - 10ª Parte: O Comunismo Avança. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. [560], Mar. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 125-138.

DIAZ VILLEGAS, J. A Guerra na Espanha: Um Caso Concreto de Guerra Revolucionaria. Tradução do Cel. G. Pessanha. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 563-564, Jun./Jul. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 51-62;

DIAZ DE VILLEGAS Y BUSTAMANTE, José. A Guerrilha Como Arma de Subversão Comunista. Tradução do Maj. Jonas Correia Neto. **A Defesa Nacional**. Ano LI, No. 601, Maio/Jun. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 141-149;

DILLON, Osmar Pacheco. O Dedo Comunista no Amazonas em 1930. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 559, Jul. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 137-141.

DOLLARD, E. J. Onde Che Guevara Errou. Tradução do Cap. Roberval de Guimarães Carvalho. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 595, Maio/Jun. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 147-152;

ESPÍRITO SANTO, Sylvio Octávio do. O Que se Passa Com a Artilharia de Mallet? **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano LII, nr. 610, p. 163-165, Nov.-Dez., 1966.

ESTUDO DE SITUAÇÃO na Guerra Revolucionaria (1). **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 581, Jan. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 51-64.

FERREIRA, A. Franco. Para que quer aviões o Exército. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 584, Abr. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 3-6.

_____. O Cavalo no Cenário da Guerra Moderna. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 597, Set-Out 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 7-14.

FERREIRA, João Perboyre de Vasconcelos. Guerra Insurrecional. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 576·577, Jul./Ago. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 5-23.

FREITAS, Ayrton Salgueiro de. Os Guardiões da Democracia. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 553, Ago. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 176.

_____. Como Vencer o Comunismo. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 554, Set. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 3-5.

_____. A Situação Brasileira. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 584, Abr. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 71-72;

FREYRE, Gilberto. Fôrças Armadas e Outras Fôrças. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 605, Jan./Fev. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 7-22.

GONÇALVES, Leonidas Pires. Urge um Programa Atualizado Para o Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 574-575, Maio/Jun. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 17-23.

GRINLAND, Neal G. A Formidável Guerrilha. Tradução do Cap. Osmar José de Barros Ribeiro. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 582, Fev. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 77-83;

GUIMARÃES, J. Contribuição Para o Estudo das Guerrilhas. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 568-569, Nov./Dez. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 25-26;

HOGART, H. A Tática e a Estratégia na Guerra Revolucionária. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 559, Fev. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 35-53;

HONAISER, Dalmo. Análise Geral da Crise Mundial. **A Defesa Nacional**. Ano LIII, No. 613, Maio/Jun. 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 35-39;

INTERIOR. **A Regeneração**, [Desterro], SC, p. 2, n. 193, domingo, 24 Jul. 1870. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JANSEN, Carlos Eduardo. Guerra Revolucionária. **A Defesa Nacional**. No. 614, Jul/Ago. 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 111-127.

JUNQUEIRA, Flávio. Unidades de Cavalaria do Exército Brasileiro (Resumo das suas Origens Históricas). **A Defesa Nacional**. Ano LII, N^{o}. 611, Jan/Fev 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 55-75.

LINS, Fabio. A Contraguerrilha: Caso Esquemático. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 610, Nov./Dez. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 109-123.

LOBATO, Tôgo. Vamos Reorganizar o Serviço de Material Bélico? **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 599, Jan./Fev. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 35-40.

LOOMIS, D. G. Os Conceitos Comunistas dos Princípios de Guerra (condensado pelo Ten Cel Hugo de Andrade Abreu). **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 562, Maio 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 13-25.

MARTINS, José de Sá. A Estratégia Revolucionaria no Quadro Mundial. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 581, Jan. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 3-14.

MASCARENHAS, Bolivar O. Guerrilha – Guerra Insurrecional. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 565, Ago. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 45-53.

MATTOS, Carlos de Meira. O Imperativo da Reorganização do Exército. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 550, Maio 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 91-94.

_____. A Guerra Insurrecional ou Revolucionaria. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 554, Set. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 117-121.

_____. A Guerra Insurrecional: Uma Guerra Abstrata Contra um Inimigo Invisível. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 568-569, Nov./Dez. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 17-24.

_____. O Pensamento Revolucionário Brasileiro. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 599, Jan./Fev. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 11-19.

_____. As operações na Guerra Revolucionária. **A Defesa Nacional**. Ano LIII, No. 612, Mar./Abr. 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 9-18.

MENEZES, Mario José Sotero de. Doutrina Norte-Americana, Espirito Alemão e Tradição Brasileira. **Revista Militar Brasileira**. Ano LII, N. 2, Abr. a Jun. 1966 Vol. LXXX. Rio de Janeiro, GB. p. 123-144.

MEYER, Walter dos Santos. Problemas do Exército: Algumas Reflexões. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 597, Set./Out. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 19-22.

MIR SALAS, Antonio. Reflexões Sobre a Guerrilha. Tradução do Ten. Cel. Jonas Correia Neto. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 605, Jan./Fev. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 71-91.

MRAZEK. James E. O Espírito Criador do Guerrilheiro. Tradução do Maj. Rubens Mário Jobim. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 596, Jul./Ago. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 155-160.

NATAL, A. Guimarães. A Situação Internacional e suas Implicações no Bloco Ocidental. **A Defesa Nacional**. Ano LI, No. 603, Set./Out. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 87-88.

NEVES, Almério de Castro. A Cavalaria Hipomóvel Brasileira na Época Atual. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 599, Jan./Fev. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 7-9.

NOGUEIRA, Mario de Assis. Dialética Marxista - Psicologia Russa - O Povo Russo. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 581, Jan. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 15-21.

NOTAS – INFORMAÇÕES: Treinamento Antiguerrilhas. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 570·571, Jan./Fev. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 63.

NOVA FORÇA na América Latina. Condensado pelo Ten. Cel. Carlos Evaristo. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 555, Out. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 25-26.

OFICIAIS MORTOS e Feridos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, quinta-feira, 28 Nov. 1935. Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Hermes de Araujo. Guerra Subversiva: Subsídios Para Uma Estratégia de Reação. **A Defesa Nacional**. Ano LI, No. 602, Jul./Ago. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 131-183.

OLIVEIRA, Kleber Frederico de. Aspectos Doutrinários da Guerra Revolucionária. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 595, Maio/Jun. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 27-46.

OLIVEIRA, Tácito T. G. de. A Crise Dominicana. **Revista Militar Brasileira**. Vol. LXXXI, Ano LII, No. 3, Jul./Set. 1966. Secretaria do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, GB. p. 17-32.

_____. A Missão da FIP. **Revista Militar Brasileira**. Vol. LXXXIV, Ano LIII, No. 1-2, Jan./Jun. 1967. Secretaria do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, GB. p. 151-160.

O'REILLY, Mario. A Destinação Democrática das Fôrças Armadas Brasileiras. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 597, Set./Out. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 75-80.

PAIVA, A. Machado de. A Artilharia nas Operações Contra Guerrilheiros. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 608, Jul./Ago. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 143-150.

PEREIRA, Américo; REIS, Vasco José Vieira dos; STARLING, Danilo Teixeira. Hospitais Portáteis na Guerra de Guerrilha. **Revista Militar Brasileira**. Vol. LXXXI, Ano LII, No. 3, Jul./Set. 1966. Secretaria do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, GB. p. 95-110.

PEREIRA, Fabiano. A pré-história da indústria automobilística no Brasil. **Quatro Rodas**. Publicado em 17 jun 2016. Disponível em: https://quatrorodas.abril.com.br/noticias/a-pre-historia-da-industria-automobilistica-no-brasil/. Acesso em 02/09/2017.

PEREIRA, Moacyr. Tendências da Organização Divisionária. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 570-571, Jan./Fev. de 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 15-20.

PESSOA, Mário. A Nova Constituição Brasileira e a Guerra. **A Defesa Nacional**. Ano LIII, No. 613, Maio/Jun. 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 7-24.

PLANO É PARA 30 ANOS. **O Estado de S. Paulo**, Domingo, 26 Out 1969. p. 1.

POZZOBOM, Zolá. Reorganização da Cavalaria Brasileira. **A Defesa Nacional**. Ano 54º, Nº. 617, Jan/Fev 1968. Rio de Janeiro, GB. p. 81-102.

RAPOSO FILHO, Amerino. A Reorganização do Exército. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, Nº. 549, Abril 1960(a). Rio de Janeiro, GB. p. 109-111.

_____. A Doutrina Militar Brasileira e a Reorganizado do Exército: Aspectos Que Urge Considerar. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 550, Maio 1960(b). Rio de Janeiro, GB. p. 77-81.

_____. Ministério da Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 557, Dezembro 1960(c). Rio de Janeiro, GB. p. 85-88.

REIS, Everaldo de Oliveira. Doutrina Militar Brasileira: Algumas Considerações. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 560, Março 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 67-69.

_____. Algumas Considerações Sôbre A Reforma Do Exercito. **A Defesa Nacional**. Ano LIº, Nº. 602, Jul/Ago 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 33-41.

_____. A Artilharia Que Desejamos. **A Defesa Nacional**. Ano 53º, Nº. 614, Jul/Ago 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 77-81.

ROCHA, Cezar Marques da. O Carro de Combate Nacional. **A Defesa Nacional**. Ano LII, Nº. 606, Mar/Abr 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 119-122.

_____. Considerações Sobre a Nova Organização Para a Cavalaria. **A Defesa Nacional**. Ano LIII, Nº. 612, Mar/Abr 1967. Rio de Janeiro, GB. p. 103-112.

_____. O Reconhecimento no Exército Brasileiro: Como é e como pode vir a ser. **A Defesa Nacional**. Ano 54º, Nº. 617, Jan/Fev 1968(a). Rio de Janeiro, GB. p. 103-112.

_____. Considerações Sobre a Cavalaria do Exército Brasileiro. **A Defesa Nacional**. Ano 54º, Nº. 620, Jul/Ago 1968(b). Rio de Janeiro, GB. p. 89-96.

SANT'ANNA, Jorge Frederico Machado de et al. Nova Organização Para a Cavalaria. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 610, Nov./Dez. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 89-108.

SANTOS, José Carlos Saraiva dos. O Grupo de Operações Especiais e o SAR. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 570·571, Jan./Fev. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 21-24.

SCHNEYDER, Philippe. Aspecto da Penetração Soviética nos Países Subdesenvolvidos. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 566-567, Set./Out. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 127-144.

SILVA, A. C. Pacheco e. A Segurança Nacional e a Guerra Fria. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 576·577, Jul./Ago. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 25-32.

SILVA, João Mendes da. Ministério da Defesa. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 558, Jan. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 123-130.

SILVA, José Maury de Araújo. Exercício de Guerra Revolucionária: Apontamentos de um Árbitro. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 604, Nov./Dez. 1965. Rio de Janeiro, GB. p. 89-94.

SILVA, Murilo Vasco do Vale e. Guerra Psicológica. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 585, Maio 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 15-28.

SNOW, Edgar. A Longa Marcha de Mao Tse Tung. Tradução e Comentários do Cel. A. J. Von Tromposwki e Maj. Amerino Raposo Filho. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 566-567, Set./Out. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 65-75.

SOUZA, Oswaldo de Araújo. A Guerra Revolucionária e a Subversão Comunista Internacional. **Revista Militar Brasileira**. Vol. LXXX, Ano LII, No. 2, Abr./Jun. 1966. Secretaria do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, GB. p. 25-56.

STADMULLER, Georg. O Atrativo Inicial do Comunismo. Tradução do Maj. Rubens Mário Jobim. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 578, Set./Out. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 89-94.

TAVARES, Aurélio de Lyra. Atualização do Exercito, Através da Escola. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 548, Mar. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 11-14.

TOSTA, Octávio. Problemas da América Latina: A Segurança dos E.U.A. está na América do Sul. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 546, Jan. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 151-158.

UZEDA, Aloísio de. Nacionalismo. **A Defesa Nacional**. Ano XLIX, No. 579, Nov. 1962. Rio de Janeiro, GB. p. 81-89.

VAQUERO, José A. Luta Contra a Subversão. Tradução do Ten. Cel. Jonas Correia Neto. **A Defesa Nacional**. Ano LII, No. 606, Mar./Abr. 1966. Rio de Janeiro, GB. p. 105-118.

VASCONCELLOS, João Perboyre de. A Guerra Revolucionaria (1). **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 583, Mar. 1963. Rio de Janeiro, GB. p. 13-34.

VAZ, Thaumaturgo Sotero. Guerra Revolucionária: Operações Especiais. **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 561, Abr. 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 47-50.

_____. Guerrilha. **A Defesa Nacional**. Ano L, No. 593, Jan./Fev. 1964. Rio de Janeiro, GB. p. 33-39.

VIDAL, Germano Seidl. Nossas Fôrças Armadas e a Nova Doutrina. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 553, Ago. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 147-150.

_____. Ministério da Defesa, Solução Política, Administrativa ou Técnica? **A Defesa Nacional**. Ano XLVIII, No. 562, Maio 1961. Rio de Janeiro, GB. p. 87-88.

WILKINS, Frederick. Guerrilhas e Guerrilheiros. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 553, Ago. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 131-145.

XIMENES. Ensaio Sôbre a Guerra Revolucionária. Tradução do Ten. Cel. M. Potyguara. **A Defesa Nacional**. Ano XLVII, No. 552, Jul. 1960. Rio de Janeiro, GB. p. 93-104.

1.5 Livros e publicações de época e memórias

CAPITANI, Avelino Biden. **A Rebelião dos Marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. 192 pp.

MATTOS, Carlos de Meira. et al. **A Experiência do FAIBRÁS na República Dominicana**. [s.l.]: [EMFA/IBGE], [196-]. 217 pp.

CARVALHO, Estevão Leitão de. **Memórias de um Soldado Legalista**. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. 222 pp.

_____. **Memórias de um Soldado Legalista**. Tomo II. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1962. 348 pp.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar. **A Doutrina Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1957. Arquivo Castello Branco, Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Caixa F45/1 - F45/14.

_____. **Discursos 1964**. [s.l.]: Secretaria de Imprensa, 1964.

_____. **Marechal Castello Branco**: seu pensamento militar (1946-1964). Organização, extrato e notas pelo Cel. Francisco Ruas Santos. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1968. 327 pp.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Círculo do Livro, [198?]. 489 pp.

ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS do Brasil: Séries Econômicas, Demográficas e Sociais, de 1550 a 1988. 2ª Ed. revista e atualizada do vol. 3 da Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 642 pp.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 557 pp.

FRAGOSO, Augusto. **Introdução ao estudo da guerra revolucionária** (conferência). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1959.

FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. Vols. 1 e 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009, 2011.

GUEVARA, Ernesto (Che). **Obras Escogidas 1957-1967**. La Habana: Ediciones Políticas, 2001.

MINISTÉRIO DA GUERRA. Estado-Maior do Exército. **Estágio - Noções Básicas de Guerra Revolucionária e Anticomunismo**. Rio de Janeiro, GB: Estado-Maior do Exército, 1962.

_____. _____. **Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1965.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O Jôgo do Poder**. 2ª Ed. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1970.

ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder. São Paulo: Schoba, 2012. 922 pp.

PEIXOTO, Demerval. **Memórias de Um Velho Soldado (Nomes, coisas e fatos militares de meio século atrás)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960. 228 pp.

STUBEN, Baron de. **Regulations for the Order and Discipline of the Troops of the United States**. Philadelphia, PA: Styner and Cist, 1779. 182 pp.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Editora Ser, 2006.

1.6 Documento e arquivos disponíveis na Rede Mundial de Computadores (Internet)

HISTÓRICO. Página da Brigada de Infantaria Pára-quedista. Brasil Acima de Tudo! [s.d.]. Disponível em: http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/historico.html. Acesso em 07/01/2017.

GUEVARA, Ernesto (Che). **DISCURSO del Comandante Ernesto Che Guevara en la quinta sesión plenaria del Consejo Interamericano Económico y Social**, en Punta del Este, Uruguay. Pronunciado el 8 de agosto de 1961. Disponível em: http://es.wikisource.org/wiki/Discurso_en_Punta_del_Este,_Uruguay,_8_de_agosto_de_1961. Acesso em 29 Nov 2016.

IN MEMORIAN. Página do Clube Militar na Internet. [s.d.]. Disponível em: http://clubemilitar.com.br/in-memorian/. Acesso em 22/12/2016.

MEMORIAL. Página do Grupo Terrorismo Nunca Mais. [s.d.]. Disponível em: http://www.ternuma.com.br/index.php/memorial. Acesso em 22/12/2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Octava Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores – Para Servir de Órgano de Consulta en Aplicación del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca**. Punta del Este, Uruguay, 22 a 31 de enero de 1962, Acta Final. Washington, DC: Unión Panamericana – Secretaría General de la Organización de los Estados Americanos, 1962. Disponível em: http://www.oas.org/consejo/sp/RC/Actas/Acta%208.pdf. Acesso em 29 Nov 2016.

1.7 Entrevistas

RAPOSO FILHO, Amerino (Coronel reformado). Entrevista concedida ao autor no dia 24 de janeiro de 2017(a) no apartamento do entrevistado, no Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ. 1ª Parte.

_____. Entrevista concedida ao autor no dia 24 de janeiro de 2017(b) no apartamento do entrevistado, no Jardim Botânico, Rio de Janeiro, RJ. 2ª Parte.

2 Bibliografia Geral

4X4 BRASIL. Postado em 07/10/2015. Disponível em: http://www.4x4brasil.com.br/forum/rural-f-75-e-f-85-a/127861-f-85-v8-cachorro-louco-12.html. Acesso em 30/09/2017.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª Ed. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada a comentada por Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1210 pp.

ADAMSKY, Dima. **The Culture of Military Innovation: The Impact of Cultural Factors on the Revolution in Military Affairs in Russia, the US and Israel**. Stanford, California: Stanford University Press, 2010. 231 pp.

ALVES, J. V. Portella F. **Os Blindados Através dos Séculos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964.

ANDERSON, Jon Lee. **Che Guevara: Uma Biografia**. 2a Ed. Rev. Tradução de M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 902 pp.

ANFAVEA. **Indústria Automobilística Brasileira - 50 anos**. [São Paulo]: ANFAVEA, [2006]. Disponível em: http://www.anfavea.com.br/50anos/8.pdf. Acesso em 02/09/2017.

ANTIGOS Equipamentos do Exército Brasileiro. Site **Armas On-Line**. [s.d.] Disponível em: https://armasonline.org/armas-on-line/antigos-equipamentos-do-exercito-brasileiro/. Acesso em 08/10/2017.

ARÓSTEGUI, Julio. **La Investigación Histórica**: Teoría y Método. [2ª. Ed.]. Barcelona: Crítica, 2001. 460 pp.

ARRUDA, Antônio de. **A Escola Superior de Guerra: História de sua Doutrina**. 2ª Ed. revista e ampliada. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1983.

AVANT, Deborah. Political Institutions and Military Effectiveness: Contemporary United States and United Kingdom. In BROOKS, Risa A.; STANLEY, Elizabeth A. (ED.). **Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness**. Stanford, California: Stanford University Press, 2007. p. 80-105.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; IBGE, 1943. 535 pp.

BACEVICH, A. J. **The Pentomic Era: The US Arm y Between Korea and Vietnam**. Washington, DC: National Defense University Press, 1986.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados da Bacia do Prata**: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 256 pp.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)**. 2ª Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Fórmula Para o Caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 642 pp.

BANKS, Arthur. **A Military Atlas of the First World War**: A map history of the war of 1914-18 on land, at sea and in the air. Commentary by Alan Palmer. Barnsley, UK: Pen & Sword Military, 2013.

BARANY, Zoltan D. **The Soldier and the Changing State: Building Democratic Armies in Africa, Asia, Europe, and the Americas**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press: 2012. 472 pp.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Um Novo Modo de Ver e Fazer a História. **Revista de História Comparada**, Vol 1, no. 1, jun/2007. Disponível em: http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume001_Num001_artigo001.pdf. Acesso em 08 Out 2013.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Consolidação dos Blindados no Brasil: Fiat-Ansaldo Cv 3-35 II no Exército Brasileiro, 1938-1945. **Da Cultura**. Ano II, no. 3, Jan-Jun 2002. p. 34-37.

_____. Uma Realidade Brasileira: As exportações dos veículos militares Engesa. **DaCultura**. Ano VI, Nº 10, junho de 2006. p. 36-41.

_____. **Blindados no Brasil: Um Longo e Árduo Aprendizado: 90 Anos de Desafios, 1921-2011**. Vol. I. Dos Importados aos Nacionais. Bauru, SP: Taller Comunicações, 2011. 247 pp.

_____. **Blindados no Brasil: Um Longo e Árduo Aprendizado: 90 Anos de Desafios, 1921-2011**. Vol. II. Dos Nacionais aos Importados. Juiz de Fora: UFJF/Defesa, 2012. 604 pp.

_____. **Ford M-8 Greyhound no Exército Brasileiro**: Surge o conceito Blindado 6x6. Juiz de Fora: Edição do autor, 2016. 152 pp.

_____. **Meia Lagartas no Exército Brasileiro**: Da década de 30 ao final dos anos 80. [s.d.]. Disponível em: http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Meia%20Lagarta.pdf. Acesso em 17/12/2017.

BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: EDUSP, 2009. 488 pp.

BEAUGENDRE, Maurice Albert Philippe. Exército Francês: A Reorganização de 1976. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, Mar/Abr, 1976. p. 123-149.

BENETTI, Cezar Carriel. **Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro**. [s.d.]. Disponível em: http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/ACEB.pdf. Acesso em 07/01/2018.

BEYERCHEN, Alan. From Radio to Radar: Interwar military adaptation to technological change in Germany, the United Kingdom, and the United States. In MILLET, Allan R.; MURRAY, Williamson (Ed.). **Military Effectiveness. Vol. I: The First World War**. Boston: Unwin Hyman, 1988.

BIDDLE, Stephen. **Military Power**: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004. 337 pp.

BLAK, Jeremy. Military Change in Historical Perspective. In FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 21-38.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o Ofício do Historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira, de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159 pp.

BLUM, William. **Killing Hope**: U.S. Military and CIA Interventions Since World War II. London: Zed Books, 2004. 500 pp.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. II. Textos Temáticos**. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. III. Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: CNV, 2014b.

BRASIL EM 3 TEMPOS: o planejamento durante o regime militar. Página da Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação. 24/07/2004. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-07-24/brasil-em-3-tempos-planejamento-durante-regime-militar. Acesso em 26/12/2106.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. As Três Interpretações da Dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

BROCHADO, João Manoel Simch. **O Caráter dos Soldados**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. 256 pp.

BROOKS, Risa A. Introduction: The Impact of Culture, Society Institutions, and International Forces on Military Effectiveness. In BROOKS, Risa A.; STANLEY, Elizabeth A. **Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness**. Stanford, California: Stanford University Press, 2007a. p. 1-26.

_____. Civil-Military Relations and Military Effectiveness: Egypt in the 1967 and 1973 Wars. In BROOKS, Risa A.; STANLEY, Elizabeth A. **Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2007b. p. 106-135.

BUENO, Clodoaldo. Parte II – Da agroexportação ao desenvolvimentismo (1899-1964). In CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** 3ª Ed. revista e ampliada. Brasília: UnB, 2010. p. 149-363.

CALÓGERAS, Pandiá. **Problemas de Administração**: Relatório confidencial apresentado em 1918, ao Conselheiro Rodrigues Alves, sobre a situação orçamentária e administrativa do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. **Problemas de Governo**. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936(a).

_____. **Estudos Históricos e Políticos (Res Nostra...)**. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936(b).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN. **Histórico e Atribuições**. Brasília: Câmara dos Deputados, [s.d.].Disponível em:

http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/conheca-a-comissao/index.html. Acesso em 11/11/2017.

CAMPOS, Marcio Teixeira de. **A Guerra das Falklands / Malvinas e suas Repercussões no Exército Brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. 247 pp.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 224 pp.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Introdução: Da história militar à "nova" história militar. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Autonomia Militar e Construção da Potência. In OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 57-99.

CERVO, Amado Luiz. Parte III – Do projeto desenvolvimentista à globalização. In CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** 3ª Ed. revista e ampliada. Brasília: UnB, 2010. p. 365-521.

CLARKE, Jeffrey J. **Advice and Support: The Final Years, 1965-1973**. United States Army in Vietnam. Washington, DC: Center of Military History, 1988. 561 pp.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 207 pp.

COMANDO DE OPERAÇÕES Terrestres. Centro de Doutrina do Exército. **Histórico do C Dout Ex**. Portal de Doutrina do Exército. [s.d.]. Disponível em: http://www.cdoutex.eb.mil.br/index.php/historico. Acesso em 04 Mar 2016.

COOKE, Gary W. M113 Armored Personnel Carrier. In **Gary's Combat Vehicle Reference Guide**. Last updated: 03-MAY-2008. Disponível em: http://www.inetres.com/gp/military/cv/inf/M113.html. Acesso em 01/10/2017.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. 273 pp.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Comissão Mista Brasil-Estados Unidos**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/ComissaoMista. Acesso em 28/01/2018.

DÉLANO, Manuel. Chile reconoce a más de 40.000 víctimas de la dictadura de Pinochet. **El País**. [Madri]. Edição digital. 20 AGO 2011. Disponível em: http://elpais.com/diario/2011/08/20/internacional/1313791208_850215.html. Acesso em 22/12/2016.

DELICADO, Ana. Uruguay Publica un listado de víctimas de la dictadura. **Público**. [Madri]. Edição digital. 02.09.2011. Disponível em: http://www.publico.es/internacional/uruguay-publica-listado-victimas-dictadura.html. Acesso em 22/12/2016.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, Washington, DC, Vol. 48, No. 2 (Apr., 1983), pp. 147-160.

DREW, Dennis M.; SNOW, Donald M. **Making Strategy: An Introduction to National Security Processes and Problems**. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press, 1988.

DYNIEWICZ, Luciana; CARNEIRO, Mariana. Argentina ainda discute quantas foram as vítimas da última ditadura militar. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 01/02/2016. Edição digital. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/02/1735938-argentina-ainda-discute-quantas-foram-as-vitimas-da-ultima-ditadura-militar.shtml. Acesso em 22/12/2016.

ENGLISH, John A.; GUDMUNDSSON, Bruce I. **On Infantry**. Revised Edition. Westport, CT: Praeger, 1994.

FARRELL, Theo. World Culture and the Irish Army, 1922-1942. In FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). In **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 69-90.

FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry. The Sources of Military Change. In FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). In **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 3-20.

FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III - O Brasil Republicano, Vol. 11 – Economia e Cultura (1930-1964). 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 798 pp.

_____. **História do Brasil**. Colaboração de Sérgio Fausto. 14ª Ed. atualizada e ampliada. 1ª Reimpr. São Paulo: EDUSP, 2013.

FERES JR., João. **A história do conceito de "Latin América" nos Estados Unidos**. Bauru: EDUSC, 2005.

FERRAZ, Francisco. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 78 pp.

FERREIRA, Cesar. M108 105mm Self-Propelled Howitzer Walk Around Page 1. **Prime Portal**. Disponível em: http://data3.primeportal.net/artillery/cesar_ferreira/m108/images/m108_18_of_20.jpg. Acesso em 29/10/207.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 420 pp.

FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder: Análise do Discurso Anticomunista do Exército Brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2005.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Tradução de Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 210 pp.

FINER, Samuel E. **The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics**. 3rd. print. Londres: Pall Mall Press, 1969.

FINNEMORE, Martha. **The Purpose of Intervention: changing beliefs about the use of force**. Ithaca: Cornell University Press, 2004. 171 pp.

FLECK, Ludwik. **Genesis and Development of a Scientific Fact**. Edited by Thaddeus J. Trenn and Robert K. Merton. Translated by Fred Bradley and Thaddeus J. Trenn. Foreword by Thomas Kuhn. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1979. 203 pp.

FRAGOSO, A. Tasso. **A Batalha do Passo do Rosário**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951. 427 pp.

FRANÇA. Ministère de la Défense. **La Doctrine: Pourquoi? Comment?**. DC-001(A)_DOCTRINE(2013) N° 053/DEF/CICDE/NP du 02 avril 2013. Version amendée le 23 mai 2014. Paris: Centre interarmées de concepts, de doctrines et d'expérimentations, 2014. 41 pp.

FRENCH, David. **Military Identities**: The Regimental System, British Army & the British People, c. 1870-2000. New York: Oxford University Press, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

GABEL, Christopher R. **The 4th Armored Division in the Encirclement of Nancy**. Fort Leavenworth, KS: Command & General Staff College, 1986. Disponível em: http://www.ibiblio.org/hyperwar/USA/CSI/CSI-Nancy/gabel.asp.html. Acesso em: 09/10/2017.

GARCÍA COVARRUBIAS, Jaime. **Os três pilares de uma transformação militar**. *Military Review*, volume 6, novembro-dezembro 2007. Fort Leavenworth: Centro de Armas combinadas, 2007. p. 16-24.

_____. **Nuevas amenazas y transformación de la defensa: el caso de Latinoamérica**. Publicação on-line do Instituto Universitário General Gutiérrez Mellado, do Ministério da Defesa da Espanha. Madri, [s.d.]. Disponível em: http://iugm.es/publicaciones/colecciones/estudios/fuerzas-armadas-y-sociedad/?L=0&tx_iugm_pi1[npub]=62&cHash=21ea402e6eba6f7129c0a231fae3e56b. Acesso em 05 Abr 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 5ª Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2002(a).

_____. **A Ditadura Escancarada**. 2ª Reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2002(b).

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1ª Ed., 13ª Reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 213 pp.

GERRING, John. **Case Study Research**: Principles and Practices. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007. 279 pp.

GEORGE, Alexander L.; BENNETT, Andrew. **Case Studies and Theory Development in the Social Sciences**. Cambridge, MA: MIT Press, 2005. 331 pp.

GLANTZ, David M.; HOUSE, Jonathan. **Confronto de Titãs**: Como o Exército Vermelho Deteve Hitler. 1ª Ed. São Paulo: C$R Editorial, 2009. 424 pp.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó: Uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**. São Paulo: Alameda, 2014.

GOLDMAN, Emily O. The Spread of Western Military Models to Ottoman Turkey and Meiji Japan. In FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). In **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 41-67.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. ***"A Espuma das Províncias"*: Um estudo sobre os *Inválidos da Pátria* e o *Asilo dos Inválidos da Pátria*, na Corte (1864-1930)**. (02 Vol.) Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. 1º Vol. 643 pp.; 2º Vol. 75 pp.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 211-246.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1998. 294 pp.

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. A Indústria Automobilística Brasileira na Década de 1980. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro. V. 19, n. 2. Ago. 1989. pp. 347-378.

GRISSOM, Adam. The Future of Military Innovation Studies. **The Journal of Strategic Studies**, Vol. 29, No. 5, p. 905-934, October 2006.

GUDERIAN, Heinz. **Achtung Panzer!**: O desenvolvimento de forças blindadas, suas táticas e poder operacional (1914-1937). Tradução de Luiz Carlos Carneiro de Paula. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

HAINES, Gerald K. **The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954**. Wilmington, Delaware: SR Books, 1989. 227 pp.

HAYES, Robert A. **Nação Armada: A Mística Militar Brasileira**. Tradução de Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991. 268 pp.

HIGUCHI, Hélio; BASTOS JR., Paulo Roberto. **M4 Sherman no Brasil**. São Paulo: C&R Editorial, 2008.

HIGUSHI, Hélio; BASTOS JR., Paulo Roberto; BACCHI, Reginaldo. **O Stuart no Brasil**: M3 / M3A1 e Derivados. São Paulo: Tecnodefesa Editorial, 2015.

HIRST, Monica. **Understanding Brazil-United States relations**: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century. Brasília: FUNAG, 2013. 281 pp.

HISTÓRIA do Estado-Maior do Exército: trabalho de pesquisa do EME, realizado sob a coordenação do Coronel de Artilharia Paulo da Motta Banha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984. 327 pp.

HOGG, Ian V. **Artilharia: A Tática dos Canhões**. História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial - Armas - Vol.19. Rio de Janeiro: Renes, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. 160 pp.

HOWARD, Michael. What is Military History? In GARDINER , Juliet. **What is History Today..?** London: Palgrave, 1988. p. 4-17.

_____. **A Guerra na História da Europa**. Tradução de Jorge Pinheiro. Mem Martins, Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

_____. The Use and Abuse of Military History. **The Army Doctrine and Training Bulletin**. Vol. 6, No. 2 - Summer 2003.

HØIBACK, Harald. What is Doctrine?. **The Journal of Strategic Studies**. London, Vol. 34, Issue 6, 879–900, December 2011.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

_____. Conservatism as an Ideology. **The American Political Science Review**, Vol. 51, No. 2, Jun., 1957, pp. 454-473.

IZECKSOHN, Vitor. Recrutamento militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova História Militar Brasileira**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 179-208.

JACKSON, Aaron P. **The Roots of Military Doctrine: Change and Continuity in Understanding the Practice of Warfare**. Fort Leavenworth, Kansas: Combat Studies Institute Press, [2013]. 123 pp.

_____. **Doctrine, stratégie et culture militaire: Évolution de la doctrine militaire stratégique de l'Australie, du Canada et de la Nouvelle‑Zélande entre 1987 et 2007**. [s.l] : Section de la production du Centre de guerre aérospatiale des Forces canadiennes, 2013.

JANOWITZ, Morris. **Military Institutions and Coercion in the Developing Countries:** Expanded edition of **The Military in the Political Development of New Nations**. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 1977. 211 pp.

JOHNSON, John J. **Militares y Sociedad en América Latina**. Traducción de Ricardo Setaro. Buenos Aires: Solar/Hachete, 1966.

JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos**: O mundo dos anos 20 aos 80. 2ª Ed. Tradução de Gilda de Britto Mac-Dowell e Sérgio Maranhão da Matta. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998. 667 pp.

JOHNSTON, Alastair Iain. Thinking about Strategic Culture. **International Security**, Volume 19, Number 4, Spring 1995, pp. 32-64.

JOWETT, Philip S.; ANDREW, Stephen. **The Italian Army 1940-45 (1)**: Europe 1940-43. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2000. 48 pp.

KEEGAN, John. **A History of Wafare**. 1st. Vintage Edition. New York, NY: Vintage Books, 1994.

_____. **A Face da Batalha**. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000. 320 pp.

KEITH, Henry Hunt. **Soldados Salvadores**. Tradução de Antônio Patriota. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989. 294 pp.

KENNEDY y la enmienda con la que le puso límites a la dictadura argentina. Clarín.com. 31/08/2009. Disponível em: https://www.clarin.com/ediciones-anteriores/kennedy-enmienda-puso-limites-dictadura-argentina_0_H1pNv1tATFl.html. Acesso em 23/04/2017.

KESSEL, Dmitri**. A platoon of Sherman Tanks readying for field maneuveurs near the tank school** (Photograph). Location: Brazil; Date taken: April 1957; Size: 1280 x 831 pixels (17.8 x 11.5 inches). Disponível em: http://images.google.com/hosted/life/3c077ee5b31d9d0e.html. Acesso em 08/10/2017.

KLIASS, Paulo. O golpe de 64 e a modernização conservadora. **Carta Maior**, [s.l.], 30/03/2014. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-golpe-de-64-e-a-modernizacao-conservadora/30607. Acesso em 11/12/2016.

KOLTERMANN, Jens-Olaf. **"Citizen in Uniform:" Democratic Germany and the Changing Bundeswehr**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos). U.S. Army War College, Carlisle Barracks, Pennsylvania, 2012. 52 pp.

KRUEL, Amaury. Relatório Sucinto das atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1962. Apresentado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Rio de Janeiro: SMG Imprensa do Exército, 1963. p. 4-8, 18-21, 23. Apud MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 655.

LA LARGA METAMORFOSIS del Stuart. Site **Orden de Batalla. Historia Militar**. Postado em 17 noviembre, 2015. Disponível em: <http://www.ordendebatalla.org/blog/2015/11/17/la-larga-metamorfosis-del-stuart/>. Acesso em 30/09/2017.

LANGE, Matthew. **Comparative-Historical Methods**. London, UK: Sage, 2013. 198 pp.

LATAWSKI, Paul. **The Inherent Tensions in Military Doctrine**. Sandhurst Occasional Papers No 5. Camberley, Surrey, UK: Royal Military Academy Sandhurst, 2011. 25 pp.

LEE, Wayne E. Warfare and Culture. In LEE, Wayne E. (Ed.) **Warfare and Culture in World History**. New York: New York University Press, 2011.

LIDDELL HART, Basil Henry. **As Grandes Guerras da História**. 4ª Ed. Tradução de Aydano Arruda. Revisão técnica e anotações do Gen. Reynaldo Mello de Almeida. São Paulo: Ibrasa, 1982. 514 pp.

LIMA, M. de Oliveira. **Aspectos da História e da Cultura do Brasil: Conferências inaugurais**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.

LIVRO IMAGENS do Exército Brasileiro. Disponível em: https://www.flickr.com/photos/exercitobrasileiro/sets/72157646901468162/. Acesso em 30/09/2017.

LOURO, João Marcos Macedo. **O Cavalo ou o Motor: A Motomecanização no Exército Brasileiro no Período entre Guerras**. Curitiba: Prismas, 2015.

LYNN, John A. The Evolution of Army Style in the Modern West, 800-2000. **The International History Review**, Burnaby, BC, Canada, Vol. 18, No. 3 (Aug., 1996), p. 505-545.

_____. The Battle Culture of Forbearance. In LEE, Wayne E. (Ed.). **Warfare and Culture in World History**. New York: New York University Press, 2011. 231 pp.

M3A3 "LEE" é restaurado pela 12ª CSM em Juiz de Fora. Postado em 19/10/2017. **Operacional – Defesa e Segurança**. Disponível em: http://www.revistaoperacional.com.br/2017/historia-2/m3a3-lee-e-restaurado-pela-12a-csm-em-juiz-de-fora/. Acesso em 20/10/2017.

M-8 GREYHOUND: principal blindado utilizado pela FEB. **Noticiário de Exército**. Publicação: Qua, 19 Jul 2017. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/m-8-greyhound-principal-blindado-utilizado-pela-feb. Acesso em 08/10/2017.

MACHIAVELLI, Niccolò. **O Príncipe**. Comentários de Napoleão Bonaparte; tradução e notas de Edson Bini. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/69**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 99, set. 2000.

_____. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**, Belo Horizonte, vol. 15, n. 3, p. 53-92, set.-dez. 2005.

MAG MACHINE GUN. In **Encyclopædia Britannica**. Article added to new online database: jul 20, 1998. Disponível em: https://www.britannica.com/technology/MAG-machine-gun. Acesso em 07/01/2018.

MAGALHÃES, João Batista. **A Evolução Militar do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998. 384 pp.

MAIA, Paulo Sérgio da Silva. **Aviação no Exército**: uma visão histórica. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2014. 598 pp.

MARES, David R. **Violent Peace**: Militarized Interstate Bargaining in Latin America. New York: Columbia University Press, 2001. 319 pp.

MAREY, Georges. À la recherche d'une formule pour l'ère atomique: les enseignements de la manoeuvre "Javelot". **Revue Militaire Suisse**. Band 99, 1954. p. 540-547. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&ved=0ahUKEwjyrq_15d_YAhUBlJAKHYrnA8gQFghkMAs&url=https%3A%2F%2Fwww.e-periodica.ch%2Fcntmng%3Fpid%3Drms-001%3A1954%3A99%3A%3A837&usg=AOvVaw0nSLBuPEoWKb6qYc0Tki4D. Acesso em 17/01/2018.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. 1ª Ed. São Paulo: Benvirá, 2011. 367 pp.

MARQUES, Adriana A; FUCCILLE, Alexandre. Ensino e Pesquisa em Defesa no Brasil: Estruturação do Campo e Desafios. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 2, nº 2, jul./dez. 2015.

MARTIN, T. Scott. **Understanding Military Culture**. Bama At Work, Professional Development and Conference Services division of The University of Alabama website. August 29, 2014. Disponível em: < https://bamaatwork.com/2014/08/29/understanding-military-culture/>. Acesso em 21 Jun 2016.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica em Ciências Sociais Aplicadas**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 247 pp.

MARTINS, Luís Carlos dos Passos; LIEBEL, Vinícius. A Revolução Cubana e sua Recepções: Imprensa e Academia. **Revista Contemporânea** – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX. Ano 5, n° 8 | 2015, vol.2.

MARTÍNEZ, Magdalena. Las víctimas de la dictadura uruguaya, indignadas con la izquierda. **El País**. [Madri]. Edição digital. 21 Mayo 2015. Disponível em: http://internacional.elpais.com/internacional/2015/05/21/actualidad/1432215616_377558.html . Acesso em 23/12/2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. [São Paulo]: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1973043/mod_resource/content/1/Marx%20%20Engels_O%20manifesto.pdf. Acesso em 24/01/2012.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010. 447 pp.

MCCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945**. Tradução de Jayme Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. 396 pp.

_____. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 744 pp.

MCMAHON, Robert J. US National Security Policy from Eisenhower to Kennedy. In LEFFLER, Melvyn P.; WESTAD, Odd Arne (Ed.). **The Cambridge History of the Cold War**. Vol. I. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2010.

MENDES, R. Teixeira. **Benjamin Constant: Esboço de uma apreciação sintética da vida e óbra do Fundador da República Brazileira**. 2ª Ed. do 1º Vol. Rio de Janeiro: Apostolado Pozitivista do Brazil, 1913. 812 pp.

MENEZES, Rafael. 1º Esqd Cav Pqdt. Site **Brigada de Infantaria Pára-quedista. Brasil, acima de tudo!** Publicado: segunda-feira, 21 de Março de 2016. Última atualização em quarta-feira, 23 de Março de 2016. Disponível em: http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/oms/60-organiza%C3%A7%C3%B5es-militares/109-1-esqd-cav-pqdt.html. Acesso em 29/10/207.

MERCEDES 1113, O Caminhão Mais Vendido do Brasil. Site **Planeta Caminhão**. 18 de março de 2016. Disponível em: < https://planetacaminhao.com.br/mercedes-1113-o-caminhao-mais-vendido-do-brasil/>. Acesso em 30/09/2017.

MERCEDES BENZ 1213-1313-1519-1819. **Site Armas Nacionais, Modelismo e História**. [s.d.]. Disponível em: <http://armasnacionais.blogspot.com.br/2017/02/caminhoes-mercedes-benz-no-exercito.html>. Acesso em 30/09/2017.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **The American Journal of Sociology**, Chicago, IL, Vol. 83, No. 2 (Sep., 1977), p. 340-363.

MILLET, Allan R.; MURRAY, Williamson (Ed.). **Military Effectiveness. Vol. I: The First World War**. Boston: Unwin Hyman, 1988. 361 pp.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **C 124-1** – **Estratégia**, 4ª Ed. [Brasília]: EGGCF, 2004.

_____. **MD35-G-01 – Glossário das Forças Armadas**. 5ª Ed. Brasília: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Estado-Maior do Exército. **C 29-15 Batalhão Logístico**. 1ª Ed. Brasília: EGGCF, 1984.

_____. Estado-Maior do Exército. **Relação das Publicações do Exército** (Atualizada até 31 Jan 82). Brasília: EGGCF, 1982.

MINISTROS ASSINAM o Acordo do Prata. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 19/10/1979. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19791019-32086-nac-0001-999-1-not. Acesso em 27/12/2016.

MIR, Luís. **A Revolução Impossível: A Esquerda e a Luta Armada no Brasil**. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1994.

MITCHELL, J. **Thoughts on Tactics and Military Organization: Together With an Enquiry into the Power and Position of Russia**. London: Longman, Orme, Brown, Green, and Longmans, 1838. 392 pp.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB Pelo Seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005. 352 pp.

MOREIRA, Regina da Luz. Salgado Filho, Joaquim Pedro. **FGV – CPDOC**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/salgado-filho-joaquim-pedro. Acesso em 08/09/2017.

MOORE, Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World**. Boston, MA: Beacon Press, 1993.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O Anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. **As Universidades e o Regime Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 430 pp.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**: Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

MUNHOZ Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos T. da (Org). **Relações Brasil-Estados Unidos: Séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011. 576 pp.

MUNIZ, Luiz Seldon da Silva. **A Defesa Antiaérea no Brasil**: Atribuições e responsabilidades do Exército no âmbito da defesa aérea. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior do Exército) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 1976.

MURRAY, Williamson. Innovation: Past and Future. In MURRAY, Williamson; MILLET, Allan R. **Military Innovation in the Interwar Period**. 1st Edition. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998. p. 300-328.

_____. **Military Adaptation in War**. Alexandria, Virginia: Institute for Defense Analyses, 2009. 383 pp.

_____. **Military Culture Does Matter**. Foreign Policy Research Institute website. January, 1999. Disponível em: <http://www.fpri.org/article/1999/01/military-culture-does-matter/>. Acesso em 21 Jun 2016.

NAGL, John A. **Learning to Eat Soup with a Knife: Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam**. With a new preface by the author; foreword by General Peter J. Schoomaker. Chicago: The University of Chicago Press, 2005. 250 pp.

NEY, Virgil. **Evolution of the U.S. Army Division 1939-1968**. CORG Memorandum CORG-M-365. Prepared by Technical Operations, Incorporated Combat Operations Research Group for Headquarters - United States Army Combat Developments Command, Fort Belvoir, VA, January 1969. 230 pp. Disponível em: http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/697844.pdf. Acesso em 04/09/2017.

NUNN, Frederick M. **Yesterday's Soldiers: European Military Professionalism in South America, 1890-1940**. 1St Ed. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 1983. 365 pp.

O GOLPE EM 33 DIAS. **50 Anos do Golpe Militar de 1964**. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/>. Acesso em 30/09/2017.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional**: A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de et al. **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. 187 pp.

OLIVEIRA, Humberto José Corrêa de. As Comunicações na "Divisão 77". **Revista Militar Brasileira**. Brasília, Ano 65, v. 115, n. 3, Set-Dez, 1979. p. 3-32.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **STANAG 4090**. Standardization Agreement. Subject: small arms ammunition (9 mm Parabellum). 2nd. Ed. Promulgated on 15 April 1982. Disponível em: http://gigconceptsinc.com/files/STANAG4090-cartridge_9x19.pdf. Acesso em 08/01/2018.

OWEN, William. Essay: The war of new words. Why military history trumps buzzwords. **Armed Forces Journal**. November 1, 2009. Disponível em: http://www.armedforcesjournal.com/essay-the-war-of-new-words/. Acesso em 16 Jan 2016.

OWEN, Admiral William A. Creating a U.S. Military Revolution. In FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry (Ed.). **The Sources of Military Change: Culture, Politics, Technology**. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2002. p. 205-219.

PARENTE, Paulo André Leira. A Construção de Uma Nova História Militar. **Revista Brasileira de História Militar**. Edição Especial de Lançamento, Dez 2010. Disponível em: http://www.historiamilitar.com.br/Artigo1RHBM0.pdf. Acesso em 02 Maio 2013.

PECHMAN, Robert. Joao Pandiá Calógeras. **FGV – CPDOC**. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-pandia-calogeras. Acesso em 08/09/2017.

PEDROSA, Fernando V. G. Ideologia e Ética Militar no Brasil. **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Volume 3, nº 27, 3º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012. p. 1-12.

_____. **Violência e Pacificação no Caribe: Tropas brasileiras em operações de paz na República Dominicana (1965-1966) e no Haiti (2004-2005): um estudo comparado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

_____. A Persistência da Doutrina Militar Portuguesa no Exército Brasileiro Pós-Independência. In **XXV Colóquio de História Militar - No Bicentenário da Criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves**: as causas, o desenvolvimento e as consequências do seu estabelecimento. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2017. p. 249-269.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis. **Revista Estudos Políticos**, [Rio de Janeiro, RJ], Vol. 5, N.2. [s.d.].

POPPER, Karl R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, [s.d.]. 567 pp.

POSEN, Barry R. **The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the World Wars**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1986. 288 pp.

PROJETO "BRASIL Nunca Mais". Tomo I. O Regime Militar. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985(a).

PROJETO "BRASIL Nunca Mais". Tomo V, Vol. I. A Tortura. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 1985(b).

QUINTÃO, Geraldo. O Sistema de Defesa Brasileiro. **Thinking Brazil**: A Newsletter of the Brazil at the Wilson Center Project. Issue No. 1, August 2000, p. 1-4. The Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC.

REILEY, Ralph. Reorganization of the German Army, 1914-1918. In **Trenches on the Web**. 2006. Disponível em: http://www.worldwar1.com/sfgermreorg.htm. Acesso em 05/09/2017.

RESENDE-SANTOS, João. **Neorealism, States, and the Modern Mass Army**. Edição electronica em formato Kindle. New York: Cambridge University Press, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICUPERO, Rubens . **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal, 2017. 784 pp.

ROBERTS, Michael. The Military Revolution, 1560-1660. In ROGERS, Clifford J. (Ed.) **The Military Revolution Debate: Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

RODRIGUES, Marcelo Santos. A Festa do Barracão: Festejos oficiais pelo fim da Guerra do Paraguai (1870). In RODRIGUES, Fernando; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (Org.). **Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob Novos Olhares**. Curitiba: Prismas, 2015. p. 405-432.

ROGERS, Clifford J. The Military Revolution in History and Historiography. In ROGERS, Clifford J. (Ed.) **The Military Revolution Debate: Readings on the Military Transformation of Early Modern Europe**. Boulder, CO: Westview Press, 1995.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. 96 pp. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/O_apoio_de_Cuba_a_luta_armada.pdf. Acesso em 04 Ago 2011.

ROSEN, Stephen P. **Winning the Next War: Innovation and the Modern Military**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1991. 288 pp.

_____. New Ways of War: Understanding Military Innovation. **International Security**, Vol. 13, No. 1 (Summer, 1988), pp. 134-168.

ROTTMAN, Gordon L. **Japanese Army in World War II**: Conquest of the Pacific 1941-42. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2005. 96 pp.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. 480 pp.

RYNNING, Sten. **Changing Military Doctrine: presidents and military power in fifth Republic France, 1958-2000**. Westport: Praeger, 2002. 219 pp.

SARTORI, Giovanni. Politics, Ideology, and Belief Systems. **The American Political Science Review**, Vol. 63, No. 2. (Jun., 1969), pp. 398-411.

SAVIAN, Elonir José. **"Haverá Sempre uma Cavalaria": Tradição e Modernização no Processo de Evolução Tecnológica do Exército Brasileiro (1937-1973)**. Resende: Edição do autor, 2014.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio: Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver**. Rio de Janeiro, Campus, 2003. 303 pp.

SCHARINGER, João F. Bernardini. In **Lexicar Brasil**. [2004?](a). Disponível em: http://www.lexicarbrasil.com.br/bernardini/. Acesso em 30/09/2017.

_____. Engesa. In **Lexicar Brasil**. [2004?](b). Disponível em: http://www.lexicarbrasil.com.br/engesa/. Acesso em 02/09/2017.

_____. Exército. In **Lexicar Brasil**. [2004?](c). Disponível em: http://www.lexicarbrasil.com.br/exercito/. Acesso em 01/10/207.

_____. Moto Peças. In **Lexicar Brasil**. [2004?](d). Disponível em: http://www.lexicarbrasil.com.br/moto-pecas/. Acesso em 02/09/2017.

_____. Novatração. In **Lexicar Brasil**. [2004?](e). Disponível em: http://www.lexicarbrasil.com.br/novatracao/. Acesso em 02/09/2017.

SCHEIN, Edgar. **Organizational Culture and Leadership**. 4th. Ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass; 2010. 436 pp.

SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

SELCHER, Wayne A. **The National Security Doctrine and Policies of the Brazilian Government**. Military Issues Research Memorandum. Strategic Studies Institute: Carlisle Barracks, PA, 1977. 33 pp.

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes. Padrões comparativos para o dimensionamento do Exército: quais utilizar? **Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares**. Volume 3, nº 27, 3º quadrimestre. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

SCHNABEL, James F. **History of the Joint Chiefs of Staff**: the Joint Chiefs of Staff and national policy. Vol. I, 1945-1947. Washington, DC: Office of Joint History. Office of the Chairman of the Joint Chiefs of Staff, 1996. 241 pp.

SCHILLING, Warner R. **The Organization of Armies**. [1997?]. Disponível em: http://ccnmtl.columbia.edu/services/dropoff/schilling/mil_org/milorgan_99.html. Acesso em 09/10/2017.

SELCHER, Wayne A. **The National Security Doctrine and Policies of the Brazilian Government**. Military Issues Research Memorandum. Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, US Army War College, 1977.

SILVA, Fernando Augusto Valentini da. **O Processo de Transformação do Exército**: extensão, fontes e fatores intervenientes. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?**. 4ª Ed. Colaboração de Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: L&PM, 2014.

SLOAN, Elinor. **Military Transformation and Modern Warfare: a reference handbook**. Westport, CT: Praeger. 2008. 187 pp.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. **A Guerra de Canudos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Typografia Alpina, 1902. 427 pp.

SOARES, Rodrigo Goyena. Promessas da Campanha do Paraguai e Recompensas do Regresso. In RODRIGUES, Fernando da Silva; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá (Org.). **História Militar: Novos Caminhos e novas abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SOTOPPINO, Mario. Ideologia. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI; Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1lª Ed. Trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SOUZA, Adriana Barreto. **O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Osny Lázaro Coelho de. **Artilharia Antiaérea**: tipo de material existente atualmente em uso nos exércitos dos países mais desenvolvidos. Tipos de missões distribuídas às unidades de combate. Organização de subunidades, unidades e grandes unidades. Doutrina de emprego. Monografia (Curso de Comando e Estado-Maior). Escola de Comando e Estado-Maior. Rio de Janeiro, 1985.

SOYEN, John. **US Army Infantry Divisions 1944–45**. 1st. Ed. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2007. 96 pp.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política**. Tradução Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STORR, Jim. **The Human Face of War**. London: Continuum, 2009. 240 pp.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva**. São Paulo: Geração, 2006.

THOMAS, Nigel; ANDREW, Stephen. **The German Army 1939-45 (5)**: Western Front 1943-45. Oxford, UK: Osprey Publishing, 2000. 48 pp.

TREVISAN, Leonardo N. **Obsessões Patrióticas: Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

URUTU E CASCAVEL ganharão vida nova. **Forças Terrestres**: Estratégia, Tecnologia Militar e Segurança. 2 de março de 2010. Disponível em: http://www.forte.jor.br/2010/03/02/urutu-e-cascavel-ganharao-vida-nova/. Acesso em 02/09/2017.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História e Foucault Revoluciona a História**. 4ª Ed. revisada. Tradução de Alda Baltazar e Maria Auxiliadora Kneipp, com revisão técnica de Gerusa Jenner Rosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. 285 pp.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira: 1964-1985: A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

WAACK, William. **Camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

WATTS, Barry; MURRAY, Williamson. Military Innovation in Peacetime. In MURRAY, Williamson; MILLETT, Allan R. **Military Innovation in the Interwar Period**. 1st Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 369-415.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**, Vol 2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

WICKHAM-CROWLEY, Timothy. **Guerrillas and Revolution in Latin America**: A Comparative Study of Insurgents and Regimes since 1956. Princeton, NY: Princeton University Press, 1992.

WILLIAMS, Anthony G. **The Case for a General-Purpose Rifle and Machine Gun Cartridge (GPC)**. Last amended October 2015. Disponível em: http://www.quarryhs.co.uk/TNG.pdf. Acesso em 08/01/2018.

WILSON, John B. **Maneuver and Firepower**: The Evolution of Divisions and Separate Brigades. Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 1998. 469 pp. Disponível em: https://history.army.mil/html/books/060/60-14-1/cmhPub_60-14-1.pdf. Acesso em 04/09/2017.

ZHEBIT, Alexander. Reflexões sobre a Política de Segurança da Rússia, p. 69-81. In: **VI Encontro de Estudos Estratégicos**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

GLOSSÁRIO

Este trabalho adota a terminologia militar brasileira, quando aplicável. Baseia-se no Glossário das Forças Armadas, publicado pelo Ministério da Defesa (2015) e na experiência militar do seu autor.

Aeroterrestre	Atividade, operação ou organização relacionada com o movimento aéreo de uma força (particularmente paraquedista) e sua introdução por lançamento ou aterragem numa determinada área para execução de uma missão tática ou estratégica com objetivo profundo em terra.
Ação de choque	Efeito resultante do aproveitamento simultâneo das características dos blindados (mobilidade, potência de fogo e proteção blindada) sobre o inimigo.
Apoio ao Combate	Ato ou efeito realizado pelo apoio de fogo, pelo apoio de engenharia ou pelo apoio de comunicações e guerra eletrônica, com a finalidade de aumentar o poder de combate das unidades de manobra.
Aprestamento	Conjunto de medidas de prontificação ou preparo de uma força ou parte dela, especialmente as relativas à instrução, ao adestramento, ao pessoal, ao material ou à logística, destinado a colocá-la em condições de ser empregada a qualquer momento.
Área Operacional do Continente	Expressão que indica as características de um possível teatro de operações no continente sul-americano, onde exércitos dotados de efetivos e recursos limitados operariam em enormes espaços geográficos. Sob essas condições, a "área operacional do continente teria as seguintes características: grandes espaços operacionais, favorecendo a guerra de movimento a cavaleiro dos eixos de comunicações; incidência de flancos descobertos; deficiência de informações; unidades atuando em zonas de ação muito largas, dificultando as medidas de comando e controle; terreno heterogêneo e acidentado; áreas pobremente humanizadas e carentes de recursos. Também conhecido como "teatro de operação continental".
Arma	Especialidade militar das tropas de combate de um exército. O Exército Brasileiro está organizado com as seguintes armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações.
Arma base	Designação brasileira para as armas que se empenham em combate aproximado com o inimigo e que representam a estrutura básica de um exército: a Infantaria e a Cavalaria. São também chamadas de armas de manobra.
Arma de apoio ao combate	Designação brasileira para as armas que prestam apoio à ação das armas base. No caso brasileiro, a Artilharia, a Engenharia e as Comunicações são consideradas armas de apoio ao combate.
Artilharia Antiaérea	Artilharia destinada a realizar ações de defesa antiaérea de forças, instalações ou áreas, desencadeada da superfície contra vetores aeroespaciais inimigos.
Artilharia de	Principal meio de apoio de fogo da Força Terrestre, sendo, para tal, dotada de canhões, obuses, morteiros, foguetes ou mísseis. Tem por

Campanha	missão apoiar, pelo fogo, o sistema operacional manobra, destruindo ou neutralizando os alvos que ameacem o êxito da operação.
Artilharia Divisionária	Grande unidade de artilharia de uma divisão. Para fins operacionais, é toda artilharia colocada sob o comando do comandante da divisão e por este empregada diretamente.
Artilharia Leve	A constituída por canhões e obuses de calibre até 120 mm, inclusive.
Artilharia Média	A constituída por canhões e obuses de calibre de mais de 120 mm até 160 mm, inclusive.
Batalhão (Btl.)	Unidade militar composta por efetivos que variam de cerca de 500 a mil homens. É comandado por um tenente-coronel e subdividido e uma quantidade variável de companhias, normalmente de três a seis.
Bateria (Bia.)	Menor agrupamento orgânico de tropas pertencentes à arma de Artilharia, que tem organização fixa e está sob um comando único. É composta por seções e posiciona-se no nível de subunidade.
Brigada (Bda.)	Grande Unidade básica de combinação de armas, integrada por unidade de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, com capacidade de atuar independentemente e de durar na ação. Normalmente, uma "brigada" é composta por três unidades de combate do nível de batalhões e outras tropas de apoio, alcançando efetivos que variam de três mil a cinco mil homens. No Exército Brasileiro, é comandada por um general-de-brigada, mas em alguns exércitos é comandada por um coronel. Esse tipo de grande unidade não era prevista como grande unidade permanente na organização militar brasileira vigente no início da década de 1960. Foi adotada no Brasil como grande unidade básica de combate no início do processo de modernização em estudo neste trabalho.
Canhão	Peça de artilharia que dispara projéteis de alta velocidade em trajetória tensa (muito pouco curva).
Carabina	Arma de fogo portátil semelhante a um fuzil, de dimensões reduzidas, de cano longo – embora relativamente menor que o do fuzil – com alma raiada.
Carro de combate (CC)	Veículo pesadamente blindado, dotado de lagartas e armado com canhão de grosso calibre e metralhadoras. Popularmente conhecido como tanque.
Companhia (Cia.)	Formação militar composta por efetivos que variam de 100 a 200 homens, dependendo de sua natureza. No Exército Brasileiro é considerada uma "subunidade". É comandada por um capitão e subdividida em um número variável de pelotões.
Classe	Para efeito de recrutamento militar, indica todos os cidadãos nascidos num mesmo ano.
Corpo de Exército	Grande comando superior à divisão e menor do que o exército de

	campanha. Pode enquadrar duas ou mais divisões. Não existe como grande unidade constituída permanente no Exército Brasileiro.
Desdobramento	1. Ato de dispor os elementos de uma força de acordo com um plano previamente elaborado, a fim de aumentar seu grau de prontidão para o cumprimento de uma missão. 2. Ato ou efeito de uma unidade operar, no todo ou em parte, fora de sua sede.
Divisão (Div.)	Grande unidade militar composta dois ou três regimentos ou brigadas de combate e outras unidades de apoio, somando efetivos entre 10 mil e 20 mil homens. No Exército Brasileiro, é comandada por um general-de-divisão.
Esquadrão (Esqd.)	Tropa de valor subunidade da arma de cavalaria, podendo ser independente ou orgânica de um regimento de cavalaria.
Exército (escalão de comando) (Ex.)	Grande unidade terrestre de maior escalão, segundo a doutrina militar brasileira vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. É a Grande Unidade de batalha. Pode enquadrar um número variável de Corpos de Exército ou Divisões.
Exército de Campanha (Ex. Cmp.)	Mesmo que Exército, no sentido de escalão de comando.
Força-Tarefa	Grupamento temporário de forças, de valor unidade ou subunidade, sob um comando único, formado com o propósito de executar uma operação ou missão específica, que exija a utilização de uma forma peculiar de combate em proporções adequadas.
Fração	Elemento de tropa menor que subunidade. Pode ser do nível de comando de oficiais subalternos – pelotão (ou seção, no caso da arma de artilharia) – ou no nível de comando de sargentos – seções de diversas naturezas e grupo de combate.
Fuzil	Arma de fogo portátil, de cano longo e cuja alma do cano é raiada. Pode ser de repetição, semiautomáticos ou totalmente automáticos.
Fuzil metralhador	Fuzil automático desenhado para prover apoio de fogo às pequenas frações de infantaria. Normalmente é dotado de bipé e cano mais pesado para evitar o superaquecimento.
Grande Comando	Denominação genérica dada a qualquer comando da Força Terrestre privativo de oficial-general.
Grande comando operacional	Organização militar de valor ponderável, singular ou combinada, de constituição variável em unidades e grandes unidades, cujos meios, missão ou área de responsabilidade, transcendem às possibilidades de qualquer grande unidade.
Grande Unidade (GU)	Organização militar com capacidade de atuação operacional, independente básica, para combinação de armas. É formada por diversas "unidades" de distintas armas de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. Alguns exércitos têm como grande unidade básica a "divisão", outros, adotam a "brigada" como grande unidade básica de combate. O Exército Brasileiro do início da década de 1960 adotava a divisão como grande unidade básica. Com a reestruturação levada a cabo

	durante as décadas de 1960 e 1970, o Exército Brasileiro passou a se organizar em brigadas.
Grupo de Artilharia	Unidade militar do nível de batalhão da arma de artilharia. Normalmente, é composto por três baterias de tiro, cada uma com quatro ou seis bocas de fogo, e baterias de apoio ao comando e de serviços. Normalmente, tem de 12 a 18 bocas de fogo.
Grupo de Combate (GC)	Fração elementar de tropa da arma de infantaria. É composto por cerca de dez homens sob o comando de um sargento.
Logística	Conjunto de atividades relativas à previsão e à provisão dos recursos e dos serviços necessários à execução das missões das Forças Armadas.
Mecanizado(a) (Mec.)	Termo genérico utilizado no Exército Brasileiro para designar toda viatura de combate ou de apoio ao combate, caracterizada pela blindagem leve e deslocamento sobre rodas.
Metralhadora	Arma automática projetada para disparar tiros sucessivos em grande velocidade. É alimentada por uma fita de munição ou por um carregador.
Mosquetão	Fuzil pequeno, de emprego militar, maior que uma carabina, de repetição por ação de ferrolho montado no mecanismo da culatra, acionado pelo atirador por meio da sua alavanca de manejo
Obus	1) Projetil oco de carga explosiva disparado por um obuseiro. 2) Mesmo que obuseiro.
Obuseiro	Peça de artilharia que dispara projetis explosivos em baixa velocidade e com trajetória parabólica (muito curva).
Peça de manobra	Fração ou elemento pertencente a uma organização de combate, apta para a realização de movimento destinado a colocar forças em uma situação vantajosa, em relação ao inimigo, ou para cumprir determinada missão.
Pelotão (Pel.)	Formação militar composta por efetivos que variam de 30 a 50 homens, dependendo de sua natureza. É comandado por um 1º ou 2º tenente e subdividido e um número variável de grupos de combate ou de seções.
Prontidão operacional	Estado de preparação de uma unidade ou força militar, caracterizado pela capacidade de pronta-resposta a todo ato hostil de origem externa ou interna.
Operação Aeromóvel	Operação na qual as forças de combate, com seu equipamento, deslocam-se em aeronaves orgânicas, nas proximidades da área de combate, em reforço ou sob o controle operacional do comandante para engajar-se no combate.
Operações Especiais	Operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, adestradas e equipadas, visando a alcançar objetivos políticos, econômicos, psicossociais ou militares por intermédio do emprego de meios militares convencionais ou não-convencionais, em áreas hostis ou sob controle do inimigo, nas situações de crise, de conflito armado ou de guerra.

Regimento (Rgt.)	Designação genérica para uma unidade militar comandada por um coronel. Sua estrutura, efetivo e missão variam muito, dependendo do país e da força armada a que pertence. No Exército Brasileiro, da década de 1960, havia unidades chamadas regimentos nas armas de infantaria, cavalaria e artilharia. O regimento de infantaria (RI) era uma unidade composta por três batalhões e certo número de companhias "regimentais". Um RI completo tinha efetivo de cerca de 3.000 homens. O regimento de artilharia ou regimento de obuses era uma unidade composta por três grupos de canhões ou de obuses e algumas baterias "regimentais". As unidades da arma de cavalaria do nível de batalhão são chamadas regimentos, cada um composto por três a cinco esquadrões.
Submetralhadora	Arma automática de tamanho reduzido para uso de mão, sem fixação por tripé, utilizando munição de pistolas. Também conhecida como metralhadora de mão ou pistola-metralhadora.
Subunidade (SU)	É a formação militar composta por efetivos que variam de 100 a 200 homens, dependendo de sua natureza. É comandada por um capitão e recebe a denominação de companhia. No Exército Brasileiro, as subunidades de cavalaria são denominadas esquadrões, e as de artilharia, de baterias.
Teatro de Operações	Parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de grande vulto, para o cumprimento de determinada missão e para o consequente apoio logístico.
Teatro de Operação Continental	Mesmo que Área Operacional do Continente.
Trabalho de Comando	Trabalho executado por oficiais em função de comando e de estado-maior, que inclui o planejamento de operações militares e a elaboração e emissão de ordens de operações escritas ou verbais, inclusive as ordens parciais emitidas durante o desenrolar do combate.
Unidade (U)	Formação militar de uma única arma – infantaria, cavalaria, artilharia etc. –, composta por várias centenas de soldados e comandada por um oficial superior – normalmente um coronel ou tenente-coronel. São designadas como "batalhões". No Exército Brasileiro, as unidades de cavalaria são chamadas "regimentos" e as de artilharia são chamadas "grupos". No Exército Brasileiro da década de 1960 e início de 1970, existiam unidades maiores nas armas de infantaria e artilharia. Segundo a doutrina brasileira de então, os regimentos de infantaria deveriam ser compostos por três batalhões e algumas companhias "regimentais". Os regimentos de artilharia deveriam ser compostos por três grupos e mais algumas baterias regimentais.
Unidade de Apoio ao Combate	Unidade destinada a participar do combate provendo apoio de fogo, de engenharia ou de comunicações e guerra eletrônica, com a finalidade de aumentar o poder de combate das unidades de manobra.

Unidade de Combate	Unidades das armas base: Infantaria e Cavalaria.
Unidade de Manobra	Unidade de uma das armas base (Infantaria ou Cavalaria) apta à realização de movimento destinado a colocar forças em uma situação vantajosa em relação ao inimigo para destruí-lo em combate.
Unidade Operacional	Unidade destinada a participar diretamente de operações militares.
Zona do Interior	Parte do território nacional não incluída em um teatro de operações.

Apêndice 1

Quadro de Graus Hierárquicos Militares do Exército Brasileiro (Oficiais).

Grau hierárquico	Abreviatura
General-de-Exército	Gen. Ex.
General-de-Divisão	Gen. Div.
General-de-Brigada	Gen. Bda.
Coronel	Cel.
Tenente-Coronel	TC
Major	Maj.
Capitão	Cap.
Primeiro-Tenente	1º Ten.
Segundo-Tenente	2º Ten.

Apêndice 2

Artigos publicados na revista A Defesa Nacional na primeira metade da década de 1960, versando sobre guerras revolucionárias e insurrecionais, guerra de guerrilha, movimento comunista internacional e sua ameaça aos países da América Latina.

- **Problemas da América Latina**: A Segurança dos E.U.A. está na América do Sul, de Octávio Tosta (Jan. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - I**: A Democracia e o Comunismo [sem autoria] (Jun. 1960);
- **Ensaio Sôbre a Guerra Revolucionária**, de Ximenes (Jul. 1960);
- **O Dedo Comunista no Amazonas em 1930**, de Osmar Pacheco Dillon (Jul. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - 2ª Parte**: Liberdade e Comunismo [sem autoria] (Jul. 1960);
- **Guerrilhas e Guerrilheiros**, de Frederick Wilkins (Ago. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - 3ª Parte**: O Que é o Comunismo [sem autoria] (Ago. 1960);
- **Os Guardiões da Democracia**, de Ayrton Salgueiro de Freitas (Ago. 1960);
- **Como Vencer o Comunismo**, de Ayrton Salgueiro de Freitas (Set. 1960);
- **A Guerra Insurrecional ou Revolucionaria**, de Carlos de Meira Mattos (Set. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - 4ª Parte**: A Propaganda Comunista [sem autoria] (Set. 1960);
- **A África Negra e o Comunismo**, de David T. Catell (Set. 1960);
- **Nova Força na América Latina** [sem autoria] (Out. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - 5ª Parte**: Como Atua o Partido Comunista [sem autoria] (Out. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - 6ª Parte**: Como os Comunistas se Apossam do Poder e o Mantêm [sem autoria] (Nov. 1960);
- **Democracia Versus Comunismo - 7ª Parte**: O Domínio do Partido Comunista Sôbre a União Soviética [sem autoria] (Dez. 1960);

- **Democracia Versus Comunismo - 8ª Parte**: A Vida econômica e o contrôle Comunista [sem autoria] (Jan. 1961);
- **A Tática e a Estratégia na Guerra Revolucionária**, de H. Hogart (Fev. 1961);
- **Democracia Versus Comunismo - 9ª Parte**: Contrôle das Massas Trabalhadoras [sem autoria] (Fev. 1961);
- **Democracia Versus Comunismo - 10ª Parte**: O Comunismo Avança [sem autoria] (Mar. 1961);
- **Guerra Revolucionária**: Operações Especiais, de Thaumaturgo Sotero Vaz (Abr. 1961);
- **Os Conceitos Comunistas dos Princípios de Guerra**, de D. G. Loomis (Maio 1961);
- **A Guerra na Espanha**: Um Caso Concreto de Guerra Revolucionaria, de J. Diaz Villegas (Jun./Jul. 1961);
- **Guerrilha – Guerra Insurrecional**, de Bolivar O. Mascarenhas (Ago. 1961);
- **Guerra Revolucionária**: Partisans - A Fôrca Esquecida, de Thomas W. Collier (Set./Out. 1961);
- **A Longa Marcha de Mao Tse Tung**, de Edgar Snow (Set./Out. 1961);
- **Aspecto da Penetração Soviética nos Países Subdesenvolvidos**, de Philippe Schneyder (Set./Out. 1961);
- **O Problema Comunista e a Segurança Nacional**, de João Punaro Bley (Nov./Dez. 1961);
- **A Guerra Insurrecional**: Uma Guerra Abstrata Contra um Inimigo Invisível, de Carlos de Meira Mattos (Nov./Dez. 1961);
- **Contribuição Para o Estudo das Guerrilhas**, de J. Guimarães (Nov./Dez. 1961);
- **Nôvo Programa do Partido Comunista da URSS e Atual Orientação do Partido Comunista Brasileiro**, de Mário David Andreazza (Nov./Dez. 1961);
- **Da Guerra Subversiva à "Guerra"** [sem autoria] (Nov./Dez. 1961);
- **O Grupo de Operações Especiais e o SAR**, de José Carlos Saraiva dos Santos (Jan./Fev. 1962);
- **Notas – Informações: Treinamento Antiguerrilhas** [sem autoria] (Jan./Fev. 1962);
- **Guerra Insurrecional**, de João Perboyre de Vasconcelos Ferreira (Jul./Ago. 1962);

- **Segurança e Defesa**, de Alberto de A. Cardoso (Maio/Jun. 1962);
- **A Segurança Nacional e a Guerra Fria**, de A. C. Pacheco e Silva (Jul./Ago. 1962);
- **Brado de Alerta**, de A. J. Paula Couto (Set./Out. 1962);
- **Casos Históricos de Guerra Revolucionária**, de Ferdinando de Carvalho (Set./Out. 1962);
- **O Atrativo Inicial do Comunismo**, de Georg Stadmuller (Set./Out. 1962);
- **Nacionalismo**, de Aloísio de Uzeda (Nov. 1962);
- **Reflexões Militares**, de Campos de Aragão (Dez. 1962);
- **A Estratégia Revolucionaria no Quadro Mundial**, de José de Sá Martins (Jan. 1963);
- **Dialética Marxista - Psicologia Russa - O Povo Russo**, de Mario de Assis Nogueira (Jan. 1963);
- **Estudo de Situação na Guerra Revolucionaria** (1) [sem autoria] (Jan. 1963);
- **A Formidável Guerrilha**, de Neal G. Grinland (Fev. 1963);
- **A Guerra Revolucionaria** (1), de João Perboyre de Vasconcellos (Mar. 1963);
- **Recordando**, de Newton Cavalcanti (Abr. 1963);
- **A Situação Brasileira**, de Ayrton Salgueiro de Freitas (Abr. 1963);
- **Guerra Psicológica**, de Murilo Vasco do Vale e Silva (Maio 1963);
- **O Dever Militar Em Face da Luta Ideológica**, de Humberto de Alencar Castello Branco (Maio 1963);
- **O Fim de Um Exército**, de Adyr Fiuza de Castro (Jun. 1963);
- **Guerrilha**, de Thaumaturgo Sotero Vaz (Jan./Fev. 1964);
- **Da Aula Inaugural do General Humberto Castello Branco na EsAO [Extrato]** (Jan./Fev. 1964);
- **Aspectos Doutrinários da Guerra Revolucionária**, de Kleber Frederico de Oliveira (Maio/Jun. 1964);
- **Onde Che Guevara Errou**, de E. J. Dollard (Maio/Jun. 1964);
- **O Brasil e a Guerra Fria**, de Brian Crozier (Jul./Ago. 1964);
- **O Espírito Criador do Guerrilheiro**, de James E. Mrazek (Jul./Ago. 1964);

- **A Guerra Revolucionaria Comunista no Mundo Atual**, de Hernani D'Aguiar (Set./Out. 1964); e
- **A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil**, de Ferdinando de Carvalho (Set./Out. 1964).

Diversos outros artigos publicados no mesmo período também abordavam a questão das insurreições e da guerra revolucionária de forma lateral.

Apêndice 3

Organização do Exército Brasileiro em 1960. Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades.[1]

Grande Comando Exército / Comando Militar de Área[2] (Sede)	**Grande Unidade Divisão (Sede)**	**Unidade**	
		Regimento de Infantaria e Artilharia	**Batalhão / Regimento de Cavalaria / Grupo de Artilharia**
I Exército (Rio de Janeiro, GB)	Divisão Blindada (Rio de Janeiro, GB)		1º BCC (Rio de Janeiro, GB)
			2º BCC (Rio de Janeiro, GB)
			3º BCC (Rio de Janeiro, GB)
			1º BIB (Barra Mansa, RJ)
			2º BIB (Rio de Janeiro, GB)
			Rgt. Rec. Mec. (Rio de Janeiro, RJ)
			Btl. Mnt.
	1ª Divisão de Infantaria (Vila Militar, GB)	1º RI (Vila Militar, GB)	1º Btl.
			2º Btl.
		2º RI[3] (Vila Militar, GB)	1º Btl.
			2º Btl.
		3º RI (São Gonçalo, RJ)	1º Btl.
			2º Btl.
		1º RO 105 (Vila Militar, GB)	1º Grupo
			2º Grupo
			1º GO 155 (Deodoro, GB)
			1º BE Cmb. (Santa Cruz, GB)
			1º BS (Rio de Janeiro, GB)
	4ª Divisão de Infantaria (Juiz de Fora, MG)	10º RI (Juiz de Fora, MG)	1º Btl.
		11º RI (São João del Rei, MG)	1º Btl.
		12º RI (Belo Horizonte, MG)	1º Btl.
			2º Btl.
		4º RO 105 (Pouso Alegre, MG)	1º Grupo (Juiz de Fora, MG)
			2º Grupo (Pouso Alegre, MG)
			4º BE Cmb. (Itajubá, MG)
	Grupamento de Unidades Escola (Vila Militar, GB)	REsI (Vila Militar, GB)	1º Btl.
			2º Btl.
			3º Btl.
			REsC (Vila Militar, GB)
		REsA (Vila Militar, GB)	1º Grupo
			BEsE (Vila Militar, GB)
			1º G. Can. 90 AAé (Vila Militar, GB)
			BEsMtn. (Vila Militar, GB)
	Núcleo da Divisão Aeroterrestre (Vila Militar, GB)		BI Aet.[4] (Vila Militar, GB)
			GO Aet. (Nu.) (Vila Militar, GB)
	Subordinado ao Comando da 1ª Região Militar		4º G. Can. 90 AAé (Valença, RJ)
	Diretamente subordinados ao Comando do I Exército		1º G. Can. Au. AAé 40 (Rio de Janeiro, GB)
			1º BC (Petrópolis, RJ)
			3º BC (Vila Velha, ES)
			4º G. Can. 90 AAé (Niterói, RJ)

Apêndice 3. Organização do Exército Brasileiro em 1960.

Grande Comando Exército / Comando Militar de Área (Sede)	**Grande Unidade Divisão (Sede)**	**Unidade**	
		Regimento de Infantaria e Artilharia	**Batalhão / Regimento de Cavalaria / Grupo de Artilharia**
II Exército (São Paulo, SP)	2ª Divisão de Infantaria (São Paulo, SP)	4º RI (Quitaúna, SP)	1º Btl.
			2º Btl.
		5º RI (Lorena, SP)	1º Btl.
		6º RI (Caçapava, SP)	1º Btl.
		2º RO 105 (Itu, SP)	1º Grupo
			2º GO 155 (Jundiaí, SP)
			2º BE Cmb. (Pindamonhangaba, SP)
			2º BS (São Paulo, SP)
	4ª Divisão de Cavalaria (Campo Grande, MT)		10º RC (Bela Vista, MT)
			11º RC (Ponta Porã, MT)
			9º G. Can. 75 AR (Nioaque, MT)
			10º G. Can. 75 AR (Campo Grande, MT)
	2ª Brigada Mista (Corumbá, MT)		16º BC (Cuiabá, MT)
			17º BC (Corumbá, MT)
			2º B. Fron. (Cáceres, MT)
	Diretamente subordinados ao Comando do II Exército		2º BC (São Vicente, SP)
			4º BC (Lins, SP)
			1º BCCL (Campinas, SP)
			17º RC (Pirassununga, SP)
	Subordinados ao Comando da 2ª Região Militar		2º G. Can. 90 AAé (Quitaúna, SP)
			5º G. Can. 90 AAé (Campinas, SP)
			2º G. Can. Au. AAé 40 (Barueri, SP)
			5º G. Can. Au. AAé 40 (Santos, SP)
III Exército (Porto Alegre, RS)	3ª Divisão de Infantaria (Santa Maria, RS)	7º RI (Santa Maria, RS)	1º Btl.
			2º Btl.
		8º RI (Santa Cruz do Sul, RS)	1º Btl.
		9º RI (Pelotas, RS)	1º Btl.
			2º Btl.
		3º RA 75 AR (Santa Maria, RS)	1º Grupo
			1º Grupo do 3º RO 105 (Cachoeira do Sul, RS)
			3º BE Cmb. (Cachoeira do Sul, RS)
	5ª Divisão de Infantaria (Curitiba, PR)	13º RI (Ponta Grossa, PR)	1º Btl.
			2º Btl.
		20º RI (Curitiba, PR)	1º Btl.
		23º RI (Núcleo) (Blumenau, SC)	Efetivo de 01 Btl.
		5º RO 105 (Curitiba, PR)	1º Grupo (Lapa, PR)
			2º Grupo (Curitiba, PR)
			5º BE Cmb. (Porto União, SC)
	6ª Divisão de Infantaria (Porto Alegre, RS)	17º RI (Cruz Alta, RS)	1º Btl.
			2º Btl.
		18º RI (Porto Alegre, RS)	1º Btl.
			2º Btl.
		19º RI (São Leopoldo, RS)	1º Btl.
			2º Btl.
		6º RA 75 AR (Cruz Alta, RS)	1º Grupo
			1º Grupo do 6º RO 105 (São Leopoldo, RS)
			6º BE Cmb. (Porto Alegre, RS)

Apêndice 3. Organização do Exército Brasileiro em 1960.

Grande Comando Exército / Comando Militar de Área (Sede)	Grande Unidade Divisão (Sede)	Unidade	
		Regimento de Infantaria e Artilharia	Batalhão / Regimento de Cavalaria / Grupo de Artilharia
III Exército (Porto Alegre, RS) (continuação)	1ª Divisão de Cavalaria (Santiago, RS)		1º RC (Itaqui, RS)
			2º RC (São Borja, RS)
			3º RC (São Luiz Gonzaga, RS)
			4º RC (Santiago, RS)
			1º Rgt. Rec. Mec. (Santo Ângelo, RS)
			1º RCM (Santa Rosa, RS)
			1º GA 75 Cav. (São Borja, RS)
			2º GA 75 Cav. (Santiago, RS)
			7º G. Can. 75 AR (Ijuí, RS)
	2ª Divisão de Cavalaria (Uruguaiana, RS)		5º RC (Quaraí, RS)
			6º RC (Alegrete, RS)
			7º RC (Livramento, RS)
			8º RC (Uruguaiana, RS)
			2º Rgt. Rec. Mec. (Porto Alegre, RS)
			2º RCM (Rosário do Sul, RS)
			4º GA 75 Cav. (Uruguaiana, RS)
			8º GA 75 Cav. (Livramento, RS)
			3º G. Can. 75 AR (Alegrete, RS)
			12º BE Cmb. (Alegrete, RS)
	3ª Divisão de Cavalaria (Bagé, RS)		9º RC (São Gabriel, RS)
			12º RC (Bagé, RS)
			13º RC (Jaguarão, RS)
			14º RC (Dom Pedrito, RS)
			3º Rgt. Rec. Mec. (Bagé, RS)
			3º RCM (São Gabriel, RS)
		3º RA 75 Cav (Bagé, RS)	1º Grupo
			2º Grupo
	Subordinados ao Comando da 3ª Região Militar		2º BCCL (Santo Ângelo, RS)
			3º BCCL (Santa Maria, RS)
			3º G. Can. Au. AAé 40 (Caxias do Sul, RS)
	Subordinados ao Comando da 5ª Região Militar		13º BC (Joinville, SC)
			14º BC (Florianópolis, SC)
			6º GA 75 Do (Castro, PR)

Apêndice 3. Organização do Exército Brasileiro em 1960.

Grande Comando Exército / Comando Militar de Área (Sede)	Grande Unidade Divisão (Sede)	Unidade	
		Regimento de Infantaria e Artilharia	Batalhão / Regimento de Cavalaria / Grupo de Artilharia
IV Exército (Recife, PE)	7ª Divisão de Infantaria (Recife, PE)	14º RI (Jaboatão, PE)	1º Btl.
			2º Btl.
		15º RI (João Pessoa, PB)	1º Btl.
		16º RI (Natal, RN)	1º Btl.
			1º Grupo do 7º RO 105 (Olinda, PE)
	Subordinado ao Comando da 6ª Região Militar		19º BC (Salvador, BA)
			28º BC (Aracaju, SE)
	Subordinado ao Comando da 7ª Região Militar		20º BC (Maceió, AL)
			3º G. Can. 88 AAé (Natal, RN)
	Subordinados ao Comando da 10ª Região Militar		23º BC (Fortaleza, CE)
			24º BC (São Luís, MA)
			25º BC (Teresina, PI)
			10º GA 75 T (Fortaleza, CE)
Comando Militar de Brasília	Subordinados ao Comando da 11ª Região Militar		6º BC (Ipameri, GO)
			10º BC (Goiânia, GO)
Comando Militar da Amazônia	Subordinado ao Comando da 8ª Região Militar		26º BC (Belém, PA)
	Subordinado ao Comando do Grupamento de Elementos de Fronteira		27º BC (Manaus, AM)

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir dos quadros constantes da Portaria No. 163, de 15 de dezembro de 1960 – Organização e Efetivos do Exército (Alterações), publicada no Boletim Reservado do Exército No. 11-B, de 23 de dezembro de 1960 (Coleção de Boletins Reservados do Exército do AHEx). Para dirimir dúvidas, foram utilizadas informações coletadas nos documentos: Árvores Genealógicas das Organizações Militares do Exército, anexas às Normas Para a Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1987) e Catálogo Histórico das Organizações Militares do Exército (AHEx, Mapeamento do Acervo das Unidades, Vol. 1, 2 e 3).

---

[1] A fim de simplificar a execução desta pesquisa, decidiu-se proceder a avaliação do processo de modernização desde o ponto de vista das unidades do tamanho de batalhão e superiores, não sendo levados em conta os elementos de tropa do nível de companhia, esquadrão ou bateria e inferiores. Mostram-se apenas unidades operacionais de valor de regimento, batalhão e grupo, das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia (de Campanha e Antiaérea), Engenharia de Combate, Comunicações e logísticas. Não foram incluídas neste quadro, organizações militares de Artilharia de Costa, de Engenharia de Construção, de Guarda, de Polícia do Exército, administrativas e outros elementos de tropa menores que batalhão.

[2] Em 1960, a força terrestre do Exército Brasileiro estava organizada em quatro "exércitos": o I Exército, com sede no Rio de Janeiro e área de responsabilidade sobre os estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (Exceto o Triângulo Mineiro); o II Exército, com sede em São Paulo, SP, e jurisdição sobre os estados de São Paulo e Mato Grosso; o III Exército, com sede em Porto Alegre, RS, e jurisdição sobre os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e o IV Exército, com sede no Recife, PE, e área de responsabilidade sobre os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Além dos quatro "exércitos", o Exército Brasileiro tinha dois "comandos militares de área": o Comando Militar de Brasília, com sede na nova capital federal e com jurisdição sobre o Distrito Federal, o estado de Goiás e o Triângulo Mineiro; e o Comando Militar da Amazônia, com sede em Belém, PA, e jurisdição sobre os estados do Amazonas e Pará, e os então territórios federais do Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Acre e Rondônia.

[3] O 3º Batalhão do 2º RI encontrava-se desdobrado em Suez, Egito, como parte da *United Nations Emergency Force* (UNEF).

[4] O Batalhão de Infantaria do Núcleo da Divisão Aeroterrestre seria transformado em Regimento em janeiro de 1961 (Decreto nº 49.863, de 11 de Janeiro de 1961), mas com apenas um batalhão.

Apêndice 4

Organização do Exército Brasileiro em 1980. Grandes Comandos, Grandes Unidades e Unidades.[1]

Grande Comando		Grande Unidade	Unidade
Exército (Sede)	**Divisão (Sede)**		
I Exército (Rio de Janeiro, RJ) Área de responsabilidade: estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (Exceto o Triângulo Mineiro)	1ª Divisão de Exército (Vila Militar, RJ)	1ª Bda. Inf. Mtz. (Rio de Janeiro, RJ)	22º BI Mtz. (Barra Mansa, RJ)
			32º BI Mtz. (Petrópolis, RJ)
			21º GAC (Rio de Janeiro, RJ)
			19º B. Log. (Rio de Janeiro, RJ)
		2ª Bda. Inf. (Niterói, RJ)	3º BI (São Gonçalo, RJ)
			38º BI (Vila Velha, ES)
			56º BI (Campos, RJ)
			30º GAC (Niterói, RJ)
		9ª Bda. Inf. Mtz. (Es.) (Vila Militar, RJ)	1º BI Mtz. (Es.) (Vila Militar, RJ)
			2º BI Mtz. (Es.) (Vila Militar, RJ)
			57º BI Mtz. (Es.) (Vila Militar, RJ)
			31º GAC (Es.) (Vila Militar, RJ)
			25º B. Log. (Es.) (Vila Militar, RJ)
		5ª Bda. C. Bld. (Rio de Janeiro, RJ)	1º RCC (Rio de Janeiro, RJ)
			3º RCC (Rio de Janeiro, RJ)
			24º BIB (Rio de Janeiro, RJ)
			1º GAC AP (Vila Militar, RJ)
			1º B. Log. (Rio de Janeiro, RJ)
		Unidades divisionárias	15º RC Mec. (Rio de Janeiro, RJ)
			11º GAC (155) (Vila Militar, RJ)
			1º GAAAé (Vila Militar, RJ)
			1º BE Cmb. (Rio de Janeiro, RJ)
			1º B. Com. Div. (Vila Militar, RJ)
			21º B. Log. (Rio de Janeiro, RJ)
	Subordinada diretamente ao Comando do I Exército	Bda. Pqdt. (Vila Militar, RJ)	25º BI Pqdt. (Vila Militar, RJ)
			26º BI Pqdt. (Vila Militar, RJ)
			27º BI Pqdt. (Vila Militar, RJ)
			8º GAC Pqdt. (Vila Militar, RJ)
			20º B. Log. Pqdt. (Vila Militar, RJ)
	4ª Divisão de Exército (Juiz de Fora, MG)	4ª Bda. Inf. Mtz. (Belo Horizonte, MG)	10º BI (Juiz de Fora, MG)
			11º BI (São João del Rei, MG)
			12º BI (Belo Horizonte, MG)
			55º BI Mtz. (Montes Claros, MG)
			4º GAC (Juiz de Fora, MG)
			17º B. Log. (Santos Dumont, MG)
		Unidades divisionárias	14º GAC (155) (Pouso Alegre, MG)
			4º BE Cmb. (Itajubá, MG)
	Unidade subordinada diretamente ao Comando do I Exército		1º B. Com. Ex. (Vila Militar, RJ)

Apêndice 4. Organização do Exército Brasileiro em 1980.

Grande Comando		Grande Unidade	Unidade
Exército (Sede)	**Divisão (Sede)**		
II Exército (São Paulo, SP) Área de responsabilidade: estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.	2ª Divisão de Exército (São Paulo, SP)	11ª Bda. Inf. Bld. (Campinas, SP)	4º BIB (Quitaúna, SP)
			28º BIB (Campinas, SP)
			37º BI Mtz. (Lins, SP)
			2º RCC (Pirassununga, SP)
			2º GAC AP (Itu, SP)
			2º B. Log. (Campinas, SP)
		12ª Bda. Inf. (Caçapava, SP)	5º BI (Lorena, SP)
			6º BI (Caçapava, SP)
			39º BI Mtz. (Quitaúna, SP)
			20º GAC (Barueri, SP)
		Unidades divisionárias	2º BC (São Vicente, SP)
			12º GAC (155) (Jundiaí, SP)
			2º GAAAé (Quitaúna, SP)
			2º BE Cmb. (Pindamonhangaba, SP)
			22º B. Log. (Barueri, SP)
	9ª Divisão de Exército(*) (Campo Grande, MS)	13ª Bda. Inf. Mtz. (Cuiabá, MT)	44º BI Mtz. (Cuiabá, MT)
			58º BI Mtz. (Aragarças, GO)
			66º BI Mtz. (Cáceres, MT)
			18º GAC (Rondonópolis, MT)
		4ª Bda. C. Mec.[2] (Campo Grande, MS)	10º RC (Bela Vista, MS)
			11º RC (Ponta Porã, MS)
			17º RC (Amanbai, MS)
			9º GAC (Nioaque, MS)
		2ª Brigada Mista (Corumbá, MS)	17º BC (Corumbá, MS)
			47º BI (Coxim, MS)
		Unidade divisionária	9º BE Cmb. (Aquidauana, MS)
III Exército (Porto Alegre, RS) Área de responsabilidade: estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.	3ª Divisão de Exército (Santa Maria, RS)	6ª Bda. Inf. Bld. (Santa Maria, RS)	7º BIB (Santa Maria, RS)
			29º BIB (Santa Maria, RS)
			8º BI Mtz. (Santa Cruz do Sul, RS)
			4º RCC (Rosário do Sul, RS)
			3º GAC AP (Santa Maria, RS)
			4º B. Log. (Santa Maria, RS)
		16ª Bda. Inf. Mtz.[3] (Santo Ângelo, RS)	17º BI (Cruz Alta, RS)
			61º BI Mtz. (Santo Ângelo, RS)
			19º RC Mec. (Santa Rosa, RS)
			27º GAC (Ijuí, RS)
		1ª Bda. C. Mec. (Santiago, RS)	1º RC Mec. (Itaqui, RS)
			2o RC Mec. (São Borja, RS)
			4º RCB (São Luiz Gonzaga, RS)
			19º GAC (Santiago, RS)
			9º B. Log. (Santiago, RS)

Apêndice 4. Organização do Exército Brasileiro em 1980.

Grande Comando		Grande Unidade	Unidade
Exército (Sede)	**Divisão (Sede)**		
III Exército (continuação)	3ª Divisão de Exército (continuação)	2ª Bda. C. Mec. (Uruguaiana, RS)	5º RC Mec. (Quaraí, RS)
			8º RC Mec. (Uruguaiana, RS)
			6º RCB (Alegrete, RS)
			22º GAC (Uruguaiana, RS)
			12º BE Cmb. (Alegrete, RS)
			10º B. Log. (Alegrete, RS)
		Unidades divisionárias	3º BE Cmb. (Cachoeira do Sul, RS)
			13º GAC (Cachoeira do Sul, RS)
			29º GAC (Cruz Alta, RS)
	5ª Divisão de Exército(*) (Curitiba, PR)	5ª Bda. Inf. Bld. (Ponta Grossa, PR)	13º BIB (Ponta Grossa, PR)
			20º BIB (Curitiba, PR)
			30º BI Mtz. (Apucarana, PR)
			5º RCC (Rio Negro, PR)
			5º GAC AP (Curitiba, PR)
			5º B. Log. (Curitiba, PR)
		14ª Bda. Inf. Mtz.[4]	23º BI (Blumenau, SC)
			62º BI (Joinville, SC)
			63º BI (Florianóplois, SC)
			28º GAC (Criciúma, SC)
		15ª Bda. Inf. Mtz.[5]	34º BI Mtz. (Foz do Iguaçu, PR)
			26º GAC (Guarapuava, PR)
		Unidades divisionárias	15º GAC (Lapa, PR)
			5º BE Cmb. (Porto União, SC)
			27º B. Log. (Curitiba, PR)
	6ª Divisão de Exército (Porto Alegre, RS)	8ª Bda. Inf. Mtz. (Pelotas, RS)	9º BI Mtz. (Pelotas, RS)
			18º BI Mtz. (Porto Alegre, RS)
			19º BI Mtz. (São Leopoldo, RS)
			6º GAC (Rio Grande, RS)
		3ª Bda. C. Mec. (Bagé, RS)	3º RC Mec. (Bagé, RS)
			7º RC Mec. (Santana do Livramento, RS)
			14º RC Mec. (Dom Pedrito, RS)
			9º RCB (São Gabriel, RS)
			3º B. Log. (Bagé, RS)
			25º GAC (Bagé, RS)
		Unidades divisionárias	12º RC Mec. (Porto Alegre, RS)
			16º GAC (São Leopoldo, RS)
			3º GAAAé (Caxias do Sul, RS)
			6º BE Cmb. (São Gabriel, RS)
			6º B. Com. Div. (Bento Gonçalves, RS)
			8º B. Log. (Porto Alegre, RS)
	Unidades subordinadas diretamente ao Comando do III Exército		3º B. Com. Ex. (Porto Alegre, RS)
			33º BI Mtz.[6] (Jaguarão, RS)

Apêndice 4. Organização do Exército Brasileiro em 1980.

Grande Comando		Grande Unidade	Unidade
Exército (Sede)	**Divisão (Sede)**		
IV Exército (Recife, PE) Área de responsabilidade: estados do Maranhão (exceto sua região Oeste), Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.	7ª Divisão de Exército(*) (Recife, PE)	7ª Bda. Inf. Mtz. (Natal, RN)	15º BI Mtz. (João Pessoa, PB)
			16º BI Mtz. (Natal, RN)
			31º BI Mtz. (Caicó, RN)
			17º GAC (Natal, RN)
		10ª Bda. Inf. Mtz. (Recife, PE)	14º BI Mtz. (Jaboatão, PE)
			59º BI Mtz. (Maceió, AL)
			71º BI Mtz. (Garanhuns, PE)
			72º BI Mtz (Petrolina, PE)
			7º GAC (Olinda, PE)
		Unidades divisionárias	16° RC Mec. (Bayeux, PB)
			7º BE Cmb. (Natal, RN)
			14° B. Log. (Recife, PE)
	Subordinadas ao Comando da 6ª Região Militar		19º BC (Salvador, BA)
			28º BC (Aracaju, SE)
	Subordinadas ao Comando da 10ª Região Militar		23º BC (Fortaleza, CE)
			24º BC (São Luís, MA)
			25º BC (Teresina, PI)
			40º BI (Crateús, CE)
			10º GAC (Fortaleza, CE)
	Unidade subordinada diretamente ao Comando do IV Exército		4° B. Com. Ex. (Recife, PE)
Comando Militar da Amazônia (CMA) (Manaus, AM) Área de responsabilidade: estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá e Oeste do Maranhão.	Brigadas subordinadas diretamente ao CMA	17ª Bda. Inf. Sl.[7] (Porto Velho, RO)	4º BEF (Rio Branco, AC)
			6º BEF (Guajará-Mirim, RO)
			54º BIS (Humaitá, AM)
		23ª Bda. Inf. Sl. (Marabá, PA)	50º BIS (Imperatriz, MA)
			51º BIS (Altamira, PA)
			52º BIS (Marabá, PA)
			53º BIS (Itaituba, PA)
	Unidade subordinada diretamente ao Comando do CMA		1º BIS (Manaus, AM)
	Unidade subordinada ao Comando da 8ª RM		2º BIS (Belém, PA)
Comando Militar do Planalto (CMP) (Brasília, DF) Área de responsabilidade: Distrito Federal, estado de Goiás e Triângulo Mineiro.	Brigada subordinada diretamente ao CMP	3ª Bda. Inf. Mtz. (Goiânia, GO)	36º BI Mtz. (Uberlândia, MG)
			41º BI Mtz. (Jataí, GO)
			42º BI Mtz. (Goiânia, GO)
			43º BI Mtz. (Cristalina, GO)
			32º GAC (Brasília, DF)
			16º B. Log. (Brasília, DF)

(*) Também Região Militar.

Fonte: Organizado pelo autor a partir de informações coletadas nos documentos Árvores Genealógicas das Organizações Militares do Exército, anexas às Normas Para a Preservação das Tradições das Organizações Militares do Exército Brasileiro (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, 1987) e Catálogo Histórico das Organizações Militares do Exército (AHEx).[8]

[1] Apenas Unidades de valor de Batalhão de Infantaria, de Engenharia de Combate, de Comunicações e Logístico, Regimento de Cavalaria e Grupo de Artilharia de Campanha. Não foram incluídas neste quadro unidades de Artilharia Antiaéreas, de Engenharia de Construção, de Guarda, de Polícia do Exército e outras unidades e tropas não enquadradas por grandes unidades de combate (brigadas).

[2] Criada em 16 de dezembro de 1980, por transformação da 4ª Divisão de Cavalaria. Embora transformada em brigada de cavalaria mecanizada, seus regimentos de cavalaria seguiriam hipomóveis até serem mecanizados em meados da década de 1980.

[3] Criada em 16 de dezembro de 1980, por transformação do 1º Grupamento de Fronteira.

[4] Criada em 16 de dezembro de 1980, por transformação do Grupamento do Leste Catarinense.

[5] Criada em 16 de dezembro de 1980, por transformação do 2º Grupamento de Fronteira.

[6] Seria transferido no ano seguinte para Cascavel, PR, passando a integrar a recém-criada 15ª Bda. Inf. Mtz.

[7] Criada em 16 de dezembro de 1980, por transformação do 3º Grupamento de Fronteira.

[8] AHEx, Mapeamento do Acervo das Unidades, Vol. 1, 2 e 3.

Apêndice 5

Produção Doutrinária Referente ao Processo de Modernização do Exército Brasileiro.

Ano	Tipo	Código	Título	Aprovação
1968	Nota de Instrução	No. 1/68-EME	Combate à Guerrilha Urbana	Portaria No. 084-EME, de 31 Out 1968.
1969	Manual de Campanha	C 42-30	Adestramento e Emprego de Cães de Guerra	Portaria No. 83-EME, de 19 Set 1969.
	Instruções Provisórias	IP 31-17	Operações Urbanas de Defesa Interna (Reservado)	Portaria No. 84-EME, de 24 Set 1969.
	Instruções Provisórias	IP 31-15	O Pequeno Escalão nas Operações Contraguerrilhas (Reservado)	Portaria No. 85-EME, de 24 Set 1969.
	Nota de Instrução	No. 1/69-EME	Nova Estrutura da Divisão de Infantaria	Portaria No. 093-EME, de 07 Out 1969.
1970	Manual de Campanha	C 23-45	Técnica de Tiro da Metralhadora Madsen, 7,62, Modelo Brasileiro	Portaria No. 56-EME, de 18 Maio 1970.
	Manual de Campanha	C 21-76	Pista de Combate e Tiro Instantâneo	Portaria No. 61-EME, de 12 Jun 1970.
	Instruções Provisórias	IP 31-16	Operações Contraguerrilhas (Reservado)	Portaria No. 63-EME, de 19 Jun 1970.
	Instruções Provisórias	IP 1-2	Operações Conjuntas Ar-Terra	Portaria No. 84-EME, de 13 Ago 1970.
1971	Instruções Provisórias	IP 101-5	Estado-Maior e Ordens 1ª e 2ª Partes (2 Volumes)	Portaria No. 071-EME, de 01 Jul 1971.
	Instruções Provisórias	IP 30-5	Informações de Combate	Portaria No. 115-EME, de 08 Set 1971.
1972	Manual de Campanha	C 24-12	Sinais de Serviço de Indicativos Operacionais	Portaria No. 110-EME, de 19 Jun 1972.
	Instruções Provisórias	IP 30-1	Sigilo dos Assuntos e Informações Militares	Port No. 111-EME, de 19 Jun 1972.
	Manual de Campanha	C 24-8	Exploração em Teletipia	Portaria No. 164-EME, de 22 Ago 1972.
	Manual de Campanha	C 21-30	Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas (2ª Ed.)	Portaria No. 173-EME, de 29 Ago 1972.
	Instruções Provisórias	IP 72-25	Sobrevivência na Selva	Portaria No. 180-EME, de 05 Set 1972.
	Manual de Campanha	C 6-79	Obus 105 mm M108 Autopropulsado	Portaria No. 228-EME, de 07 Dez 1972.

Ano	Tipo	Código	Título	Aprovação
1973	Instruções Provisórias	IP 30-16	Informações Técnicas	Portaria No. 42-EME, de 28 Fev 1973.
	Instruções Provisórias	IP 7-30	Brigadas de Infantaria	Portaria No. 54-EME, de 28 Mar 1973.
	Instruções Provisórias	IP 31-60	Operações de Transposição de Cursos de Água	Portaria No. 75-EME, de 14 Maio 1973.
	Instruções Provisórias	IP 5-10	A Companhia de Engenharia de Combate da Brigada	Portaria No. 96-EME, de 06 Jun 1973.
	Instruções Provisórias	IP 2-30	Brigada de Cavalaria Blindada	Portaria No. 124-EME, de 25 Jul 1973.
	Instruções Provisórias	IP 2-80	Brigada de Cavalaria Mecanizada	Portaria No. 126-EME, de 25 Jul 1973.
	Instruções Provisórias	IP 100-5	Operações	
	Manual de Campanha	C 19-15	Distúrbios Civis e Calamidades Públicas	Portaria No. 148-EME, de 29 Ago 1973.
	Instruções Provisórias	IP 5-31	Minas Terrestres e Armadilhas (1ª e 2ª Partes)	Portaria No. 149-EME, de 29 Ago 1973.
	Manual de Campanha	C 7-20	Batalhões de Infantaria	Portaria No. 150-EME, de 29 Ago 1973.
	Manual de Campanha	C 7-10	Companhia de Fuzileiros	Portaria No. 163-EME, de 27 Set 1973.
	Manual de Campanha	C 5-15	Fortificações de Campanha	Portaria No. 169-EME, de 24 Out 1973.
	Instruções Provisórias	IP 30-24	Criptologia (Reservado)	Portaria No. 201-EME, de 01 Nov 1973.
	Manual de Campanha	C 5-162	O Grupamento e o Batalhão de Engenharia de Construção	Portaria No. 181-EME, de 26 Nov 1973.
	Manual de Campanha	C 21-20	Treinamento Físico Militar	Portaria No. 180-EME, de 28 Nov 1973.
	Manual de Campanha	C 7-15	Companhia de Apoio do Batalhão de Infantaria	Portaria No. 205-EME de 18 Dez 1973.
	Manual de Campanha	C 7-19	Companhia de Comando do Batalhão de Infantaria	Portaria No. 206-EME de 18 Dez 1973.
	Manual de Campanha	C 5-1	Emprego da Engenharia	Portaria No. 207-EME de 18 Dez 1973.
1974	Instruções Provisórias	IP 30-10	Informações Sobre o Terreno	Portaria No. 20-EME, de 11 Jan 1974.
	Instruções Provisórias	IP 2-15	Emprego da Cavalaria	Portaria No. 021-EME, de 11 Jan 1974.
	Manual de Campanha	C 6-1	Emprego da Artilharia (1ª Parte)	Portaria No. 80-EME, de 27 Fev 1974.
	Instruções Provisórias	IP 7-21	A Companhia de Fuzileiros Blindada	Portaria No. 89-EME, de 08 Mar 1974.
	Manual de Campanha	C 17-1	Emprego de Blindados	Portaria No. 192-EME, de 09 Dez 1974.

(Apêndice 4 - Produção Doutrinária Referente ao Processo de Modernização do Exército Brasileiro)

Ano	Tipo	Código	Título	Aprovação
1975	Manual de Campanha	C 21-10	Higiene Militar e Saneamento em Campanha (2ª Ed.)	Portaria No. 016-EME, de 07 Fev 1975.
	Manual de Campanha	C 61-100	A Divisão de Exército	Portaria No. 22-EME, de 28 Fev 1975.
	Manual de Campanha	C 7-1	Emprego da Infantaria	Portaria No. 037-EME, de 16 Maio 1975.
	Manual de Campanha	C 5-13	O Soldado de Engenharia	Portaria No. 037-EME, de 16 Maio 1975.
	Manual de Campanha	C 21-20	Treinamento Físico Militar	Portaria No. XXX-EME, de XX XXX 1975.
	Manual de Campanha	C 2-55	O Esquadrão de Carros de Combate	Portaria No. 052-EME, de 11 Jul 1975.
	Manual de Campanha	C 23-1	Tiro das Armas Portáteis	Portaria No. 84-EME, de 04 Nov 1975.
	Instruções Provisórias	IP 45-1	Relações Públicas	Portaria No. 087-EME, de 20 Nov 1975.
	Instruções Provisórias	IP 46-1	Ação Comunitária	Portaria No. 096-EME, de 31 Dez 1975.
1976	Manual de Campanha	C 24-18	Emprego do Rádio em Campanha (3ª Ed.)	Portaria No. 53-EME, de 01 Nov 1976.
	Instruções Provisórias	IP 7-30	Brigadas de Infantaria (Modificação M1)	Portaria No. 77-EME, de 14 Dez 1976.
	Manual de Campanha	C 5-36	Reconhecimento de Engenharia	Portaria No. 66-EME, de 24 Nov 1976.
	Manual de Campanha	C 6-70	Serviço da Peça do Obus 105 M102 Auto-Rebocado	Portaria No. 081-EME, de 27 Dez 1976.
1977	Manual de Campanha	C 6-101	O Grupo de Artilharia de Campanha (2ª Ed.)	Portaria No. 63-EME, de 10 Out 1977.
	Caderno de Instrução	CI 17-30/1	PEL Carros de Combate	Portaria No. 069-EME, de 21 Out 1977.
	Caderno de Instrução	CI 7-10/1	O Pelotão de Fuzileiros	
	Caderno de Instrução	CI 7-21/1	O PEL FZO BLD	
	Caderno de Instrução	CI 22-5/1	Ordem Unida - Conselhos ao Instrutor	
	Caderno de Instrução	CI 2-36/1	O Pelotão C Mec	
	Caderno de Instrução	CI 2-36/2	CBR MB-1 Cascavel – Escola da Guarnição e da Peça	
	Caderno de Instrução	CI 2-36/3	CBTP Urutu – Escola da Guarnição e da Peça	
	Caderno de Instrução	CI 2-36/4	CCMB-1 – Escola da Guarnição e da Peça	
	Caderno de Instrução	CI 5-7/1	O Pelotão de Engenharia de Combate	

Ano	Tipo	Código	Título	Aprovação
1977 (Cont.)	Caderno de Instrução	CI 7-5/1	Abrigos e Espaldões Para o Combatente de Infantaria	Portaria No. 069-EME, de 21 Out 1977.
	Caderno de Instrução	CI 20-1	O Emprego do Armamento Leve na Defesa Contra Avião (DCA)	
	Manual de Campanha	C 24-9	Exploração em Radiotelefonia (2ª Ed.)	Portaria No. 072-EME, de 03 Nov 1977.
	Manual de Campanha	C 24-20	Comunicações Por Fio - 1ª Parte – Construção (2ª Ed.)	Portaria No. 074-EME, de 04 Nov 1977.
	Manual de Campanha	C 33-1	Operações Psicológicas (2ª Ed.)	Portaria No. 78-EME, de 24 Nov 1977.
	Manual de Campanha	C 100-10	Apoio Administrativo	Portaria No. 81-EME, de 25 Nov 1977.
	Manual de Campanha	C 20-320	Glossário de Termos e Expressões Para Uso no Exército	Portaria No. 087-EME, de 06 Dez 1977.
1978	Caderno de Instrução	CI 6-1/1	Reconhecimento, Escolha e Ocupação da Posição (REOP) na Artilharia de Campanha	Portaria No. 025-EME, de 03 Maio 1978.
	Manual de Campanha	C 7-32	Pelotão Anticarro	Portaria No. 023-EME, de 07 Jul 1978.
	Caderno de Instrução	CI 7-10/2	O Grupo de Combate	Portaria No. 052-EME, de 21 Ago 1978.
	-x-	-x-	A Força Terrestre no Teatro de Operações	Portaria No. 54-EME, de 01 Set 1978.
	Manual de Campanha	C 24-2	Administração de Radiofrequências	Portaria No. 70-EME, de 08 Nov 1978.
	Manual de Campanha	C 20-60	Iluminação do Campo de Batalha	Portaria No. 73-EME, de 09 Nov 1978.
	Manual de Campanha	C 6-121	A Busca de Alvos na Artilharia de Campanha	Portaria No. 079-EME, de 28 Nov 1978.
	Manual de Campanha	C 24-21	Emprego das Comunicações Multicanais	Portaria No. 080-EME, de 28 Nov 1978.
	Caderno de Instrução	CI 21-5/2	Como Preparar e Orientar a Instrução Militar da Tropa – 1ª Parte (Instrução Individual)	Portaria No. 087-EME, de 11 Dez 1978.
	Manual de Campanha	C 24-50	Segurança das Comunicações	Portaria No. 088-EME, de 14 Dez 1978.
1979	Manual de Campanha	C 6-199	Topografia do Artilheiro (2ª Ed.)	Portaria No. 07-EME, de 18 Jan 1979.
	Manual de Campanha	C 24-16	Ordens, Registros e Relatórios de Comunicações (2ª Ed.)	Portaria No. 18-EME, de 23 Mar 1979.
	Caderno de Instrução	CI 21-75/1	O Pelotão de Fuzileiros nas Ações de Patrulha (1ª Parte) – Planejamento e Preparação das Patrulhas	Portaria No. 19-EME, de 23 Mar 1979.

Ano	Tipo	Código	Título	Aprovação
1979	Manual de Campanha	C 24-75	Exploração em Telefonia (2ª Ed.)	Portaria No. 024-EME, de 25 Abr 1979.
	Manual de Campanha	C 23-80	Canhão 57 mm Sem Recuo M 18A1 (2ª Ed.)	Portaria No. 27-EME, de 11 Maio 1979.
	Manual de Campanha	C 7-27	Batalhão de Infantaria Blindada	Portaria No. 28-EME, de 11 Maio 1979.
	Manual de Campanha	C 11-2	Sistema de Comunicações Por Área de Divisão de Exército	Portaria No. 30-EME, de 20 Jun 1979.
	Manual de Campanha	C 24-6	Exploração em Radiotelegrafia e Telegrafia (2ª Ed.)	Portaria No. 35-EME, de 22 Jun 1979.
	Manual de Campanha	C 24-17	Funcionamento dos Centros de Comunicações	Portaria No. 33-EME, de 21 Jul 1979.
	Caderno de Instrução	CI 7-15/1	O Pelotão de Metralhadoras na Companhia de Apoio	Portaria No. 65-EME, de 10 Set 1979.
	Caderno de Instrução	CI 23-1/1	Armas Curtas (Pistola/Revolver) – Técnica de Tiro	Portaria No. 75-EME, de 01 Out 1979.
31980	Caderno de Instrução	CI 21-5/5	Instruções sobre o SIVALI	Portaria No. 05-EME, de 21 Jan 1980.
	Caderno de Instrução	CI 21-5/2	Como Preparar e Orientar a Instrução Militar da Tropa – 2ª Parte (Adestramento)	Portaria No. 08-EME, de 29 Jan 1980.
	Caderno de Instrução	CI 57-30/1	Embarque e Desembarque em Aeronaves de Assalto	Portaria No. 13-EME, de 14 Fev 1980.
	Caderno de Instrução	C 21-11/1	Primeiros Socorros	
	Instrução Provisória	IP 34-402	Rastreamento de Satélites Artificiais Geodésicos	Portaria No. 016-EME, de 26 Fev 1980.
	Manual de Campanha	C 5- 34	Vade-Mécum de Engenharia (2ª Ed.)	Portaria No. 20-EME, de 10 Mar 1980.
	Caderno de Instrução	CI 17-30/2	A Seção de Carros de Combate	Portaria No. 21-EME, de 11 Mar 1980.
	Manual de Campanha	C 21-26	Leituras de Cartas e Fotografias Aéreas (2ª Ed.)	Port Nº 025-EME, de 17 Mar 80
	Manual de Campanha	C 8-1	Serviço de Saúde em Campanha (2ª Ed.)	Portaria No. 029-EME, de 14 Abr 1980.
	Instruções Provisórias	IP 5-31	Minas Terrestres e Armadilhas (1ª e 2ª Partes) (Modificação M1)	Portaria No. 030-EME, de 29 Abr 1980.
	Manual de Campanha	C 7-27	Batalhão de Infantaria Blindado (M1)	Portaria No. 28-EME, de 11 Maio 1980.
	Manual de Campanha	C 8-36	Guia do Auxiliar de Saúde	Portaria No. 40-EME de 04 Jun 1980.
	Manual de Campanha	C 21-78	Transposição de Obstáculos	Portaria No. 044-EME, de 17 Jun 1980.

Ano	Tipo	Código	Título	Aprovação
	Manual de Campanha	C 23-80	Canhão 57 mm Sem Recuo M 18A1 (Modificação M1)	Portaria No. 50-EME, de 15 Jul 1980.
	Manual de Campanha	C 21-18	Marchas a Pé (2ª Ed.)	Portaria No. 053-EME, de 28 Jul 1980.
	Instruções Provisórias	IP 7-30	Brigadas de Infantaria (Modificação M2)	Portaria No. 66-EME, de 29 Set 1980.
	Caderno de Instrução	CI 21-15/1	Apronto Operacional. Aprestamento de Pessoal	Portaria No. 68-EME, de 07 Out 1980.
	Manual de Campanha	C 6-75	Serviço da Peça do Obus 105 M101 AR e M101A1 AR (2ª Ed.)	Portaria No. 079-EME, de 17 Nov 1980.
	Manual de Campanha	C 22-5	Ordem Unida, Tropas a Pé, 1ª Parte (2ª Ed.)	Portaria No. 080-EME, de 17 Nov 1980.
	Manual de Campanha	C 7-5	Exercícios para a Infantaria	Portaria No. 081-EME, de 17 Nov 1980.
	Manual de Campanha	C 20-20	Treinamento Físico Militar	Portaria No. 084-EME, de 26 Nov 1980.

Fonte: Quadro organizado pelo autor, a partir da Relação das Publicações do Exército, Ed. 1982 (Ministério do Exército, 1982) e de manuais disponíveis no AHEx e na Biblioteca da ECEME.

Apêndice 6

Programas-Padrão de Instrução Publicados pelo Estado-Maior do Exército durante a implantação do SIMEB até 1981.

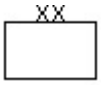
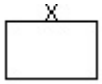
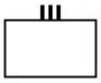
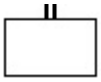
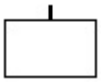
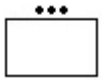
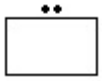
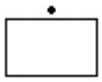
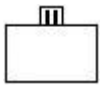
Ano	Código	Título	Aprovação
1977	PP-21-2	Período Básico. "A Preparação do Combatente Básico"	Portaria No. 065, de 13 Out 1977.
1978	PPB/2	Preparação do Combatente Básico	Portaria No. 086-EME, de 11 Dez 1978.
	PPQ-00/1	Formação do Soldado Corneteiro e Clarim	
	PPQ-00/2	Formação do Cabo Corneteiro e Clarim	
	PPQ-02/1	Formação do Soldado de Cavalaria	
	PPQ-02/2	Formação do Cabo de Cavalaria	
	PPQ-05/1	Formação do Soldado de Engenharia	
	PPQ-05/2	Formação do Cabo de Engenharia	
	PPQ-06/1	Formação do Soldado de Artilharia	
	PPQ-06/2	Formação do Cabo de Artilharia	
	PPQ-07/1	Formação do Soldado de Infantaria	
	PPQ-07/2	Formação do Cabo de Infantaria	
	PPQ-08/1	Formação do Soldado de Saúde	
	PPQ-08/2	Formação do Cabo de Saúde	
	PPQ-09/1	Formação do Soldado de Material Bélico	
	PPQ-09/2	Formação do Cabo de Material Bélico	
	PPQ-10/1	Formação do Soldado de Intendência	
	PPQ-10/2	Formação do Cabo de Intendência	
	PPQ-11/1	Formação do Soldado de Comunicações	
	PPQ-11/2	Formação do Cabo de Comunicações	
1979	PPB/4	Preparação do Combatente de Selva	Portaria No. 094-EME, de 06 Dez 1979.
1980	PPA-INF/1	Adestramento Básico de Infantaria – BI Mtz	Portaria No. 086-EME, de 26 Nov 1980.
1981	PPB/1	Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar	Portaria No. 021-EME, de 13 Maio 1981.
	PPE-01/0	Preparação de Instrutores de Tiro	Portaria No. 009-EME, de 19 Mar 1981.
	PPA-CAV/1	Adestramento Básico nas Unidades de Cavalaria (Regimento de Cavalaria Mecanizado)	Portaria No. 059-EME, de 17 Nov 1981.
	PPA-ART/1	Adestramento Básico nas Unidades de Artilharia (Grupo de Artilharia de Campanha)	
	PPA-ENG/1	Adestramento Básico nas Unidades de Engenharia (Batalhão de Engenharia de Combate/DE)	

Fonte: Quadro organizado pelo autor, a partir da Relação das Publicações do Exército, Ed. 1982 (Ministério do Exército, 1982).

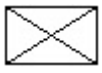
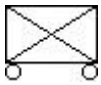
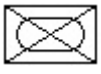
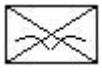
Apêndice 7

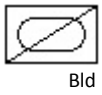
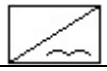
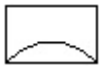
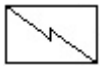
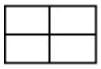
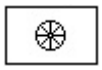
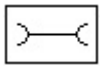
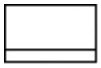
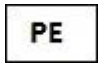
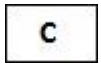
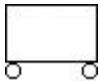
Chave de Símbolos Militares

1. Símbolos de Identificação de Escalões e Níveis de Comando

Símbolo	Escalão (Tamanho da Formação)	Nível de Comando
	Divisão	General-de-Divisão (Major-General)
	Brigada	General-de-Brigada (*Brigadier-General*) ou Coronel
	Regimento	Coronel ou Tenente-Coronel
	Batalhão ou Grupo	Tenente-Coronel ou Major, quando é Batalhão incorporado a um Regimento.
	Companhia, Esquadrão (na Cavalaria) ou Bateria (na Artilharia)	Capitão
	Pelotão	Tenente
	Seção ou Grupo de Combate	Sargento
	Esquadra	Cabo
	Força-Tarefa (armas combinadas)	Depende do escalão da Força-Tarefa

2. Símbolos de Identificação das Armas, Serviços e Especialidades

	Infantaria
	Infantaria Motorizada
	Infantaria Blindada (ou Mecanizada)
	Infantaria Paraquedista (Aeroterrestre).
	Infantaria de Selva
	Carros de Combate (Blindados)
	Cavalaria Mecanizada (unidade de reconhecimento)

	Cavalaria Blindada.
	Cavalaria Paraquedista (Aeroterrestre)
	Artilharia de Campanha
	Artilharia de Campanha Autopropulsada (blindada)
	Artilharia Paraquedista (Aeroterreste)
	Artilharia Antiaérea.
	Engenharia de Combate
	Comunicações
	Unidade de Saúde (unidade médica)
	Unidade de Transporte
	Unidade de Manutenção
	Unidade de Suprimento
	Unidade de Polícia do Exército (nos símbolos em Inglês, aparece MP)
	Unidade Logística
	Elemento de Comando (nos símbolos em Inglês, aparece como HQ)
	Unidade Motorizada